



Alessandro Batistella (Org.)

Ana Paula Wickert

Camila Guidolin

Eduardo Roberto Jordão Knack

Gizele Zanotto

Ironita P. Machado

João Carlos Tedesco

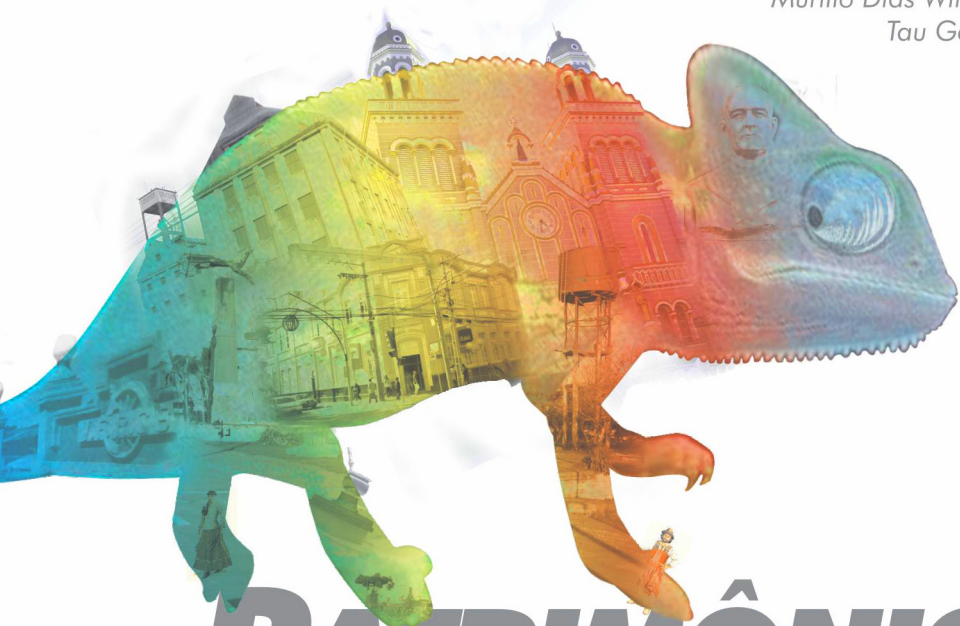
Marcos Antonio Leite Frandoloso

Maria Beatriz Pinheiro Machado

Maria de Lourdes P. Horta

Murillo Dias Winter

Tau Golin



PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PODER



Reflexões sobre
o patrimônio
histórico-cultural
em Passo Fundo (RS)

VOLUME I

méritos
editora

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PODER

*Reflexões sobre o patrimônio
histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*

VOLUME I

Alessandro Batistella (Org.)

Ana Paula Wickert

Camila Guidolin

Eduardo Roberto Jordão Knack

Gizele Zanotto

Ironita P. Machado

João Carlos Tedesco

Marcos Antonio Leite Frandoloso

Maria Beatriz Pinheiro Machado

Maria de Lourdes P. Horta

Murillo Dias Winter

Tau Golin

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PODER

*Reflexões sobre o patrimônio
histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*

VOLUME I



*Edição
Fac-similar*

Passo Fundo
2011

méritos
editora

2011 – Versão livro em papel
2023 – Versão em e-book/PDF

© Livraria e Editora Méritos Ltda.
Rua do Retiro, 846
Passo Fundo - RS - CEP 99074-260
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva
Editor

Jenifer Bastian Hahn
Auxiliar de edição

Vanessa Alcaráz
Mídia

Léo De Lazzari
Revisão final

Responsabilidade individual: as opiniões expressas nos capítulos desse livro são de responsabilidade de seus respectivos autores.

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998.
Partes deste livro podem ser reproduzidas ou transmitidas, desde que citados o título da obra, o nome do(s) autor(es), da editora e os demais elementos de referência, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

P314 Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS) / Alessandro Batistella (Org.) - Passo Fundo: Méritos, 2011. 316 p.

1. Patrimônio histórico – Passo Fundo – Aspecto social
2. Educação 3. Memória 4. Relações de poder 5. Identidade
I. Título

CDU:981.652

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Miguellis CRB10/1241

ISBN da versão livro em papel: 978-85-89769-97-6

Impresso no Brasil

Apresentação

GERALMENTE, O TERMO *PATRIMÔNIO*¹ É ASSOCIADO A UMA PROPRIEDADE, um bem mercadológico ou uma herança de família. Em suma, patrimônio é algo que pertence a alguém ou a uma coletividade. *Por sua vez, a noção de patrimônio histórico* remete-nos à Europa dos séculos XVIII e, sobretudo, do XIX, noção essa atrelada ao surgimento e consolidação dos Estados nacionais e na preocupação de resgatar e preservar – e até mesmo inventar – elementos identitários comuns, além do próprio passado nacional.

No entanto, quando falamos em patrimônio histórico, não estamos nos referindo apenas ao “patrimônio edificado” ou ao arquitetônico – a chamada dimensão “pedra e cal” –, representado por edifícios e monumentos, mas também ao patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, museológico, arqueológico... Enfim, todo o conjunto de bens que atestam a história de uma determinada sociedade².

Ademais, o conceito de patrimônio histórico está intimamente ligado ao de *patrimônio cultural*, que é constituído pelos chamados “bens culturais”, que pode ser definido como “toda produção humana – de ordem emocional, intelectual e material – independente de sua origem ou época³”.

¹ Convém aqui lembrar que *patrimônio* é uma palavra de origem latina – *patrimonium* –, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai – *pater* –, isto é, tudo que estava sob o domínio do senhor – a mulher, os filhos, os escravos, os animais e os bens móveis e imóveis (FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 10-11).

² ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 133.

³ Idem, p. 132.

Nesse sentido, o patrimônio cultural pode ser classificado⁴ em: a) *Patrimônio material*: maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas etc.; b) *Patrimônio imaterial*: canções, celebrações, ritos, crenças, lendas, saberes que passam de uma geração para outra, manifestações cênicas, lúdicas e plásticas, lugares e espaços de convívio, dialetos etc.

Portanto, o patrimônio histórico e cultural de determinada sociedade é fundamental, sobretudo, para a própria identidade dessa sociedade. No entanto, o que devemos preservar como sendo *nosso* patrimônio histórico e cultural? Quem define o que deve ou não ser preservado? Como e por quem é feita essa seleção? Como está atualmente sendo tratada, pelos órgãos governamentais, a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural? Como podemos conscientizar a população acerca da importância desse patrimônio?

Essas, dentre outras, são algumas questões que pretendemos debater ao longo desta obra. Neste primeiro volume, aglutinamos doze artigos em que os autores procuram tecer algumas reflexões acerca da atual situação do patrimônio histórico-cultural em nosso país e, especialmente, na cidade de Passo Fundo.

Ademais, também há nessa obra artigos que versam especificamente sobre as possibilidades da educação patrimonial, que, sem dúvida, constitui uma importante maneira de conscientizar os cidadãos a respeito da importância de preservarmos o patrimônio histórico-cultural. Afinal, como salientou Françoise Choay, “a preservação do patrimônio histórico-cultural é, antes de tudo, uma questão de mentalidade⁵”.

Alessandro Batistella
Passo Fundo, primavera de 2011

⁴ Classificação proposta por Maria Beatriz Pinheiro Machado (In: *Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco, 2004, p. 16).

⁵ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2006, p.149.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
I. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM PASSO FUNDO	
<i>Eduardo Roberto Jordão Knack</i>	13
O valor histórico e as transformações sociais.....	17
Considerações finais.....	33
Referências.....	36
II. PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO EM PASSO FUNDO: DO APOGEU AO ABANDONO	
<i>Ana Paula Wickert</i>	39
O fenômeno da ferrovia: modernidade.....	40
Implantação da Ferrovia no Rio Grande do Sul.....	44
Linha Tronco Norte: Santa Maria a Marcelino.....	49
O espaço ferroviário e a Estação ou “Gare”.....	55
O patrimônio ferroviário em Passo Fundo: marcas de uma história.....	61
Patrimônio industrial: uma questão a ser discutida.....	64
Referências.....	71
Documentos primários.....	72
Cartografia e projetos arquitetônicos.....	74
III. O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PASSO FUNDO	
<i>Marcos Antonio Leite Frandoloso</i>	75
A cultura da preservação em Passo Fundo.....	78
Metodologia de inventário.....	81
Análises do patrimônio edificado.....	85

<i>Análise geral</i>	85
Eixos de preservação.....	88
O inventário como ferramenta de educação patrimonial.....	90
<i>Documentação e educação para preservação</i>	90
Inventário e educação patrimonial em Passo Fundo.....	93
As políticas públicas e a iniciativa privada na proteção patrimonial.....	94
Recomendações e considerações finais.....	96
Referências.....	99
IV. MEMÓRIA POLÍTICA E POLÍTICA DA MEMÓRIA: OS PODERES DA LEMBRANÇA	
<i>João Carlos Tedesco</i>	101
Tempos que vão e tempos que voltam.....	103
Produzir vestígios.....	109
Memória em batalhas.....	112
Enfim.....	121
Referências.....	124
V. PATRIMÔNIO E REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS MONUMENTOS EM PASSO FUNDO.....	127
<i>Alessandro Batistella</i>	127
Patrimônio e representações	128
Os monumentos como representações simbólicas	137
Os monumentos em Passo Fundo.....	139
Considerações finais.....	152
Referências.....	152
VI. HEGEMONIA GAUCHESCA	
<i>Tau Golin</i>	155
O Manifesto.....	157
A repercussão.....	158
Passando a tarca.....	160
Realidades.....	162
Hegemonismo.....	164
Argumentos.....	166

Pioneiros e massificadores.....	168
Presilha ditatorial.....	170
Tempos de história e cultura.....	175
Courama.....	177
A fazanha.....	179
Assassinato.....	180
Ave pampa!.....	181
Tradicionalizando.....	182
Na guaiaca pública.....	183
Regional-universal.....	186
VII. PLASTICIDADE RITUAL: UM ESTUDO DE CASO DAS ROMARIAS DE PASSO FUNDO	
<i>Camila Guidolin, Murillo Dias Winter, Gizele Zanotto.....</i>	189
A devoção a São Miguel Arcanjo.....	193
Venerando Nossa Senhora Aparecida.....	199
Referências.....	208
VIII. A IGREJA CATEDRAL DE PASSO FUNDO: DE SEMIÓFORO A PATRIMÔNIO	
<i>Gizele Zanotto.....</i>	211
“A construção da Igreja Catedral como obra comunitária...”.....	211
“A Igreja Catedral como semióforo...”.....	220
“A Igreja Catedral como patrimônio”.....	223
Referências.....	229
<i>Fontes em periódicos.....</i>	232
IX. PATRIMÔNIO: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO	
<i>Ironita P. Machado.....</i>	233
Referências.....	247
X. DISCURSOS E PRÁTICAS PATRIMONIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>Maria Beatriz Pinheiro Machado.....</i>	249
Patrimônio cultural e educação.....	251
Trilhas, caminhos e outras rotas a desbravar.....	254
A educação do olhar: aprender a ver a arquitetura.....	257
Para finalizar.....	263
Referências.....	264

XI. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
<i>Maria de Lourdes P. Horta</i>	265
Referências.....	288
XII. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PENSANDO SOBRE PASSO FUNDO	
<i>Eduardo Roberto Jordão Knack</i>	289
Pensando sobre a realidade de Passo Fundo – possibilidades de estudo.....	294
Considerações finais.....	311
Referências.....	312

Patrimônio histórico e transformações sociais em Passo Fundo

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

DURANTE PESQUISA REALIZADA NO MESTRADO EM HISTÓRIA, QUE RESULTOU NA DISSERTAÇÃO “Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo, RS” (2007), foi abordada a questão do patrimônio histórico edificado da cidade sob duas perspectivas – a relação das edificações com o intenso processo de verticalização, enfrentado especialmente durante as décadas de 1990 e 2000, e como esse patrimônio contribui para a formação de uma memória histórica local². Para isso foi investigada a origem de ideias de moderni-

¹ Graduado e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo.

² A questão da verticalização afetou inclusive o patrimônio histórico arquitetônico que estava ligado às elites locais. Isto é intrigante, pois a própria identidade que esse patrimônio representava – uma identidade progressista, que preservava os esforços políticos e econômicos para afirmar a cidade como capital do Planalto – resultou na modernização que hoje ameaça as edificações que representam a história dessas elites e de outros grupos. Essa percepção foi constatada na década de 2010 por João Vicente Ribas: “Na medida em que a cidade cresce, seu patrimônio cultural é atacado como portador de identidades que devemos esquecer. O ataque diário ao patrimônio arquitetônico é testemunha inequívoca de que o relacionamento da cidade com sua história vive um momento de profundo descaso. É irônico que nos projetamos nacionalmente como cidade cultural, referência em literatura e folclore, ambos portadores de subjetividades e exemplos de um patrimônio tido como imaterial, enquanto que o pouco que temos de objetivo, concreto, vem sendo desprezado numa ânsia demolidora poucas vezes vista, dando mostras de que por certo ainda persiste uma ideia de patrimônio imobiliário sobrevalorizada em relação ao patrimônio histórico” (In:

zação e urbanização que levaram a esse processo, chegando à conclusão de que existiu, ao longo do século XX, uma necessidade de afirmar Passo Fundo como a “capital do Planalto”. A legitimação dessa identidade (vinculada a elites econômicas e políticas) ocorreria através da construção de edificações modernas, verticais, da remodelação da área central e da instalação de indústrias no município. Uma das consequências foi a eliminação de diferentes espaços urbanos da área central, que representavam grupos sociais que não condiziam com essa identidade ou que não conseguiram manter suas propriedades nessa área devido à intensa valorização imobiliária do centro.

A outra perspectiva foi o problema da “elitização do patrimônio histórico e arquitetônico”, que vai ao encontro da ideia de afirmar a identidade “capital do Planalto”. As edificações tombadas pelo patrimônio histórico municipal que ainda restam na área central representam a identidade econômica e política das elites municipais, mais do que isso, representam também as experiências desses grupos que trabalharam para tornar Passo Fundo um centro regional. Esses bens conseguiram resistir à verticalização e à valorização imobiliária, enquanto outros espaços não resistiram, encontram-se abandonados ou em ruínas. Portanto, é possível afirmar que o conjunto de bens³ patrimoniais da cidade localizado no centro pode ser compreendido como “elitizado”.

O objetivo desse ensaio não é apenas reafirmar o que já foi abordado em pesquisa anterior, mas aproximar o enfoque para

Cadañalso. Passo Fundo, agosto de 2006). É necessário apontar outra consideração levantada pelo professor Haroldo Carvalho para compreender o momento que Passo Fundo enfrentava frente à destruição de seu patrimônio: “Nesta semana a população passo-fundense foi pega de surpresa com a declaração da destruição de um ícone cultural e histórico da cidade nascido na década de 60. Foi anunciada a demolição do Cine Teatro Pampa que por muitas décadas foi um ponto de encontros entre amigos, namorados e até inimigos” (In: *O Nacional*. Passo Fundo, março de 2006). Daniel Bittencourt, em seu artigo “Verticalizar sim, destruir não”, escrito em 2006, também apresenta uma visão crítica sobre aquele momento: “Passo Fundo é uma cidade voltada para a modernização. Por ser polo regional, carrega o *status* de exemplo de progresso em todos os setores. Mas uma cidade sem memória, sem resgate, é uma cidade sem futuro” (In: *O Nacional*. Passo Fundo, agosto de 2006).

³ De acordo com Haroldo Carvalho (2002, p. 397), “[...] os chamados ‘bens culturais’ nada mais são do que referenciais identitários componentes da trajetória espaço-temporal que cada grupo social constituiu ao resolver situações colocadas em sua existência”.

as transformações sociais que ocorreram nos espaços urbanos hoje ocupados pelo patrimônio histórico de Passo Fundo. Quase todas as edificações tombadas não exercem mais as mesmas funções que exerciam quando construídas, isso significa que esses espaços urbanos e suas sociabilidades modificaram-se ao longo dos anos. Charles Monteiro descreve o caminho a ser seguido para pesquisar uma cidade de acordo com a presente proposta:

As possibilidades de interpretação sobre a cidade são múltiplas. Diferentes caminhos se abrem ao investigador que pretende responder às questões que as experiências e as formas de organização social no e do espaço urbano lhe sugerem. O intérprete das práticas sociais no e do espaço urbano precisa construir meios para compreender e explicar esse fenômeno multifacetado. Como um cristal, a cidade refrata/decompõe em um amplo espectro a luz que projetamos sobre ela. O habitante agrupa os significados e dá sentido aos espaços e às práticas no espaço urbano (MONTEIRO, 2006, p. 17).

Para compreender as mudanças no sentido que os habitantes conferem aos espaços urbanos é necessário estar atento às transformações que ocorrem na cidade. As diferentes funções exercidas pelo patrimônio histórico são importantes, pois além de revelar alterações de sociabilidades de determinados grupos também podem apontar caminhos para compreender diferentes significados atribuídos a representações da identidade do município, permanências e mudanças na organização social e na formação da memória patrimonial.

A memória patrimonial de uma cidade não é composta apenas pelo patrimônio tombado pelo município, mas por outros espaços que representam experiências da comunidade, marcando suas práticas sociais, contribuindo para a formação da identidade de seus habitantes. Seguindo essa percepção, também serão abordadas transformações em edificações que embora não façam parte dos bens patrimoniais reconhecido pelo poder político, estão presentes na vida de diferentes grupos do município.

Frente a estas considerações, torna-se importante definir, primeiramente, o que pode ser compreendido como patrimônio. De acordo com Angelo Pohl (2005, p. 64):

Numa compreensão bastante simplificada, um patrimônio é um conjunto de bens, de objetos, que são importantes para a pessoa, que, em sua representação, se tornam uma reserva de valores. Não apenas valores econômicos, na maioria das vezes passageiros, mas valores associados a significados muito mais profundos e sutis.

Françoise Choay (2001, p. 11) levanta uma consideração importante para entender esse conceito: “Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. O patrimônio exerce, entre outras funções a de conferir um senso de continuidade aos grupos que promoveram seu tombamento, cristalizar uma memória, coletiva ou individual, muitas vezes com o objetivo de afirmar algo (um intuito, uma aspiração, um plano ou projeto) no presente ou lançar um olhar para o futuro, como resgatar algum feito ou glória do passado de determinado grupo social para que outras gerações venham reconhecer e lembrar tal acontecimento.

Zita Possamai reforça a necessidade de investigar aquilo que determinado bem passa a representar depois que é tombado, bem como o significado de sua preservação para uma comunidade:

É na atribuição de determinados valores – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros – que se opera a definição do que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação, e o que será relegado ao esquecimento. [...] Assim, o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar, como a identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu, entre inúmeros outros (POSSAMAI, 2000, p. 17).

O próprio conceito, “patrimônio histórico”, já encerra a justificativa para sua preservação – possui uma importância histórica para uma cidade, região ou país. Cabe questionar quem são os responsáveis por determinar o que é importante para uma comunidade inteira, mas este não é o principal objetivo desse ensaio. A ideia é levantar indícios de que as mudanças na sociabilidade das edificações que compõem a memória patrimonial estão transformando o significado desses bens para a memória coletiva dos grupos que compõem cidade, investigar se tais mudanças estão rompendo o “senso de continuidade” que justificou sua escolha para se tornarem patrimônio de Passo Fundo.

O valor histórico e as transformações sociais

As perspectivas históricas que orientam o tombamento dos bens patrimoniais do município são baseadas em autores que tem como referência os trabalhos de Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Delma Rosendo Ghem e Jorge Cafruni, que influenciam pesquisas sobre a história da cidade até hoje. Esses historiadores são importantes para a historiografia local, pois além de levantar inúmeros dados e informações, também foram construtores da memória histórica de Passo Fundo. Mas suas obras guardam posições e opiniões que hoje devem ser debatidas. Essa concepção privilegia a história das elites econômicas e políticas da cidade. Grupos como os nativos e escravos africanos foram colocados em segundo plano⁴. Tais considerações são necessárias, pois são os homens, suas escolhas, vinculadas ao seu contexto histórico,

⁴ “*Passo Fundo através do tempo*, obra escrita em três volumes, pela componente da Academia Passo-Fundense de Letras, Delma Rosendo Ghem, constitui-se no mais puro exemplo de seguidora assídua das obras de Antonino Xavier e Oliveira e de Jorge Cafruni. [...] No pressuposto de que a da origem histórica de Passo Fundo está centrada na ação da etnia branca, primeiro, de jesuítas espanhóis e, depois de, paulistas, é que as raças amarela (índio) e negra (africano) são mencionadas: o índio, em razão do império jesuítico e dos acontecimentos que expressam o ataque aos paulistas; o negro escravo, numa segunda fase de interesse do gado e como acompanhamento dos tropeiros paulistas e colonizadores [...]” (DIEHL, 2001, p. 62-63).

que atribuem significado ao patrimônio, como Frinéia Zamin (2006, p. 30) observa:

O patrimônio cultural de uma região, nação ou da humanidade não tem uma existência apriorística, em si mesma; ele é uma construção que requer escolhas e estas, por sua vez, vinculam-se a valores. [...] Sendo a preservação do patrimônio cultural uma construção que envolve atores sociais, sob a gestão de instituições oficiais, os pressupostos que a ancoram, ou seja, as noções sobre valores, assim como a importância desses valores, são variáveis no tempo e no espaço.

Essa concepção que privilegiou a história de determinados grupos justifica e confere o valor histórico aos bens patrimoniais do município. Grupos que não estavam incluídos na história construída pelos historiadores locais até praticamente o início da década de 1990 não foram contemplados com edificações tombadas pelo poder público. Isso revela que determinadas sociabilidades foram preservadas oficialmente, enquanto outras, apesar de serem marcantes para determinados grupos, não receberam tal atenção. Esse tipo de relação entre memória e esquecimento pode resultar em conflitos pela disputa de espaços simbólicos. No caso de Passo Fundo, a afirmação de um projeto progressista, onde o novo, o “moderno”, é priorizado em relação ao velho levou ao abandono de determinadas memórias e práticas sociais que não estavam de acordo com o valor histórico legitimado pelas elites locais.

O prédio onde funcionou o Cassino da Maroca⁵ é um exemplo de um espaço que simboliza uma memória, um tipo de sociabilidade que parece não haver interesse em se preservar, pois, como mostra a Figura 1, está abandonado e depredado. É possível lançar a seguinte questão: será que as práticas sociais realizadas nesse espaço vão ao encontro dos interesses dos construtores da memória histórica da cidade? É claro que o abandono

⁵ “Construído na década de 1930 pelo principal construtor passo-fundense do período – João de César. Inaugurado em 1941” (WICKERT, 2007, p. 395).

da memória patrimonial não resulta apenas da afirmação das experiências de determinados grupos sociais, mas de uma série de outros problemas, como falta de políticas efetivas, participação e mobilização da população, especulação imobiliária, entre outros fatores. Mas é necessário prestar atenção para quais experiências estão formando a memória de uma comunidade e quais estão sujeitas ao abandono e descaso para compreender o processo de formação das identidades passo-fundenses.



Figura 1. Prédio onde funcionava o Cassino da Maroca.

De um cabaré famoso na região ao abandono e descaso do poder público e da comunidade é uma mudança radical, o que

indica uma transformação no significado atribuída pelos munícipes àquele espaço. Tema principal da artista Ruth Schneider, que expressa em suas obras os personagens, as festas e outros acontecimentos que marcavam a vida noturna cidadina, tal espaço encontra-se em ruínas. Sem uma ação para preservar o local, é claro que os sujeitos perdem, esquecem e/ou ignoram o Cassino da Maroca, que acaba em ruínas e torna-se alvo de pichadores.



Figura 2. Entrada do antigo Cassino da Maroca.



Figura 3. Lateral do antigo Cassino da Maroca.

Para a comunidade manter seus laços de identificação com determinado espaço é preciso que ele ganhe políticas de preservação. Mesmo que não exista uma identificação da maioria dos munícipes, é importante a preservação de algumas edificações, pois constituem fontes de pesquisa para os historiadores e um valor arquitetônico histórico para a região. Ana Paula Wickert, destacando a década de 1930 para o desenvolvimento da cidade e das obras do arquiteto Giovanni De Césaro, aponta a importância arquitetônica do prédio do Cassino da Maroca para Passo Fundo⁶. Se tal situação de descaso continuar é possível que esta edificação esteja à beira da destruição.

Outro espaço que sofreu uma grande transformação, símbolo de uma busca desmedida pelo progresso, foi o Cine Teatro Pampa, demolido para ceder lugar a um enorme estacionamento. Acontecimento marcante para uma reflexão sobre a situação do patrimônio histórico em Passo Fundo. Comentando sobre o centenário da cidade, Haroldo Carvalho indica uma das forças econômicas que contribuiu para o crescimento e afirmação do município como centro regional:

Passados então cinquenta anos daquele 1957, Passo Fundo é uma cidade que se vergou à força simbólica do automóvel. Não fora pelas alterações urbanas implementadas para viabilizar o sempre crescente fluxo de veículos, pela reconfiguração de bairros que se especializam no ramo comercial vinculado à compra e venda de automóveis, como por exemplo o Boqueirão, e pela criação de uma estética residencial onde as garagens de estacionamento ocupam os andares iniciais, os automóveis não mereceriam maior destaque (CARVALHO, 2007, p. 423).

Carvalho demonstra o significado que exerce o automóvel na construção da cidade e também indica como podemos ler

⁶ “Arquitetos e construtores passam a ser figuras destacadas na cidade, dentre eles o imigrante italiano Giovanni De Césaro, construtor respeitado por suas inovações arquitetônicas. Em suas obras pode-se observar a transição de estilos, do historicismo nas primeiras atuações, a um *art decô* (ou proto-racionalismo) já demonstrado no Clube Caixeiral e principalmente no Cassino da Maroca, obra de 1941” (In: WICKERT, 2007, p. 383).

a transformação que o Cine Teatro Pampa sofreu. Um espaço que certamente marcou a memória de inúmeros moradores do município passou a ser um símbolo de um aspecto da modernidade de Passo Fundo – um grande estacionamento.

TURIS
HOTEL
ESTACIONAMENTO PAMPA
24 HORAS

POR HORA
PERNOITE
HORA ADICIONAL
DIÁRIA
MENSAL (MANHÃ E TARDE)
MENSAL (MANHÃ, TARDE E NOITE)

ESTACIONAMENTO
ROTATIVO
24 HORAS

Fone: (54) 3311-2011
Fax: (54) 3311-8110
e-mail: turis.h@terra.com.br

Rua Bento Gonçalves, 349 - CEP 99.010-012
Passo Fundo - RS

Figura 4. Panfleto de inauguração do Estacionamento Pampa, distribuído em 2006.

É claro que essas ideias de progresso que alimentavam os objetivos das elites locais em tornar Passo Fundo a capital do Planalto estavam vinculadas a um contexto amplo, como o desenvolvimentismo da década de 1950 que impulsionava a busca por uma modernidade urbana em todo Brasil. Essas transformações nos espaços revelam uma historicidade complexa, com consequências que podem ser percebidas no mundo contemporâneo. Os problemas relacionados ao trânsito e aos automóveis na cidade são um exemplo.

Inaugurado em 1962, o Cine Teatro Pampa era realmente luxuoso. Suas cadeiras estofadas abrigavam duas mil pessoas. O Cine Teatro Pampa era palco de shows imperdíveis, como

Nelson Gonçalves, Ângela Maria, além de peças de teatro, onde a magnífica Sandra Bréa ficou nua para mais de duas mil pessoas que se acotovelavam até nos corredores do Pampa. Em 14 de dezembro de 1968, um grande estrondo seguido por chamas gigantescas e muita fumaça saíram do Pampa. Muito se perdeu, mas felizmente, o hotel ficou intacto. O cinema ficou dois anos em reconstrução. O Cine Pampa voltou a funcionar no natal de 1970, com o filme “O planeta dos macacos”; fechou definitivamente em 2005 e se transformou num estacionamento (DAMIAN, 2007, p. 150).

Um cinema, que além da exibição de filmes era palco de eventos sociais, encontros e seminários, perdeu seu valor frente às consequências do progresso local. A capital do planalto e a força econômica que alimentou esse projeto pesaram mais que a importância de um símbolo cultural local. As experiências da comunidade com aquele espaço, as práticas sociais que ele abrigava perderam-se frente a uma prática que representa problemas característicos da modernização sonhada pelas elites políticas e econômicas da cidade e do país durante o século XX.

Em relação aos bens reconhecidos como patrimônio histórico municipal e que tiveram suas sociabilidades transformadas podemos citar o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, composto pelos prédios da Intendência Municipal (hoje Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider), Câmara Municipal de Vereadores (hoje Teatro Municipal Múcio de Castro) e o Clube Pinheiro Machado (hoje Academia Passo-fundense de Letras)⁷. Este exemplo pode ser considerado oposto ao Cassino da Maroca, pois além de ser preservado legalmente, ainda constituem símbolos culturais da cidade.

⁷ “Art. 1º - Fica tombado e passa a integrar o patrimônio histórico do Município o conjunto arquitetônico localizado na Avenida Brasil Oeste e constituído pelos prédios onde funcionaram a Prefeitura e Câmara Municipal e também o prédio da Academia Passo-fundense de Letras”. Lei nº 2.608 de 25 de setembro de 1990 (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

Estão representadas as experiências da história política da cidade. Estas edificações são espaços ocupados pelo poder público e grupos ligados a elites municipais, como no caso do Clube Pinheiro Machado. Delma Rosendo Ghem indica, em 1978, os prédios considerados símbolos do progresso na região:

Em 1914 a área urbana da cidade contava com 4 mil habitantes e 500 hectares. O número de prédios alcançava 600 e seus principais edifícios eram: a Intendência que se dizia, na época, “moderno e bom”; a igreja Matriz ainda não concluída, à praça Tamandaré; capela São Teodoro, mais ou menos, em frente ao edifício que foi do Banco da Província e hoje é de propriedade do Banco Itaú, sita na rua Moron com a Bento Gonçalves; Clube Pinheiro Machado [...]; edifício da Sociedade Iolanda Margherita, à praça Marechal Floriano, rua Moron; Loja Maçônica Concórdia do Sul e a estação da Viação Férrea (GHEM, 1978, p. 181).

Além de representarem o poder político, também são espaços que marcaram a busca pelo progresso, visto que são considerados “modernos e bons”. As mudanças que ocorrem nesse espaço também representam transformações sociais da cidade, mas sob uma ótica diferente, pois são tombados pelo município, constituindo uma espécie de memória oficial de Passo Fundo. As edificações tornaram-se “espaço cultural”, deixaram de ser o centro da política regional para se tornarem um importante centro cultural do município. Embora essas edificações enfrentem adversidades, bem como problemas colocados aos profissionais envolvidos com atividades culturais, desde deterioração física dos prédios, necessidade de mais funcionários e recursos, entre outras dificuldades, as experiências e sociabilidades desse local estão preservadas, diferente de outros espaços.



Figura 5. Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Teatro Municipal Múcio de Castro e Academia Passo-Fundense de Letras.

A construção do prédio da Intendência Municipal foi finalizada em 1911. A partir de 1930, ocorreu a mudança na denominação do poder executivo municipal, passando a ser chamado de Prefeitura Municipal. Em 1976, se tornou uma secretaria, pois a Prefeitura passou a funcionar nas atuais instalações. “Em 1994, o prédio sofreu uma obra de refuncionalização, objetivando abrigar o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS). O museu foi inaugurado em 18 de maio de 1996 e pertence à Universidade de Passo Fundo. A primeira diretora foi Roseli Pretto” (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p. 24).

O Clube Pinheiro Machado começou suas atividades no início do século XX, com o objetivo de ser um ponto de encontro de membros e simpatizantes do Partido Republicano Rio-grandense. Um dos seus principais articuladores foi Francisco Antonino Xavier e Oliveira.

Em consequência das alterações criadas com a implantação do Estado Novo, o Clube Pinheiro Machado passou para o domínio da Prefeitura, que em 1938, por cedência do então prefeito Sr. Arthur Ferreira Filho, nele instalou o Grêmio Passo-Fundense de letras, cuja sessão de fundação foi realizada em 7 de abril de 1938, com Gabriel Bastos como vice-presidente. Em reunião de 20 de maio de 1960, ficou definida a alteração do nome de Grêmio Passo-Fundense de Letras para Academia Passo-Fundense de Letras (KRAMER e WAIHRICH, *ibidem*, p. 33).

O prédio que hoje abriga o Teatro Municipal Múcio de Castro começou a ser construído na década de 1880 para se tornar a sede do Clube Dramático Passofundense. Em 1911, abrigou provisoriamente o Clube Pinheiro Machado e o Poder Judiciário. Também foi sede do jornal *O Gaúcho* e, entre 1940 e 1977, do Poder Legislativo. A partir de 1990, passou a abrigar o Teatro. O comentário de Mara Kramer e Lorena Waihrich (*Ibidem*, p. 17) sobre esse edifício vai ao encontro da discussão sobre o valor histórico de um espaço urbano: “o atual Teatro Múcio de Castro é ladeado pelo antigo Clube Pinheiro Machado, à direita, e pela Intendência Municipal, à esquerda; tríade que compõe importante conjunto de valor arquitetônico e histórico da cidade”.

É claro que dentro das justificativas para o tombamento desse conjunto está a importância arquitetônica. Mas seu valor histórico não tem apenas uma relação com o estilo da construção, vai além, está vinculada à seleção que uma sociedade e os grupos que a compõe fazem sobre o que é importante ser lembrado, preservado e esquecido. São as práticas políticas de uma elite, suas experiências e sociabilidades que estão preservadas. Hoje, esse espaço constitui uma afirmação cultural da cidade, que valoriza

o passado desses grupos, tornando-se uma referência espacial representando a identidade da cidade.

Porém, a leitura desse conjunto de edificações torna-se complexa na medida em que o descaso com a sua conservação por parte do poder público mostra-se evidente – basta visitar as instalações desses prédios para perceber os inúmeros problemas em sua estrutura, como infiltrações, goteiras, paredes com risco de desabar, pouco espaço adequado para abrigar o acervo e demais equipamentos, entre outras questões. O conflito de interesses caracterizado pela vontade de preservação desses edifícios e a falta de atenção do município com as condições desses bens é característico de sociedades que priorizaram o “futuro”, o “progresso”, manifestado como crescimento econômico, industrial e urbano, não reservando atenção ao passado, considerado obsoleto, onde os vestígios da história servem apenas para afirmar a busca e a conquista daquilo que é considerado moderno.

Outros bens que fazem parte do patrimônio histórico do município e, apesar das transformações que ocorreram com esses espaços, ainda continuam afirmando um imaginário progressista na cidade são as edificações que abrigavam a Cervejaria Brahma, a Igreja Metodista e o Banco da Província. No trabalho “Relações entre patrimônio histórico e modernização em Passo Fundo” (KNACK, 2010), estão presentes trechos das justificativas apontadas nos projetos de lei para o tombamento dessas construções, demonstrando sua ligação com uma cultura progressista, com ideias de modernização e industrialização próprias das elites econômicas do município.

Tais edificações continuam representando o progresso econômico, no caso do edifício que já abrigou três cervejarias (Serrana, Continental e Brahma), hoje abriga as instalações das faculdades Anhanguera. Essa mudança representa a força da prestação de serviços e especialmente a importância da educação para a economia da cidade, lançando alternativas a uma sociedade que concebia a industrialização como único caminho para o desenvolvimento econômico.



Figura 6. Um dos prédios das Faculdades Anhanguera em Passo Fundo.

Outra edificação que manteve a mesma função e faz parte do patrimônio histórico municipal é a Igreja Metodista. Além da óbvia afirmação da participação de um grupo social na construção da história passo-fundense, os bens que se referem à memória dos metodistas (o prédio Texas, do Instituto Educacional, vinculado à Igreja Metodista, também é patrimônio municipal) estão ligados à afirmação da educação como uma atividade vital para o crescimento e afirmação da cidade como centro regional. Atualmente, perdido em meio aos edifícios verticais que caracterizam o centro de Passo Fundo, o espaço que abriga uma comunidade religiosa e que foi palco dos primeiros passos do ensino no município reflete, como demonstra a figura 7, o contraste entre a afirmação de uma cultura progressista (uma expressão da busca pelo progresso na cidade é a verticalização do espaço urbano) e a memória patrimonial.



Figura 7. Igreja Metodista.

O prédio que abrigou o Banco da Província também continua com a mesma função, pois abriga as instalações do Banco Itaú. A permanência da mesma atividade está vinculada ao desenvolvimento econômico da cidade, ao tombamento da edificação e à afirmação do projeto fomentado pelas elites políticas da cidade de tornar Passo Fundo um centro regional, uma Capital do Planalto. “[...] o Banco da Província do Rio Grande do Sul S/A instalou-se na cidade, em 1912, na Avenida Brasil (na época, rua do Comércio), esquina com a rua 10 de abril” (MACHADO; MIRANDA, 2005, p. 110). Sua instalação definitiva ocorreu em 1922, data em que construiu sua sede própria. “Nesse local, funcionou até 1972, quando da unificação do Banco da Província, Banco Nacional do Comércio e Banco Industrial e Comercial do Sul S/A, transformando-se em Sulbrasileiro, que

após intervenção do Banco Central, em 1985, passou a Banco Meridional do Brasil” (BANDEIRA, 2007, p. 140). O prédio só passou a ser propriedade do Banco Itaú praticamente no início da década de 1990. As práticas sociais relacionadas à edificação remetem às experiências de crescimento econômico e afirmação política da cidade.

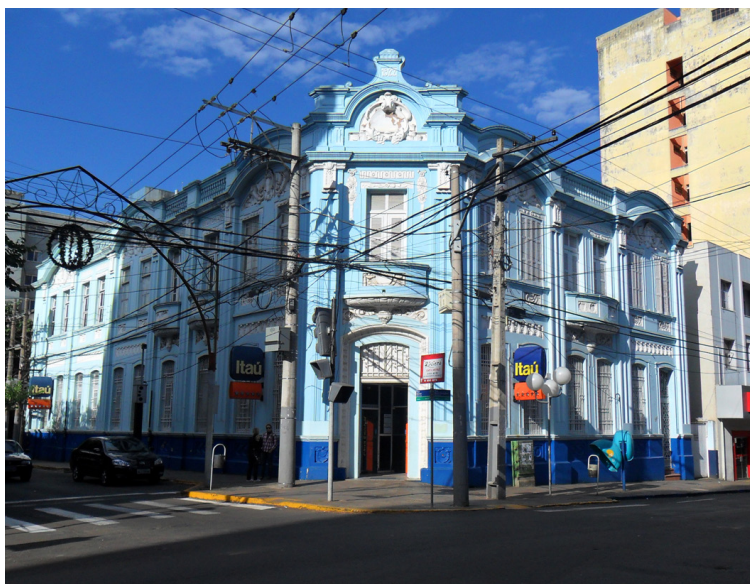


Figura 8. Prédio do Banco Itaú.

Outra edificação que teve sua função alterada, transformando as práticas sociais relativas àquele espaço, foi a Estação Férrea da Gare. “Quando em 8 de fevereiro de 1898, a população passofundense ouviu o apito da maria-fumaça sabia que novos tempos estavam iniciando” (HEINSFELD, 2007, p. 126). Esse espaço representou para Passo Fundo o início das grandes transformações urbanas e é considerado a origem do “progresso”, uma marca da modernidade que alterou o cotidiano de seus habitantes profun-

damente. Hoje, abriga em determinados dias da semana a Feira do Pequeno Produtor.



Figura 9. Estação Férrea da Gare.

De marco do progresso e representante do momento em que a cidade começa a se articular com a economia nacional e internacional a um local que marca a economia do pequeno produtor regional é uma transformação significativa. De acordo com Heinsfeld (Idem), a instalação da ferrovia em Passo Fundo estava articulada com interesses estratégicos nacionais e construída por empresas de capital belga.



Figura 10. Estação Férrea da Gare. Destaque para a placa da Feira do Pequeno Produtor.

Na década de 1990, especificamente

em 1996, a arquiteta Lorena Postal Waihrich elaborou um projeto de reabilitação e refuncionalização da estação ferroviária, convertendo-a no Mercado do Produtor. A obra foi realizada nos anos seguintes (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p. 21).

Na transformação da função dessa edificação estão envolvidas questões locais e nacionais. O abandono das estradas de ferro que ocorreu especialmente a partir da década de 1950, com a ênfase em um modelo nacional de rodovias e o conseqüente estímulo no consumo de automóveis influenciou para o abandono e remoção dos trilhos de Passo Fundo, que precisava, na década de 1980, revitalizar a área central para melhorar o tráfego de veículos. A nova função exercida pela edificação demonstra a necessidade de um espaço para os pequenos produtores, afirmando a prática de produção colonial característica do interior da região.

O registro das práticas, tanto comerciais quanto sociais, que ocorrem na Feira do Pequeno Produtor são importantes para com-

preender as sociabilidades da cidade e sua relação com acontecimentos a nível nacional e internacional.

Considerações finais

Estudar o patrimônio histórico-arquitetônico é apenas um meio de compreender algumas transformações sociais que ocorrem em uma cidade. Em Passo Fundo, observando os bens que fazem parte da memória patrimonial municipal é possível constatar que as mudanças que ocorrem em nível local estão articuladas com uma série de acontecimentos que, para serem entendidos plenamente, é preciso recorrer a outras fontes primárias e secundárias. Também deve-se ser cauteloso para não reduzir a complexidade de se trabalhar com a cidade, como Paulo Cesar Xavier Pereira (2001, p. 282) coloca:

A cidade reduzida a objetos isolados ou separados – centro e periferia – acaba comprometendo a compreensão da totalidade do espaço físico da cidade, bem como da dinâmica da cidade, reduzindo-a a uma realidade, não só dual, mas também estática.

As mesmas considerações podem ser realizadas com trabalhos que envolvem a memória patrimonial. Não podemos explicar a história de uma cidade apenas pelas suas edificações históricas. Estas edificações devem ser consideradas representações de uma determinada cultura da qual os bens patrimoniais fazem parte. Dessa forma, também é preciso pensar no patrimônio como um elemento dinâmico, pois seu valor histórico, o significado para a comunidade está em constante transformação devido às experiências que ocorrem no presente.

Parece claro que as edificações que são alvos de políticas de preservação acabam tornando-se referência para a comunidade, estão presentes em seu cotidiano e nas experiências vividas da população. Os bens que não são alvos de políticas, programas de

educação patrimonial, entre outras ações de preservação, acabam caindo no esquecimento coletivo. A população precisa manter o contato com estes bens para valorizar sua existência, seu significado, construindo no presente novas experiências, atribuindo diferentes valores históricos em um processo de interação dinâmico.

É preciso considerar, como indica Mário Chagas (2003, p. 141), que “a ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionado, a experiência que se desenrola no presente”. Em Passo Fundo, a memória foi constantemente utilizada como recurso para afirmar ideias de progresso e modernização que configuram o título capital do Planalto. O patrimônio histórico-arquitetônico é um recurso do passado que legitima experiências do presente, uma vez que a maioria desses bens encontram em suas justificativas para seu tombamento o fato de terem contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico e da região.

O objetivo do presente ensaio não foi apresentar respostas definitivas sobre as possíveis relações existentes entre a memória patrimonial passo-fundense e as transformações sociais da cidade, mas apontar possibilidades de pesquisa nessa perspectiva. Existem mais bens que são tombados como patrimônio municipal, como o Bebedouro da Gare, a Capela São Miguel, a Escola Municipal Padre Antônio Vieira, o Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis, entre outros bens tombados provisoriamente, bem como inúmeras praças, monumentos e outros espaços que merecem um estudo mais aprofundado. No entanto, entre os bens que foram analisados, pode-se considerar como “vivos”, no sentido de ainda estabelecerem uma interação dinâmica com a população, aqueles em que os munícipes continuam construindo experiências, marcando seu cotidiano. Embora algumas edificações enfrentem problemas em sua conservação, como o Espaço Cultural Roseli Doleski Preto, permanecem como referência e participam da

vida da comunidade, como atestam as visitas, eventos e atividades desenvolvidas nesse espaço.

O prédio da Estação Férrea da Gare atualmente é marcado por atividades distintas daquelas que são apresentadas como “valor histórico” que justificam seu tombamento. As funções que essa edificação exerce hoje representam indícios de uma mudança no “senso de continuidade” que o patrimônio deveria conferir aos grupos envolvidos em seu tombamento, porém esse bem continua fazendo parte das experiências coletivas que configuram o presente, proporcionando uma transformação em seu significado para a comunidade, especialmente para os grupos envolvidos na Feira do Pequeno Produtor.

A Cervejaria Brahma também presenciou uma alteração em sua funcionalidade, as experiências que são desenvolvidas em uma faculdade certamente configuram novas práticas dos grupos sociais envolvidos com aquele espaço. Mas essa edificação continua exercendo uma atividade que vai ao encontro de uma perspectiva de modernidade urbana no município. O novo (a educação entendida como uma “indústria sem chaminé”) parece encarnar no velho (as instalações da antiga cervejaria). Os prédios do Banco Itaú, apesar de exercerem a mesma função (ainda exercerem atividades bancárias), também se relacionam com a intensa urbanização que caracteriza o encontro das ruas Moron e Bento Gonçalves em Passo Fundo, mas continua um símbolo do desenvolvimento econômico. A Igreja Metodista refere-se à memória e às experiências de um grupo social específico, e mantém sua função original desde a fundação.

Já a realidade do Cassino da Maroca é outra. Abandonado, esse prédio perdeu o vínculo com as experiências cotidianas da população que conferem significado ao mundo social. Enquanto essa edificação não participar da vida coletiva da cidade ou mesmo integrar o patrimônio municipal, fazendo parte de programas de educação patrimonial, seu significado vai continuar esquecido e provavelmente sucumbirá frente à especulação imobiliária, como ocorreu com o Cine Teatro Pampa. A verticalização, as trans-

formações urbanas, o automóvel, entre outras representações, tornaram-se símbolos daquilo que era considerado “moderno”. Hoje continuam marcando a paisagem da cidade, como capital simbólico e econômico, uma força do “progresso”, que, infelizmente, parece ser buscado freneticamente, ignorando-se inúmeras consequências, como a derrubada de parte da história de Passo Fundo. Por isso é importante voltarmos nossos olhos para a perda do patrimônio (histórico, arquitetônico, natural, material, imaterial...) como transformações significativas do espaço em que vivemos.

Referências

BANDEIRA, Jabs Paim. Banco da Província. In: LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CARVALHO, Haroldo. Passo Fundo do centenário ao sesquicentenário: que significados? In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CARVALHO, Haroldo. Bens culturais, memória social e lugares da memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Visões da história do Planalto Rio-Grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Multigraf, 1978, v. 1.

GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982, v. 2.

HEINSFELD, Adelar. Transporte ferroviário em Passo Fundo. In: LECH, Os-
vandrê (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*.
Passo Fundo: Méritos, 2007.

KNACK, Eduardo R. J. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico*.
Passo Fundo, RS. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
de Passo Fundo: Passo Fundo, 2007.

KNACK, Eduardo R. J. Relações entre patrimônio histórico e modernização
em Passo Fundo. In: HEINSFELD, Adelar; BATISTELLA, Alessandro; RECKZIE-
GEL, Ana Luiza Setti; MENDES, Jéferson (Orgs.). *Fazendo história regional*:
economia, espaço e sociedade. Passo Fundo: Méritos, 2010, v. 2.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura urbana de Passo
Fundo: 1865-1965*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando. *Passo Fundo: presentes da
memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memória da
cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do Município de Passo Fundo*:
aspecto histórico. Passo Fundo: UPF, 1990, v. 2.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Cidade: sobre a importância de novos meios
de falar e de pensar as cidades. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Palavras
da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER,
Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação patrimonial: novas perspectivas*. Santa
Maria: UFSM, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento
histórico. In: *Ciências & Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense, n.
27, jan./jun. 2000.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência
e narração*. Passo Fundo: UPF, 2004.

WICKERT, Ana Paula. A cultura da (não) preservação do patrimônio histórico
em Passo Fundo (ou onde o novo é sempre melhor que o antigo). In: BATISTELLA,
Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul a atribuição de
valores a uma memória coletiva edificada para o Estado*. 2006. Dissertação
(Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto
Alegre, 2006.

II

Patrimônio ferroviário em Passo Fundo: do apogeu ao abandono

Ana Paula Wickert¹

NO INÍCIO DO SÉCULO XXI, OBSERVA-SE UM INTERESSE CRESCENTE EM RELAÇÃO À preservação do patrimônio cultural e histórico representativo das culturas locais. O Estatuto da Cidade instrumentalizou diferentes ferramentas que incentivam a preservação patrimonial colaborando para sua gestão. Porém, o patrimônio industrial, ou seja, edificações oriundas do processo de industrialização, tais como estações férreas, fábricas, casas de operários, galerias comerciais, conhecimento recente no Brasil e no mundo, sendo que muitas demolições ocorreram sem qualquer critério.

Em Passo Fundo o fenômeno da era industrial está diretamente relacionado com a implantação da Linha Férrea ligando Santa Maria a Itararé (SP). Os trilhos chegaram na cidade em 1898 e com eles também a ideia e o conceito de modernidade. O patrimônio edificado aparentemente modesto, guarda relações interessantes com a política e a forma de se produzir arquitetura na época. Os remanescentes hoje podem ser claramente identificados, mas ainda se observa a falta de uma política de preservação

¹ Arquiteta e urbanista pela UFSM, mestre em conservação e restauro do patrimônio arquitetônico pela UFBA, sócia do escritório ZAY, professora e pesquisadora da UPF na área de patrimônio arquitetônico e história da arquitetura do Rio Grande do Sul.

para o conjunto que possui força e validade justamente por ainda preservar o ambiente em que surge.

Neste artigo discute-se a questão iniciando através dos apontamentos históricos para que se entenda o ferroviarismo na cidade, assim como as características de sua arquitetura. Na sequência, é realizada uma análise dessa arquitetura e sua relevância patrimonial, finalizando com a crítica sobre seu estado atual.

O fenômeno da ferrovia: modernidade

A renovação das técnicas de transporte terrestre, fluvial e marítima através da substituição das forças vitais pelas forças mecânicas, utilizando recursos como carvão e máquina a vapor, trouxe consigo a diminuição relativa das distâncias através do aumento da velocidade dos meios de transporte, ampliando a zona de influência das cidades por eles servidas e a capacidade de transporte de pessoas e cargas.

Na Europa, observa-se a relação direta entre a estrada de ferro e a formação de grandes aglomerações urbanas no início do século XX, o que demonstra a força de atração dos centros servidos pela ferrovia, determinando nas cercanias das cidades um acréscimo anual na população mais considerável.

Genericamente, a ferrovia, durante seu período áureo entre meados do século XIX até meados do século XX, pode ser considerada um importante fator propulsor de desenvolvimento econômico.

As marcas do território ferroviário, como um modo específico de domínio dos meios naturais, foram constituídas sob o signo das máquinas, das pontes de ferro, das estações de transbordo, dos trilhos, e também de um novo ponto para atrair negócios e investimentos econômicos. No entanto, para compreender o que ocorreu na Europa, na América do Norte ou no âmbito brasileiro, é necessário tomar a precaução de considerar que este fenômeno sempre esteve combinado com outros agenciamentos

na configuração da cidade, respeitando a singularidade do arranjo histórico das forças que interagiram em cada local.

A partir da construção das estações, as cidades se desenvolviam com a crescente chegada de populações, em busca de novas terras férteis. Com o tempo, cresciam as atividades ligadas ao comércio beneficiado com a chegada do trem. As melhores moradias concentravam-se no largo da estação, onde o preço dos terrenos era mais alto. Nessas cidades, os hotéis, também próximos à estação, adquiriram grande importância, tanto para servirem aos representantes comerciais quanto aos passageiros que necessitavam pernoitar para seguir a viagem no dia seguinte.

A análise da implantação e passagem da ferrovia por uma cidade pode ser considerada sob alguns aspectos que explicitam o papel dos trilhos no desenvolvimento urbano. Dentre eles pode-se citar a influência do trem no ritmo de crescimento, tomando-se como base as transações de compra e venda de imóveis; o desenho urbano e a arquitetura, através da modificação da qualidade das edificações existentes e dos novos elementos trazidos dos grandes centros pela ferrovia (SANTOS, 1992).

Especificamente no Brasil, a questão da modernidade possuiu dois pontos básicos que definiram seus contornos nos tempos da monarquia: a ideia do progresso, desdobrada nas concepções da razão, da ciência e da tecnologia; e a ideia de nação, desdobrada por sua vez nas noções de identidade e a de Estado de um país que havia se tornado independente da metrópole recentemente, conservando a forma monárquica de governo.

Com relação à construção da identidade nacional, o processo de modernidade que se desenvolvia na época prestava-se muito bem para os objetivos das elites, já que a nova nação precisava construir uma imagem independente de Portugal.

Acertar o passo com a história era, fundamentalmente, abrir uma janela para o mundo. Europeização era sinônimo de avanço. Matas, índios e negros escravos eram atraso e barbárie (PESAVENTO, 1997, p. 66).

A dinâmica deste processo foi a gerada principalmente pela prosperidade econômica da burguesia brasileira enriquecida pelo comércio, café, borracha, algodão e outros produtos.

O contexto da Revolução Industrial favorecia a crença de que qualquer espaço poderia ser transformado através da técnica. No caso brasileiro, as condições históricas e econômicas do país transformaram o sonho utópico do empreendimento ferroviário em uma realidade pouco atraente. As elites e o próprio imperador imaginavam que o Brasil poderia se equivaler aos grandes centros burgueses europeus e pretendiam vê-lo cortado por estradas de ferro. De acordo com Zorzo, (2001, p. 71), a análise da questão deve ser feita com atenção, pois

seria cair em mero ufanismo ideológico, recorrente na bibliografia sobre a ferrovia no país, considerar que os trunfos da ferrovia eram um caminho necessário para o desenvolvimento social seguro. Por muitas que fossem suas conseqüências, de nenhuma maneira fez tábua rasa do passado, nem rompeu totalmente com as tradições.

Com a instauração da República, acentuou-se ainda mais a ânsia pelo progresso e sua representação². O território ferroviário seria a expressão de uma nova composição de sujeitos nacionais, entre os quais uma burguesia ascendente que encontrava novos modos de financiamento e capitalização dos seus negócios, importando trens e outros maquinismos na Europa. Contudo, esses novos costumes instaurados com a ferrovia constituíram uma pequena gama entrelaçada com o passado colonial. Jamais houve um rompimento e uma verdadeira modernização como se pretendia.

² Muitos foram os escritos da época a revelar as tensões do processo constitutivo deste ideário da modernidade no país. Hardman analisou em seu trabalho o conto *Evolução*, de Machado de Assis, escrito em 1884, onde a partir de uma frase banal, proferida fortuitamente por um dos personagens durante uma viagem de trem, estabelece-se toda a trama. A frase polêmica era: "*O Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro*" (HARDMAN, 1991, p. 76).

Do período inicial de implantação das linhas e redes até meados do século XX, grande parte das ferrovias construídas nos países não industrializados foi realizada com a participação do capital estrangeiro (VIANNA, 1986). Como a Europa já dominava a tecnologia ferroviária desde o princípio do século XIX, e a política adotada pelo governo brasileiro oferecia privilégios fiscais às empresas, observa-se a entrada de diversas companhias estrangeiras no país. Entre 1860 e 1889 foram fundadas 137 empresas estrangeiras no Brasil, sendo 18 organizadas como empresas de estrada de ferro. A maior parte do capital investido tinha origem inglesa, ao lado da franco-belga e estadunidense, implicando a ampliação dos laços de dependência com o capital estrangeiro.

O processo de implantação do que seria a futura rede ferroviária brasileira teve início com o Barão de Mauá que, por iniciativa própria, impulsionou a obra de penetração em 1854, rumo à Serra do Mar. Até a década de 1870, os investimentos em linhas férreas foram pequenos, sendo construídos apenas 735 km. A partir dessa década até 1890, o crescimento da rede ferroviária brasileira alcançou um patamar alto, chegando a serem construídos 9.830 km de estradas de ferro. Esse nível de crescimento se manteve assim até a década de 1930, quando esse patamar passou para 32.334 km. A partir daí, a rede cresceu pouco até sua estagnação na década de 1960 (ZORZO, 2001, p. 75).

Apesar de algumas diferenças e especificidades regionais, o sistema ferroviário foi implantado de maneira similar nas diferentes regiões do país, onde as dificuldades técnico-financeiras e a atuação de empresas estrangeiras foram uma constante. As vantagens econômicas geradas pela ferrovia e o consequente desenvolvimento da agricultura e das cidades, principalmente do interior do país, podem ser percebidos em todos os Estados, em maior ou menor grau.

O ferropiarismo no Brasil teve como período áureo as duas últimas décadas do século XIX e primeiros anos do século XX. Com o início da primeira guerra mundial houve uma queda

brusca nos índices de crescimento das estradas de ferro no país, e diante da crise econômica do momento, o governo determinou a revisão dos contratos de construção. A partir daí, além dos problemas técnicos existentes, a implantação da rede ferroviária encontrou dificuldades econômicas praticamente intransponíveis (SIMÕES, 1970).

Implantação da Ferrovia no Rio Grande do Sul

No final do século XIX, o Rio Grande possuía uma insipiente rede de pequenas cidades, originadas principalmente por causa do charque ou do tropeirismo e criação de gado, como Pelotas, Bagé, Uruguaiana, Rio Pardo, Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria, ou pela chegada de imigrantes europeus não portugueses, como Caxias, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul. A partir do final do século XIX, pode ser incluída outra categoria de cidades: as que surgiram e se fortaleceram com a implantação das linhas ferroviárias gaúchas, como Marcelino Ramos, Viaductos, Erechim.

Porto Alegre e algumas cidades mais ricas contavam com uma nascente burguesia urbana, que havia acumulado capital através do comércio e passava a ter interesse em financiar o processo de modernização. A província começou a viver uma época de desenvolvimento econômico, social e produtivo. Havia uma forte crença na modernidade, o que pode-se observar na Exposição Estadual de *fin de siècle*, de 1901, também comemorativa aos dez anos de ascensão do Partido Republicano.

Após vencer um século marcado por turbulências políticas e econômicas, no início do século XX, o Estado apresentava uma economia estável, diversificada e articulada, proveniente da policultura dos imigrantes europeus, independente das flutuações do mercado internacional. Mas a crise geral que assolava o país, causada pela superprodução de café, golpeou também o

Rio Grande do Sul, que exportava gêneros de subsistência para outros estados da Federação. Ainda assim, o estado iniciou o novo século em posição diferenciada, inaugurando com brilho sua exposição.

Desse modo, o Rio Grande apresentava também o seu “Pavilhão das Máquinas” e procurava exibir o cuidado que o governo de orientação positivista nutria pela questão tecnológica e pelo ensino profissional, alicerces do progresso, bem como o espírito empreendedor do seu empresariado (PESAVENTO, 1997, p. 229).

O processo de modernização na região Sul iniciou algumas décadas depois do que no restante do resto do país e com uma debilidade muito maior, devido às condições de abandono em que o Rio Grande do Sul permaneceu até o início do século XIX. A modernidade imposta sem vivência do processo de industrialização ocorreu em todo país e mais tardiamente no Rio Grande do Sul³.

Enquanto no Sudeste e Nordeste do país, os estudos para a implantação de linhas ferroviárias já eram uma realidade desde a década de 1850 (e, em 1890, já se observava um bom número de estradas construídas), no Rio Grande do Sul, o primeiro ramal ferroviário foi inaugurado em 1874 e o primeiro estudo sistematizado data de 1872.⁴ O engenheiro Ewbank da Câmara foi o responsável pelo primeiro plano para implantação de uma rede ferroviária no Estado, cujo objetivo principal era o de atender às necessidades estratégicas,

³ Nicolau Dreys publicou em 1839 a primeira edição de Notícia Descritiva do Rio Grande do Sul. Seu relato descrevendo a capital Porto Alegre confirma a afirmação de quão jovem e em início de desenvolvimento se encontrava a província sulina no início do século XIX: “Porto Alegre, como todas as povoações da província, atesta quão novos estão ainda seus princípios, e quão rápidos tem sido seus progressos; há pouco mais de 60 anos que o lugar, em que se levanta essa suntuosa cidade, era selvagem, coberto de mato, asilo ordinário das feras. [...] Em 1808 é que Porto Alegre foi elevado à categoria de vila, e em 1812 foi declarado cabeça de comarca; sua ereção em cidade é ainda de uma data posterior” (DREYS, 1990, p. 66).

⁴ “Assim será, até que o Rio Grande do Sul possa contar, como os estados de São Paulo e Minas, com estradas de ferro para quase todas as direções. Naquele tempo (1876), não tínhamos, ao menos em parte, o transporte suave e cômodo, o vagão, vencendo na rápida velocidade de uma ou duas horas, a distância que, pelo velho e rotineiro sistema, importava em dias de vagarosa viagem” (SILVEIRA, 1979, p. 150).

políticas e econômicas do Império e da região, com ênfase clara na proteção das fronteiras meridionais, vulneráveis ao contrabando e agressões militares dos países vizinhos (DIAS, 1986, p. 42).

No Rio Grande do Sul, a implantação da ferrovia esteve amparada pelo capital estrangeiro desde o princípio. A partir de 1869, diversas companhias atuaram na construção de linhas férreas, dentre elas as inglesas *Porto Alegre and New Hamburg (Brazilian) Railway Company Limited*, atuante entre 1869-1905, e *Brazil Great Southern*, atuante entre 1877-1933; as franco-belgas *Compagnie de Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, atuante entre 1891-1902, e *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, atuante entre 1898-1911 e 1919-1920; e a norte-americana *Brazil Railway*, atuante entre 1911 e 1919 (ISAIA, 1983).

A primeira linha férrea foi construída em território de imigrantes alemães, porém, na sequência, influenciados pelo plano de Ewbank, os estudos voltaram-se para a necessidade de proteger as fronteiras. Foram construídas três linhas principais, chamadas Linhas-Tronco: “Central”, ligando Porto Alegre a Uruguaiana; “Sul”, oriunda do mesmo decreto lei da E. F. Porto Alegre a Uruguaiana, ligando Rio Grande a Bagé; e “Norte”, ligando Santa Maria a Rio Uruguay, conformando a parte sul da linha Santa Maria a Itararé (figura 1 e quadro 1).

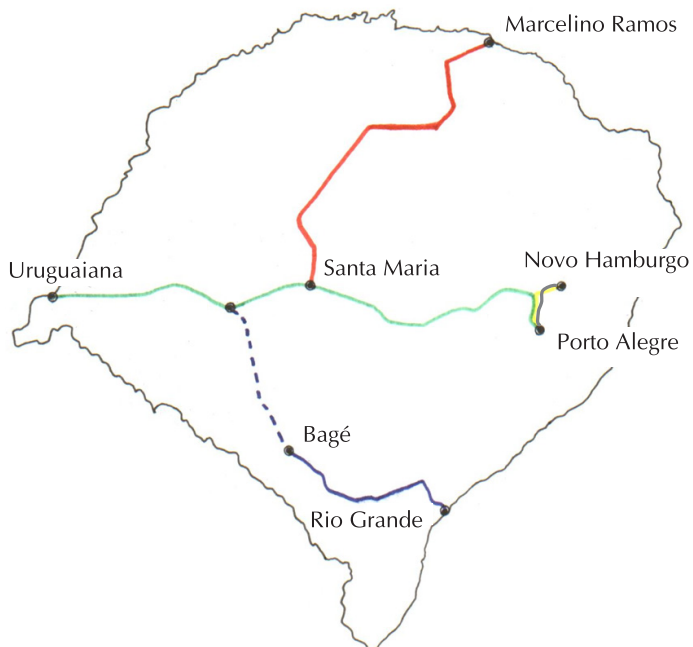


Figura 1. Mapa esquemático das linhas férreas no Rio Grande do Sul no início do séc XX: E.F. Porto Alegre a Novo Hamburgo; E.F. Porto Alegre e Uruguaiiana; E.F. Rio Grande a Bagé; complemento Bagé até E.F. PoA-Uruguaiiana; E.F. Santa Maria a Marcelino Ramos.

Quadro 1. Resumo das Linhas Ferroviárias construídas no Rio Grande do Sul até 1905, ano da criação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

1º trecho

Estrada de Ferro Porto Alegre a Novo Hamburgo

Inauguração das obras: 26 de novembro de 1871 em São Leopoldo.

Empresa responsável: Porto Alegre and New Hamburg (Brazilian) Railway Company Limited (capital britânico)

Nº de estações: 7 estações em funcionamento em 1877

Extensão: 43 km em 1903

2º trecho

Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana – Tronco Central

Inauguração das obras: 23 de dezembro de 1877.

Empresa responsável: empresa pública de 1877 a 1898; e em 12/03/1898 a Compagnie Auxiliaire des Chemins du fer au Bresil (capital belga)

Nº de estações: 27 estações em funcionamento em 1899

Extensão: 594 km em 1905

3º trecho

Estrada de Ferro Rio Grande a Bagé – Tronco Sul

Inauguração das obras: 27 de novembro de 1881.

Empresa responsável: Compagnie Imperiale des Chemins de Fer du Rio Grande do Sul (capital belga); Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited (capital inglês)

Nº de estações: 19 estações em funcionamento em 1884

Extensão: 283 km em 1903

4º trecho

Estrada de Ferro Santa Maria a Marcelino Ramos – Tronco Norte

Inauguração das obras: 1889 em Santa Maria

Empresa responsável: 1894 a 1902: Sud-Ouest Brésilien (capital belga); 1903 a 1905: administração pública

Nº de estações: 16 estações em funcionamento em 1905

Extensão: 355 km em 1889 (equivalentes ao trecho Santa Maria a Passo Fundo)

Linha Tronco Norte: Santa Maria a Marcelino

A linha Tronco Norte, interligando Santa Maria a Rio Uruguai, teve sua origem no último ano do Império, quando se decidiu aumentar a segurança na fronteira. Isso deveria ser feito através da construção de uma linha conectando Itararé, em São Paulo, com Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A esse traçado principal seriam ligados dois ramais com direção ao interior do país, buscando atingir cursos fluviais como o rio Paraná, Foz do Iguaçu e rio Uruguai.

No decreto 10.432, de novembro de 1889, foi renovado com o engenheiro João Teixeira Soares o contrato para a construção da estrada de ferro de Itararé a Santa Maria⁵. No ano seguinte, através do decreto 462, de 7 de junho de 1890, o engenheiro obteve a concessão que lhe assegurava direitos de propriedade da linha pelo prazo de noventa anos, com garantia de juros de 6%. Simultaneamente à assinatura, o concessionário buscou renegociar seus direitos, como era praxe na época. Nesse caso, os direitos referentes ao trecho Santa Maria a Cruz Alta foram transferidos para a *Sud Ouest Bresilien*, e o restante à Companhia União Industrial das Estradas de Ferro do Brasil. Em 1893, a empresa brasileira renegociou seu trecho da linha, passando-o à E. F. São Paulo a Rio Grande que, em 1894, repassou aos belgas a ligação entre Cruz Alta e Rio Uruguai.

O trecho gaúcho da ferrovia, além de ser considerado o mais promissor, não oferecia concorrência com os ingleses, pois esses não possuíam empreendimentos expressivos no Estado. Assim, a possibilidade de expansão das empresas belgas no Rio Grande do Sul era maior, como de fato ocorreu.

Os projetos de Santa Maria a Cruz Alta foram apresentados e aprovados em 1891, e o tráfego dos primeiros 160 km

⁵ 9 de novembro 1889 – Decreto 10.432 renovando o contrato com o Dr. João Teixeira Soares para a construção da estrada de ferro de Itararé ao Rio Grande do Sul (CORUJA FILHO, 1962, p. 367).

foi inaugurado em 20 de novembro de 1894, com a conclusão da primeira secção da estrada, quando foi aprovado também o regulamento geral e tarifário. Com a inauguração do trecho Carazinho a Passo Fundo, em 31 de janeiro de 1898, concluiu-se a segunda seção da estrada, que atingiu 355 km de extensão. Nesse mesmo ano, as obras até Rio Uruguai foram suspensas por tempo indeterminado, mas os estudos da terceira seção já estavam prontos.

A região percorrida pela Tronco Norte compreendia campos e matas, onde havia abundância de madeira de lei, consumida pela estrada e pelos colonos e, posteriormente, produto de exportação. O processo de expansão da agricultura colonial em direção a essa região beneficiou-se da fertilidade do solo e as áreas de mata foram cedendo lugar à agricultura. Os colonos que aí se estabeleceram, dedicavam-se ao plantio de arroz, feijão, batata, trigo e uvas. No entanto, a pecuária ainda era a atividade principal, praticada fundamentalmente em função da engorda do gado, vendido para as charqueadas, em especial, de São Gabriel, Bagé e Pelotas.

As características técnicas do Tronco Norte não diferiam, em geral, das empregadas nas demais estradas construídas ou em construção. Contudo, nessa linha a garantia de juros era por quilômetro, o que condicionou uma ampliação da extensão virtual dos trilhos, prejudicando operacionalmente seu funcionamento. O material rodante e a via permanente eram de péssima qualidade, obrigando, ainda no primeiro ano de atividade, a reconstrução de cinco das oito pontes e 25 mil metros cúbicos de terraplenagem, além de reparos em carros e locomotivas.

A estrada Santa Maria a Passo Fundo operou durante dez anos e seis meses até ser anexada à rede ferroviária gaúcha. Nesse período, pode-se distinguir dois momentos: da sua inauguração, em novembro de 1894, até o início da administração federal, em 1903; e desta data até julho de 1905, quando a via foi anexada à viação férrea gaúcha.

Entre 1894 e 1902 os trens circulavam sob a direção da *Sud-Ouest Brésilien*, e os resultados sempre foram insatisfatórios.

O aumento do *deficit* nos anos em que a receita apresentou seus melhores resultados pode ser explicado pelas condições climáticas adversas e pelo número de acidentes causados, principalmente, pela péssima qualidade do material utilizado pelos belgas na construção da linha. As despesas de reparo e manutenção sempre acompanharam, e até superaram, a receita.

A crise econômica do início do século desnudou a situação da empresa e o Ministério da Viação, procurando aliviar o tesouro, passou a discutir alternativas para o cancelamento do contrato. Em 1º de março de 1903, a ferrovia passou a ser administrada pelo poder público. Os anos de administração federal foram os mais positivos, e os saldos só não eram melhores em virtude das próprias características da estrada de ferro que, para ser viável, teria que ser reconstruída em vários trechos, melhorando rampas e curvas, edificando novas obras de arte e desativando vagões e locomotivas.

Em 1905, quando as três principais linhas construídas no Estado já atuavam em tráfego mútuo, o Governo Federal assinou com o estado do Rio Grande do Sul um acordo visando à unificação das Linhas Férreas. Aberta concorrência, os belgas foram os únicos a se inscrever, participando com duas propostas: uma assinada pela *Compagnie Auxiliaire des Chemins du Fer au Brésil* e a outra pela sua matriz, a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaire*. Dessa forma, asseguraram o arrendamento da rede, dando o lance final da encampação ao retirar uma das propostas para facilitar a aprovação da outra. Uma vez legalizada a transferência das linhas para a *Auxiliaire*, os empresários assinaram, em junho de 1905, o contrato que lhes dava o privilégio de exploração da rede pelo período de 53 anos, contados a partir daquela data.

O Estado e, principalmente, as cidades servidas pela ferrovia, receberam com muita esperança as notícias que chegavam da capital da República sobre a unificação das linhas. Os jornais abriam manchetes, acentuando que estava sanado o grande mal que atrofiava o desenvolvimento do Estado.

Quando do arrendamento, a rede possuía 1.971 km de extensão, dos quais 1.328 km estavam em tráfego e o restante em fase de construção ou por construir. O prazo para término das obras variava de quatro a trinta meses a partir da data da incorporação. No período foi finalizado o trecho Passo Fundo a Rio Uruguai, inaugurado em outubro de 1910, dando por encerrada a linha tronco norte ligando Santa Maria a Marcelino Ramos, com extensão de 531 km e 263 metros (ISAIA, 1983).

O término dessa linha, vinte anos após a assinatura do contrato, realizando a ligação entre o Rio Grande do Sul e o restante do país, através de Santa Catarina, trouxe muitas expectativas a respeito do desenvolvimento econômico que poderia ser gerado nas cidades por ela servidas, principalmente em Passo Fundo, ponto onde a estrada havia sido interrompida no final do século XIX.

Ainda recentemente verificou-se um fato de mais alta importância para a vida econômica local, abrindo uma nova era de prosperidade para ela: o início da construção da Estrada de Ferro desta cidade até o Uruguai, cujos trabalhos prosseguem com grande celeridade, prometendo devassar em breve a opulenta região florestal desse rio, na qual sem dúvida alguma surgirão por força de tão grande melhoramento novas e importantes indústrias, trazendo largo contingente ao progredir deste município (MENSAGEM, 1908, p. 2).

Com relação aos edifícios e patrimônio construído na linha, no Termo de Entrega da Estrada de Ferro de Santa Maria a Passo Fundo, pertencente ao Governo Federal do Brasil, à *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, arrendatária da mesma Estrada, de 1905, consta que, nesse ano, a linha possuía duas estações de primeira classe: Santa Maria e Cruz Alta; duas de segunda classe: Júlio de Castilhos e Passo Fundo; oito de terceira classe: Pinhal, Colônia, Tupanciretã, Santa Bárbara, Pinheiro Mercado, Carazinho e Pulador; cinco paradas: Taquarembó, Espinilho, Lagoão, Porongos e São Bento. Além das estações,

oito latrinas tipo 1 e nove tipo 2, cinco armazéns de carga e quatro galpões para máquinas e carros.

Porém, a situação de descaso com os edifícios das estações desde os primeiros anos do século XX, quando grande parte das edificações da linha norte já apresentava estado de conservação bastante precário devido à falta de manutenção por parte tanto da empresa belga quanto da norte-americana. O Relatório da Viação Férrea, realizado no momento da encampação da rede pelo Estado, demonstra claramente a situação dos edifícios, observando que praticamente todos precisavam de reformas ou pequenas intervenções, estando em melhor estado de conservação os construídos na década de 1910.

Edifícios: São quase todos de madeira até Passo Fundo, estão em mau estado, precisando de reconstrução quase geral, apenas as estações de Philippon, Julio de Castilhos, Cruz Alta, São Bento e Passo Fundo são de alvenaria de pedra e tijolo, mas precisando também reparações grandes. As estações entre Passo Fundo e Marcelino são quase todas de alvenaria e em estado regular (Relatório de 1920, 1921, p. 74).

Em 1920, quando o Estado do Rio Grande do Sul encampou o sistema recebeu uma rede ferroviária cujo patrimônio construído já estava em decadência, necessitando de diversas obras de melhorias para que as linhas comesçassem a atingir os objetivos para os quais foram construídas.

Trecho de Pinhal a Passo Fundo

São muito conhecidas e bastante criticáveis as condições técnicas desta linha, que atravessando terrenos de campo, favoráveis a um excelente traçado, é entretanto o pior trecho da rede da viação Férrea. Enorme é a porcentagem de alinhamentos curvos, sendo que quase todas as curvas de raio de 100 metros ou pouco mais acham-se intercaladas em rampas fortes, algumas atingindo no terreno a 34 mm.

[...] Acresce ainda, que em alguns casos, a passagem do declive para o aclave não se faz com a intercalação de um patamar, porém

de uma curva de pequeno raio, causas todas estas de lamentáveis acidentes de sérios prejuízos materiais e pessoais.

É a linha que concorre para a estatística com o maior número de acidentes, motivados, naturalmente, pelas péssimas condições do traçado. Entretanto, o tráfego intenso que por ela se faz obriga ao emprego do mais pesado material de tração de que dispomos: as locomotivas tipo Mallet.

Todavia, por outro lado, os trilhos de peso insuficiente, gastos além do razoável e tortos, e o lastro de terra, de má qualidade, vêm completar a urgente necessidade de se modificarem as condições técnicas desta linha que, apesar do intenso que suporta, não oferece renda suficiente para cobrir o seu custeio e o material que nela se inutiliza.

Concordando com as informações em tempo prestadas pelo Sr. Diretor da Viação Férrea, o esclarecido Governo do Estado resolveu que se fizessem os estudos necessários, afim de conseguir-se uma linha em boas condições (Relatório, 1922, p. 48).

A Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.) ficou incorporada ao governo estadual durante trinta e nove anos. Nesse período, foram construídos aproximadamente 1.400 km de linhas, além da construção e reforma de estações, oficinas e galpões, e reparos no material rodante. A preocupação do governo do estado em possuir uma rede ferroviária eficiente estava intimamente relacionada com a imagem que o país teria do Rio Grande do Sul. Assim, os investimentos foram mais sérios do que os realizados até então.

O tratamento dado às estações originais da linha nas décadas de 1930 e 40 foi bastante variado, desde reformas a ampliações e substituições de edificações.

Em 30 de setembro de 1957, foi organizada a Rede Ferroviária Federal (R.F.F.S.A.), e dois anos depois foi assinado o acordo entre o Governo Federal e Estadual para a reversão da V.F.R.G.S. à União. Em fevereiro de 1961 os 3.657 km da rede gaúcha foram incorporados à rede federal. Atualmente, a rede ferroviária gaúcha está privatizada sob direção da América Latina Logística (A.L.L.). A empresa reativou apenas o transporte de

carga, mas alguns trechos e ramais estão completamente desativados, em sua maioria devido às desvantagens econômicas ou ao péssimo estado de conservação em que se encontram.

Atualmente, no trecho Santa Maria a Passo Fundo, é realizado transporte de carga, mas entre Passo Fundo e Marcelino Ramos a falta de manutenção e qualidade técnica da linha fez com que o transporte fosse completamente abandonado. Com a privatização da rede ferroviária vários documentos e equipamentos móveis foram perdidos ou relocados. Em algumas estações desativadas, ficaram residindo antigos funcionários da rede, que mantêm o edifício em um estado de conservação regular. Nas edificações abandonadas, como em Marcelino Ramos, o processo de degradação é acelerado, o que ocorre também com a estação de Santa Maria, que mesmo sendo considerada patrimônio histórico do Estado, sofreu sucessivos incêndios que destruíram boa parte da cobertura e da estrutura de madeira.

O espaço ferroviário e a Estação ou “Gare”

As estações férreas da Linha Tronco Norte, incluindo-se a de Passo Fundo, estavam implantadas em frente a amplos espaços abertos popularmente conhecidos como “largo da estação”, originalmente o espaço urbano de chegada dos veículos e passageiros. A fachada principal ficava voltada para o núcleo urbano, salvo exceções das paradas em que a fachada principal e a plataforma de embarque se confundiam, como o caso de Espinilho, Sertão, Viaductos.

Os trilhos originalmente atuaram como direcionadores do crescimento das cidades configurando uma barreira física, efetivamente um limite. Com a desativação do transporte ferroviário, observa-se que as cidades cresceram em direções diversas, incorporando a área de vazio urbano em torno da estação, muitas



Figura 2. Marquise da plataforma de embarque. Mãos francesas metálicas.



Figura 3. Reservatório de Passo Fundo.

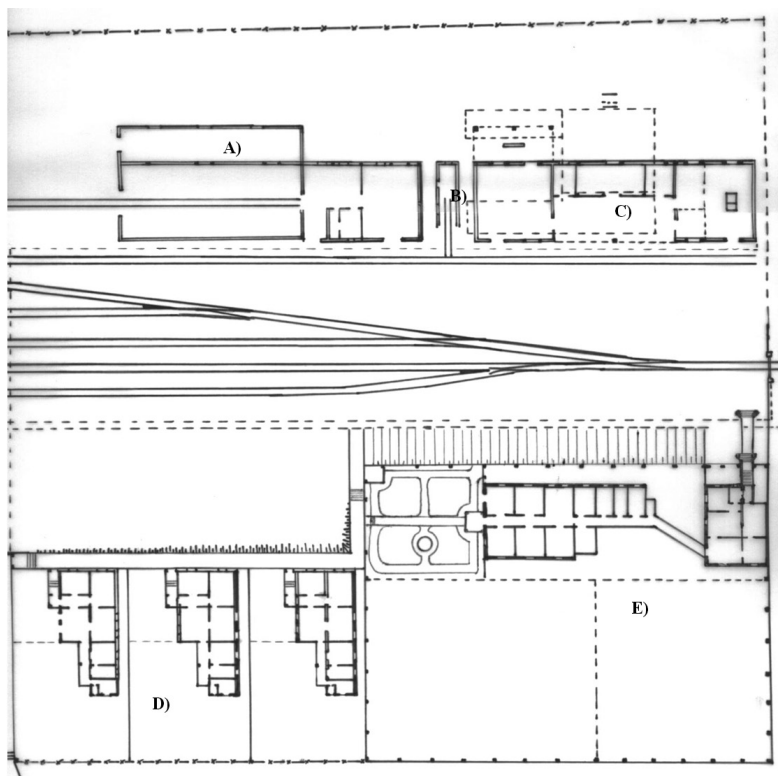


Figura 4. Implantação das residências, sub-armazéns e oficinas, ao lado da estação de Passo Fundo. Fonte: Rede Ferroviária, 1924.

- a) Sub-armazém do almoxarifado,
- b) Garagem do auto da residência,
- c) Oficinas,
- d) Casas para empregados de categoria,
- e) Casa do residente.

vezes a partir da demolição das edificações de apoio como oficinas e depósitos.

O complexo ferroviário é configurado por diversas edificações além da estação propriamente dita. A paisagem ferroviária inclui armazéns de carga, depósitos e oficinas de locomotivas, residências para funcionários e elementos complementares como as caixas d'água e cabines de sinalização. Esses edifícios ficavam localizados em pontos estratégicos das linhas, objetivando seu funcionamento ideal. A dimensão do complexo ferroviário acabava sendo um indicador da relevância da cidade em relação às demais da mesma linha. Na Linha Tronco Norte, os maiores e mais importantes edifícios ferroviários localizavam-se em Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo, em respectiva ordem de relevância, sendo que nos demais complexos aparecem apenas as residências dos chefes da estação e um pequeno depósito anexo.

A relação do número de edificações do complexo ferroviário também estava vinculada à classe da estação. As estações podem ser classificadas em três categorias gerais: 1ª classe; 2ª classe e 3ª classe, distribuídas de acordo com o fluxo e importância da localidade. Como a linha foi implantada em uma região ainda em processo de colonização, foram instaladas apenas duas pequenas estações de 1ª classe, que serviam a núcleos mais desenvolvidos. As estações de 2ª e 3ª classe são muito semelhantes entre si, com pequena variação no número de compartimentos, mas seguindo a mesma tipologia em planta baixa e volume.

As inovações técnicas aparecem timidamente nas marquises de algumas plataformas de embarque. Nas estações de Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo as coberturas das plataformas são em estrutura metálica, composta por trilhos curvados com desenhos distintos, e cobertura com telha metálica, diferenciando-se da cobertura da edificação de passageiros usualmente de telha cerâmica (Figura 2).

Possivelmente a *Auxiliaire* construiu suas estações seguindo o conceito de funcionalidade de acordo com os estilos e

modelos Europeus, e a simplicidade das estações pode então ser relacionada com facilidade construtiva, rapidez e economia, demonstrando que o principal interesse da companhia era financeiro e não o de construir estações que simbolizassem a modernidade ferroviária.

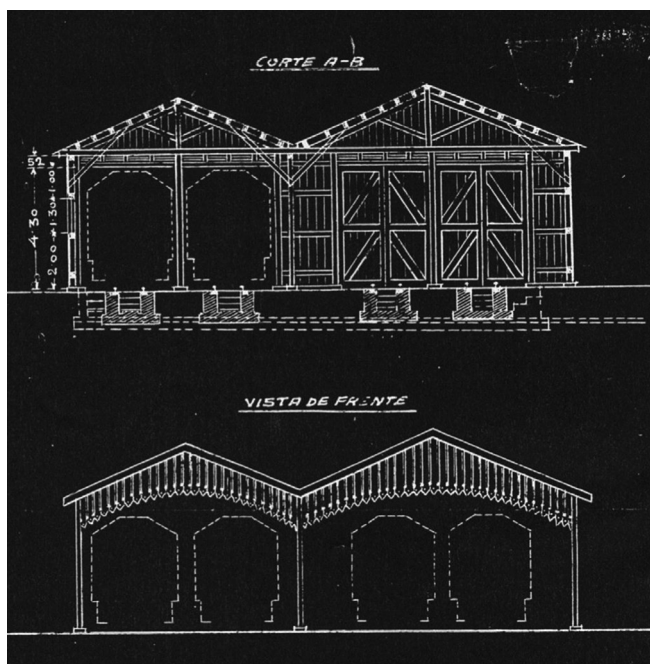


Figura 5. Corte e vista do depósito de locomotivas de Passo Fundo. Construído em madeira, seguindo a linguagem das estações. Fonte: Viação Férrea do Rio Grande do Sul, 1922.



Figura 6. Vista do depósito de locomotivas de Passo Fundo, em 1927, localizado em frente à Estação Férrea. Ao lado a nova caixa d'água em estrutura metálica. Fonte: RELATÓRIO, 1927.

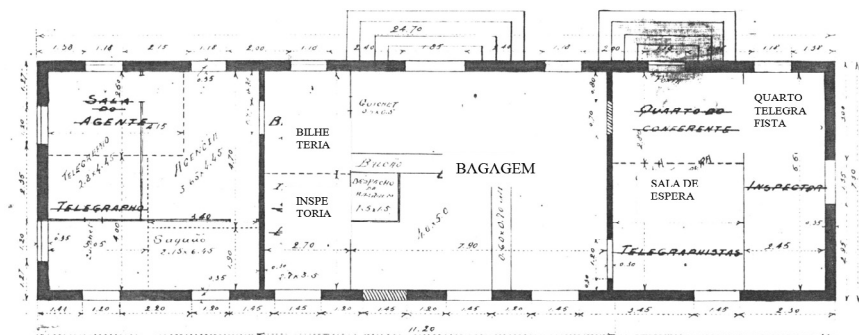


Figura 7. Projeto para reforma da estação de Passo Fundo em 1921. Observar a distribuição das funções de acordo com Cloquet. Fonte: Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

O patrimônio ferroviário em Passo Fundo: marcas de uma história

Em Passo Fundo a construção da ferrovia está relacionada com a construção do imaginário de modernidade, comum para a época. Sendo o último ponto do primeiro trecho da linha, a cidade aguardou por alguns anos com certa ansiedade o término dos trabalhos, pois se acreditava firmemente que o novo meio de transporte solucionaria os antigos problemas de escoamento da produção e isolamento da cidade durante as chuvas e o inverno. Município desde 1857 e cidade desde 1891, por muitas décadas pertenceu ao grande município de Cruz Alta, que englobava parte do norte do Estado. No final do século XIX a jovem cidade viu a chegada dos trilhos provenientes de Santa Maria com grande ânimo.

Desta minha coxilha, contemplei a construção do telégrafo, quando, em 1889, se estendeu ele de Cruz Alta a Passo Fundo,[...] Pouco depois disso, vi a passagem das turmas da comissão de estudos definitivos da estrada de ferro tão sonhada, que deveria ligar o Rio Grande do Sul a São Paulo; testemunhei sua construção nesta minha coxilha, e, por fim, no dia 8 de fevereiro de 1898, vi a passagem do trem embandeirado que, para inaugurá-la se dirigia à cidade (OLIVEIRA, 1990, p. 230).

Além da estação de segunda classe, Passo Fundo possuía um depósito de locomotivas, oficinas, caixa d'água e residências para funcionários da rede (figuras 4, 5 e 6). Todos os usos ferroviários estavam localizados próximos à estação, delimitando o perímetro urbano. Nas primeiras décadas do século XX a expansão da cidade em direção à estação foi visível, e a maioria das novas edificações foi construída nas ruas General Neto e Bento Gonçalves, que faziam a ligação entre a Avenida Brasil (tradicional percurso das tropas de gado) e o largo da estação. Dentre essas, observa-se principalmente diversos hotéis, o moinho e silo para depósito de grãos e madeireiras.

A implantação da ferrovia em Passo Fundo impulsionou o crescimento e desenvolvimento econômico da cidade. Em 1900, a localidade possuía 24.254 habitantes, em 1910 (por estimativa, já que o recenseamento foi cancelado ou suspenso), 41.766 e, em 1920, 65.528 habitantes, ou seja houve um incremento nunca observado na região. A abertura do tráfego ferroviário acionou a colonização do município não só pelo estabelecimento de novos núcleos, mas também pela penetração avulsa de colonos que foram atraídos pela fama de fertilidade das terras da região⁶.

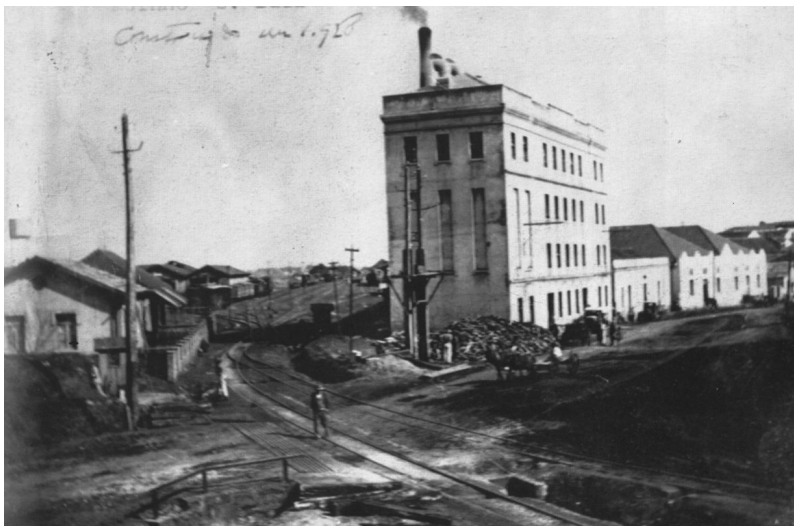


Figura 8.: Moinho São Luiz, de propriedade dos irmãos Busato, situado junto aos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Em frente residências de funcionários da ferrovia. 1920. Fonte: DIEHL, 1997.

⁶ Tem hoje (1909) a cidade 26 casas comerciais, algumas com ativo maior que cem contos de réis, 2 padarias, 2 hotéis, 3 farmácias, 3 médicos, 2 ourivesarias, 4 carpintarias, 2 marcenarias, 2 curtumes, 3 olarias, 4 sapatarias, 1 fábrica de massas, 3 alfaiatarias, 2 seleiros e lombilheiros, 4 advogados, os juízes da comarca e distrital, escrivães e mais o pessoal do foro. A população da cidade atinge 4.000 habitantes, que incorporados ao de todo município, tornam esse povoado por quase 32.000 almas (SILVEIRA, 1979, p. 303-304).

Oliveira (1990, p. 285) analisou em diversos artigos do jornal *O Nacional*, a presença do elemento estrangeiro na povoação de Passo Fundo até o período de chegada da ferrovia na cidade. O autor justifica encerrar sua pesquisa nesse momento histórico “*em que o silvo da locomotiva se fez ouvir aqui anunciando a entrada do Progresso*”, pois a partir daí uma pesquisa do tipo seria impossível devido ao impulso da ferrovia no desenvolvimento e crescimento populacional da cidade.

Contudo, esse desenvolvimento econômico não aconteceu com a fluidez com que se costuma tratar. Na maioria das vezes, o alto frete cobrado pela ferrovia prejudicava o escoamento de mercadorias, como se pode constatar na citação do intendente Pedro Lopes de Oliveira em 1907, na mensagem apresentada ao Conselho Municipal:

Um fato grandemente prejudicial ao desenvolvimento das nossas indústrias é o excessivo frete cobrado pela estrada de ferro desta cidade à Santa Maria, e cuja desproporção é enorme comparativamente com aquelas em vigor na linha daquela cidade à Margem do Taquari. No interesse de conseguir-se a remoção desse obstáculo ao nosso progresso, dirigi ultimamente ao Sr. Ministro da Viação em extenso memorial (MENSAGEM, 1907, p. 8).

Ainda que, no final da primeira década do século XX, os relatórios indiquem um incremento da vida econômica e a geração de uma situação de grande prosperidade devido à construção da estrada de ferro até rio Uruguai⁷, as tarifas excessivas atuavam como “*um sério embaraço ao desenvolvimento industrial, não só no nosso município, como de toda futura região, servida pela via férrea que liga esta cidade à Santa Maria*”, onde a produção e exportação

⁷ Ainda recentemente verificou-se um fato da mais alta importância para a vida econômica local, abrindo uma nova era de prosperidade para ela: o início da construção da Estrada de Ferro desta cidade até o Uruguay, cujos trabalhos prosseguem com grande celeridade, prometendo devassar em breve a opulenta região florestal desse rio, na qual sem dúvida alguma surgirão por força de tão grande melhoramento novas e importantes indústrias, trazendo largo contingente ao progredir deste município (MENSAGEM, 1908, p. 2).

de madeiras até o rio da Prata eram a principal atividade econômica (MENSAGEM, 1909, p. 11).

A indústria de madeira, infelizmente, nestes últimos anos, tem sofrido, como sabeis, a crise tremenda, decorrente da falta de vagões para transporte, nas linhas férreas arrendadas pelo Governo da União à “Compagnie des Chemins de Fér au Bresil”.

A sua produção, quase paralisada atualmente, não podendo demandar os grandes, colossais depósitos existentes ao longo da via férrea, a deteriorar-se, a desvalorizar-se, aguardando os meios de remoção, que nunca vêm, embora sempre prometidos. Essa produção, segundo estimativa não exagerada atinge dose mil contos, que representam o capital, inerte, improdutivo, neste município, com a falta de vagões da Auxiliaire (MENSAGEM, 1920, p. 35-36).

O processo de desenvolvimento gerado pela ferrovia na cidade de Passo Fundo e também nas demais cidades da região, apesar de restrito e limitado, alterou a paisagem da cidade e seu desenvolvimento. Atualmente, o complexo ferroviário de Passo Fundo está parcialmente preservado, pois as oficinas e depósitos foram desativados e destruídos, assim como os trilhos foram retirados da área central.

Patrimônio industrial: uma questão a ser discutida

À parte do processo de implementação da ferrovia no Brasil, com seus problemas e particularidades, a arquitetura produzida por este fenômeno compõe parte da história e da cultura dos lugares. Os remanescentes da Era Industrial configuram hoje patrimônio histórico e arquitetônico pois representam a mudança de paradigmas e a entrada da modernidade.

A importância do estudo desta arquitetura associada ao seu contexto leva à necessidade de entendimento do processo de industrialização e neste caso, focado ao fenômeno ferroviário,

buscando a compreensão da evolução social, do espaço urbano gerado, da tipologia arquitetônica e da técnica construtiva.

Ante um patrimônio arquitetônico industrial deve-se formular alguns questionamentos: que bens conservar? Como conservar? Onde conservar? As respostas virão a partir da realização de uma pesquisa histórica descritiva, analítica e comparativa, onde se deve abordar a evolução das tipologias, da tecnologia e dos novos métodos de construção, análise do caráter industrial e da estética e impacto desta arquitetura sobre a cidade.

A partir daí, deve-se pensar em propor a preservação dos edifícios particularmente significativos entre a totalidade dos inventariados, pensando sempre na gestão e conservação dos bens após este processo. A aplicação de usos coerentes e que valorizem a edificação, com critérios de conservação, é uma das soluções mais eficazes para a preservação, lembrando que o patrimônio arquitetônico industrial também está relacionado com o fenômeno da indústria, assim técnicas de produção antigas, soluções estruturais e relações espaciais e urbanas também devem ser levadas em consideração no momento da preservação.

As edificações ferroviárias de Passo Fundo perderam parcialmente seu significado com a retirada dos trilhos, porém ainda se pode observar a magnitude do espaço férreo através do Parque da Gare, espaço público que preserva as dimensões originais do conjunto. O percurso dos trilhos hoje foi substituído pela Avenida Sete de Setembro, porém muitas pessoas não sabem desta história. A via mais estreita e curva se destaca na morfologia urbana e deixa sua marca na paisagem.

Em relação aos edifícios, as casas de ferroviários estão preservadas, mas sem manutenção adequada, assim como as edificações do entorno, como Silo e Moinho, além da questão da poluição visual que degrada a ambiência do entorno da Gare. Devido ao tombamento individualizado das edificações, perde-se o caráter de conjunto do espaço ferroviário, e impõe o risco da perda de parte dos testemunhos desta história. A configuração das moradias dos funcionários no entorno da gare é tão característica do pro-

cesso de implementação da ferrovia quanto as novas edificações comerciais e hotéis que surgiam no entorno da estação.

A preservação poderia aqui ser entendida como um polígono urbano com normativas específicas de intervenções, onde as edificações do início do século XX ganhariam maior significado pelo valor do conjunto. O silo e moinho possuem destaque na paisagem urbana da cidade, porém seu significado só existe se compreendido no conjunto trilhos, estação, hotéis. O entorno na Gare ainda guarda as memórias e histórias e a representação do Homem Voador do artista plástico... que solitário faz a interpretação deste patrimônio

O uso sazonal e inadequado da Gare como espaço para feiras não é capaz de devolver ao edifício seu significado histórico e cultural. O largo da estação, atualmente em condições ruins, é usado como estacionamento público sem que se perceba a relevância histórica deste lugar para a cidade.

Até mesmo o Parque da Gare apresenta sinais de decadência e abandono. Falta ali a compreensão do espaço ferroviário como um todo, do seu significado e potencial. Ainda há tempo para reverter o processo de abandono, porém deve-se mudar o olhar sobre este que é o último conjunto arquitetônico histórico da cidade.



Gare: Construída em etapas, a primeira inaugurada em 1898, em alvenaria, e as ampliações laterais datam de 1920 em madeira. A edificação primitiva possuía características formais historicistas, com eixo simetria e elementos decorativos em argamassa. Em 1920, também recebeu a cobertura da plataforma de embarque, sustentada por mãos francesas de ferro. Atualmente está restaurada e tombada como patrimônio histórico do município, sendo utilizada para as feiras de produtores.



Muro da estação férrea: Delimita o espaço do pátio da estação, local onde os carros deixavam os passageiros para embarque nos trens. Possui dois portões, um para entrada e outro para saída de veículos. Entre os acessos uma seção do muro indica as iniciais da V.F.R.G.S. Construído alguns anos após a estação, o muro já demonstra um estilo proto-racionalista, presente em todas as edificações ferroviárias construídas pelo governo do estado.



Casa do chefe da Estação: A residência do engenheiro chefe da estação férrea de Passo Fundo foi construída possivelmente na década de 1920 no plano de modernização da estrutura da viação férrea do RS por parte do governo do Estado. Caracteriza-se por uma linguagem bastante simples, de caráter utilitário como a utilizada na construção das estações férreas da época. Configurava a edificação mais nobre dentro do conjunto de residências dos funcionários. Sua fachada principal está voltada para um pátio hoje considerado lateral, mas que originalmente possuía um jardim com desenho de influência francesa. A edificação foi executada em alvenaria de tijolos, cobertura em duas águas de telha cerâmica e aberturas em madeira com bandeira e veneziana. Os elementos decorativos são restritos às molduras das janelas, configurando um edifício sóbrio.



Moinho do complexo da S.º Moinhos Rio-Grandense. As edificações que compõem o complexo de silo, moinho e cooperativas fazem parte de um projeto desenvolvido no início do século XX. Segundo Francisco Antonino Xavier e

Oliveira, em seu relatório agrícola de 1917, nessa época o plantio de trigo no território de Passo Fundo tinha vantajoso desenvolvimento e já possuía larga cultura, o que levou à construção de dois grandes moinhos de trigo, ambos localizados na atual Av. Sete de Setembro, onde na época corriam os trilhos da Viação Férrea. Os moinhos pertenciam a firma Busato Lângaro & CIA, e a S.A. Moinhos Rio-Grandense. A edificação do moinho possui forte caráter industrial, marcada racionalidade técnica e estrutural, conservando ainda suas características originais. A edificação do silo compõe o conjunto de edifícios descritos na tabela acima, e forma juntamente com o moinho um conjunto monumental e de grande relevância histórica, arquitetônica e conceitual. Especialmente, por sua característica de *contenedor* de grãos, o edifício possui poucas aberturas e uma estrutura interna de madeira única na cidade de Passo Fundo, construída para suportar o peso dos grãos. Sua monumentalidade é enfatizada pela sua relação com a edificação do moinho e das cooperativas, pois todos possuem a mesma linguagem racionalista.



Administração do complexo da S.^a Moinhos Rio-Grandense: O conjunto edificado nas margens da linha férrea possui valor histórico e de conjunto quando considerado no seu entorno de silo, moinho, Gare e residências de funcionários da ferrovia. As edificações retratam o período da industrialização de Passo Fundo, sendo assim, com caráter funcional e sem elementos decorativos. As antigas cooperativas inicialmente foram construídas para a sede administrativa dos moinhos rio-grandenses. O interesse histórico por obras industriais foi reconhecido há poucas décadas e se justifica pelo caráter das edificações construídas com foco na funcionalidade.



Depósito: O monumento em alvenaria de tijolos fazia parte das edificações técnicas do complexo ferroviário da cidade de Passo Fundo. Não possui nenhuma função uma vez que originalmente tratava-se de um depósito, mas ao ser incorporado ao projeto do parque da Gare ganhou importância paisagística no mesmo, além de fazer referência ao porte original do complexo ferroviário da cidade, que não se resumia à estação.



Casas de Turmas: As residências construídas para as turmas, ou seja, funcionários da viação férrea em Passo Fundo eram inicialmente em madeira. Com a encampação da viação férrea pelo estado, houve obras no sentido de ampliar e modernizar as edificações da rede, onde se observa a edificação das residências da Av. 7 de setembro. Com estrutura de ferro de trilhos de trem e placas de concreto, possuem um sistema construtivo muito peculiar e que deve ser alvo de estudos mais detalhados.



Caixa d'água: Pode ser considerada o principal ícone da paisagem ferroviária. Foi inaugurada em 1927 em substituição à primeira caixa d'água que já estava pequena para o volume de água necessário. Feita em concreto e estrutura metálica, caracteriza as edificações da era industrial. Sua preservação já foi garantida no projeto de reformulação da área, o que incentiva ainda mais seu tombamento. Elemento de grande relevância na paisagem da cidade pode ser visualizada a partir de diferentes pontos, atuando como um dos mais fortes ícones urbanos de Passo Fundo.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o Oeste*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

BIRNIE, Arthur. *História econômica da Europa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

CLOQUET, L. *Traité D'architecture: éléments de l'architecture, types d'edifices – Esthétique, composition et pratique de l'architecture*. Tome Quatrième. Paris: Librairie Polytechnique, Cn Béranger, 1900.

DIAS, José Roberto Souza. *Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Rios, 1986.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

HARDMAN, Francisco F. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do Município do Passo Fundo: aspectos geográficos*. Passo Fundo: UPF, 1990, v. 1.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do Município do Passo Fundo: aspectos históricos*. Passo Fundo: UPF, 1990, v. 2.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do Município do Passo Fundo: aspectos culturais*. Passo Fundo: UPF, 1990, v. 3.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL. INVENTÁRIO DAS ESTAÇÕES: 1874-1959. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul: pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

SANTOS, Maria da Graça Rodrigues. *O moderno chega de trem: um estudo sobre o impacto da ferrovia numa freguesia (1887 – 1926)*. 1992. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

SIMÕES, Lindinalva. *As estradas de ferro do Recôncavo*. 1970. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1970.

ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste Baiano (1870/1930)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

Documentos primários

MENSAGEM Apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira em 1º de novembro de 1907. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d'O Gaúcho, 1907.

MENSAGEM Apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente coronel Pedro Lopes de Oliveira em Reunião Extraordinária de 1º de novembro de 1908. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d’O Gaúcho, 1908.

MENSAGEM Apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente coronel Pedro Lopes de Oliveira em Reunião Extraordinária de 1º de novembro de 1909. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d’O Gaúcho, 1909.

MENSAGEM Apresentada ao Conselho Municipal de Passo Fundo pelo intendente coronel Pedro Lopes de Oliveira em 1914. Passo Fundo: A Minerva, 1914.

MENSAGEM Oferecida ao Conselho Municipal em sua Reunião Extraordinária de 1º de novembro de 1915 pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Livraria A Minerva, 1915.

MENSAGEM Apresentada ao Conselho Municipal de Passo Fundo pelo intendente coronel Pedro Lopes de Oliveira em Reunião Extraordinária de 1920. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d’O Gaúcho, 1920.

RELATÓRIO do anno de 1920 apresentado em 20 de julho de 1921 ao engenheiro Ildelfonso, secretário do estado dos negócios das obras públicas do governo do Rio Grande do Sul pelo engenheiro Augusto Pestana, director da Viação Férrea. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1921.

RELATORIO do anno de 1921 apresentado em 22 de julho de 1922 ao engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas do Governo do Rio Grande do Sul pela directoria da Viação Ferrea. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922.

Relatorio do anno de 1922 apresentado em 30 de junho de 1923 ao engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Publicas pelo engenheiro Augusto Pestana director da Viação Ferrea. Porto Alegre: Livraria do Globo, Bertaso e Cia., 1923.

RELATÓRIO do anno de 1925 apresentado em 28 de julho de 1926 ao Exmo. Snr. Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretário de estado dos Negócios das Obras Públicas pelo engenheiro Augusto Pestana director da Viação Férrea. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1926.

RELATÓRIO do anno de 1926 apresentado Exmo Snr. Dr. Augusto Pestana, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas pelo engenheiro Octacilio Pereira director geral da Viação Férrea em 30 de julho de 1927 relativo ao anno de 1926. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’ “A Federação”, 1927.

TERMO DE ENTREGA da Estrada de Ferro de Santa Maria a Passo Fundo, pertencente ao Governo Federal do Brasil, à “Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil, arrendataria da mesma estrada, manuscrito, 1905.

Cartografia e projetos arquitetônicos

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto para modificações na estação de Passo Fundo. Linha Sme – Rm Via Permanente. Escala 1:100. 1921.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto de 2 Fossas e Melhoramentos do Depósito de Locomotivas em Passo Fundo. Via Permanente. 6ª Residência 13 de dezembro de 1922, Escala 1:200.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto para Melhoramentos no Recinto de Passo Fundo. Linha Smé – Rm. Planta Organizada na 6ª Residência de Passo Fundo a 15 de janeiro de 1924.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto para Melhoramentos da Estação de Passo Fundo. Linha Smé – Rme. Escala 1:100. 17 de janeiro de 1924.



O desenvolvimento da educação patrimonial e das políticas de preservação do patrimônio cultural em Passo Fundo

Marcos Antonio Leite Frandoloso¹

A ARQUITETURA É UMA DAS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DE RELEVÂNCIA PARA A ANÁLISE e compreensão da história das regiões e cidades. Além de seu papel como referência urbana, as edificações simbolizam literalmente a construção da história. A documentação e inventário dos bens de relevância histórica e/ou arquitetônica são fundamentais antes de qualquer ação preservacionista ou elaboração de planos turísticos culturais.

Atualmente, a maioria dos autores defende a ideia de que o procedimento do inventário é básico e antecede qualquer ação de tombamento, preservação ou restauração. O inventário e cadastro podem ser considerados a primeira fase do projeto arquitetônico de restauro. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela documentação e tombamento dos bens de interesse arquitetônico em nível nacional,

¹ Arquiteto e Urbanista, mestre em Economia e Habitabilidade na Arquitetura e Doutorando em Energia e Meio Ambiente na Arquitetura; pesquisador e professor da Universidade de Passo Fundo.

vem realizando constantes inventários da arquitetura produzida no período colonial e de imigração, que resultam em publicações individuais ou artigos na própria revista do IPHAN.

À parte, cada Estado possui, vinculado às secretarias de cultura, um departamento que gerencia essas atividades em nível estadual e que também desenvolve estudos de inventário. No caso do Rio Grande do Sul, tais tarefas cabem ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Normalmente, esses órgãos públicos estão mais interessados nas edificações de relevância nacional, o que transforma o patrimônio local e vernáculo muitas vezes em algo desconhecido até mesmo para a comunidade que o vivencia diariamente. O trabalho de inventário de patrimônio arquitetônico é a principal ferramenta de documentação, criando um panorama geral dos bens arquitetônicos de determinada localidade (ALMAGRO GORBEA, 2004).

O objetivo dessa documentação não é necessariamente o tombamento ou qualquer ação mais drástica, mas sim o reconhecimento da produção arquitetônica permitindo que a partir daí possam ser identificados os estilos arquitetônicos, técnicas construtivas, relação da arquitetura com a economia local, e demais aspectos, incentivando a preservação do mesmo e viabilizando as ações municipais nesse sentido.

Atualmente a documentação arquitetônica ocupa lugar de destaque também nas análises dos processos históricos. Esses documentos valiosos na maioria das vezes são de propriedade particular e podem ser destruídos sem aviso prévio, destituindo tanto a história quanto à arquitetura de objetos de estudo relevantes.

Neste sentido, o Curso de Arquitetura e Urbanismo vem desenvolvendo no setor de Patrimônio Histórico do Núcleo de Arquitetura e Desenvolvimento Urbano e Comunitário (NA-DUC) trabalhos e pesquisas focados nos bens arquitetônicos e históricos de Passo Fundo e região, tendo sido publicados em coletâneas ou individualmente.

Em 2005, o projeto Inventário dos Bens Arquitetônicos da Região Norte do RS, coordenado pela arquiteta e professora Ana

Paula Wickert (2005) foi aprovado na Divisão de Pesquisa da VRPPG-UPF, com o objetivo de inventariar os bens imóveis das cidades com campus da UPF, operacionalizando esse trabalho através da criação de uma base de dados informatizada com os bens de relevância histórica de toda a região.

Devido ao caráter comunitário da Universidade de Passo Fundo, a pesquisa está sendo desenvolvida com a formação de parcerias e convênios com as prefeituras municipais, dentre estas, em 2006 foi firmado o convênio com a Secretaria Municipal de Planejamento de Passo Fundo focando a execução do inventário nessa cidade (WICKERT et al., 2007a).

Seguramente, o exemplo de Passo Fundo tem potencial para desencadear um processo maior de reconhecimento da história e da cultura na região Norte do Rio Grande do Sul, que ainda não possui a tradição de conservar e explorar positivamente seu patrimônio histórico. A pesquisa pretende ser um trabalho contínuo de descoberta, análise e divulgação da cultura, história e identidade regionais.

Essa pesquisa é de fundamental relevância no processo de compreensão e análise da produção arquitetônica do município de Passo Fundo, não ficando restrita apenas a sua documentação, mas buscando posteriormente a catalogação e análise da mesma. A documentação não substitui a edificação em si, mas permite sua avaliação e análise em qualquer situação. O desconhecimento a respeito do valor dessas obras permite sua demolição compulsória sem maiores reflexos na sociedade.

A pesquisa apresenta como objetivo geral a realização do inventário das obras de interesse histórico ou arquitetônico existentes no município de Passo Fundo, criando um banco de informações com os bens imóveis de relevância histórica, artística ou cultural, gerando documentação para realização de políticas de preservação e divulgação do patrimônio histórico do município.

Já como objetivos específicos, busca gerar interesse pela preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no município de Passo Fundo; criar uma base de dados que possa ser disponi-

bilizada na internet, contendo o inventário de bens de interesse para consulta técnica e por parte da comunidade; gerar diferentes tipos de análise da arquitetura do município; fundamentar ações preservacionistas por parte da prefeitura municipal no que diz respeito a tombamentos e busca de incentivos financeiros para restaurações e, ainda, fomentar o interesse pela cultura e história regional.

A cultura da preservação em Passo Fundo

Em seus quase dois séculos de história, alguns fatos urbanos (ROSSI, 1995) configuraram o espaço urbano e a identidade de Passo Fundo, especialmente o largo caminho de tropas que hoje impõe à paisagem uma avenida única, de amplos canteiros centrais, que atravessa a cidade de leste a oeste. Apesar de ter comemorando mais de 150 anos de emancipação, o material arquitetônico de caráter histórico na cidade é escasso e mal conservado.

A inexistência de uma normativa mais eficaz em relação à preservação vem sendo apontada como o grande vilão das demolições. Apenas em 1995 instituí-se a figura do tombamento como proteção legal dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural da cidade, porém sem ainda a efetivação de ferramentas de fomento à preservação. Todos os bens tombados nos dez anos subsequentes eram de propriedade pública, deixando à margem todos os demais de propriedade particular por não saberem como recompensar o proprietário que teria seu bem tombado.

A solução para essas questões, comuns em diversas cidades, veio com o Estatuto da Cidade, que instituiu ferramentas de fomento financeiro ao proprietário de bens tombados. Em Passo Fundo isso veio a ser instituído em 2006, com o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, porém nesse momento já foram muito expressivas as perdas de bens de interesse histórico.

Paulatinamente foram sendo demolidas as casas coloniais, depois os sobrados historicistas e até mesmo os edifícios da década de 1940. Esse fenômeno deve ser estudado e analisado com um pouco mais de atenção. Muitas questões são consideradas, como a força especulativa do mercado imobiliário, que torna os terrenos centrais verdadeiros tesouros, praticamente obrigando o proprietário a vender seu imóvel histórico para demolição, outro fator é a questão legal citada acima.

Porém, pesquisando mais atentamente, observa-se que a postura de demolir o antigo em substituição pelo novo, afim de dar à cidade uma feição mais moderna, não é uma ideia atual. Ainda que muitos acreditem que essa seja a posição da especulação da sociedade pós-moderna, observando notícias e relatos do início do século, fica claro que esta ânsia por progresso é bastante anterior à atualidade. As substituições datam da década de 1920 em um constante processo de demolições e renovações. “Passo Fundo bem merece que os capitalistas residentes na cidade e região mandem construir prédios grandes e modernos no perímetro urbano, para renovar-lhe o aspecto de cidade antiquada para o aspecto de cidade moderna²”.

Na década de 1920, a cidade ainda possuía um forte apelo colonial, até mesmo rural, e essa visão não era tida como positiva para uma cidade do porte de Passo Fundo. O contato com a capital, principalmente através do comércio, trouxe o ímpeto de se ter uma cidade moderna, com edifícios decorados, representando a riqueza da sociedade.

Observa-se uma constante necessidade de modernização nos relatos jornalísticos de todo século XX. No princípio, uma ideia fixa em mudar de aspecto em relação à cidade tropeira. Novas edificações e sobrados historicistas construídos na década de 1920 ilustram essa posição. Nos jornais, observam-se diversas críticas ao aspecto velho da cidade, e uma valorização exacerbada de tudo que é novo. Muitos edifícios são descritos como inovadores, modernos, com aspecto de edifícios da capital, porém, analisando a

² *O Nacional*, Passo Fundo, 1º set. 1928, p. 2.

contemporaneidade de tais exemplares, observa-se que realmente seguem um estilo existente na capital Porto Alegre, mas com certo atraso temporal, pois nessa década a tendência dos grandes centros já era a produção de edifícios com certa limpeza formal, proto-racionalistas, enquanto na Europa já havia o surgimento do Movimento Moderno e das vanguardas artísticas.

O historicismo tardio de Passo Fundo não deixou de representar a inserção da cidade no contexto das cidades cultas e modernas. Estabelecer uma relação íntima entre a arquitetura e o desenvolvimento financeiro de uma cidade, empresa, ou lugar, é algo bastante coerente, pois apenas quem está prosperando poderá fazer inovações técnicas e estéticas. Viajantes do início do século XX não destacam nenhuma edificação no contexto de Passo Fundo, o que indica a real vontade de modernizar a cidade através da arquitetura, uma vez que agora a burguesia possuía condições financeiras para tal.

Não apenas a arquitetura estava sendo renovada na década de 1920. A vida social e cultural também estava sendo incrementada com a construção de livrarias, cafés, clubes, escolas, praças e quiosques, além da urbanização das áreas centrais da cidade. Nos jornais da época, várias matérias destacam as obras realizadas na cidade e sua relevância para a nova imagem de cidade moderna e próspera. Uma visão um tanto positivista, se se considerar a forma como as ideias eram apresentadas.

Progresso e desenvolvimento, como uma neurose coletiva, atingem a sociedade passo-fundense há praticamente um século. Possivelmente uma mescla de influências, estando de um lado os governos estaduais positivistas e de outro a cultura estadunidense que coloca o carro e o arranha céu como figuras centrais da cidade moderna.

Passo Fundo chega ao século XXI mutilada pela perda irreparável de dezenas de edificações históricas e conjuntos urbanos, demolidos de acordo com esse conceito de substituir para evoluir. Após a análise de todos os fatores citados, ainda resta considerar que cada sociedade preserva o passado com o qual

se identifica. Então, uma possível resposta seria que, talvez, a sociedade de Passo Fundo não se identifique com seu passado, destituindo todos os traços do passado das tropas, da ferrovia, da industrialização e futuramente do presente, como uma constante tentativa de alcançar uma modernização que nunca chega.

Atualmente, restam poucos exemplares arquitetônicos do século XVIII e apenas um conjunto arquitetônico historicista com três edificações, configurado pelos Edifícios da Antiga Intendência Municipal, Clube Dramático Passo-fundense e Clube Pinheiro Machado, preservados, mas em estado de conservação regular, que atualmente configuram o Espaço Cultural Roseli Dolesky Pretto.

Essa situação da não-preservação em Passo Fundo demonstra a relevância de um trabalho de identificação, documentação, reconhecimento e divulgação do patrimônio histórico, buscando uma mudança na postura de demolições sumárias do patrimônio. Para atingir tal objetivo se fez necessário o desenvolvimento de uma metodologia de inventário que além de documentar o patrimônio, auxiliasse no processo legal da preservação.

Metodologia de inventário

Os estudos e o inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Passo Fundo foram baseados nos princípios da Carta de Restauro de Veneza que preconiza a salvaguarda tanto de bens de valor artístico e arquitetônico quanto dos bens de valor histórico, sendo que esses valores são aplicáveis às grandes criações e também às realizações mais modestas que tenham adquirido, no decorrer do tempo, significância cultural e humana nas sociedades em que estão inseridos.

A partir da década de 1960, o “conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase signi-

ficativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico” (MASCARELLO, 1986). Assim, todo e qualquer bem material representativo de uma cultura, de sua história e trajetória é passível de ser preservado, pois, justamente são esses elementos que constituem a identidade e memória de um povo, estabelecendo relações verticais e horizontais com o passado e o futuro, permitindo desenvolvimento socioeconômico sem perda do elemento cultural.

O inventário realizado em Passo Fundo busca identificar os bens de relevância arquitetônica, social, cultural e histórica para o município e região, utilizando como pressuposto a ideia de que o bem histórico deve ser reconhecido pela sociedade em que está inserido, utilizando assim a educação patrimonial como elemento paralelo ao inventário. A aplicação da metodologia foi dividida em três etapas distintas com informações complementares, conforme descrito na continuidade.

Na 1ª etapa (WICKERT et al., 2007a), foi elaborado o inventário provisório de bens imóveis de valor histórico e/ou arquitetônico de maior relevância para possível tombamento imediato através da ferramenta do tombamento provisório previsto na lei municipal nº 2997 de 06 de janeiro de 1995 (PASSO FUNDO, 1995).

Faz parte desta etapa a seleção das edificações de comprovada relevância histórica, artística e ou cultural do município. Após, foram desenvolvidas as pesquisas documentais e a elaboração da descrição dos bens de acordo com artigo 9º da referida lei, com o respectivo levantamento fotográfico das edificações inventariadas. Para cada uma das edificações listadas foram desenvolvidas justificativas e estratégias de preservação para as mesmas.

Já na 2ª etapa, foi desenvolvido o inventário completo dos bens imóveis de interesse histórico, artístico e/ou cultural da cidade de Passo Fundo, de acordo com a lei municipal nº 3534 de 02 de dezembro de 1999 (PASSO FUNDO, 1999).

Na metodologia da etapa de inventário cabe a elaboração da ficha de inventário em um sistema informatizado de base de da-

dos, aplicadas em edificações tanto na área rural como na urbana, contendo: o levantamento fotográfico das edificações, destacando detalhes arquitetônicos, construtivos e elementos compositivos; levantamento histórico das edificações inventariadas em bibliografia, arquivo histórico e museu histórico regional; localização dos bens em mapa da cidade de Passo Fundo, como uma interface digital de banco de dados (WICKERT et al., 2007b).

Por fim, na 3ª etapa será realizado o Levantamento Arquitetônico e Carta de Risco das edificações tombadas nas etapas anteriores e também das edificações já protegidas pela legislação municipal na data da assinatura do convênio.

Para isso, faz-se imprescindível a elaboração das medições das edificações tombadas com equipamentos específicos, elaboração do diagnóstico de patologias das edificações em estudo, bem como a elaboração de mapas temáticos com localização e definição da gravidade das patologias.

Os bens inventariados na 1ª etapa foram classificados de acordo com dois critérios principais, visando ao seu tombamento emergencial devido ao risco potencial de demolição que apresentavam:

Critério A: *bens de relevância individual*, que deverão ser preservados em sua integridade externa e interna, pois, além de possuírem grande valor histórico ou arquitetônico, mantêm ainda grande parte de suas características originais;

Critério B: *bens de valor de ambiência e conjunto*, que deverão ter sua volumetria e fachadas preservadas devido ao seu valor como referência e marco urbano, ficando livre para intervenções na área interna desde que estas preservem suas características originais perceptíveis no meio urbano.

Outras edificações históricas de menor relevância que pertençam ao entorno de edificações tombadas deverão ter sua pre-

servação assegurada no item “preservação do gabarito do entorno do bem tombado”, que deverá ser previsto na lei de tombamento individual de cada bem, de acordo com as indicações e análise apresentadas no item lugar, nas fichas de inventário.

As edificações de interesse para preservação foram organizadas em tabelas e descritas de acordo com as exigências da lei municipal nº 2997 de 6 de janeiro de 1995. A seleção foi baseada exclusivamente em critérios técnicos, visando à proteção de edificações que possuam papel relevante na história e ou cultura da cidade de Passo Fundo.

A maioria dos bens selecionados já é reconhecida pela sociedade, configurando pontos de referência no espaço urbano e marcos históricos (LYNCH, 1997). Algumas edificações apresentam-se descaracterizadas pela poluição visual, mas esse fator pode ser revertido com um trabalho especializado e a preservação imediata, justificando assim sua indicação nas listas apresentadas.

Aliado ao trabalho de inventário, busca-se a constante divulgação e debate sobre o tema na mídia local, tendo sido o próprio convênio definido em um programa de televisão com a participação da Universidade de Passo Fundo, Secretaria de Planejamento e Promotoria Pública e a UPFTV. A participação da sociedade organizada no processo de preservação vem ao encontro dos objetivos da pesquisa, uma vez que o inventário está sendo divulgado conforme se desenvolve, mostrando à sociedade seus resultados parciais, atuando como um elemento gerador de conhecimento sobre a própria cidade.



Figura 1. Abertura de um dos interprogramas *NossArquitetura* na UPFTV.

Nesse sentido, nos anos de 2007 e 2008, os pesquisadores e profissionais da UPFTV desenvolveram o projeto “NossArquitetura” (FRANDOLOSO et al., 2008), cujo objetivo principal foi ampliar o conhecimento e a divulgação da arquitetura de valor histórico e cultural da cidade. O projeto (Figura 1) é composto por programas exibidos durante a programação da UPF TV com 60 segundos de duração. Cada programa fica em exibição por 15 dias e aborda uma edificação especial. Buscou-se trabalhar com edificações de valor histórico e cultural mais desconhecidas da sociedade, ou seja, sem tombamento ou com pouca divulgação.

Análises do patrimônio edificado

Análise geral

Passo Fundo é uma cidade que apresenta vasto material arquitetônico que configura uma identidade urbana bastante particular, especialmente ao longo da Avenida Brasil, Avenida General Neto, Rua Bento Gonçalves e Avenida Sete de Setembro. Entretanto, vários bens de excepcional relevância, localizados

nesse eixo cultural foram perdidos, totalmente demolidos ou descaracterizados parcialmente nas suas configurações originais, principalmente nos últimos seis anos.

Esse processo de demolições descaracterizou os conjuntos históricos pré-existentes, como, por exemplo, aquele formado pelos prédios do Museu Histórico, Teatro Múcio de Castro e Academia de Letras (usos atuais) com as já demolidas casas da calçada alta e casa Gabriel Bastos, na Avenida Brasil (Figuras 2 e 3). Outro contexto perdido e descaracterizado foi o do entorno da Praça Marechal Floriano, na Rua Independência, que continha a primeira construção em concreto armado da cidade, e única com sua decoração *art nouveau* (estilo decorativo da virada do século XIX), antiga sede da casa de chá Tia Vina e da escola Gama.



Figuras 2 e 3. Calçada alta: imagem de 1945 e aspecto atual.

Fonte Figura 2: DIEHL; CARVALHO, 1997, p. 151.



Figura 3. Hotel Glória – construção de 1927, com reciclagem de uso.
Fonte: WICKERT et al., 2007b.

Novamente recorrendo à Carta de Veneza, justifica-se a preservação não só dos monumentos, mas especialmente do seu contexto e das suas relações com o mesmo, pois sua percepção está totalmente relacionada com o meio em que estão inseridos, às relações de volumes e colorido do monumento e de seu ambiente. O monumento, quando preservado em seu contexto é valorizado pelo conjunto em que está inserido e agrega valor estético à paisagem, como é o caso do antigo Hotel Glória, de 1927, que sofreu uma reciclagem para comércio e restaurante, preservando suas características originais exteriores (Figura 4).

Seguindo essa teoria, o inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Passo Fundo busca listar os bens arquitetônicos de maior relevância histórica e cultural seguindo a lógica da criação de *espaços de preservação* na cidade, evitando seu engessamento, permitindo o desenvolvimento aliado à preservação.

Criando núcleos, “manchas” de preservação tem-se um efeito intensificado, pois pequenas áreas com vários edifícios de uma mesma época adquirem força de conjunto, definindo uma imagem forte, característica (LYNCH, 1997), qualificando a área urbana em que estão inseridos os edifícios preservados, facilitando sua preservação e inclusive criando espaços que atraíam o turista e o morador.

Dessa forma, como a legislação de tombamento da cidade de Passo Fundo prevê leis individuais para cada obra, é importante que, no corpo da lei específica, seja mencionado o impacto do tombamento sobre o entorno, preservando a imagem da edificação no contexto em que está inserida.

Porém, a preservação dos bens de valor histórico não acontece apenas através de uma ferramenta de proteção legal, mas através de uma metodologia para sua conservação, na definição de um uso adequado, instituindo a prática de revitalização de edificações pré-existentes no lugar da prática de demolições das pré-existências, e, principalmente, através da educação e conscientização da relevância social do patrimônio e do conhecimento sobre o mesmo.

Eixos de preservação

A partir da metodologia proposta e com a aplicação do inventário do patrimônio histórico, foi possível definir zonas de preservação, sendo que somente foram indicados bens para preservação fora das mesmas quando os mesmos possuísem relevância justificada para a história ou arquitetura da cidade de Passo Fundo.

Foram identificados os seguintes eixos ou zonas de preservação:

- Avenida Brasil (arquitetura do séc XVIII e XIX), ver Figura 5;

- Eixo entre Avenida Brasil e Gare: edificações do apogeu econômico do início do século XX localizadas na Avenida General Neto e Rua Bento Gonçalves e nas ruas perpendiculares, em direção à Gare.
- Complexo ferroviário: inclui a já tombada gare da viação férrea, muro e portão de acesso principal (ver Figura 6), casa do engenheiro-chefe, casas de turma, caixa d'água, depósito, complexo dos Moinhos Rio-Grandense (administração, silo e moinho).



Figura 5. Avenida Brasil: aspecto em 1934.

Fonte: DIEHL; CARVALHO, 1997, p. 31.



Figura 6. Muro e portão de acesso à Gare da RFFSA, inventariado para tombamento provisório.

Fonte: DIEHL; CARVALHO, 1997, p. 110.

Com a definição dessas zonas de preservação o espaço de preservação fica mais definido, permitindo a atuação direta sobre determinada área com a criação de sinalização interpretativa e mapas de percurso, além de amenizar um problema grave na cidade que é a relação do mercado imobiliário com a preservação.

O inventário como ferramenta de educação patrimonial

Documentação e educação para preservação

Analisando a situação de Passo Fundo, e observando que a destruição compulsiva do patrimônio pode ser resultado da falta de conhecimento sobre o assunto, cabe abordar as diferentes metodologias de educação patrimonial e considerá-las uma ferramenta a ser implantada em curto prazo, com resultados visíveis a médio e longo prazo.

A crise na educação não se resume a um fenômeno isolado de países em desenvolvimento. Arendt (1997) defende que esse problema já alcançou proporções de problema político mundial, e que suas consequências sociais são graves. Em paralelo, o mundo contemporâneo assiste também a uma crise na cultura, discutida muitas vezes sob o foco da cultura de massa e o consumo dos produtos culturais como algo imposto pelo capitalismo.

Nesse sentido, além da educação do saber “ler e escrever” deve haver um desenvolvimento do saber interpretar e pensar, permitindo que o cidadão faça suas escolhas e também seja responsável por elas.

De acordo com Horta (1999) a educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural”, permitindo que o indivíduo faça uma leitura própria do mundo em que está inserido. A autora defende que esse processo atua no aumento da autoestima dos indivíduos e da comunidade através da valorização da cultura local. É importante que o cidadão entenda que seu lugar, sua cultura são relevantes para sua região, estado ou país, sentindo assim, bem estar por viver em determinada sociedade.

A metodologia de educação patrimonial desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), funciona como um recurso eficaz na preservação dos bens de interesse histórico, introduzindo conteúdos de educação patrimonial nas escolas. O foco do Instituto é a educação das crianças, esclarecendo em primeiro lugar a relevância do patrimônio histórico e cultural na configuração da identidade nacional através de exercícios lúdicos, visitas técnicas, palestras, aulas, fotografias e desenhos. Cabe salientar que são considerados tanto o patrimônio tangível quanto o intangível.

Mas a questão não deve ser abordada apenas sob o aspecto da educação infantil. O cidadão adulto também deve ser alvo de projetos educativos, uma vez que é ele quem administra e decide sobre o futuro da cidade contemporânea. A estratégia para educar o adulto passa pelo desenvolvimento do sentimento de orgulho pela cultura local, autóctona. No trabalho organizado por Murta

e Albano (2002), diversas iniciativas de interpretação do patrimônio demonstram que através da educação, arte e participação popular, as comunidades aprendem e apreendem seu patrimônio, tornando-se as principais beneficiadas com sua preservação, inclusive sob aspectos econômicos a partir da implantação de programas turísticos (WICKERT, 2004).

Em realidade, trata-se não só da questão da educação patrimonial em si para a preservação de bens materiais, mas sim da educação patrimonial como desenvolvimento da cidadania e responsabilidade social. O trabalho de educação acaba se relacionando com o sentimento de apropriação da história e da cultura do lugar.

Nesse sentido, a iniciativa do IPHAN na restauração da Igreja Matriz de Pirinópolis, Goiás, exemplifica o papel da participação popular no processo de restauração e manutenção dos bens históricos. O Instituto instalou na Matriz o chamado “canteiro aberto”, onde as obras de restauração são abertas à visitação em horários pré-determinados. Turistas e moradores podem acompanhar todo o processo de intervenção através de uma exposição montada no interior da igreja que exhibe, além de painéis com textos e imagens, peças e materiais técnicos utilizados na obra. A comunidade pode acompanhar as descobertas e soluções implementadas no restauro diariamente, envolvendo-se diretamente nos trabalhos. Além da visitação interna, o IPHAN tomou o cuidado de programar um tapume que repete os contornos originais da edificação, não interferindo na percepção e na permanência da imagem do monumento como referência histórica.

Porém, inserir o cidadão no processo de preservação assim como no debate sobre a preservação do patrimônio supõe certo grau de compreensão sobre o valor dos bens históricos, compreensão essa que advém da educação e do conhecimento. Entende-se que o processo deve seguir uma ordem lógica, pois, para preservar, é necessário compreender, incorporar e se apropriar, amar o patrimônio histórico.

Outra questão que deve ser abordada é o esclarecimento da sociedade sobre o que é tombamento e quais as consequências reais do mesmo sobre a edificação. Muitos proprietários ainda creem que ao ter seu bem tombado perdem o direito de propriedade, sentindo isso como uma injustiça social. Essa visão já está sendo desmistificada com a inserção do Estatuto da Cidade (BRASIL; 2001) nas legislações urbanas municipais. O Estatuto prevê o desenvolvimento de incentivos fiscais e até mesmo a venda do direito de construir dos proprietários de bens tombados, criando uma moeda urbana. Esses instrumentos são muito eficazes para evitar a destruição do patrimônio em benefício da especulação imobiliária, uma vez que o direito de construir é mantido, apenas aplicado em outro local.

Inventário e educação patrimonial em Passo Fundo

O inventário do patrimônio histórico de Passo Fundo (WICKERT et al., 2007a) surgiu como uma demanda acadêmica que foi recebida pela sociedade e pelo poder público como uma necessidade urgente para a salvaguarda dos bens arquitetônicos de valor histórico que povoam o imaginário da cidade.

Nos últimos anos, muitas edificações foram perdidas, mas o inventário vem acontecendo como um gerador de ações preservacionistas por diferentes setores da sociedade, principalmente aqueles ligados à cultura. A pesquisa sobre a história das edificações e a documentação, através da ficha de inventário e levantamentos fotográficos, vem produzindo um conhecimento mais amplo sobre a história da arquitetura de Passo Fundo, tendo sido compartilhado inclusive antes da finalização da pesquisa.

O principal objetivo das publicações parciais dos resultados e da pesquisa é justamente ampliar o conhecimento e a divulgação do processo, inserindo a sociedade nas diferentes etapas

do mesmo, como é o caso dos já mencionados interprogramas “NossArquitetura” da UPFTV.

Com essas ações já foi possível evitar algumas demolições, principalmente devido ao envolvimento da sociedade organizada na exigência junto ao Ministério Público da preservação dos bens inventariados. O processo de preservação será desenvolvido a partir do tombamento dos bens inventariados, e a conservação e manutenção desses bens acontecerão com a efetivação das ações de educação patrimonial, a serem desenvolvidas junto às escolas e instituições de Passo Fundo após a finalização do inventário.

As políticas públicas e a iniciativa privada na proteção patrimonial

A primeira legislação municipal que trata do patrimônio histórico de Passo Fundo é de 1995 (PASSO FUNDO, 1995). A lei nº 2.997 (alterada pela lei nº 3.150/1996) dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do Município; além das definições e enquadramento, na normativa o processo de tombamento já ficava estabelecido, determinando procedimentos e respectivos efeitos.

No entanto, o tombamento das principais edificações é anterior a esta normativa (Academia Passo-Fundense de Letras e Antiga Intendência em 1990, Banco Itaú e Prédio Texas do Instituto Educacional em 1994), tendo o impacto desta regulamentação resultado apenas no tombamento das edificações da Companhia Cervejaria Brahma em 1997.

Com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) em 2006 (PASSO FUNDO, 2006), o Capítulo II trata especificamente sobre o tema, no qual “o desenvolvimento municipal deve estar embasado na valorização do patrimônio ambiental, visando à sustentabilidade e à promoção dos valores históricos e culturais de Passo Fundo...”.

A seção III trata especificamente sobre o patrimônio histórico e cultural e apresenta que a implementação das diretrizes para a gestão será realizada através da elaboração do Plano do Patrimônio Histórico e Cultural, até o momento parcialmente regulamentado.

Já neste contexto foram tombados um maior número de edificações, incluindo-se pela primeira vez edificações residenciais e de propriedade particular, tendo como suporte a listagem preliminar apresentada pela pesquisa e convênio com a Universidade de Passo Fundo (WICKERT et al., 2007a), dentre eles a Casa Dipp e a Casa João Café, em 2006.

Por outro lado, a perspectiva da entrada em vigor da normativa representou uma perda considerável no patrimônio edificado, devido às restrições à construção de novos edifícios incorporados na legislação, a qual levou proprietários e incorporadores a precaverem-se destas possíveis restrições com a redução de índices urbanísticos e atendimento a critérios de ampliação das condições de ventilação e insolação (aumento de recuos da edificação aos lotes vizinhos e do alinhamento predial).

De acordo com Wickert (2007c, p. 390), estas posturas reiteram que a sociedade de passo-fundense não se identifica com seu passado, “destruindo todos os traços do passado das tropas, da ferrovia, da industrialização e futuramente do presente, com uma constante tentativa de alcançar uma modernização que nunca chega”, ainda considera as demolições “extremamente danosas à identidade do lugar e à preservação da história e cultura da cidade, pois anularam partes de um passado relevante para a compreensão da cidade atual” (idem, p. 391).

Alguns destes processos de tombamento provisório, por outro lado, desencadearam a regulamentação de alguns pontos específicos já incorporados na Lei do PDDI, porém até então não regulamentadas, como é o caso da política de incentivos e indenização aos proprietários, tendo sido elaborada e aprovada a lei nº 4.514/2008 (PASSO FUNDO, 2008).

A legislação apresentava o instrumento da “transferência do direito de construir em outra área, como contrapartida à supressão do direito pelo tombamento”, aplicando o recurso de previsto na seção XI art. 35 da lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade. Este recurso permite ao proprietário de um imóvel exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor quando referido imóvel for considerado necessário para fins de preservação devido ao seu valor histórico, ambiental, arquitetônico, paisagístico, social ou cultural.

Ainda, a Lei Complementar nº 259/2010 (a qual revoga a lei nº 4.514/2008) e os decretos nº 203/2010 e 55/2011 seguem com a política de beneficiar proprietários com incentivos fiscais, tais como a isenção de IPTU, desde que o proprietário zele e conserve os bens efetivamente, mantendo-se as características motivadoras da preservação (PASSO FUNDO, 2010a, 2010b; 2011).

Com o detalhamento destes instrumentos, outras edificações passaram a compor o rol dos bens tombados, como o Silo e Moinho do Complexo Moinhos Rio-grandense em 2011.

Estas são os marcos legais que permitirão resguardar a identidade local e a preservação das características da evolução histórica e cultural de Passo Fundo, ao mesmo tempo que permitindo o desenvolvimento econômico, qualificando a paisagem urbana e a reforçando a identidade local e regional.

Recomendações e considerações finais

A preservação do patrimônio histórico e arquitetônico é uma ação social com variáveis bastante complexas, pois responde a diferentes grupos sociais com interesses variados. Assim, as ações também serão amplas e variadas. Além dos aspectos econômicos e sócio-culturais da preservação, devem-se observar ainda as questões técnicas da conservação e preservação e o impacto cultural do tombamento.

Com o desenvolvimento da primeira fase da pesquisa já foi possível listar uma série de ações prioritárias para efetivação do processo que vem sendo criado com a realização do inventário e consequentemente dos tombamentos provisórios e definitivos:

- Complementação do Plano do Patrimônio Histórico e Cultural previsto pela Lei do PDDI e instituição da Comissão de Patrimônio Histórico, responsável por avaliar todo e qualquer projeto de intervenção nos bens tombados, fazendo a mediação com o poder público;
- Realização do inventário completo dos bens imóveis de interesse histórico, artístico ou cultural na cidade de Passo Fundo, em fase de conclusão;
- Sinalização interpretativa nas edificações tombadas, contendo o histórico do edifício e dados técnicos;
- Criação de legislação específica sobre comunicação visual em edificações tombadas como patrimônio histórico, artístico ou cultural na cidade de Passo Fundo;
- Desenvolvimento de estudos de viabilidade para colocação de instalações elétricas e telefônicas subterrâneas na área central da cidade, favorecendo a percepção dos monumentos e do espaço urbano;
- Aplicação de ações de educação patrimonial buscando esclarecer à sociedade o papel dos monumentos e da preservação no desenvolvimento social, cultural e econômico de uma comunidade;
- Criação de uma cartilha de educação patrimonial para ser distribuída em escolas públicas do município;
- Parcerias com empresas privadas para incentivar a preservação e restauração dos bens tombados, buscando sua conservação e embelezamento.

Algumas destas ações encontram-se em desenvolvimento, porém muitas outras ainda devem ser realizadas, especialmente em relação à manutenção dos bens inventariados. Observa-se,

também, que todo processo de preservação e divulgação do patrimônio histórico de Passo Fundo está passando por uma situação única em sua história. O inventário está encabeçando uma lista de ações amplas que vem trazendo uma nova consciência social sobre a relevância da preservação da história e da arquitetura para o futuro da cidade.

A recuperação das edificações que conformam o Espaço Cultural Rosely Dolesky Pretto (Figura 7) em andamento através de parcerias entre a Prefeitura Municipal e Universidade de Passo Fundo e com projetos de restauração de escritórios especializados pode ser uma excelente oportunidade para alavancar as políticas públicas, e principalmente despertar e captar a iniciativa privada para a aplicação das novas estratégias de incentivo à preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo.



Figura 7. Vista geral do projeto de restauração do Espaço Cultural Rosely Dolesky Pretto.

Fonte: Zay Arquitetos 2010-2011.

Ou seja, a preservação da identidade local só poderá ser alcançada por meio do desenvolvimento de iniciativas que incorporem os diversos agentes da comunidade, tanto pelas ações de educação patrimonial como as políticas públicas e o respectivo compromisso de proprietários e empreendedores na aplicação de seus deveres e direitos assegurados pelas normativas em vigor e aquelas a serem incrementadas ao longo do tempo, tempo este a ser preservado e registrado através da valorização da paisagem urbana.

Referências

ALMAGRO GORBEA, Antonio. *Levantamiento arquitectónico*. Granada: Universidad de Granada, 2004.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Diário Oficial da União. *Estatuto da cidade*. Lei nº 10.257 de 11 de julho de 2001.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

DIEHL, Astor Antônio; CARVALHO, Haroldo L. (Org.). *Memória fotográfica de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 1997.

FRANDOLOSO, Marcos A. Leite; WICKERT, Ana Paula. La serie “NossArquitetura” como instrumento de educación patrimonial em Passo Fundo, Brasil. In: Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimônio Arquitectónico y Edificación – CICOP, 9º, Sevilla, 2008. Actas. Sevilla: CICOP, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG/Território Brasilis, 2002.

MASCARELLO, Sônia Nara Rego Pereira (Org.). *Patrimônio cultural: documentos internacionais e nacionais sobre preservação dos bens culturais*. São Leopoldo: Unisinos, 1986.

PASSO FUNDO. *Lei Municipal nº 2997*. 06 de janeiro de 1995.

PASSO FUNDO. *Lei Municipal nº 3534*. 02 de dezembro de 1999.

PASSO FUNDO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI*. Passo Fundo, 2006.

PASSO FUNDO. *Lei nº 4511, de 01 de setembro de 2008*. Passo Fundo, 2008.

PASSO FUNDO. *Lei Complementar nº 259 de 13 de setembro de 2010*. Passo Fundo, 2010.

PASSO FUNDO. *Decreto nº 203/10*. Passo Fundo, 2010.

PASSO FUNDO. *Decreto nº 55/2011*. Passo Fundo, 2011.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WICKERT, Ana Paula. *Linha 15: patrimônio, memória e cultura*. Passo Fundo: UPF, 2004.

WICKERT; Ana Paula; FRANDOLOSO, Marcos Antonio Leite; GOSCH, Luiz Roberto Medeiros; WAIHRICH, Lorena Postal. *Inventário provisório do patrimônio histórico de Passo Fundo*. Passo Fundo: Relatório à SEPLAN-PMPF, 2007.

Wickert; Ana Paula; Frandoloso, Marcos Antonio Leite; Zucchetti, Laís. Preservação do patrimônio cultural em Passo Fundo: Inventário do Patrimônio Histórico como Ferramenta de Educação e Proteção. In: Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural, 10º, Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, 2º, Itajaí – SC, 2007. Anais... Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 2007.

WICKERT, Ana Paula. A cultura da (não) preservação do patrimônio histórico em Passo Fundo (ou onde o novo é sempre melhor que o antigo). In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

IV

Memória política e política da memória: os poderes da lembrança

João Carlos Tedesco¹

As pedras sempre acolheram a memória.
(Candau)

O que é passado, presente e futuro depende das gerações
que vivem naquele momento.
(N. Elias).

QUANDO FALAMOS SOBRE MEMÓRIA, NA REALIDADE ESTAMOS NOS REFERINDO AOS TEMPOS. Por isso que a memória é ainda muito referenciada ao passado, reduzida ao que aconteceu, alimentada por representações de algo fixo, depósito, *lugar* de armazenagem, do *guardado* à espera de presentificação e/ou de futuro. Na dialética dos tempos, temos condições de perceber as noções de lembrança e de esquecimento, os seus condicionamentos *externos* e *internos*, os processos sociais que os constituem e os projetam no meio social, seus produtores, transmissores, destinatários, as políticas de memória, as memó-

¹ Professor do Programa de Mestrado em História da UPF.

rias que são consideradas *políticas*, seus mecanismos de seleção e a dinâmica que conduz o pensamento e os interesses em suas temporalidades específicas.

Nesse sentido, o que busco enfatizar nesse pequeno texto é a questão do *jogo da memória*, ou melhor, dos tempos, dos tempos que são *políticos*, ou melhor, que sirvam ao campo do poder. *Jogamos* com os tempos, damos-lhes dinamismo e, com isso, dialetizamos as lembranças e os fatos. Os tempos revelam movimento e alterações, uma amplitude maior, maiores implicações (e talvez complicações!), uma esfera de mudança, de continuidade e de retorno. Nessa dimensão, a memória estaria nos servindo para comparar tempos, fatos e vividos; seria ela então vista como dinâmica, atualidade e atualização, reelaboração, testemunho e apropriação (de datas, símbolos, representações, imagens, ressentimentos...).

Julgo interessante perceber interfaces dos tempos e sujeitos nesses tempos; insisto em torno da necessidade de centralizar o presente; ele é o parâmetro que se temporaliza. Darei ênfase ao fato de que a memória também é dinâmica e movimento e, não só o tempo; esse, o sentimos e o compreendemos nem que seja cotidianamente e como senso comum em sua cronologia “natural” ou olhando para nós mesmos, para nossos cabelos, mãos, pele e o rosto, percebendo *suas ações* e marcas de sua passagem e consequências. Ao entendermos assim a memória, poderemos nos despir da representação que em geral é produzida em torno dela no sentido de fixidez, de *resgate* puro e simples, de algo imóvel, isenta de pré-noções e intencionalidades *externas*.

Tempos que vão e tempos que voltam...

Todo o culto do passado
é um abuso do passado.
(Finley)

A memória se estende, simultaneamente,
sobre várias épocas.
(Proust).

Para Ricoeur (2000), memória e tempo se interpenetram; a primeira continua, em última instância, a guardiã do que se imagina e acredita que efetivamente tenha ocorrido no tempo. Esse “efetivamente ocorrido no tempo” também precisa ser relativizado, pois não necessariamente a memória é a *fotografia* de um tempo completo, totalizante e reprodutível, além disso, esse tempo também pode não ser expressivo do que a memória registrou. Tempos e memórias não são pura reminiscência, nem puro registro, muito menos possibilidade de reconstituição tal e qual.

Sabemos que o tempo é objetivação e institucionalização convencionalmente construída por formas culturais variadas para dar ordem aos fenômenos naturais; desse modo, não é algo somente externo; é expressão de exigências culturais; suas imagens, seus símbolos se alteram no tempo e se integram a interesses e estratégias de grupos sociais. Não há um único tempo, mas uma pluralidade de tempos que se entrecruzam de diferentes formas segundo as circunstâncias e valores sociais preponderantes (TABBONI, 2006, p. 28). O tempo é algo a ser incorporado e interiorizado pelos homens como forma de apropriação do mundo externo para lhe dar ordenamento (ELIAS, 1998). Os tempos e espaços são também critérios para lembrar e esquecer, esses estão intimamente ligados aos fenômenos de memória. As lembranças estão imersas em espacialidades, essas podem ser reais e/ou imaginárias (POULET, 1992). Os espaços dão materialidade e credibilidade às recordações, reativam as lembranças e lhes

significam, identificam, fazem produzir imagens do passado e revelam sentido de pertencimento dos indivíduos a um grupo.

Insistimos nessa noção do tempo como experiência individual, social e cultural, como fundador das culturas, como diversidade de formas históricas em que os homens traduziram suas experiências e lhes deram significações (TABBONI, 2006, p. 9).

Os tempos não são totalmente reificados, naturalizados, vistos como dados; mesmo aqueles que são vividos como retorno cíclico dos fenômenos, da volta das coisas (estações, as plantas, o calendário, o relógio, os meses...). Nesse sentido, o tempo é um fluxo contínuo e homogêneo, organização racional e dependente. Há tempos qualitativos, quantitativos, cíclicos, lineares, objetivos, subjetivos... que não são meramente opostos; o que existem são experiências sociais, exigências sociais, organizações sociais, mudanças e relações que atribuem valores diferenciados e instrumentais aos tempos (BOHLER, 2006).

O tempo está sempre em interlocução e interação com as relações sociais; são essas que o produzem; significados, valores, discursos, representações e silêncios dependem muito de conjunturas, de proximidades e distanciamentos temporais, por isso, há uma produção sociohistórica dos tempos (ROSSI, 2010). Mas, os lugares também *musealizam* o passado, são *depósitos* sociais e naturais que servem de âncoras da memória coletiva ou individual (POULET, 1992). Há, também, em lugares de vividos, monumentos de lembranças pessoais como o são as fotografias, os objetos, as paisagens etc.; esses condensam representações pessoais e limites aos confins das identidades. No fundo, é a memória que reveste de significados os objetos (KOSELLECK, 1986).

A ideia de moderno pressupõe uma concepção de futuro incessante, um voltar-se para frente e, não para trás, por isso, há uma tendência da perda de sentido tanto da memória quanto da tradição e da experiência. Essa última, na visão de Elias (1998), é um elemento central de registro do tempo; ela é síntese, auxilia na orientação e localização física e temporal; é aprendizagem acumulada ao longo do tempo de vivência e pelo suceder de

gerações. Segundo Elias (1998, p. 33), é através dessa “capacidade de aprender com essas experiências transmitidas de uma geração para outra que repousam o aprimoramento e a ampliação progressiva dos meios humanos de orientação, no correr dos séculos”. O autor reconhece a fragilidade desse *meio* de orientação no mundo atual.

A noção de experiência passada vincula-se com a de história (GROSSIN, 1974). O tempo torna-se linear, a *eternidade* é finita; há uma consciência de que o fluir social é a transformação constante de tudo, inclusive da vida. Porém, sabemos que nem tudo anda no mesmo ritmo *para frente*, e nem tudo, tampouco, anda só *para frente*; há continuidades, ainda que possam parecer aparentes, movimentos sociais reivindicam horizontes do passado; há memórias (sociais, individuais e coletivas) que convivem com as mudanças culturais, mas mais lentamente. A cultura popular, as formas de manifestações da vida rural em determinadas regiões, o campo da religiosidade popular, dentre outras, tendem a imprimir “tempos lentos”; as lembranças e os rituais cotidianos freiam um pouco os ritmos racionais e passageiros que a cultura moderna em relação ao tempo produziu (ELIAS, 1998).

Sabemos que o tempo da memória é aquele que entra na memória e, não é só passado, mas o que se está fazendo no presente e o que se pretende fazer no futuro. A temporalidade dos eventos, muitas vezes externos aos sujeitos, é incorporada nos indivíduos no momento em que se torna parte integrante da memória na forma de experiência do tempo, ou seja, torna-se um tempo de memória, um tempo significativo, especial, de referência e personificação, radicado nos sujeitos, nos grupos e em suas identidades (SEIXAS, 2002; BERGSON, 1990). Por isso essa ligação que insistimos entre tempo e experiência, tempo e convenção social, temporalidade e significação na constituição das lembranças e da matéria-prima para a memória.

Os tempos são apreendidos pela experiência vivida, por isso também sua afinidade com a memória em especial em sua faculdade de lembrar, de sentir, de resistir ao tempo, ligando

o passado ao futuro. A memória pode nos ligar às coisas e às experiências nos tempos (FERRER, 1996). O indivíduo necessita de referências, de representações sociais do tempo, testemunhos, discurso coletivo que lhe dê *sustentação*, memórias e experiências de outros, influência social, narrações, símbolos compreensíveis e códigos de percepção comum para poder se guiar no tempo e no espaço e para constituir categorias comuns que consentem conhecer e comunicar tempos passados, recordações de singulares e grupais formas de memória da mesma (SEIXAS, 2002). É dessa experiência do tempo que é possível definir a duração ou não. Permanência, sucessão e simultaneidade são modos e relações de tempo (ELIAS, 1998). Por consequência, do mesmo modo que não podemos mais definir o tempo pela sucessão, não podemos definir o espaço pela coexistência. Será necessário que cada um, espaço e tempo, encontrem determinações inteiramente novas. “Tudo o que se move e muda está no tempo, mas o tempo, ele mesmo, não muda, não se move e, muito menos, é eterno; ele é a forma de tudo o que muda e se move, mas é uma forma imutável e imóvel” (DELEUZE, 1988, p. 46).

Há uma produção do tempo, uma linguagem de exteriorização da memória através da criação e manutenção de um quadro comum de referência temporal (ELIAS, 1998). No fundo, se ligarmos tempo com poder, veremos que esse busca sempre seu “calendário oficial”, atribuindo fatos, datas significativas importantes a lembrar, ritualizar e intercambiar, ou seja, o tempo que se pode fazer festa. Elias fala que quanto mais o poder se desvincula de referências mais sólidas no passado e no vivido de pessoas, tanto mais se torna necessário “recordar juntos”, selecionar a matéria-prima a ser recordada, no geral, a que pode ser mais significativa aos interesses dos grupos dominantes (BREFFE, 1996).

Para Carrera (2001), as várias formas de poder na sociedade (econômico, religioso, cultural, político etc.) constroem a memória através de uma atenta produção do esquecimento; ocultam-se os traços, cancelam-se outros, reescrevem-se sentidos e valores que orientam a lembrança e a percepção dos sujeitos. O tempo, nesse

sentido, é fundamental, pois ele auxilia nessa produção deliberada do esquecimento, ou, então, não permite que isso aconteça; ele pode revelar traços, registros, sinais de fatos em sua passagem, em seu *interior*. Na análise de Simmel (1995), o tempo é um dos grandes reguladores da vida moderna, principalmente a que cristaliza na grande metrópole moderna. A centralidade do dinheiro assim o exige. O tempo quantitativo, em detrimento do tempo da experiência, prepondera em sua fragmentação e segmentação, em seus ritmos, percepções e diferenciações. Esses processos exigem certa previsibilidade dos tempos, de organização, programação e estandarização de suas medidas, muito mais rígidas do que a fornecida pelos calendários (BREFE, 1996). As preocupações pelos tempos, pela pontualidade e eficácia tornam-se elementos da “natureza humana”; expressam pressões temporais, resultados de processos de civilização (*habitus* social diria Elias), da instituição da modernização.

A memória não possui um só tempo nem uma só direção, não é um mero retorno ao passado pelo presente; esse permite fazer o passado ir para frente e produzir o presente nele e com ele; nele acabam convergindo ambos, *enxergando-se*. Esse é o horizonte bidirecional da memória. O agora é também presença do passado. Por isso, o passado é também transfiguração, dá o tom do agora ao presente, projeta-se para o futuro como imagem, como experiência, como o odor da memória (ROSSI, 2010). As recordações não conseguem restituir o todo do passado. Nós mudamos, nossa personalidade se altera e, nessas modificações, vamos modificando os significados do passado, ressignificando os aspectos temporais, à importância e à função das recordações. Portanto, memória e tempo são recriados, não datados. Os comportamentos e identidades fazem o tempo passar por uma prova, há uma tensão entre ambos (RAMPAZI, 1999).

Os lugares de memória transmitem significados da mesma maneira ou com a mesma lógica dos tempos (ELIAS, 1998). Os lugares comemorativos e os de significação afetiva individual revelam memórias; essas podem ser de traumas, sofrimentos,

sacrifícios. Alguns lugares, como diz Benjamin (apud GAGNEBIN, 2006), revelam “traços de sangue das vítimas do passado”, desse modo, os mesmos podem servir de ritual de protesto contra sofrimentos e injustiças cometidas numa situação espacial e temporal (campos de concentração por exemplo, locais de batalhas em guerras passadas). Por isso que os lugares não possuem significados imanentes (CHAPPÉ, 2010); são, sim, expressões de uma memória vivida e socializada (a casa, o porão, a praça, a roça, a comunidade, a rua etc.) que contêm símbolos que vão além de sua materialidade. Há, sem dúvida, uma profunda ligação dos lugares de memória com a história familiar dos indivíduos. Por isso que podemos dizer que os lugares não se limitam a fixar as lembranças e as certificar dando-lhe uma localização territorial, mas encarnam uma continuidade de tempo que vai além da dos indivíduos, das épocas etc. (LUCENA, 1999).

Daí advém a importância da memória patrimonial, monumental, arquivística, espacial, enfim, de lugares e objetos passíveis de registro e identificação memorial. Os lugares estão no entrecruzamento da história com a memória, servindo de visualização, vestígio e resíduo que possibilita constituir memórias, fragmentos do passado passíveis de análise, resignificação e reconstituição (BREFFÉ, 1996).

Há muitos horizontes implicados nessa relação entre tempo e memória ou o tempo na/da memória, bem como na memória do tempo. Tanto os tempos, quanto as memórias são múltiplos, variados e com conotações amplas e diversas. Imagens, símbolos, representações do passado, horizontes construídos e transmitidos por vários meios fazem parte da memória, do *presente* do passado com intenção de continuidade, porém essa “intenção de continuidade” vai depender de estratégias, ações e interesses do/no presente.

Produzir vestígios

O esquecimento é um fator essencial
na criação de uma nação.

(Renan)

Há locais de memória porque não há
mais meios de memória

(P. Nora)

A lembrança e o esquecimento são indissociáveis, indissolúveis e idiossincráticos; estão ligados entre si. A memória não é apenas uma *outra* forma de esquecimento e o esquecimento também não é apenas uma forma de memória escondida (HUYSSEN, 2000, p. 18). O medo de um pode levar ao exagero do outro, ou, então, como diz Huyssen (idem, p 20), “quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer”. Por isso é que a memória não está tão ausente do mundo moderno. Está, sim, servindo a múltiplos interesses no campo social e político.

Evidencia-se um uso político da memória, mitificando passados, produzindo silêncios repressivos, muitas vezes, *espetaculizando* histórias traumáticas através de filmes, desfiles de escolas de samba (como uma escola de samba do Rio que, em alguns anos atrás, em seu enredo, desenvolveu um conteúdo em torno da luta guaranítica na região missioneira), mostras, álbuns de fotografias, músicas, contos etc.; comercializam-se traumas, sofrimentos, genocídios cometidos em algum tempo para servir aos interesses dos que mercantilizam a memória; lugares de tragédias, de genocídios coletivos, de lutas sociais servem para a indústria do turismo, para grandes grupos privados e mesmo a esfera pública otimizarem economicamente. É só perceber quais os espaços de turismo mais intensos tanto da América Latina e da Europa que teremos uma noção disso. Ritualizam-se muito as barbáries que grupos sociais foram capazes de produzir (guerras, Holocausto, *Apartheid*, totalitarismos, escravidão, genocídios,

suicídios coletivos, muitos deles alimentados por crenças religiosas etc.). O lado bom disso, sua pedagogia é que as novas gerações passam a ser alertadas para não mais cometê-las (HUYSSSEN, 2000). Nesse sentido, acabam sendo ritualizadas e imajadas histórias de vida e fatos, criam-se *comércios em massa de nostalgias* (documentários, exposições, monumentos, comemorações, homenagens, filmes, arquivos, estampas em roupas, turismo etc.), produzem-se datas, momentos cívicos e de memória coletiva como *pedagogia de alerta* ao presente; propõe-se o direito à verdade (como o que está polemizando as esferas política e militar na atual conjuntura brasileira; grupos políticos esperam que com a eleição da presidente Dilma, pelo fato de ela ter sido vítima de repressão militar, esse direito seja mais efetivo e transparente) e à memória como dimensão de um passado nebuloso. Espera-se que, curadas as feridas e os ressentimentos desse período ainda visto com grande reserva no campo político e na esfera militar, apaziguados os ânimos e as paixões ideológicas (como se isso tudo fosse possível e apenas uma “questão de tempo”!), a razão e o conhecimento prevalecerão. Isso tudo não é tão simples e tão fácil, é só lembrar sobre a proposta do Programa de Direitos Humanos do Governo Lula, o qual objetivava rever a Lei da Anistia, ou, então, implementar políticas compensatórias para grupos subalternizados e reprimidos durante o período de exceção, a resistência de grupos sociais, a repercussão na grande mídia e a reação imediata de alguns grupos sociais.

A memória não se cristaliza só nos objetos, ainda que nesses seja um tanto visível, manipulável, tangível, transtemporal, *cristalizada* (CHAGAS, 2005); ela pode servir em muito como suporte de cultura pela sua objetualidade ou não, expressão de identidade social e étnica em aspectos que dizem e são caros às tradições, aos grupos sociais e culturais, aos âmbitos intangíveis da vida humana em sociedade (línguas/dialetos, costumes, valores, regramentos, sentimentos de pertença, religiosidade, ideologia política etc.), aos dramas e tramas da história e da vida em suas (des)continuidades, rupturas, redefinições, estratégias e fenôme-

nos visíveis e dizíveis ou não, enquadráveis e/ou deliberados pelo tempo para serem publicizados. Por isso que é comum vincular estreitamente memória com política (poder, decisões, governanças, políticas públicas de preservação memorial...) e memória com cultura, pois ambas permitem servir de pontos de ancoragem e de integração social de grupos e indivíduos em identificação social.

Pierre Nora (1978) diz que há, no cenário moderno, uma proliferação de memórias coletivas, em geral, motivadas pelos meios midiáticos e pelos recursos técnicos disponíveis, que intencionam reproduzir, analítica e objetivamente, formas de organização de vida coletiva ajustadas aos novos formatos de vida social. Os lugares que convencionamos para guardar e conservar são expressão da ausência de meios que foram perdidos. No fundo, essas memórias coletivas são expressão e manifestação de sentimentos do passado e possibilidades de inventariar lugares para a sua percepção visual e histórica. Por isso que está havendo uma tendência de institucionalizar lugares, famílias, etnias e propiciar com que se possam encontrar lembranças e reconstituir personalidades, formatos de organização de vida social tendo como bases os referenciais do passado.

Desse modo, elementos identificadores (de pertencimento) favorecem o registro memorial; não há nenhum elemento patrimonial (matéria-prima) que tenha sentido deslocado ou fora de seu vínculo com a sociedade interessada, com os “depositários da memória”, com seus criadores. Quem estuda memória e patrimônio insiste muito nisso, ou seja, as ligações afetivas, o medo da perda e do esquecimento, a necessidade de marcar territorialidades, de construir espaços políticos de memória (cemitério para ex-combatentes mortos “pela nação”, como há na França e em vários outros países). Por isso a importância dos monumentos e feitos em pedras, para que essas possam dar sentido de eternidade, confrontar-se e/ou enfrentar o tempo (seu desgaste), produzir efeitos de memória (CANDAUI, 2005, p. 124), ou seja, adesão, emoção, coesão nacional.

Identities poderão ser reconstituídas, vidas ressignificadas, *amarrações* ao passado, pela mediação do testemunho, dos vestígios e dos lugares; esses não são apenas materiais. Produzir testemunhos e registros visíveis e *visitáveis*, ainda que muitas vezes sejam expressões deliberadas por grupos, pelo campo mais institucional, é permitir fragmentos do tempo com sentido lógico e localizado. Aliás, essa noção de fragmentos é importante, pois, verdadeiramente, são fragmentos que são reconstituídos, são *pedaços* de tempos, de espaços, de presença/ausência e de significados, ainda que ambos possam estar em correlação entre si e serem *transtemporais* (em seu sentido histórico e cultural), como *redes temporais* de significados, vínculos, pertencimentos e sentidos de longa data.

Os lugares de memória ganham *concretude* pela sua simbologia, assim como essa lhe dá materialidade e permanência (NORA, 1993), porém, esse processo depende muito da construção teórico-explicativa, dos significados e rituais impressos e expressos no conjunto das estratégias de lembrança/esquecimento, eficácia e instrumentalidade da memória.

Memória em batalhas

Busca-se um acordo com o passado.

(N. Mandela).

A história e a memória se confrontam com horizontes frágeis da vida e das concepções de mundo (símbolos, identidades, afetividade, subjetividade, emoções, ressentimentos etc.), porém, ao mesmo tempo, com abusos e manipulações, com dados objetivos, ostensivos e pragmáticos. A luta por participação e democracia política e social em vários países revela isso. A permanência no poder por dezenas de anos pelo mesmo chefe e grupos políticos se alimenta da manutenção de formas tradicionais de convívio social, institucional e de controle do passado. As grandes manifestações

sociais recentes em países do Norte da África revelam isso; na medida em que os movimentos e pressões sociais vão obtendo resultados políticos, os ícones de memória que relacionavam o poder agora destituído são destruídos.

Nos horizontes da manipulação e do *empoderamento* estão presentes esferas do poder, do dito *gerenciamento social*, dos acordos mínimos com o tempo e com os fatos, da reconstrução de tradições e identidades de grupos, mas, acima de tudo, do esquecimento deliberado. Todorov (1995) fala da indissociabilidade da memória a um trabalho de esquecimento, ou seja, ela não se oporia ao mesmo, pois lhe é parte integrante. A utilização deliberada do esquecimento manifesta o caráter seletivo da lembrança e, por isso, da instrumentalização e uso da própria memória.

Sarlo (2007, p. 9) diz que o passado, em geral, é conflituoso e que a história não acredita muito na memória, porém, essa também desconfia que a história sirva para reconstituir e manipular as lembranças. No entanto, assim como podem estar juntas, não significa que não se duvidam, dividam e divirjam. O autor diz que o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança. O uso político do passado pode ser muito perigoso para a harmonia social (SILVA, 2004).

Se pensarmos nas comemorações nacionais, nos processos de seleção dos conteúdos *lembráveis*, nos rituais coletivos, midiáticos, políticos etc., veremos que a memória expressa interesses em jogo (políticos, ideológicos...) e que há um uso e seleção de memória coletiva, ou seja, não é incomum buscar significados diversos do passado para o uso no presente. Diz Silva (2004, p. 437) que a ambição da fidelidade ao passado encontra-se ameaçada quando as ideologias se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória coletiva. A história oficial é uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideológica, em vez de ser criticada ou criticizada.

Milan Kundera (1998) desenvolveu com grande propriedade o uso da memória como canal político; enfatizou que cada governo e país, dependendo das circunstâncias, têm necessidade de um

passado para estabelecer relações de recíproca convivência, assim como o têm do esquecimento. Os regimes totalitários temem a memória, impõem suspensão da temporalidade, em geral, adotam uma prática comemorativa e uma obsessão pela ritualidade que lhes interessa para construir a identidade e sua apropriação (SILVA, 2004). Por isso, a memória pode se tornar um elemento mediador para o campo político e pode estar no interior de um campo de batalha pela significação dos tempos, dos fatos e dos sujeitos que desejam se centralizar (SARLO, 2007).

A memória é muito importante em seu uso político; tem um poder desestabilizante, pode, também, produzir pluralidades de significados e tempos, ou melhor, pressupõe-se isso e, por isso, faz-se de tudo para evitá-la, ou então, usá-la como enquadramento. Diz Kundera (1998, p. 193) que, “para liquidar os povos [...] se começa a privá-los da memória; destroem-se os seus livros, a sua cultura, a sua história”. No entanto, sabe-se que há memórias que se conservam, que *driblam* as tentativas de massificação, de uso político de grupos, que conservam traços que resguardam vividos e concepções que podem deslegitimar a linearidade da história institucional, ou seja, podem subvertê-las, desestabilizá-las e contrastá-las.

A memória coletiva tem grande importância para o poder público. Essa esfera busca codificar representações comuns do passado, suas condições de transmissão, seus processos de seleção; em geral, o poder público elege um grupo, uma elite para tanto, são os “notáveis da memória” que dimensionam políticas de memória, os quais produzem objetos do passado, arquivos, lugares, fatos, exigem mediações acadêmicas e visibilidade midiática. Porém, não é só a esfera pública a mediadora e/ou produtora disso. As igrejas, as famílias, os partidos, os sindicatos etc., também podem ser produtores de políticas de memória com os mesmos pressupostos da esfera pública, ou seja, deliberando realidades reguladoras e impositivas de lembrança comuns (Halbwachs diz que entre o indivíduo e a nação há grupos que produzem sua memória e que agem diretamente sobre o pensamento de

seus membros e de outros), sua governabilidade e gestão. É a dimensão política da memória que ordena a (re)produção das lembranças oficiais.

As políticas do passado articulam a produção, a conservação e a transmissão da lembrança, de valores, de cognições e representações de uma referida sociedade (memórias sociais e memórias coletivas), de um fato e de um governo que passarão a ter uma incidência direta sobre a matriz simbólica de uma sociedade em relação a uma época, ou, então, produzir uma “instituição imaginária de identidades coletivas” (MICHEL, 2010, p. 5).

O estado, em especial o de tendência totalitária, possui os melhores e maiores meios para legitimar as memórias (poder de pressão, de imposição, repressão, canais de divulgação, autoridade científica, caráter de arquivista [o que guardar, quando abrir arquivos...]). Instituições também podem ser mediadoras desse processo na medida em que fazem trabalhos de mobilização, de pressão pela lembrança, de reivindicações de ações de comemoração e de denúncias. Isso demonstra que a memória é algo útil na mão de atores sociais (Ricouer, Nora, Todorov, Arendt, já enfatizaram isso), pode servir de lucro simbólico e estratégico, expressão da convicção, dos valores, representações sociais.

O poder político alarga mais sua ação se formos comparar com outras instituições intermediárias (família, igrejas, classes), pois o mesmo não se direciona a um grupo, a uma sociedade específica, mas ao conjunto nacional, o que está em jogo são as representações e reconstruções do passado em sua dimensão histórica, como artefato da linguagem, das ritualidades, da posição e da política de grupos (quadros sociais, papéis e posições sociais funcionando como sociotransmissores (KOSELLECK, 1990). Isso revela uma narrativa finalista (determinada) do passado e sua instrumentalização política através da intervenção de atores públicos visando a produzir e impor uma memória pública oficial à sociedade, expressão do monopólio dos instrumentos de ação pública (CANDAU, 2005, p. 16); demonstra a “arte de governar a memória pública”, de atribuir o que, como e quando lembrar

sobre o passado, um “regime memorial” ou de “historicidades” que ordenam os tempos, dão-lhes sentidos e traduções (nomes de ruas e praças, novas edificações de monumentos, estátuas etc., quando alteram-se quadros políticos). Koselleck (1990) chama isso de “democratização das políticas memoriais”, dos simples mortais aos “grandes homens” em nome de uma contribuição política e cultural à nação. Por isso que é interessante para a esfera pública ter os seus “empreendedores de memória”, (um “*lobbying* memorial”), os que se envolvem na organização das comemorações, a erguer monumentos, produzir cerimônias e sujeitos que incorporam no campo político uma conotação de unidade nacional (soldados, líderes, cidadãos mortos...).

Michel (2010) coloca que, conforme se solidifica a estabilidade política, os consensos entre cidadãos e as estruturas mentais e institucionais em torno de um regime político (o que está no poder), reduzidas se tornam as celebrações de suas fundações (ex. regimes republicanos, consolidação das fronteiras nacionais, estabilidade nacional, pouco se ritualiza sobre a Revolução Francesa, sobre o 14 de julho na França, sobre a Segunda Guerra Mundial...). Acredita-se que esse processo tende a enfraquecer também as adesões e as ações de uma “política de memória” (Pierre Nora, em alguns dos volumes dedicados aos lugares de memória, enfatiza isso). O autor chama de *neopatrimonialismo*, como o culto do presente, embasado num novo regime de historicidade, numa nova configuração social do imaginário nacional, diluído na *mundialização* e, mais estreitamente, no pacto e na ideia de “União Europeia”. Em contrapartida, esse processo de erosão de memórias nacionais poderá estar criando um espaço de oportunidades para o desenvolvimento de memórias locais (regionalismos, tradicionalismos – polemizado no Rio Grande do Sul em razão da proposta de transformá-lo em memória imaterial – publicização de memórias locais que não necessariamente estejam ou precisam estar em oposição às nacionais). O presidente Obama, logo após o assassinato de Bin Laden, foi ao local onde havia as torres gêmeas, ritualizou, em meio a uma grande mul-

tidão, aquilo que foi considerado como vitória, como justiça (ao modelo norte-americano!), como página virada na memória. O uso político dessa memória e do ato *reparador* do sofrimento de milhares de pessoas que perderam familiares rendeu ao presidente, até este momento (junho de 2011), um grande trunfo político; seu presumido adversário do Partido Republicano já desistiu de concorrer declarando publicamente que o assassinato do líder terrorista fortaleceu a performance política de seu opositor.

A memória é seletiva em sua natureza, tanto individual quanto coletiva (omissão involuntária, traumas coletivos, conchavos de reconciliação nacional, deliberações e ocultações ideológicas do *status quo* político, esquecimento ligado à dissimulação para não promover vingança, humilhações identitárias, lugares de lembranças traumáticas). O que queremos enfatizar é que a esfera pública ou a institucional possui instrumentos para “comandar o esquecimento” e a “paz civil” (uso político da amnésia jurídica, política e histórica; destruição de documentos, de rastros) aquilo que, no fundo, Primo Levi chamou de “*Reich millénaire contre la mémoire*” (esquecimentos dos etnocídios e genocídios). Há também a estratégia dos pedidos de perdão e de arrependimento público, reconhecimento social de imputação moral, de liberação do peso da culpabilidade em torno de algo (MICHEL, 2010, p. 182) que, não serve para apagar a memória, mas para fazer *sarar* a memória, livrar do peso da culpa. O perdão colabora para ritualizar o conflito por outros meios e dar um futuro à memorial (uso político, religioso e moral do perdão, reconhecimento de fatos históricos e da culpabilidade). Essa dimensão é de cunho histórico de ações estratégicas da Igreja Católica, é o que Derrida (apud, MICHEL, 2010, p. 184) chamou de “mundialatinização” do discurso cristão.

Nas sociedades sem ou com escrita sempre houve os ditos “homens-memória”, especialistas encarregados, deliberadamente ou não, de reproduzir lembranças e, com isso, manter viva, através de rituais, narrações, festejos sociais, símbolos objetais, a memória de grupos (fosse coletiva ou social), a coesão de grupos, a ga-

rantia de elementos do passado no presente que a esse signifique (LE GOFF, 1989). Por isso que, muito mais em tempos atrás, genealogistas, tradicionalistas, sacerdotes, intelectuais, idosos, dentre outros, tinham a obrigação e a função social de recuperar recordações, vividos, de não permitir o esquecimento, selecionar o que deveria e interessaria ser transformado em recordação e lhe dado perenidade pela transmissão (LE GOFF, 1979).

Atualmente, o campo da política, dos *gestores da sociedade*, dos grupos hegemônicos, em geral associados às esferas da grande mídia e da indústria do turismo, encarregam-se de dar a versão do passado que melhor lhes convier, agrada-lhes e lhes trouxe benefícios econômicos. Os patrimônios são acionados pelo viés de sua receita financeira e de sua atração turística; sua dimensão cultural, imaterial lhes é significativa.

Vivemos uma era que tematiza fortemente as noções de patrimônio, que, no fundo, passa a ser expressiva de um desejo de tudo *patrimoniar*. Preservar demonstra o desejo de tornar algo perene, de dar um sentido cultural, um patrimônio material, um bem de natureza material e imaterial imbricados. Autores enfatizam a necessidade de não separar de uma forma apressada bens tangíveis de intangíveis, pois, valores materiais, em geral, são criados também por valores imateriais (DODEBEI, 2008). Os patrimônios passam quase sempre por disputas de vários modos (significados, memórias, definições conceituais, o que deve ser esquecido etc.), pois eles manifestam formas variadas de ver o mundo e de produzir sentidos por grupos sociais, tornam esses sentidos inteligíveis, evocativos e atualizados (IDEM).

O patrimônio utiliza fragmentos da história; são resumos e traços; manifestações de orgulho do passado, ou temor de repetição no presente de fatos negativos desse passado (como antiorgulho), herança que atesta valores em tempos outros (POULET, 1998). O armazenamento, as edificações, o imagético de *cal e cimento* e sua manifestação deliberada de memória passavam e continuam ainda hoje (principalmente facilitados pelas condições técnicas) a serem intencionais, um campo de disputas em

vários de seus sentidos, significados, interpretações e politizações (SILVA, 2004). Desse modo, passado e presente se condicionam. Em geral, é sempre o presente a condicionar o passado, porém, a matéria-prima desse condicionamento advém sempre do passado traduzido e, esse, também, condiciona o presente (ELIAS, 1998). Insisto nessa dimensão dialética dos tempos, pois nos permite vê-los como dinâmicos e intencionalizados, não dados e muito menos neutros (CHAGAS, 2005).

Há um esquecimento desejado e regulado pelo poder. Por isso que não dá para conceber a memória como neutra; é sempre um processo ativo de atribuição e sentido seletivo. O poder pode *colonizar* a memória, pois busca os referenciais necessários para construir sua própria legitimação, excluindo o que contradiz a versão “oficial” do passado, apropriando-se dos conteúdos da história *passada* para construir um presente adaptado e dirigido (SILVA, 2004). E, assim, toda a estratégia de lembrar implica, reciprocamente, uma estratégia de esquecer. Sabemos que não há um olhar ingênuo do passado, há critérios que atribuem valor ao olhar e ao esquecer (CARRERA, 2001, p. 67).

Já dissemos que há memórias que *fogem e driblam* os condicionamentos; em geral, essas são expressivas do universo ritualizado no lugar de convívio (casa, rua, trabalho, comunidade, vizinhança, local de identificação geográfica – territorialidades culturais) e nas relações de maior proximidade e pertencimento; essas auxiliam na configuração de saberes, de vividos significativos, que cimentam experiências e consciências em torno do tempo e dos lugares, conseguem, mal ou bem, transcender esferas manipuladoras do passado por forças externas poderosas (LEVI, 1986). Essas são também memórias que se ritualizam ao redor de grandes símbolos, de grandes edificações ditas representativas do passado como monumentos espalhados por nossas cidades, muitos dos quais extemporâneos e de pouco significado (CHAGAS, 2005).

Sem dúvida, os monumentos buscam exercer mediações de memória (CHAGAS, 2005). Glória, fama, alegoria, valor

cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas são algumas das expressões mediadas pelo *monumento de memória*. Porém, no fundo, a memória dita patrimonial (em especial do grupo, de coletividades, nacionalidades, de tempos significativos da memória nacional etc.) é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder se exprime na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico (ELIAS, 1998; CHAGAS, 2005). Os poderosos buscam hegemonizar não só o passado, mas também o futuro; na realidade, querem ser recordados, por isso erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo que essas venham a ser lembradas e eternizadas, é um retrospectivo que quer ser prospectivo, o presente e o futuro usam do passado, instrumentam-no como arma política, cultural, projetiva de interesses e projetos, um deslocamento pragmático do tempo e de coisas no/do tempo (LE GOFF, 1979).

As origens incertas (de culturas, de grupos, de fatos etc.), ou a pouca possibilidade de refletir sobre, fortalecem dinâmicas relacionais e simbólicas que denotam tradições; sua racionalidade tende a problematizá-las; os imaginários e representações em torno de sua historicidade produzem herança e fundamento, muitas vezes, explicações únicas, promovidas por grupos que possuem mediação midiática (como bem é visto no Rio Grande do Sul em torno do que se convencionou chamar de tradicionalismo, gauchismo, cultura gaúcha).

Nesse sentido, o patrimônio não seria um bom aliado do campo da história. É necessária a invenção; o *creditável* ganha, assim, uma boa dose de invenção e ausência de lógica e coerência (o trocadilho do *se non è vero, ma ben trovato* é importante!). O passado é reorganizado constantemente, em geral, para mantê-lo em seus elementos essenciais, para não permitir bruscas rupturas; impor versões é condição fundamental para o mesmo.

Enfim...

Os monumentos propagam a ilusão de uma memória comum.
(James Young)

Já que começamos nossa reflexão falando sobre o tempo, é bom que a finalizemos também, dizendo que, com o passar do *tempo*, o mesmo pode fazer a todos nós mentirosos. Por isso que é necessário o controle e a propriedade dos significados; não interessa quem os impõe e os legitima, de que forma *ajusta* a herança cultural e com que intenções. Diz LOWENTHAL (1998, p. 127) que “para ter sua herança em vida, os gregos constroem seus anfiteatros, cultivam os antigos nomes, lançam réplicas de navios e copiam fachadas clássicas”. A questão fundamental é a ideia de não perder, de herança, de selecionar, referenciar temporalmente e refazer patrimônios. A dimensão do tempo, como processo social, constitui-se referência na normatização das formas de memória de grupos.

Os tempos são produções coletivas e que lhe dão valorização e significação, convenção, funções, formas, representações, abstrações e condições históricas para produzir e satisfazer exigências sociais, dar forma aos valores e às racionalidades sobre as quais a sociedade se baseia (TABBONI, 2006).

Modernidade e tradição não necessariamente precisam ser antagonicas, podem, sim, confluir nesse cenário de velocidade e aceleração do tempo em que se vive, claro que em correspondência com o que a primeira quer e interessa da segunda. Por isso que hoje nos festejos considerados populares dimensionam-se elementos da tradição envoltos na religiosidade, na gastronomia, nos rituais alegóricos etc. Se pensarmos na ligação existente entre lugares e fatos de memória e turismo, isso está bem presente, no mundo televisivo e das produções cinematográficas desenvolvidas pelos recursos de técnicas modernas, horizontes vividos e relacionais do passado passam a ser projetivos e atraindo multidões (LOWENTHAL, 1998).

A memória pode permitir a colocação dos indivíduos no tempo, esse tempo interligado em rede de significados, afetos, esperança e poder. Porém, sabe-se e, insisto nisso, de que os tempos e as concepções sobre muitas coisas das temporalidades definidas podem ser ambivalentes, sofrer interpretações até contraditórias, ou seja, o que podia ser normal numa época pode não o ser em outra. As reincorporações dos tempos podem seletivizar e reformular o passado. A memória patrimonial tende a estar em consonância com o conjunto das representações de formas de vividos temporais que cada grupo social produz, institucionaliza, pratica e transmite por meio de formas variadas de socialização e de interação dos membros e desses com outros *de fora*, por isso ela tem correlação com identidades e alteridades, bem como fronteiras espaciais e históricas (ABREU; CHAGAS, 2003).

Vimos que os monumentos, em geral, tendem a sacralizar heróis, empacotar, congelar, ossificar, imobilizar a memória (HUYSSSEN, 2000). Diz o autor que há um culto aos templos, aos obeliscos, a torres funerárias como se estivéssemos confrontando a aceleração dos tempos, a transitoriedade da vida moderna. Negocia-se a memória de uma sociedade em seus aspectos de crença, valores, mediadores, instituições, espaços públicos de manifestação. Alguns monumentos são derrubados facilmente em momentos de fúria e/ou de alegria (lembrar das estátuas de Stalin e Lênin com a queda do Muro, das de Saddam e outros por ocasião de tomada de poder de outros grupos), outros são mantidos como figuras de esquecimento porque seu significado foi erodido pelo tempo (HUYSSSEN, 2000, p. 68), outros não podem ser visíveis para não acirrar os ânimos e o ressentimento de grupos envolvidos, como é o caso do assassinato (fala-se em “morte”!) de Bin Laden. Os apagamentos fazem parte das estratégias de poder e de uso da memória pelo poder. Após a queda do Muro de Berlim, por exemplo, houve mudança do nome das ruas de Berlim Oriental, devolvendo-as ao seu elenco pré e anti-socialista como expressão de estratégia de poder, de apagamento,

de humilhação, de um novo grupo no poder, de uma nova marca histórica e, o que não se *encaixa*, é excluído.

O patrimônio serve para isso também; mais uma vez percebemos que lembrar e esquecer são dinâmicas que também passam pelo crivo político dos grupos no poder, como interesse de governo. Testemunhar faz parte dos que desejam *marcar a História* (LE GOFF, 1981). O testemunho possui um caráter vinculante, de adesão, de congregação, ou seja, permite atribuir as definições sociais da realidade das representações que os indivíduos tiveram no passado em correspondência com (situ)ações comuns, passíveis de identificação e atração grupal – ninguém testemunha pra si mesmo. O testemunho lembra para o outro, confia-se no outro; nossa memória de identidade só se efetiva se for e estiver na conjunção de outros, por isso ela é alteridade; o auto-reconhecimento implica, também, o reconhecimento dos outros (HUYSSSEN, 2000). Os monumentos, as esculturas, imagens reconhecidas socialmente alimentam-se pela alteridade, é essa que lhes dá legitimidade e reconhecimento; é nesse sentido que seu local típico é no espaço público.

As pessoas, a partir de seus interesses funcionais, poderão conservar testemunhos do passado de forma diferente. Desse modo, também, o testemunho não tem nada de neutro, é também um jogo. O próprio Halbwachs (1988) já dizia que é o presente que lembra e o passado se veste da maneira que ao presente satisfaz/agrada. Nesse jogo de poder, podemos citar as “estatuomanias” (BLANCRARA, 2010, p. 203) que servem de dispositivos para impor formas de produção de tradições, identidades culturais nacionais comuns que, no fundo, acabam sendo uma espécie de liturgia política das nações modernas para (re)produzir e inventar tradições e identidades, legitimar e memorizar “grandes homens” [memórias exemplares] que encarnam ideais e/ou ideias que funcionam como base educativa na disseminação de significados de orientação e alerta humano (é o caso do memorial do Holocausto em Berlim, o traslado de

Joana D´Arc ao Pantheon, a conservação de alguns dos campos de concentração...).

Precisamos de um diálogo com os tempos, com as inovações, mas com as tradições também. É desse diálogo que vai depender a determinação de significados (ABREU; CHAGAS, 2003). O monumento, por exemplo, é um sinal do tempo passado significativo; evoca o passado, cristaliza-se e perpetua-se com a recordação (LE GOFF, 1981); é um legado coletivo da memória histórica, política, identitária, mas que também não é neutro, nem produzido e significado tão coletivamente assim. É o que é tangível e visível, massifica e populariza sua adesão, contato e visibilidade, por isso que, em geral, é colocado em espaços públicos, de acesso livre, mas de significado enquadrante, expressão integrativa e de representação grupal hegemônica. Os grupos representados e representativos (esfera do poder e do conteúdo de memória) serão fundamentais nesse dinamismo e movimento dos tempos e de sua significação.

Referências

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BLANCRARA, P. et al. *Le guerres de mémoire*. Paris: La Découvert, 2010.

BOHLER, D. *Le temps de la mémoire*. Bordeaux: PUB, 2006.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória. Ensaio de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BREFE, A. C. F. Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória – uma trajetória intelectual. *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 13, n. 24, jul/dez 1996, p. 105-125.

CANDAU, J. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin, 2005.

- CARRERA, L. *Il futuro della memoria*. Milano: Franco Angeli, 2001.
- CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J., DODEBEI, V. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra-capla, p. 115-132, 2005.
- CHAPPÉ, F. *Histoire, mémoire, patrimoine*. Renner: PUR, 2010.
- DELEUZE, G. *Le bergsonisme*. Paris: PUF, 1988.
- DODEBEI, V. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: __; ABREU, R. (Org.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra-capla, 2008, p. 11-32.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FERRER, O. S. *Le temps. La perception, l'espace, la mémoire*. Paris: Ellipses, 1996.
- GAGNEBIN, J-M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GROSSIN, W. *Les temps de la vie quotidienne*. Paris: Mouton, 1974.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1988.
- HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- KOSELLECK, R. *Futuro passato. Per una semantica dei tempi storici*. Genova: Marietti, 1986.
- KOSELLECK, R. *Le futur passe*. Paris: Éd. de l'EHESS, 1990.
- KUNDERA, M. *Il libro del riso e dell'oblio*. Milano: Adelphi, 1998.
- LE GOFF, J. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? *Le Débat*. Paris, p. 49-50, 1989.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento, in: *Enciclopedia Einaudi*. Torino: Einaudi, 1981. [Verbetes].
- LE GOFF, J. Memoria. In: *Enciclopedia*, v. VIII, Torino: Einaudi, 1979. [Verbetes].
- LEVI. P. *I sommersi e i salvati*. Turim: Einaudi, 1986, p. 3.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História*, n. 17, São Paulo, p. 63-201, 1998.

LUCENA, C. T. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.

MICHEL, J. *Gouverner les mémoires. Les politiques mémorielles en France*. Paris: PUF, 2010.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993.

NORA, P. Mémoire collective. In: LE GOFF, P.; CHARTIER, R.; LADURIE, Le Roy. *La Nouvelle Histoire*. Paris: C.E.P.L., 1978.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

POULET, G. *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RAMPAZI, M. Tempo e spazio della memoria, In: -----; BELLONI, M, C. *Tempo, spazio, attore sociale*. Milano: Franco Angeli, p. 46-78, 1999.

RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento. Seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Unesp, 2010.

SARLO, B. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, J. A. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. A; BRESCIANI, M. S; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora UNB, p. 59-77, 2002.

SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*. São Paulo, v. 24, p. 43-63, 2002.

SILVA, J. R. Memória, narrativa e história: a propósito de Benjamin, Vernant e Le Goff. *Estudos de História*. Franca, v. 11, n. 2, 2004, p. 27-39.

SIMMEL, G. *La metropoli e la vita dello spirito*. Milano: Armando, 1995

TABBONI, S. *Les temps sociaux*. Paris: Armand Collin, 2006.

TODOROV, T. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.



Patrimônio e representações: uma análise dos monumentos em Passo Fundo

Alessandro Batistella¹

NA SUA ACEPÇÃO DICIONARIZADA, A PALAVRA *PATRIMÔNIO* SIGNIFICA “HERANÇA PATERNA” ou “bens pertencentes à uma pessoa, uma família, uma instituição ou à coletividade”. No entanto, já há algum tempo o termo *patrimônio* vem recebendo uma ampliação em seu significado. Hoje ouvimos falar em “patrimônio histórico”, “patrimônio cultural”, “patrimônio artístico”, “patrimônio ecológico ou natural”, dentre outros.

Essa multiplicação dos patrimônios, sobretudo a partir da década de 1990, evidencia um fenômeno que François Hartog (2006) denominou de “patrimonialização galopante”, onde “tudo é – ou é passível de se tornar – patrimônio”². Diante disso, a sociedade ocidental defronta-se com alguns dilemas, sobretudo no que tange ao que deve ou não ser preservado.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Para François Hartog (Ibidem), essa “patrimonialização galopante” é uma consequência do *presentismo*, isto é, o regime de historicidade em que está atualmente inserida a sociedade ocidental, caracterizada por um “presente massivo e onipresente” e, ao mesmo tempo, um sentimento de pessimismo e de insegurança com relação ao futuro da humanidade. Portanto, como o futuro não é mais uma “promessa de esperança, mas uma ameaça”, não é mais “um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra”, a confiança no progresso foi substituída pela preocupação de guardar e preservar o planeta e a humanidade.

Mas, afinal, o que devemos preservar? Quem define o que será ou não preservado? Será que tais decisões são neutras ou nos revelam interesses?

Ao longo do presente artigo, pretendemos analisar essas questões, partindo da perspectiva de que os patrimônios integram os sistemas simbólicos de determinada sociedade. Dessa forma, procuraremos tecer algumas reflexões sobre a relação entre os patrimônios e as lutas de representações.

Em um segundo momento, abordaremos os monumentos como representações simbólicas e, por fim, sob esse prisma, pretendemos analisar, em específico, alguns monumentos que foram edificadas na cidade de Passo Fundo (RS).

Patrimônio e representações

Primeiramente, convém salientarmos que utilizaremos o conceito de patrimônio proposto por Llorenç Prats (2004, p. 32):

[...] Las activaciones o representaciones patrimoniales son: 1) sistemas de símbolos; 2) que actúan para suscitar entre los miembros de una comunidad (local, regional, nacional...) motivaciones y disposiciones poderosas, profundas y perdurables; 3) formulando concepciones de orden general sobre la identidad de esa comunidad; 4) y dando a estas concepciones una apariencia de realidad tal; 5) que sus motivaciones y disposiciones parezcan emanar de la más estricta realidad.

Em segundo lugar, devemos salientar que não vamos aqui entrar no debate envolvendo o que deve e o que não deve ser preservado. O nosso foco será outro: o fato que a escolha do que é ou não patrimônio, do que é ou não merecedor de preservação, na verdade, consiste em uma “seleção”.

De fato, não podemos esquecer que ao se selecionar alguns “bens materiais ou imateriais” como patrimônios de determinada sociedade também se está excluindo inúmeros outros. Portanto,

essa “seleção”, que muitas vezes é (ou foi) feita de uma maneira arbitrária, verticalizada, pode, sem dúvida, revelar um campo de conflitos e de disputas simbólicas no seio de determinada sociedade, seja em nível local, regional ou nacional.

Essas disputas simbólicas³ constituem uma “teia de relações de poder invisíveis⁴” e de disputas pelo poder simbólico. Pierre Bourdieu (1989, p. 7-8) definiu o “poder simbólico como o poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ainda, segundo o autor,

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Ibidem, p. 14-15).

O poder simbólico [...] é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder: [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (Ibidem, p. 15).

Em outras palavras, o poder simbólico é o poder que atua na construção da realidade, criando consensos, fabricando verdades e discursos, semeando conformismos e legitimando as dominações vigentes. Portanto, são poderes que atuam no campo das representações sociais, particularmente nos sistemas simbólicos⁵.

Sandra Pesavento (2006, p. 49) lembra que

³ Conforme Pierre Bourdieu (1989, p. 10), os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornando possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

⁴ Cf. FOUCAULT, 2006.

⁵ “Os símbolos podem ser considerados derivados dos signos, quer dizer, do conjunto de elementos conhecíveis e repertoriáveis, mas que, ao mesmo tempo, propõem-se como fantasmas do significado que retém uma parte do objeto que designam” (PESAVENTO, 1995, p. 21).

No início do século XX, os etnólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim já chamavam a atenção para esta construção de “um mundo paralelo de sinais que se colocava no lugar da realidade” entre os povos primitivos que estudavam, onde as representações deram a chave para analisar este fenômeno presente em todas as culturas ao longo do tempo: os homens elaboram idéias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade.

Para Jacques Le Goff (apud PESAVENTO, 1995, p. 15):

[...] Representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, manifesta-se por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade.

Sandra Pesavento (1995, p. 16) observa que

Todas as sociedades, ao longo da sua história, produziram as suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem as suas divisões, legitimam o seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros.

Segundo Roger Chartier (1990, p. 17),

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justi-

ficar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações *supõe-se nas como estando* sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Portanto, em uma determinada sociedade, diferentes grupos – sociais, políticos, religiosos, étnicos, culturais etc. – tendem a disputar esse “poder simbólico” por meio de uma luta de representações⁶, evidenciadas

[...] quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (BOURDIEU, 1989, p. 11-12).

Ainda segundo Pierre Bourdieu (Ibidem, p. 10-11), esse corpo de especialistas produzem um conjunto de sistemas simbólicos que servem a interesses particulares, mas são apresentados como interesses universais⁷. Assim, os sistemas simbólicos do grupo dominante atuam no sentido de criar consensos⁸, desmobilizando os grupos dominados, legitimando a ordem estabelecida (estabelecendo distinções – hierarquias – e legitimando essas

⁶ Roger Chartier (1990, p. 17) lembra que “[...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

⁷ “Como é sabido, a eficácia simbólica depende de muitos fatores, entre os quais estão a contextualização dos símbolos em práticas e discursos e o nível de consenso de que gozam referentes e significados” (PRATS, 2004, p. 29).

⁸ Conforme observou Llorenç Prats (2004, p. 29): “[...] A principal virtude de um símbolo é sua capacidade para expressar de uma forma sintética e emocionalmente efetiva uma relação entre ideias e valores. Dito de outra forma, o símbolo tem a capacidade de transformar as concepções e crenças em emoções, de encarná-las, e de condensá-las e fazê-las, portanto, muito mais intensa. Essa capacidade de condensação e motivação se vê reforçada quando se dá uma condensação dos atributos que as legitimam [...]”.

distinções), enfim, parafraseando Max Weber, “domesticando os dominados”.

Ora, não podemos esquecer que o patrimônio é uma construção social (ou cultural), conforme bem observou Llorenç Prats (2004). Segundo o autor:

[...] Que el patrimonio sea una construcción social quiere decir, en primer lugar, que no existe en la naturaleza, que no es algo dado, ni siquiera un fenómeno social universal, ya que no se produce en todas las sociedades humanas ni en todos los períodos históricos; también significa, correlativamente, que es un artificio, ideado por alguien (o en el decurso de algún proceso colectivo), en algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser históricamente cambiante, de acuerdo con nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines en nuevas circunstancias (p. 19-20).

Portanto, o patrimônio integra o sistema simbólico de determinada sociedade, idealizado por alguém ou um grupo, para representar simbolicamente uma identidade⁹, uma memória, um marco histórico, entre outras coisas. Mas qual identidade é representada? Qual memória, qual história deve ser rememorada (ou esquecida)? Ora, o processo de seleção do que deve ou não ser considerado patrimônio, do que deve ser ou não preservado e protegido, necessariamente passa por essas questões. Em suma, trata-se de estratégias¹⁰ políticas.

⁹ Conforme Llorenç Prats (2004, p. 31) “[...] a identidade, do tipo que seja, é também uma construção social e um fato dinâmico, embora com um razoável nível de fixação e perduração, e que toda formulação da identidade é unicamente uma versão dessa identidade, um conteúdo outorgado a uma determinado rótulo. Portanto, podem coexistir, e de fato coexistem normalmente, distintas versões de uma mesma identidade, que habitualmente se articulam em relações de complementaridade ou oposição, embora também pode acontecer que se ignorem. [...] toda versão de uma identidade, se expresse como se expresse, é ideológica, pois responde a algumas ideias e alguns valores prévios, normalmente subsidiários de alguns determinados interesses, ou, [...] que em qualquer versão da identidade se estabelece pelo menos uma relação dialética entre a realidade, as ideias e os valores, e os interesses de quem a defende e compartilha. O patrimônio, ou melhor dizendo, as diversas ativações de determinados referentes patrimoniais, são representações simbólicas destas versões da identidade [...]. As representações patrimoniais podem afetar a todo tipo de identidade (e assim ocorre), porém, pela sua mesma natureza, referem-se principalmente às identidades políticas básicas, quer dizer, locais, regionais ou nacionais”.

¹⁰ Cf. o conceito de estratégia de Michel de Certeau (2008).

Chegamos à segunda questão: quem define o que será ou não preservado? Quem fará tal seleção? A sociedade?

Sobre quem define/seleciona o que será ou não preservado, Llorenç Prats (2004, p. 33) alerta que é uma grande falácia o discurso corrente que diz que é a sociedade quem procede tal seleção:

[...] En el ámbito del patrimonio se habla de “selección”, el patrimonio es “una selección que hace la sociedad”, o se recurre a metáforas como la “vitrina de los recuerdos familiares”. Pero ¿quién es esta sociedad?, ¿quién representa o dirige la representación, quién elige el espejo y determina la más o menos sutil curvatura del cristal, quién piensa y elabora el discurso?, ¿quién efectúa la selección?, ¿quién decide qué mostrar en la vitrina? La sociedad no, ni en Fuenteovejuna ejerce la sociedad como “sujeto colectivo”. La sociedad puede adherirse y/u otorgar (u oponerse y denegar), consensuar una representación, una imagen, un discurso... y siempre en grado y forma variable según los individuos; pero esta representación, esta imagen, este discurso, han sido elaborados por alguien concreto, con nombres y apellidos, y al servicio, más o menos consciente, de ideas, valores e intereses concretos, tan legítimos o tan espúreos como se quiera, pero reales. No querer reconocerlo, recurrir, aunque sea por dejadez, a la imagen del “sujeto colectivo”, es ocultar la realidad.

Portanto, quem procede a seleção do que é ou não patrimônio não é a sociedade – como sujeito coletivo –, mas alguém ou um grupo de pessoas que integrem uma elite (seja ela intelectual, política, social...) e que, sobretudo, tenham influência junto ao poder político.

*Los repertorios patrimoniales también pueden ser activados desde la sociedad civil, por agentes sociales diversos [...], aunque, para fructificar, siempre necesitarán el soporte, o, cuando menos, el beneplácito del poder: Sin poder, podríamos decir, no existe patrimonio (PRATS, *ibidem*, p. 35) (Grifos meus).*

Essa relação íntima entre poder político e patrimônio é antiga. Seu início remete-nos à Europa do século XIX, quando “a

noção de patrimônio estava atrelada ao surgimento dos Estados nacionais e ao processo de formação da nação dele integrante, em que se verificou um enorme investimento na invenção de um passado nacional” (CHUVA, 2009, p. 46)¹¹.

Nesse primeiro momento, a legislação francesa de proteção ao patrimônio – que serviria de referência para as legislações de inúmeros outros países, inclusive do Brasil –, cujos mecanismos eram totalmente centrados nas ações do Estado – também consagraria como patrimônio histórico-nacional os prédios, monumentos e outras edificações de excepcional valor histórico-arquitetônico e artístico¹².

No Brasil, conforme Márcia Chuva (2009, p. 54), as discussões acerca da proteção e da conservação do patrimônio histórico-nacional tramitaram como projetos legislativos na década de 1920. Porém, tal legislação somente consolidou-se a partir da criação do Sphan (criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937) e pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamentou a proteção. Embora, lembra a autora, a legislação brasileira tenha sido abrangente ao definir a categoria de “patrimônio histórico e artístico nacional”, este, assim como em outros países, ficou restrito às edificações, monumentos e peças de arte.

Assim como na Europa, no Brasil, as práticas de proteção e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional também foram fortemente marcadas, nesse período, por um ideário nacionalista. Ademais, quem selecionava o que deveria ou não ser considerado patrimônio histórico-nacional era o Estado, por meio do grupo de intelectuais que atuavam no Sphan.

[...] Um grupo de intelectuais mineiros esteve engajado no processo de institucionalização do Sphan, ao lado dos também mineiros Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan,

¹¹ Além dos nacionalismos e da formação de Estados nacionais, também contribuíram para as primeiras noções de patrimônio (e suas políticas preservacionistas), embora em graus e formas diferentes, o romantismo e a chegada da era industrial. Mais detalhes, ver CHOAY, 2006.

¹² Em outras palavras, nesse momento, a noção de patrimônio estava restrita a sua dimensão “pedra e cal”.

vinculado a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, e Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Constituíram uma teia de agentes cujos laços pessoais, em boa medida, passavam pelo sentimento de pertencimento à mineiridade. Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado (CHUVA, 2009, p. 62).

O exemplo das cidades mineiras corrobora com o argumento de Llorenç Prats, citado anteriormente, de que “*sem poder, não existe patrimônio*”. *Em outras palavras, geralmente quem seleciona o que deve ou não ser preservado são as elites (sejam elas intelectuais, sociais, políticas, religiosas...) ligadas ao poder político*. Ora, basta lembrarmos que a política preservacionista inaugurada pelo Sphan privilegiou apenas edificações que tinham alguma referência aos setores dominantes da sociedade (procurou-se preservar as igrejas barrocas mineiras, os fortes militares, os sobrados coloniais, as casas-grandes etc., mas, por outro lado, foram esquecidas as senzalas, os quilombos, os cortiços, as vilas operárias etc.) (ORÍÁ, 1998, p. 131).

Mas será que ao se escolher preservar, por exemplo, as casas-grandes, e não as senzalas, estamos diante de uma posição neutra? Ademais, quais interesses essa escolha revela? Chegamos aqui à terceira questão.

Como lembra Llorenç Prats (2004, p. 32), “[...] *ninguma activación patrimonial, de ningún tipo, es neutral o inocente [...]*”. Portanto, devemos atentar para os interesses que envolvem preservar ou não determinado patrimônio.

De fato, o patrimônio, como sistema simbólico, é utilizado para representar simbolicamente uma determinada identidade, uma determinada memória, um determinado marco histórico,

entre outras coisas. Ademais, não podemos esquecer que a seleção de determinados patrimônios está intrinsecamente ligada às disputas pelo poder simbólico, às lutas de representações. Portanto, a seleção de determinados patrimônios nunca estará destituída de determinados interesses.

Ora, por que será que, durante muitos anos, a política de preservação patrimonial brasileira privilegiou somente os patrimônios representativos dos segmentos dominantes da sociedade, sobretudo de origem européia? Por que os nomes das ruas e avenidas, assim como os monumentos, estátuas e bustos edificadas nas nossas praças, geralmente homenageiam pessoas pertencentes às elites nacionais, regionais ou locais?

Conforme Ricardo Oriá (1998, p. 36), “[...] os grupos dominantes vencedores na história tentam impor a sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da história e da política preservacionista”.

E mais, não podemos esquecer que a identidade, a história e a memória¹³ também constituem campos de disputas. Maurice Halbwachs (apud TEDESCO, 2004, p. 78) “dizia que a memória coletiva deve ser pensada como uma dinâmica em tensão contínua, num jogo de conflitos, seleções, interpretação do passado”. Dessa forma, conforme salientou Pierre Nora (apud TEDESCO, *ibidem*, p. 37), “[...] a memória é um quadro de interpretações mais do que um conteúdo, é um embate, um conjunto de estratégias, um símbolo em movimento com tendências à conservação”.

Em outras palavras, em uma determinada sociedade diferentes grupos (sejam eles políticos, sociais, culturais, religiosos,

¹³ “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, integra-se em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

étnicos etc.) tendem a disputar também a hegemonia sobre a memória coletiva, isto é, institucionalizar a memória de determinado grupo (muitas vezes veiculando o seu passado a uma imagem forjada de si mesmo – memórias inventadas, memórias oficiais, memórias ufanistas etc.) em detrimento das memórias dos outros grupos (as memórias silenciadas, apagadas, enquadradas...). Nesse sentido,

[...] A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas (TEDESCO, 2004, p. 79).

Portanto, a memória constitui uma das formas mais fortes e sutis de dominação e da legitimação do poder.

Os monumentos como representações simbólicas

Um símbolo é composto pela relação dos seus significantes (imagens, palavras...) e os seus significados (representações, significações). Nesse sentido, podemos caracterizar um monumento, uma estátua, um busto ou mesmo uma simples placa comemorativa como um significante. Mas quais são as suas significações? O que pretendem representar?

Etimologicamente, a palavra monumento (do latim *monumentum*) deriva de *monere*, que significa advertir, lembrar, recordar, enfim, trazer algo à lembrança. Dessa forma, “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de

pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006, p. 17-18).

Mas para que serve um monumento? Segundo Jacques Le Goff (Apud FREGA 1995, p. 123), “a sua finalidade é perpetuar e recordar e fazer uma possível volta ao tempo”. Segundo François Choay (2006, p. 18), “a especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente”.

Ademais, o seu propósito não é apresentar uma informação “neutra”, mas rememorar um passado “invocado” (de certa forma, mitificado). No entanto, esse passado “[...] não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY, *idem*).

Dessa forma, os monumentos são geralmente o resultado de montagens conscientes da história ou de uma época de uma dada sociedade. Entretanto, convém salientar que os monumentos são selecionados por determinados grupos (políticos, étnicos, culturais, sociais, religiosos...) de uma dada sociedade, que, por meio deles, expressam a sua memória. Portanto, os monumentos, com algumas exceções, geralmente representam a memória das elites de uma determinada sociedade.

Em suma, os inúmeros monumentos, estátuas, bustos e placas presentes nas nossas cidades – e que são ignorados pela maior parte da população¹⁴ – representam determinadas memórias ou determinados acontecimentos históricos. Contudo, elas são ainda mais reveladoras, trazendo à tona:

¹⁴ Obviamente, a maior parte da população ignora a grande maioria dos monumentos, estátuas, bustos ou placas simplesmente porque não se reconhecem nesses símbolos, que, na verdade, apenas representam a memória e/ou história e/ou identidade de um determinado grupo político, social, étnico etc.

- as disputas simbólicas e os grupos que competem por esse poder simbólico em determinada sociedade;
- os conflitos pela memória e pela identidade de determinada sociedade;
- as memórias que são lembradas (dos “vencedores”) e as que são esquecidas (dos “vencidos”);
- os grupos integram a “história oficial” e os que são “excluídos da história”;
- entre outras possibilidades.

Assim, é fundamental refletirmos acerca dessas questões ao nos defrontarmos com um monumento, uma estátua, um busto ou uma simples placa.

A seguir, há uma breve análise sobre o que representam e o que podem nos revelar os monumentos, estátuas, bustos e placas edificadas na cidade de Passo Fundo (RS).

Os monumentos em Passo Fundo

Assim como em outras cidades, Passo Fundo também possui inúmeros monumentos, estátuas, bustos e placas, a maioria localizando-se na área central da cidade, seja em algumas praças ou ao longo das principais avenidas e ruas.

De uma forma geral, esses monumentos, bustos e placas estão homenageando políticos locais ou de projeção nacional, lideranças eclesiais, “personagens” ou eventos considerados fundadores do município, alguns grupos étnicos, religiosos, além de algumas referências ao tradicionalismo.



Figura 1. Busto em homenagem a Getúlio Vargas (ao lado da sua “inseparável” Carta Testamento), localizado na Praça Marechal Floriano.



Figura 2. Monumento em homenagem a Gervásio Lucas Annes, líder do PRR na cidade no início do século XX. Monumento localizado na Praça Tamandaré.

Por outro lado, percebemos que há alguns grupos que não são mencionados em tais monumentos. Dessa forma, percebe-se claramente que tais grupos estão excluídos da história oficial e são vítimas de uma silenciosa “violência simbólica”.

De fato, podemos perceber que não existe na cidade qualquer monumento, busto ou placa que faça referência, por exemplo, aos *Kaigangs*, que foram os primeiros habitantes da região.

Isso não chega a ser surpreendente. Como apontou o estudo de Henrique Kujawa (1998, p. 57-58), muitos estudiosos locais, influenciados pelo eurocentrismo e pelo preconceito, ao escreverem acerca da história de Passo Fundo, não consideram os nativos como os primeiros habitantes desta região, mas sim como elementos que faziam parte da paisagem natural, assim como os animais selvagens. Nessa perspectiva, os índios acabam sendo apresentados como elementos a-históricos, isto é, ignora-se a vida deles antes e depois da chegada do europeu.

Ademais, alguns estudiosos e pesquisadores locais, ao escreverem sobre a história local, revelam fortes preconceitos raciais e religiosos ao referirem-se aos indígenas, estigmatizando-os como “selvagens”, “como entraves ao progresso e à civilização”.

Os caboclos também são esquecidos pela história oficial de Passo Fundo. Estes passaram a habitar a região do futuro município de Passo Fundo por volta do final do século XVII. Muitos eram utilizados como mão-de-obra nas bandeiras paulistas, mas não regressaram a São Paulo, permanecendo na região e mestiçando-se com grupos indígenas locais. Por sua origem mestiça, os caboclos formaram um grupo marginal que, segundo Aldomar Rückert (1997, p. 28), costumam estar esquecidos nos estudos relativos ao campo e à questão agrária no Brasil meridional. Assim, o caboclo constitui-se numa espécie de desbravador desconhecido pela história oficial.

Outro grupo que também foi sistematicamente colocado à margem da história local foram os afrodescendentes, que, durante muito tempo foram totalmente excluídos. No entanto, desde o ano

2000, são timidamente referenciados em um simples monumento, esquecido na Praça Itália.



Figura 3. Monumento em homenagem aos afrodescendentes de Passo Fundo.

Aliás, a Praça Itália (localizada na Rua Sete de Setembro, próxima ao antigo Quartel do Exército) está crivada de monumentos e placas, que, na sua absoluta maioria, homenageia os italianos e seus descendentes.



Figura 4. Monumento em homenagem a Leonardo da Vinci, localizado na Praça Itália.



Figuras 5 e 6. Monumento em homenagem a Garibaldi (à esquerda) e Anita (à direita), localizado na Praça Itália.



Figura 7. Monumento representando o Pallazo Vecchio (de Florença) e Dante Alighieri, localizado na Praça Itália.



Figura 8. Monumento em Homenagem ao 50º aniversário da República italiana (1999), localizado na rua Gen. Neto.



Figura 9. Monumento referente à lenda dos irmãos Rômulo e Remo, localizado na Av. Presidente Vargas.

Fonte: www.panoramio.com

Os inúmeros monumentos em homenagem aos imigrantes e descendentes de imigrantes italianos – localizados não somente na Praça Itália, mas também em outros pontos da cidade – foram edificados ao longo dos últimos 15 anos, o que demonstra o quanto esse grupo é articulado politicamente, além de também contar com o auxílio financeiro de terceiros, que financiam tais construções.

Outros grupos que também estão representados em monumentos são os judeus e os descendentes de imigrantes alemães.



Figura 10. Monumento em homenagem aos judeus de Passo Fundo (1998), localizado na rua Gen. Neto.



Figura 11. Monumento em homenagem à memória das vítimas do Holocausto, localizado junto ao Cemitério Israelita de Passo Fundo (inaugurado em 2010, em referência aos 65 anos do fim da Segunda Guerra Mundial).

Fonte: caminhosdosmuseus.wordpress.com



Figura 12. Monumento em homenagem aos descendentes de alemães de Passo Fundo (2003). Local: Praça Itália.

Fotos do autor.

No entanto, também há grupos étnicos que não estão representados nos monumentos. Dentre esses, podemos citar, por exemplo, os descendentes de luso-brasileiros, de espanhóis, poloneses e árabes.

Aliás, também não há nenhuma referência aos muçulmanos na cidade. Por outro lado, encontramos monumentos que fazem referências à Igreja Católica.

Vejamos alguns exemplos:



Figura 13. Monumento em homenagem aos 500 anos do descobrimento do Brasil, salientando “o pensamento cristão” localizado na Av. Brasil.



Figura 14. Monumento em homenagem a Dom Cláudio Colling, 1º arcebispo da Diocese de Passo Fundo, localizada na Praça Marechal Floriano, em frente à Catedral.

Outro monumento que chama a atenção em Passo Fundo, não somente pela sua localização (no trevo de acesso à cidade) e seu tamanho, mas pela falta de sentido em ter sido construído nesta cidade, é a Caravela em referência aos 500 anos do descobrimento do Brasil.



Figura 15. Caravela.

Fonte: www.pmpf.rs.gov.br

Ademais, os monumentos também evidenciam a “identidade” que alguns grupos tentam imprimir à determinada sociedade. Nesse sentido, podemos constatar uma série de disputas pela identidade passo-fundense. De fato, na cidade há uma série de monumentos que tentam consolidar algumas identidades à cidade, como, por exemplo, aqueles ligados ao tradicionalismo – cujos lemas são “Passo Fundo, a cidade mais gaúcha do Estado” (imagens 16 e 17) ou “Passo Fundo, terra do Teixeirinha” (imagem 18). Também não podemos esquecer de outras imagens propagandeadas, como “Passo Fundo das Missões” (imagem 19) e “Passo Fundo, capital nacional da literatura” (imagem 20).



Figura 16. Cuia localizada na Praça Marechal Floriano (construída em 1957).
Fonte: www.panoramio.com



Figura 17. Pórtico do Parque da Roselândia.

Fonte: www.pmpf.rs.gov.br



Figura 18. Monumento ao Teixeira (construído em 1991).



Figura 19. Monumento “Passo Fundo das Missões” (erguido em 2003).



Figura 20. Monumento “Passo Fundo, capital nacional da literatura”, próximo à rodoviária.

Fonte: www.livroerrante.blogspot.com

Finalizando, fica aqui uma provocação de nossa parte: diante de tantas imagens criadas de si, afinal, qual é a identidade de Passo Fundo? Uma cidade pós-moderna, com múltiplas identidades¹⁵? Ou simplesmente uma cidade em crise de identidade?

Considerações finais

Quando a memória cristalizada em torno do patrimônio, de forma intencional ou não, exclui, ou “esquece” de lembrar, outros segmentos da sociedade, tal patrimônio torna-se a extensão de uma memória particular (a memória privada), que invadiu um espaço público (TEDESCO, 2004).

De fato, ao analisarmos os monumentos em Passo Fundo verificamos que a maior parte destes representa a memória de determinados grupos étnico-culturais, religiosos, políticos ou econômico-sociais. Ou, também, identidades e imagens que alguns grupos têm de si e tentam imprimir ao resto da sociedade. Diante disso, é perceptível uma espécie de “violência simbólica”, em que se perpétua a memória, a história, a identidade, enfim, os referentes simbólicos de alguns grupos e, por outro lado, esquece-se de outros.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1. [vol. I: Artes de fazer].

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹⁵ Cf. HALL (2005).

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREGA, Ana. La construcción monumental de um héroe. *Humanas*. Porto Alegre, v. 18, n.1/2, p. 121-149, jan/dez, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº. 36, Jul/Dez 2006, p. 261-273.

KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. Cultura e representações: uma trajetória. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995.

PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998,

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul (1827-1931)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.



Hegemonia gauchesca

Tau Golin¹

UM DOS FENÔMENOS SOCIOCULTURAIS MAIS EMBLEMÁTICOS DO RIO GRANDE DO SUL, com repercussão no Brasil, começou a ocorrer em 2007. Alguns representantes da área cultural e da comunicação sistematizaram as interpretações e as opiniões de dezenas de intelectuais e artistas sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho. As fontes foram diversas, a exemplo de livros, artigos, ensaios, entrevistas para a mídia, debates públicos e conversas pessoais. Reafirmou-se a constatação que esse universo *gauchista* abrange, em seu conjunto, três paradigmas formativos da historicidade sul-rio-grandense, com implicações nas relações com os platinos-estrangeiros e com o Brasil. Pode-se distingui-los na dinâmica de que o fenômeno do Tradicionalismo, um movimento criado na sociedade civil, de caráter privado, com interpretação singular sobre a formação sulina e estabelecimento de calendários de celebração do passado-presente, apossando-se de setores do Estado (redundando no civismo pilchado), implicou embates sobre a *memória* e a *história*, a construção do hegemonismo gauchesco, com correntes fun-

¹ Luiz Carlos Tau Golin, jornalista, doutor em História pela PUCRS, com pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa, é professor da graduação e pós-graduação em História na Universidade de Passo Fundo, RS, Brasil.

damentalistas, e o bloqueio sobre a representação simbólica da diversidade social e cultural.

No conjunto das análises, entre outros processos, ficou evidenciado que o movimento tradicionalista, para se credenciar publicamente, utilizou técnicas de invenção e construção do *mito fundante*, elegeu um episódio político-bélico (guerra civil de 1835-45, que glorificam como a Revolução Farroupilha) e de interesse de classe do passado (oligarquia), operando sobre ele para estabelecer paradigmas, referências axiomáticas e manipulação de identidade gentílica. Adicionaram xenofobia à manipulação do conceito de guerra de libertação colonial na fantasia de que no século XIX o Rio Grande unanimemente combateu o Império.

Os tradicionalistas colocaram-se no centro da operação sobre a autenticidade, assumiram os postos de guardiões de um pretense Rio Grande tradicional, usando artifícios das construções das nações étnicas em uma região mestiça. Ou seja, o Tradicionalismo evidenciou-se como problema contemporâneo, vitorioso na celebração da identidade, construída pela rede societária de CTGs e Piquetes, com um órgão central de orientação, adestramento e controle (MTG), imposição de cartilhas de comportamento e visão sobre o passado, o lugar e o futuro de seus milhares de militantes no mundo. Para vingar, precisou supor que as suas “práticas” decorrem como sucedâneas da história.

Entretanto, todas as suas “verdades” são refutadas pela historiografia, sociologia, antropologia críticas e jornalismo culto.

A compreensão do núcleo estruturante da análise sobre o MTG, por considerá-lo questão da conjuntura, que se coloca como intérprete do passado, normatizador de comportamentos no presente e proposituras para o futuro, foi além da análise e se expressou no campo da práxis, com a compreensão de que o Tradicionalismo é um movimento ideológico, abrigando múltiplas correntes. E, como força político-comercial-cultural que interfere na sociedade com a pretensão de formatá-la a sua visão comportamental de mundo, merecia ser considerado nesta

esfera militante, que opera com interesses sociais, econômicos, políticos e culturais.

O Manifesto

Nesse paradigma, o núcleo falou à sociedade através do *Manifesto contra o Tradicionalismo*. A ela ofertou um texto de reflexão e denúncia. Refere-se a uma violação da vida republicana pelo Tradicionalismo. Portanto, diz respeito às instituições do Estado e da sociedade civil. Do ponto de vista cultural e educacional indica as implicações que a hegemonia e a influência do MTG possui nessas esferas, a sua forma seletiva, normatizadora, e excludente de elementos constitutivos da historicidade rio-grandense, além de pretender controlar a liberdade artística. Acima de tudo, o *Manifesto* demonstra como um movimento de interesse particular, em um viés fundamentalista pilchado, em seu limite, opera no Rio Grande do Sul, selecionando, consagrando e reconhecendo as manifestações que comungam com sua visão de memória, de cultura; e faz um alerta máximo: a destruição do patrimônio rio-grandense, da diversidade, do folclore, da tradição, pois readaptou os seus elementos em um processo sistêmico palanqueado no ícone da estância oligárquica e selecionou como monumentos tutelar senhores de escravos. Na imanência dessa cavalgada tudo passou a ser considerado gauchesco e transformado em sua aparência. Não respeita as historicidades dos lugares e dos grupos sociais. E leva os governos a rebenque para manter suas guaiacas estufadas.

Desse ponto de vista, o *Manifesto* condenou a militância tradicionalista para manguear o povo, demonstrando a insustentabilidade histórica de sua pretensão usurpadora, ao mesmo tempo em que defende um processo de inclusão na historiografia e na cultura de participação e representação republicana de todos os segmentos sociais.

Com os signatários iniciais, o *Manifesto* foi disponibilizado na internet. Através de um *link*, aqueles que concordavam com suas reflexões, passaram também a assiná-lo durante algum tempo. Multiplicou-se vertiginosamente por *blogs*, *sites* e *e-mails*. Uma repercussão extraordinária! Exceto para a mídia tradicional. Nenhum jornal impresso, rádio ou televisão pautou o assunto. Enquanto isso, as redes sociais o multiplicaram, novas interpretações apareceram, milhares de acessos ao endereço <http://gauchismos.blogspot.com/>.

A repercussão

Porém, nesse processo, outro fenômeno transpareceu como uma avalanche contundente. Centenas de *e-mails* foram enviados para o endereço *on-line* disponibilizado. Neles, as pessoas justificavam porque não poderiam assinar o *Manifesto*. Histórias esclarecedoras e dolorosamente desumanas. Todas possuíam o mesmo nexos: a retaliação, a repressão de suas atividades profissionais e, invariavelmente, a perda de empregos e negócios, caso chancelassem publicamente o *Manifesto*. Professores relataram que suas “incompatibilidades” com seus educandários começaram quando simplesmente tentaram passar do adestramento de repetir, de celebrar, para a pedagogia do aprender.

Especialmente em setembro, durante as euforias da Semana Farroupilha, suas formações acadêmica mermavam diante de qualquer padrão de CTG analfabeto, que de credencial possuía apenas as pilchas; prendas ignorantes e adestradas assumiam as turmas para repetirem manuaizinhos; o Tradicionalismo toma(va) os educandários, submetendo, como em uma doma, qualquer doutrina educacional, como o ápice da operação que transformou o ensino em sua invernada, como se “estudar” fosse formar manadas para mugir no mesmo eco, com a cabeça em uma só direção. Isso ainda é pouco diante do projeto educacional do MTG. Por deliberação de um dos seus congressos, forceja para

ter suas próprias escolas e, inclusive, no mínimo, uma universidade. Obviamente, onde o uniforme será o primeiro item das obrigatoriedades – a imposição da “pilcha gaúcha” aos alunos, afinal ela já foi adotada inclusive como traje oficial do Rio Grande.

Relatos desesperadores dos funcionários públicos. Desde que o gauchismo se transformou em “pedra de toque” do democratismo popularesco, as secretarias se converteram em galpões de mão de obra, consumindo o patrimônio em eventos de celebrações particulares, de duvidosos resultados culturais, invertendo as prioridades canceladas pelos atributos civilizatórios por repetições caducas de encantamento com o mundo latifundiário e suas profissões, convertidas em festivais que retiram suas concretudes dramáticas.

Mas por que o *Manifesto* teve e mantém enorme repercussão? Objetivamente, sistematizou o pensamento crítico sobre o Tradicionalismo e se transformou na voz pública da cidadania de milhares de pessoas, cotidianamente reprimidas e caladas. E, mais drasticamente, submetidas e instrumentalizadas para atividades para as quais possuem reservas, representam “desvio de função”, ou, simplesmente, abominam. Consideram uma violação de sua cidadania. São vítimas da manipulação da isonomia republicana no serviço público, onde postos são ocupados privativamente pelos tradicionalistas.

O talibã é no Rio Grande. O fundamentalismo tradicionalista não difere culturalmente dos demais dogmatismos. As suas correntes “profissionais”, “brigadianas” e “funcionalistas” operam no viés de um cânone excludente e de reconhecimento de iguais nos postos políticos, econômicos e culturais, cujas esferas manipulam como totalidade. Está nesse nexos o esforço metegista de se transformar em ícone, pressionando os órgãos públicos a elegê-lo como “patrimônio imaterial” da sociedade. É a manipulação completa do conceito de público, de vida republicana, em que o “singular-particular” deseja assumir um lugar “comum” a todos.

Entretanto, devido ao enfrentamento realizado pelo *Manifesto*, nos últimos anos, ele se transformou em fonte para estudos

acadêmicos, como também justificativa para políticas públicas republicanas, para conselhos de cultura ou simplesmente de esteio argumentativo para algum departamento municipal, zeloso na proteção do erário público, formando mesmo rústica trincheira para tentar conter as constantes razias tradicionalistas no dinheiro dos cidadãos.

Passando a tarca

Mas o que diz o Manifesto para se transformar em fenômeno cultural importante, com implicações nas atividades de inúmeras pessoas? Fundamentalmente estabeleceu paradigmas de princípios “em defesa de uma cultura e de uma estética correspondentes à memória e à história do Rio Grande do Sul.” Ou seja, a crítica decorre de compreensões, não se trata de gostos aleatórios ou simpatias. Existe uma necessidade de reconhecimento do Rio Grande do Sul de que ele é uma invenção brasileira, cujas regiões, durante o período colonial, com reforço de tropas europeias e açorianas, e início do Império, mobilizaram recursos e arremeteram contingentes militares para conquistá-lo, defendê-lo e povoá-lo. Particularmente São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas, Bahia e Pernambuco.

No estilo, muitos dos adereços rio-grandenses decorrem da marinharia, o contingente estratégico que conquistou e sustentou o Rio Grande. As guerras irregulares, cantadas em verso e prosa pela massa que declara “seu amor pelo Rio Grande”, são táticas dos paulistas, que desenvolveram a combinação da cavalaria sulina com a emboscada mameluca no povoamento. O ódio gauchesco a São Paulo decorre de questões de disputa hegemônica durante a República. Pode-se entender o fenômeno historicamente, ou tratá-lo como problema psicológico, diagnosticado pelo “desejo de assassinar o pai”.

Já o preconceito ao Nordeste corresponde a uma estupidez, pois os nordestinos, em especial durante o século XVIII, contri-

buíram com sua arrecadação, provimentos, e contingentes de mar e terra para ocupar o Rio Grande. Talvez nenhuma outra tropa tenha sido mais importante estrategicamente do que a companhia de jangadeiros, que despejaram na margem meridional do canal do Rio Grande as tropas de assalto luso-brasileiras, constituídas por 800 granadeiros, infantes e artilheiros, na madrugada de 1º de abril de 1776, e depois passar os contingentes de um exército de aproximadamente 6 mil homens. A surpresa da operação com jangadas possibilitou a reconquista do território perdido pela cavalaria liderada pelos dragões em 1763.

Para quem gosta de origens simbólicas, a primeira selaria oficial pertenceu a um baiano, introduzido no Continente por Silva Pais em 1737. Foi a primeira “escola” de arreios.

O Rio Grande brasileiro não existiria sem o barco, juntamente com a infantaria, tendo como tropas táticas auxiliares a cavalaria. No entanto, o romantismo midiático e manipulatório colocou o rio-grandense no lombo da tropilha imaginária, dando-lhe viseiras para pensar a história. A fumaça do galpão simbólico enuviou o resto. No conjunto, a conquista colonial foi consolidada “em suas dimensões definitivas no período imperial”, com “pequenas áreas ajustadas na República Velha.”

O Rio Grande como criação do Brasil determinou que os farroupilhas jamais conseguissem arregimentar além de seis mil homens. E assim mesmo na primeira fase da revolta. Massivamente, a população esteve ao lado do país que nascera recentemente, em 1822. De Porto Alegre foram desalojados por um levante popular. Foram pessoas do povo que mantiveram as barricadas. Os colonos, em particular, que se negaram à arregimentação tiveram suas casas incendiadas. Hoje, seus descendentes, como eunucos sem memória, festejam àqueles que submeteram seus antepassados à barbárie.

No aspecto humano, contribuíram para a conquista, ocupação e formação da sociedade sulina indivíduos de diversos grupos sociais e étnicos. “Ao longo do tempo, o rio-grandense se formou pela inserção em uma identidade política, na composição

da brasilidade e da naturalidade regionalizada e fronteiriça. E, no cotidiano, através da vivência de todas as culturas, hábitos e costumes de origem, reelaborados na dinâmica da convivência. Nesse processo de formação, em diversos de seus setores, ocorreu um involucramento com a sociedade e a cultura platina, ameríndia, afro e latino-americana, além de outras contribuições com origens em diversas regiões do mundo, com diferentes níveis de contatos e entrelaçamentos, resultando em culturas de experiências históricas. A mestiçagem é um patrimônio sul-americano e particularmente sul-rio-grandense.”

Portanto, o paradigma rio-grandense é o Rio Grande multicultural e multiétnico. Sua fronteira de involucramento é a mestiçagem. O autêntico é a diversidade. E não exclusivamente o padrão gauchesco. O nexó é a alteridade, o reconhecimento do outro. “Cultural e simbolicamente é uma região de representação aberta, de recriação constante, como critério indispensável às manifestações de pertencimento, motivadas pelas transformações históricas, sociológicas e culturais, típicas de uma sociedade em movimento, de transformações estruturais e antropológicas, onde ainda se opera, por exemplo, a mestiçagem dos grupos étnicos de origem. Um estado onde as fronteiras internas são evidentes.” Desse ponto de vista, são *ilegítimos* os movimentos, “ou iniciativa doutrinária de orientação pública ou particular que não represente a complexidade social e cultural do estado.” Que o mergulhe no arcabouço simplório do arquétipo da estância.

Realidades

Toda cultura expressa reconhecimentos e cria realidades. Quando perde sua dimensão de representação da complexidade humana e se converte em civismo, principalmente com as características do Tradicionalismo, transforma-se numa estupenda força alienante e escapista. “Impede e atua por instrumentos de coerção cultural, midiático ou econômico, com o objetivo de

dificultar os desenvolvimentos culturais e estéticos que tomam os indivíduos e as realidades contemporâneas como matérias de suas criações e vivências estéticas.” É nesse aspecto que o *cetegismo* converteu-se em movimento repressor, pois “milita pelo governo, da educação, da economia e da mídia, para fechar os espaços das manifestações artísticas, das representações simbólicas e das inquietações filosóficas sobre os múltiplos aspectos do Rio Grande do Sul.” É “doutrinador e usurpador do direito individual” porque “impõe modelos de comportamento fora de seu espaço privado, autoelegendo-se como arquétipo de uma moralidade para toda a sociedade.”

O *pastiche* é a sua maior obra. Pretender-se patrimônio imaterial a sua estupenda arrogância e falta de limites, em uma imanência doentia. Tudo fica igual, ou condensado no mesmo nexos. Especialmente quando a mídia toma o Rio Grande caricatural como formato comunicativo. A população é massacrada por bordões simplórios da publicidade das grandes corporações ao mercadinho da esquina. Complexos de comunicação estruturam a internalização de suas marcas pelo rastro gauchesco. Disso advém a unanimidade caótica e alienadora sobre a compreensão da sociedade em que se vive. Quando a RBS mantém *links* permanentes com o chamamento de “declare seu amor pelo Rio Grande”, não resta outra alternativa, mesmo quando alguns de seus jornalistas fraturam essa lógica com matérias esclarecedoras. Quando a vida já possui sua representação definida e com o sentido da emoção esquizofrênica, o espaço da ilustração já foi contaminado. Exemplo mais gritante desse processo foi o megapespetáculo sobre a Legalidade. Ao vivo era uma coisa. Na grande mídia, outra. Foi devidamente adequado ao fundamentalismo do “orgulho gaúcho”. Potencializaram somente os recortes de possibilidade laudatória. Algo que serve a todos, em uma sociedade tão desigual, não presta à maioria. Para as massas, a memória já chegou a um nível de deturpação e celebração quase irreversível.

Nessa sopa fundamentalista fermentam todos os oportunistas. No jornalístico se criou a malta dos que acenam para o

grande público, fazem o elogio fácil do senso comum das massas idiotizadas a uma vida de estímulos criados de fora, alavancam suas audiências no caldo da fanfarronada tosca. No programa de “embates” Sala de Redação da Rádio Gaúcha, o jornalista David Coimbra foi transformado em espécie de carniça de campo para cachorros chimarrões pelos colegas Kenny Braga e Wianey Carlet. Qual o crime de Coimbra? Realizou a prudente observação que o patriotismo e o nacionalismo não trazem “nada de bom”. Realmente, setembro parece um mês mordido por um cachorro louco que sobreviveu agosto. Prometeram levá-lo para o Acampamento Farroupilha, onde apanharia de relho. Obviamente, nessa falta de interdições, ao gauchismo tudo é permitido, pois, supostamente, o Rio Grande estaria em perigo. Sem dúvida, tal fenômeno só se propaga porque possui seus agentes de irradiação. Para alguns gritões adoradores de caudilhos, o pago está ameaçado por uma carga castelhana (e seus agentes infiltrados) sempre que um raciocínio civilizatório se manifesta.

Hegemonismo

Lembro da época em que o Tradicionalismo assumiu a posição de cultura de massa, fortemente palanqueado na indústria cultural – todos os seus adereços já se haviam convertido em mercadorias e seus militantes ocupavam significativamente as grades das programações das rádios e das emissoras de TV (jornal já é mais difícil: necessita-se escrever). Foi lá pelo início dos anos 1980. Com Adelmo Genro, discutia o fenômeno. Considerávamos criteriosamente a necessidade de estabelecer uma *categoria* nominativa para o processo. Então, criamos o conceito de *gauchismo*. Até aquele momento, o termo em voga era *gauchesco*. Ao introduzirmos o sufixo *ismo* dávamos-lhe o caráter de movimento sociocultural, com uma imaginação de mundo, reconhecimento de um dogmatismo de conexão passado-presente-futuro, e sua dimensão militante.

O conceito apareceu no meu livro *A ideologia do gauchismo*. Com o passar do tempo, sua natureza foi desfigurada e, pela hegemonia crescente do Tradicionalismo, depois de subtraído seu aspecto categorial de análise crítica, passou a figurar como classificativo positivado de uma organização dominante. Este é o poder de uma hegemonia: ressignificar quase tudo – conceitos, tradição, folclore, nativismo etc.

Em todo esse nexos, o princípio de “legítimo” também foi subvertido. Não potencializa mais as manifestações que tomam os rio-grandenses em suas complexidades históricas e culturais, dimensionados em seus tempos sociais. Nele, não se encontra a sociedade contemporânea em suas criações estéticas, formulações teóricas e inquietações existenciais.

Por essa razão, o *Manifesto* anunciou-se “contra todas as forças que dogmatizam, embretam, engessam, imobilizam a cultura e o saber em “expressões” canonizadas em um espaço simbólico de revigoração e opressão a partir de um “mito fundante”, inventando um imaginário para atender a interesses contemporâneos e questionáveis, geralmente identificados pela história como farsa e inexistência concreta.” E considera que todo o processo de invenção e sustentação de uma visão “mitologizada” objetiva, unicamente, atender a interesses atuais; é uma forma de militância que recorre à fábula, à ressignificação de rituais, hábitos e costumes, como forma de “legitimação” de causas particulares como se fossem “tradições” coletivas.

Com o Tradicionalismo, o “reino da liberdade”, o tempo livre dos indivíduos, destinado supostamente para a desalienação do “reino da necessidade” (Adorno), foi tomado por uma tropa de devaneios fundamentalistas, ou piquetes de oportunistas. A sociedade e as instâncias de governo sentem cotidianamente a sua guiada conduzindo-os para o abismo passadista de uma cultura inútil para se compreender a história e, em especial, o nosso tempo.

Argumentos

No processo de formação da hegemonia gauchesca, o *Manifesto contra o Tradicionalismo* destaca que a base histórica para o sucesso da sua cruzada unificadora foi a ditadura militar. Sua força não adveio de uma progressão telúrica, que se potencializou no âmbito da normalidade regional. Consubstanciou-se, fundamentalmente, através da elaboração intelectual de um grupo de ideólogos. Por isso, sua compreensão se insere num duplo sentido, o da sua historicidade como fenômeno, associada a sua construção difusa de um cânone explicativo da história do Rio Grande do Sul, no qual se incorporou arbitrariamente. É na perspectiva desse pressuposto que o *Manifesto* trata dos temas sobre a defesa da racionalidade na representação da história, manifestações culturais, inclusão multicultural, respeito às heranças étnicas. Os seus autores identificaram o MTG como o principal instrumento de negação e destruição dos traços culturais e direitos fundamentais do povo rio-grandense. A mídia especulativa tornou-se conivente ao potencializar a “versão dogmática”.

Nesse diagnóstico, o Movimento Tradicionalista Gaúcho mantém uma cruzada unificadora. Nela “construiu uma ideia vitoriosa de *rio-grandense autêntico*, pilchado e tradicionalista, criando uma espécie de discriminação, como se a maioria da população tivesse uma cidadania de segunda ordem, como *estrangeira no estado templário* produzido fantasiosamente pela ideologia tradicionalista.” A hegemonia tradicionalista é reconhecida pela sua “capacidade de movimento ideológico cultural, com uma visão conservadora e ilusória sobre o Rio Grande, cujo sucesso se deve, em especial, à manipulação e ressignificação de patrimônios genuínos do povo, pertencentes aos seus hábitos e costumes.” Ou seja, a emotividade dos acervos populares, aliada a eficiência de rede societária, calendário de eventos, e o uso do “sistema capacitador” midiático – o grande suporte tecnológico para suas mensagens. As expressões tradicionais, muitas vezes sobreviventes em fragmentos, encontradas isoladamente em al-

gum rincão, inclusive que jamais conheceu a pilcha gauchesca, são “restauradas” e incluídas na engrenagem *metegista* como se fossem expressão de uma unidade típica. Estes artefatos “arqueológicos” passam a ser consideradas relíquias que capitalizam simbolicamente seus guardiões.

Sem qualquer constrangimento, Paixão Côrtes, a cada descoberta anuncia que está publicando mais uma “dança tradicional inédita”. Parece primário que aquilo que é tradicional de um povo não pode ser inédito. E, no geral, estas manifestações realmente nunca foram “tradicionais” de todo o Rio Grande. Eram expressões temporárias dos diversos locais das inúmeras correntes de povoamento. Por curioso, o que demonstra o caráter manipulador do MTG é que raramente corresponderam ao espaço social historicamente gauchesco. Vicejaram onde existia sociabilidade. Notadamente, fora do domínio latifundiário da pecuária. Como se sabe, o latifúndio produz animais e rara cultura societária; é lugar de trabalho e produção. Somente nos filmes e nas músicas tradicionalistas (e de seus simpatizantes), seu espaço está representado como festa. Baixa densidade demográfica, pouca divisão de renda, e rara cultura constituem a herança maldita do latifúndio.

De qualquer forma, o uso de referências reais “de todos” fortaleceu o Tradicionalismo. Mas “ele não é a Tradição”. Arrogou-se de “seu representante e a transformou em elemento de sua construção simbólica, distorcendo-a, manipulando-a, inserindo-a em uma rede gauchesca aculturadora, sem respeito às tradições genuinamente representativas das diversidades dos grupos sociais.” Também “não é Folclore, mas o caducou dentro de internadas artísticas e retirou dele seus aspectos dinâmicos e pedagógicos; o seu apresilhamento ao espírito e ao sentido do pilchamento do estado praticamente destrói o Folclore do Rio Grande do Sul.”

Pioneiros e massificadores

Nesse particular, o fundamentalismo de massa contemporâneo do MTG diverge significativamente de alguns pioneiros. No início, Paixão Cortês, Barbosa Lessa, e outros, postulavam o lugar gauchesco na multiplicidade. Suas posições não eram tão fundamentalistas como as de Glaucus Saraiva, Nico Fagundes e a corrente brigadiana, que encamparam a missão de pilchar o Rio Grande. Bandeira que encontrou ressonância estatal durante a Ditadura Militar. Em manifestação recente, Paixão reconheceu que o Tradicionalismo “matou” o Folclore. Assim, o cancionero gaúcho está incompleto: “A gaita matou a viola, o fósforo matou o isqueiro; a bombacha o chiripá, e a moda (inclusive tradicionalista) o uso campeiro.” E o MTG, o folclore e a tradição, além de andar às turras com a cultura popular.

Nesse aspecto, o projeto tradicionalista é fundamentalista porque trabalha dissolvendo a fronteira entre o privado e o público, realizando em parte e postulando redutos privilegiados; digamos, atropelando os princípios republicanos elementares. E não só no âmbito simbólico. Mais que na Semana Farrou-pilha, o cotidiano demonstra o sucesso dessa militância. Pois foi considerando essa operação programática que o grupo do Manifesto explicitou a sua oposição “contra o Tradicionalismo”. Considerou-o “um movimento organizado na sociedade civil, de natureza privada, mas que desenvolveu uma hábil estratégia de ocupação dos órgãos do Estado, da Educação e de controle da programação da mídia, conseguindo produzir a ilusão de que o Tradicionalismo é oficialmente a genuína cultura e a identidade do Rio Grande do Sul.” Nas últimas décadas, a “*representação* tomou o lugar da realidade”. Não é difícil encontrar nessa operação argumentos conhecidíssimos da *doutrina de raça* comum ao nazi-fascismo e demais correntes étnicas. Em outras regiões, como Paraná, Goiás e Mato Grosso, uma de suas correntes proclama que faz parte da “etnia gaúcha”. É o dogmatismo elevado à demência. Os separatistas atuais ainda acreditam que o Sul do

Brasil é constituído por uma conformação de “raças” especiais, superiores, elegidas. Possuem aversão ao brasileiro.

Essa conversão do Rio Grande ao dogma tradicionalista elevado ao totalitarismo simbólico vem insistindo com a *Missa Crioula*. A cachaça deu lugar à água benta na guampa, mas sua liturgia não conseguia ainda arrebanhar as massas. Seu esforço de agauchar a Bíblia demonstra as esferas inimagináveis dessa imanência. Ter Deus como um patrão pilchado, o latifúndio como o paraíso, a oligarquia apostolar, e criminosos de guerra como santos, não deixa de ser assustador.

Essa hegemonia, que chegou ao grau de impor procedimentos normativos, embretou o rio-grandense em uma representação simbólica pilchada, “insensível à história e à constituição multicultural do Rio Grande do Sul.” Ao passo, foi criando extenso “calendário de eventos e, através de seus prepostos, aprovou leis que *reconhecem* o próprio tradicionalista como modelo gentílico, apesar de ser, em verdade, um ente contemporâneo, sem enraizamento histórico e cultural”. A coleção de leis tradicionalistas, em si, contém a mais redundante ilegalidade. Seus congressos operam como “governo paralelo”, ou complementar do Rio Grande. Quando não, seus representantes acreditam estarem investidos de paladinos de uma “essência perdida”, que só existe na imaginação. Modificar o estado, pilchar tudo que lhe é diferente (além de condicionar para a sua visão o gauchismo desobediente, antitradicionalista, não clubístico), e exclusivizar postos nos órgãos públicos é a sua guerra mais ofensiva à cidadania, concretamente sustentada e renovada pela arregimentação permanente.

Nas suas práticas cotidianas, “a criação de instrumentos normativos usurpadores” possuem “a ambição de exercer um controle sobre a população, multiplicando a cultura da “patronagem”, com a reprodução de milhares de caudilhetes que tiranizam os grupos sociais em seu cotidiano. Tiranetes que, com sua truculência, ditam *regras estéticas* e limitam os espaços da arte e da cultura, lançando o preconceito estigmatizador, pejorativo e excludente, sobre formas de comportamento e manifestações

artísticas inovadoras ou sobre concepções do regional, diferentes da matriz “cetegista”, mesmo quando essas manifestações surgem no interior do próprio Tradicionalismo”. Quando algum CTG se embebeda de sabedoria e amplitude estética logo é reprimido pelos ideólogos do centro *metegista* controlador. Seus músicos e dançarinos perdem espaços de atuação.

Nesse processo, o Tradicionalismo considera fundamental a supremacia do controle de sua versão de memória, considerando-a como “história oficial”. Milhões de reais animam suas labaredas, mantendo inativa a lenha da pesquisa, do ensino e da educação. As verbas destinadas à celebração *civilhesca* são unguidas pela conivência de todos os partidos políticos. Tal imanência submergiu o Rio Grande numa espantosa indigência intelectual, como se o ícone tradicionalista pudesse ser a desgraça de qualquer governo. Ao contrário dos heréticos, no Rio Grande, o que queima nos fogos tradicionalistas é o racionalismo, enquanto os devotos do pago sapateiam sobre o iluminismo.

Presilha ditatorial

A cavalgada foi lenta, mas agora a política está instrumentalizada, culturalmente vigora a “visão unificadora, como se a origem identitária do Rio Grande estivesse no movimento da *minoría farroupilha*, falseando sobre a sua natureza *republicana*, elencando um panteão de “heróis” latifundiários e senhores de escravos, como se fossem entes tutelares a serem venerados pelas gerações atuais e vindouras”. Como *continuidade* de uma suposta tradição, o Tradicionalismo sustenta sua falsa credencial de “historicidade”. Na verdade, ele se faz “passar por uma Tradição, desmentida pela própria história de sua origem, ao ser inventado através de uma bucólica reunião de estudantes secundaristas, em 1947, no colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.” Nessa perspectiva, transformou-se em força institucional e de “massa”, em cultura oficial, através dos prepostos da Ditadura Militar no

Rio Grande do Sul. Tal pressuposto nega a cultura “popular”, expressão de conteúdo que dimensiona a condição histórica e a compreensão de destino de um povo.

Seu conteúdo de classe e sua valentia inaugural ainda são celebrados nos manuais. Os neófitos da redenção do pago deram uma surra de relho num carroceiro que os chamou de palhaços no centro de Porto Alegre. A cena é emblemática. Desde sua origem, jamais se viu um tradicionalista enfrentar os poderosos.

Como descreve o *Manifesto*, “em 1964, o Tradicionalismo foi incluído no projeto cultural da Ditadura Militar, pois o “Folclore”, como fenômeno que não pensa o presente, serviu de alternativa estatal à contundência do movimento nacional-popular, que colocou o povo e seus problemas reais no centro das preocupações culturais e políticas.” Em qualquer lampejo da história recente, é vergonhoso juntar eventos recorrentes do movimento popular, vitimado pela direita, com a massificação tradicionalista. O nacional-popular e demais movimentos que demonstraram suas pujanças nos anos 1950-60 foram substituídos pelo orgulho vazio e pelo *revir* de um passadismo especulativo. No *Manifesto* podemos observar esse processo:

a) O Tradicionalismo usurpou [...] o lugar do Folclore, e se beneficiou do decreto do general Humberto Castelo Branco, de 1965, que criou o *Dia Nacional do Folclore*, e suas políticas sucedâneas. A difusão de espaços tradicionalistas no Estado e as multiplicações dos galpões crioulos nos quartéis do Exército e da Brigada Militar são fenômenos dessa aliança.

b) A lei que instituiu a “Semana Farroupilha” é de dezembro de 1964, determinando que os festejos e comemorações fossem realizados através da fusão estatal e civil, pela organização de secretarias governamentais (Cultura, Desportos, Turismo, Educação etc.) e de particulares (CTGs, mídia, comércio etc.).

c) Durante a Ditadura Militar, o Tradicionalismo foi praticamente a única “representação” com origem na sociedade civil que fez desfiles juntamente com as forças da repressão. Desse modo,

a música gauchesca tradicionalista, com sua faceirice fútil, foi a trilha sonora do obscurantismo sombrio dos anos de chumbo.

d) Enquanto as demais esferas da cultura eram perseguidas, seus representantes censurados, presos, torturados e mortos, o Tradicionalismo engrossou os piquetes da ditadura – seus serviçais pilchados animaram as solenidades oficiais, chulearam pelos gabinetes e se responsabilizaram pelas churrasqueadas do poder. Esse processo de oficialização dos tradicionalistas resultou na “federalização” autoritária, com um centro dominador (ao estilo de um positivismo de exceção), com a fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, em 1967. Autoritário, ao estilo do espírito de caserna dos donos do poder, nasceu como órgão de coordenação e representação. Enquanto o general Médici, de Bagé, era o patrão da Ditadura e responsável, juntamente com seu grupo, pelos trágicos anos de chumbo que enlutaram o Brasil na tortura, na execução, na submissão à censura, na expulsão de milhares de brasileiros para o exílio, os tradicionalistas bailavam pelos salões do poder. Paradoxalmente, enquanto muitos frequentadores de CTGs eram perseguidos ou impedidos de transitarem suas ideias políticas no âmbito de suas entidades, o Tradicionalismo oficialista atrelou o movimento ao poder, pervertendo o sentimento de milhares de pessoas que nele ingressaram motivados por autênticos sentimentos lúdicos de pertencimento e identidade fraterna.

Talvez o mais contundente depoimento histórico sobre esse processo seja o de Victor José Faccioni, então secretário do governo estadual interventor, em longa entrevista ao programa de Dorotéo Fagundes, na Rádio Gaúcha. Faccioni descreveu toda a articulação com o próprio general Médici para a construção do Galpão Crioulo no Palácio Piratini, em 1971. Enquanto a carniceira dos torturadores prosseguia nos porões da ditadura, o próprio general-estancieiro participou do churrasco de inauguração. A pilcha foi o uniforme da celebração. A partir dali, os tradicionalistas tinham seu ambiente no núcleo do poder. Potencializou-se a figura militar-policial-tradicionalista... Nos CTGs, as sessões solenes das câmaras de vereadores foram silenciando os oradores

de espírito democrático. Enquanto ilusoriamente os tradicionalistas combatiam o Império em arroubos ficcionais, no mundo real eram coniventes e muitos de seus membros integrantes dos aparelhos de repressão.

Conforme o *Manifesto*, foi “pela relação de intimidade com a ditadura” que “o MTG conseguiu criar órgãos estatais de invenção, difusão e educação tradicionalista, ao mesmo tempo em que entregou, ou reservou diversos cargos “públicos”, para seus ideólogos, sob os títulos de “folclorista”, “assessor cultural” etc. Nesse particular, “o auge do processo de colaboração entre a Ditadura e o MTG foi a instituição do IGTF – Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore –, em 1974, consagrando uma ação que vinha em operação desde 1954. A missão era aparentemente nobre: pesquisar e difundir o folclore e a tradição. Mas do papel para a realidade existe o interesse. Havia um objetivo perverso e não revelado. A constituição do quadro de pessoal, ao contrário da inclusão de antropólogos, historiadores da cultura, pessoas habilitadas para a tarefa (que deveriam ser selecionadas por concurso público), o critério preponderante para assumir os cargos era, antes de tudo, a condição de tradicionalista. Assim, um órgão de pesquisa, mantido pelo dinheiro público, transformou-se em mais uma mangueira gauchesca. Com o passar dos anos, os governos que tentaram arejar o IGTF, indicando dirigentes menos dogmáticos, invariavelmente, entraram em tensão com o MTG.”

Diante desses aspectos, “essa rede de usurpação do público pelo privado Tradicionalismo atingiu a força de uma imanência incontrolável. Em 1985, já na redemocratização, o MTG conseguiu que a Assembleia Legislativa instituisse o Dia do Gaúcho, adotando como tipo ideal o “modelo” tradicionalista.” A doutrina metegista estava consagrada. Por fim, a longa pregação de alguns de seus ideólogos já não precisava mais dos meandros da ditadura. Sua cavalgada agora era pelo consenso. Notadamente, a corrente Glaucus Saraiva, que fazia campanhas contra o colonato imigrante e usava todo o poder de Estado para “pilchar o Rio Grande”, era recompensada. Quem ler o *Manual do tradicionalista* vai

perceber claramente a pregação encíclica dessa militância. Não suportava que o Dia do Colono fosse a data de comemoração e festejos populares.

E, “em 1988, com uma manipulação jamais vista na vida republicana, o MTG se mobilizou pela aprovação da lei estadual que estabeleceu a *obrigatoriedade do Ensino de Folclore*; na regulamentação, a lei determinou que o IGTF exercesse a função de *suporte técnico*, sem capacitá-lo pedagogicamente. De fato, a relação entre as escolas e os CTGs passou a ocorrer de forma direta. Dessa maneira, o Tradicionalismo entrou no sistema educacional, transgredindo a natureza da escola republicana como lugar de estudo e saber, e não de culto e reprodução de manuais. Hoje, os alunos são adestrados pela pedagogia de aculturação e cultuação tradicionalista.” Surgiu, assim, a pedagogia do cabresto.

A glória foi alcançada em 1989. A roupa tradicionalista, nominada “pilcha gaúcha”, foi convertida em traje oficial do estado do Rio Grande do Sul. A presilha desse laço alienador se fechou quando “o grande poncho tradicionalista, por derradeiro, foi tecido pela oficialização dos símbolos rio-grandenses, emanados diretamente do simulacro da *república* dos farroupilhas.” Triste opção simbólica dos rio-grandenses: entre a monarquia “constitucionalista” dos proprietários e o caudilhismo escravocrata!

Essas são as façanhas... Serviram de modelo para apagar a história, seus traços evidentes de realidade, e sustentar um *memorialismo fantasioso*. Com constância não é maior que a história Grega, mas palanqueou um aramado capaz de embretar todos os oportunismos.

É preciso ter um nariz sem olfato ético para não perceber o cheiro que emula do fogo do Galpão Crioulo do Palácio Piratini. Um gauchismo *positivado*, ao menos, deveria lembrar a memória dos que tombaram por causas humanamente mais nobres. Honrar as bombachas dos trabalhadores rurais e relativizar as pilchas – o uniforme dos ideólogos do Tradicionalismo. Compreender a emotividade das multidões, mas não sucumbir à especulação das massas e patrocinar a reificação da irracionalidade. A neosedução

pela dança do anu tem tonteado até os movimentos de esquerda. Talvez interesse a metáfora popular de que o anu ocupa o ninho dos outros... Muitas vezes, no exercício de identificá-los acaba-se atingindo alguns colibris, que são verdadeiras joias, mas que estão neste entreveiro.

Acima da “identidade” e, mais ainda do civismo fanfarrão *pilchesco*, com a devida relevância ao multiculturalismo, existem valores relativamente universais da longa e dura luta do processo civilizatório.

Tempos de história e cultura

Na crítica expressa pelos autores do *Manifesto contra o Tradicionalismo* ao MTG, obviamente, existem concepções sobre história e cultura. Consideram “indispensável para a cultura regional distinguir os fenômenos da história dos da memória”. Enquanto a história auxilia no conhecimento, a memória, instrumentalizada no “memorialismo” consagra o *status quo*, nomeia os espaços com os personagens do poder, encrava monumentos de celebração.

O *Manifesto* propõe uma metodologia que identifique “os eventos em seus tempos históricos” e se desenvolvam saberes para que “não sejam diluídos nas celebrações contemporâneas e seus interesses ideológicos, culturais e econômicos.” Pelas posições assumidas pelos tradicionalistas carreiristas, em especial nos órgãos de governo, nas empresas, na mídia e na publicidade, o MTG, vale lembrar, conseguiu “institucionalizar” a sua versão de cultura cívica e de lazer. A sua *legitimação*, “reforçada e inserida na indústria cultural pilchada, impõe uma visão da sociedade e do passado, segundo a ótica dos interesses dos indivíduos que operam socialmente na atualidade.” Isso lhe deu o domínio de uma falsa historicidade. Assim, seus membros legitimaram-se como “autênticos” e “podem especular com este inventivo *selo de qualidade*.” Sob o poncho do civismo tradicionalista existe uma mercadoria.

A contracultura metegista implica, por sua vez, no mínimo, não consumir produtos que tenham a sua marca. No geral, este “selo” representa uma especulação sobre produtores sérios, cujos produtos, ao contrário do que pensa o Tradicionalismo, é que servem de condutores e impregnam de valor o MTG. Para ser didático, uma boa erva para o mate depende do fabricante. Da certificação de laboratórios capacitados, a exemplo dos universitários. Arvorar-se de certificador de qualidade sem chancela técnica é uma falcatrua. Mas a marca não expressa a realidade e sim o domínio simbólico.

O próprio MTG também é um produto poderoso. Para adquirir o fetiche de algo especial e raro, a sua atividade militante aculturadora precisou ressignificar símbolos, ícones e eventos históricos. Impregnar-se deles. Elaborou “um espaço praticado e imaginado como *ethos* de uma estância atemporal, empobrecendo culturalmente o Rio Grande do Sul.” O resultado é evidente: relegou etnias e grupos sociais historicamente importantes, como se fossem refugos, rebanhos sem simbologia. Resta-lhes somente, se não quiserem viver a esmo como almas penadas e “desmemoriadas”, marcarem-se com o ferro autêntico do tradicionalismo. Ungirem-se de tradicionalidade.

Identidade, ideologia e dogmatismo simbólico constituem alquimia perigosa. Em especial quando o interdito é dogmático. Os escolhidos da tradição patrulham “a sociedade como um espectro opressivo.” Professam sobre aqueles que não ideologizam as pilchas uma espécie de maldição. Não se pode mensurar seus efeitos, exceto que “aqueles que se libertam de sua doutrina, depois do longo processo de adestramento, geralmente iniciado na infância, enfrentam traumas de identidade”, precisam emergir de um devaneio esquizofrênico.

No campo do saber, o tempo perdido com “versões manipulatórias da história”, sem qualquer respeitabilidade pública e nas esferas minimamente eruditas, é quase irrecuperável. Ao iniciarem estudos metodologicamente criteriosos, sustentados na documentação, chocam-se diante dos fatos de que a população

do Rio Grande do Sul jamais se levantou contra o Império, os farroupilhas nunca foram republicanos, exceto nas propostas confusas de uma minoria, em momento algum libertaram seus escravos.

Nesse particular, é necessário uma pedagogia prudente. Sem a arrogância acadêmica e erudita, com seu viés elitista, de que não se deve perder tempo com isso. Ora, a ascensão do nazismo e do fascismo, assim como diversos movimentos que se consolidaram especulando com as massas, ganharam espaço devido à postura de plateia dos intelectuais, muitos pacificamente assistindo o estilo histriônico dos bandos uniformizados e suas celebrações. Outros entraram na peleia proposta e adotaram o deboche como argumento, considerando, por se tratar de uma metodologia inspirada nos bretes e mangueiras, esse esforço de reconstrução do passado como “bostória”.

Courama

Entretanto, o importante não é a “bostória”, mas a sua produção de realidades, sua formação de indivíduos, seus condicionamentos públicos. Ela é tão superficial que basta uma pequena faca da história para remover-lhe o couro e perceber a sua carcaça. Não é necessário exímio carneador. De certa forma, é uma irresponsabilidade intelectual não debater, propor e escrever a história com método e racionalidade processual para o público. Há o pedantismo de que ele não compreenderia.

O conhecimento basilar sobre a história de uma região não depende de formulações privilegiadas de pesquisadores. Invariavelmente, internalizar uma versão fantasiosa do poder simbólico é muito mais complicado do que entender os fenômenos concretos, pois seus eventos estão referenciados pela racionalidade e a ponderação da experiência humana. Incorporar um discurso de igualdade entre patrão e peão requer talento imensurável, operação sistemática de inversão da vida real, pois qualquer tra-

balhador (não necessariamente somente do campo) e indivíduo do povo detém a experiência dessa inverdade. No entanto, a pretensa solidariedade da cuia do chimarrão, o churrasco virtual da igualdade, o desfile alegórico da fraternidade, eleva as massas da representação da realidade para a alienação da esfera simbólica. Como a realidade só pode ser compreendida como representação, percebe-se o dano.

Mesmo que se chegasse à conclusão equivocada de que o Tradicionalismo não faz nenhum dano publicamente, ainda assim, o seu crime seria a criação de ambientes que retiram da população a possibilidade de conhecer a sua história. O memorialismo gauchesco instalou-se como um inóspito deserto “memorialista” a ser atravessado para se atingir o conhecimento.

As massas sequer se propõem a fazer essa travessia. Os oásis da tradição gauchesca, fortalecidos por interesses de consumo e oportunismo político, interpõem a felicidade ilusória do êxtase alienante e impedem a jornada. Quando qualquer pessoa comum conhece e repete as três mentiras lapidares do Tradicionalismo sobre a história sul-rio-grandense estamos diante de uma longa formação; ela foi “educada” para isso, já que, como é elementar, a informação não é capim que brota espontaneamente na natureza. Como afirmaram os autores do *Manifesto*, na vivência memorialista, na mídia de massa e nas celebrações de efemérides, o MTG “pratica a demência cronológica e estatística, impondo a deturpação de que o povo se levantou contra o Império e os imigrantes e seus descendentes também cultuaram a Revolução Farroupilha, quando, quase em sua totalidade, não estavam no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Se um dia aportaram no Brasil, isso se deve ao projeto de colonização do Império. Os projetos de colonização fundamentais, que contribuíram para a formação do Rio Grande do Sul contemporâneo, não pertenceram aos farroupilhas.” Qualquer ato contra esse reconhecimento implica a violação da memória dos pioneiros.

A façanha

Portanto, a herança farroupilha é uma façanha da mentira. Se considerarmos a população do Rio Grande, a esmagadora maioria não possui descendência farrapa, tomando como referências as principais cidades, vilas e índices elevados da população rural do período. Militarmente, no auge de sua ofensiva, as tropas farroupilhas jamais passaram de 6 mil homens em uma demografia oficial de cerca de 400 mil habitantes. Isso perfaz 1,5%. Por óbvio, 98,5% estavam em armas a favor do Brasil, defendendo as cidades e vilas, protegendo suas propriedades da expropriação, ou alheia à guerra civil, além daqueles que fugiam da arregimentação compulsória.

As divergências entre as três correntes rebeldes mermaram qualquer projeto no já confuso programa caudilhesco de suas lideranças. Traíam-se, matavam-se, disputavam as estâncias e bens dos “legalistas”. De 1835 a 1842, no conflito, preponderaram contingentes internos. O barão de Caxias chegou somente em 1842. Reorganizou o exército imperial, elevando seus efetivos a aproximadamente 12 mil homens, na maioria arregimentados na própria província. Estes milhares de rio-grandenses foram simplesmente apagados do imaginário popular. Por óbvio, os antepassados do povo, que, pela inversão metegista, hoje celebram seus inimigos.

Em ação contínua, Caxias embretou os farroupilhas na fronteira com o Uruguai, enquanto o Rio Grande levava vida relativamente normal. Foram minguando. Por fim, os oficiais de um exército esquelético, calculado em 1.800 indivíduos, aceitaram a anistia. Pediram perdão a Pedro II, foram indenizados, e se recolheram.

O evento foi uma guerra civil e não, conforme a deturpação tradicionalista e demais correntes conservadoras (e inclusive de algum anuzinho da esquerda) de uma guerra de libertação regional. Os estadistas imperiais sempre souberam que os farroupilhas eram produto da fronteira. Por ela buscavam seu oxigênio. Pri-

meiro com Rosas e Oribe; depois, com Rivera. De certa forma, a guerra civil no Rio Grande foi o primeiro ato da hegemonia continental brasileira, consagrada na guerra contra Rosas, em 1852, depois de remover as oposições e sustentar governos aliados no Uruguai e províncias argentinas.

Assassinato...

Durante anos, o ex-ministro farroupilha Domingos José de Almeida usou o seu arquivo e recolheu documentos para escrever a história do movimento de seus pares. Solicitou os relatos dos participantes dos eventos. Recolheu informes. Entretanto teve muitas dificuldades. Formou-se um grupo contrário a sua iniciativa. Estes farroupilhas “não querem que eu escreva esta história”, escreveu, mas a cavalaria urbana do Tradicionalismo pula essas páginas. Quando Almeida descobriu as mútuas traições, os acertos com os imperiais para pacificar os renitentes com uma derrota em Porongos – e, em especial, que Bento Gonçalves andava protegido com salvo-conduto dado por Caxias, depois de ter perdido o governo (obviamente traindo a “revolução”) – desistiu da empreitada em 1860.

A contundência dos fatos e os seus registros históricos para a posteridade silenciaram Domingos José de Almeida. Desmoronou o herói de seu projeto: Bento Gonçalves. Em seu épico farroupilha também não tinham mais lugar membros do governo e militares. Em 3 de abril de 1860, ele escreveu ao ex-oficial farrapo Antunes Porciúncula comunicando-lhe sua decisão e temores: “Eis meu Antunes porque não querem que eu escreva essa história; e estarei livre de algum assassinato!” Ele conhecia perfeitamente o passado recente e as práticas de seus correligionários.

Almeida rejeitou a missão historiográfica, mas deixou aos rio-grandenses o seu monumental acervo, o qual constitui hoje grande parte da Coleção Varela, disponível no Arquivo Histó-

rico do Rio Grande do Sul. Somente depois de um século, sem preocupação com as veracidades da História, correspondendo a interesses contemporâneos, a militância tradicionalista pode inventar sua fantasiosa versão sob os mais torpes interesses, com o efeito lesivo de alienação das massas. Tarefa que não seria concretizada sem a colaboração da mídia e dos partidos políticos.

Cada vez mais fica evidente que o Tradicionalismo é um problema conjuntural, com sua trajetória de poucas décadas. Já a guerra civil de 1835-45 é um tema da historiografia. Comprar um cavalo e mantê-lo em alguma hospedaria urbana, pilchar-se, frequentar CTG e adotar um vocabulário gauchesco nas celebrações, não habilita ninguém para produzir representações do passado como se fosse chancelada sem percorrer requisitos metodológicos.

Ave pampa!

Como reifica o *Manifesto*, o corolário de força alienadora tem suas consequências: “Ajudou a instituir e alimenta em seu calendário de celebrações, nas escolas, na mídia, um panteão de heróis, na sua maioria senhores de escravos”; trabalha contra a criação de uma mentalidade ilustrada; ao transpor para o presente esses personagens como “*lumes tutelares* a serem adorados, impediu que se fizesse, nesse particular, um movimento cultural com a densidade dos princípios consagrados pela Revolução Burguesa.” Trata-se de um enxerto maldito, pois o MTG transformou “a população em adoradora de senhores de escravos (no geral, sem saber)”, pois as senzalas foram extirpadas do imaginário edênico dos CTGs e de suas narrativas trovadorescas sobre a história e a estância tradicional. Falta justamente a parte do mundo do trabalho nessa representação.

O mais grave é que impõe uma força impeditiva da formação de capitais simbólicos nas diversas regiões do Rio Grande do Sul e onde se estabelece como expressão dominante.

Nessa perspectiva, também produziu uma ilusão geográfica. Retirou as noções de territórios humanamente praticados das diferentes regiões. Criou o estereótipo pampeano. A parte simbolicamente “nobre” do Rio Grande se sobrepõe. Onde pastaram os rebanhos da oligarquia está o espaço da identidade. Secundarizou os demais. Sem reconhecer o precipício à frente, refugiam-se na calma e imutável planície imaginária.

Entretanto, sem poder desconhecer uma cultura pecuária e da presença marcante de cavaleiros na metade norte do Rio Grande, onde nunca existiram os grupos gaúchos históricos, aceitou-a como algo subsidiário na figura do “gaúcho serrano”. É o predomínio da bobagem de que homem + cavalo = gaúcho. Assim também foi secundarizado o universo dos caboclos, dos birivas, dos tropeiros, dos campeiros, do espaço social não-pampeano.

Tradicionalizando

Foi nessa lógica que o MTG transformou o tradicionalista, “arbitrária e oficialmente, em uma imagem gentílica”. Converteu-se em “movimento de intolerância cultural através de instalações de CTGs que não respeitam as culturas locais”. Os grupos discriminadores passaram a ter nele forte parceiro. Invadem como intrusos localidades de tradições emblemáticas, “usurpando seus espaços, destruindo sua poética popular e deturpando sua arquitetura. Nessa operação, o Tradicionalismo não é uma representação aceitável da cultura sulina, mas o instrumento de uma *aculturação massificada*, da não-inserção dos grupos migrantes nas culturas locais, transformando-se, de fato, em agente de destruição.”

Ao se converter em uma representação do Rio Grande do Sul e exercitar sua arrogância em outros espaços socioculturais, fazendo escolhas pela não-inserção e respeito às populações do restante do Brasil e do mundo, está desencadeando movimentos de reação discriminatória contra os sul-rio-grandenses. “Devido

às posturas dos tradicionalistas, tornam-se cada vez mais frequentes campanhas populares de *Fora gaúchos* em outros estados da federação”, confundindo os tradicionalistas com o habitante do Rio Grande, jogando sobre o seu povo “um estigma motivado unicamente pelo cetelegismo.” Conseqüentemente, “essa militância tradicionalista contribui, de fato, para a difusão da intolerância na população sulina.”

No extremo, o MTG se apresenta militantemente em outras unidades da federação como uma “etnia gaúcha”, deturpando a formação multi-étnica e mestiça sul-rio-grandense. Ofende, além de tudo, os conceitos mais elementares da Antropologia. Pressiona outros estados brasileiros para adotar a “pilcha gauchesca” como traje oficial, produzindo ainda maior rejeição. Fortalece essa aversão a sua articulação incessante para se transformar na cultura oficial, ou ser reconhecido como “uma representação externa”.

Na guaiaca pública

A esfera cultural e simbólica possui potencialidade abstrata. Entretanto, no aspecto material evidencia-se a usurpação do patrimônio e erário público. Talvez em nenhum outro momento, uma força de opinião como a do *Manifesto* tenha tocado no assunto com argumentos de explosiva legalidade. Como entidade privada, o MTG “tange, em sua arreada intolerante, grande parte das verbas públicas dos setores da cultura, da educação, do turismo, da publicidade e da Lei de Incentivo à Cultura das empresas estatais, fundações e autarquias, para o seu imenso calendário de eventos, onde, nem sempre, distingue-se a cultura do turismo e do lazer.” Para se ter uma mínima ideia, não se sabe, não existem indicadores confiáveis, do montante arreado dos cofres públicos para o Tradicionalismo. O Tribunal de Contas do Estado não possui rubrica para auferir. Parece evidente que não se faz política pública sem indicadores. E, por óbvio, não se faz também ciência, produz-se conhecimento, sem dados estatísticos.

Há cinco anos, os autores do *Manifesto*, “em defesa da cultura rio-grandense” e da cidadania, postulam “pela instalação de uma CPI na Assembleia Legislativa.” Seu objetivo principal é “investigar a transferência de verbas e infra-estruturas públicas para as atividades tradicionalistas” de esfera particular. Essa flagrante usurpação do público não estimulou ainda nenhum deputado. No passado recente, pilchas foram distribuídas na rede de ensino público como material educacional enquanto falta o elementar. Nos municípios ocorrem verdadeiros saques. Tradicionalistas, oportunistas e demagogos andam à gaúcha no patrimônio da população. Como se sabe, no século XIX, andar à gaúcha era usurpar o alheio, inclusive com métodos que iam do simples abigeato ao assassinato e estupros.

De mesmo modo, os autores do *Manifesto* indicaram a necessidade do Conselho de Cultura “realizar audiências públicas para discutir a canalização da LIC (Lei de Incentivo à Cultura) para um excessivo predomínio de projetos tradicionalistas, muitos de caráter turístico e de lazer, iludindo a natureza da Lei.” Desde que surgiram as leis de incentivo ao esporte, de mesma forma, começaram as arreadas sobre os fundos públicos, com argumentos de que as atividades campeiras e de lazer são habilidades... esportivas. E já estão em carga sobre o erário. O tiro de laço, a gineatada etc., que tiveram removidos seus aspectos de técnica de trabalho nos rodeios, agora ostentam também habilidades. Passaram a ser consideradas disputas esportivas, assim como o jogo de osso, o truco, e quaisquer práticas dos hábitos e costumes. Ironicamente, o oportunismo acabou revelando a manipulação simbólica e a carnavalização do mundo rural pelo *metegismo*.

A metodologia da transparência também deveria ser adotada pelo Conselho de Educação. É premente discutir a deturpação dos currículos e dos princípios de Educação Pública, em consequência da infestação, da usurpação e da distorção pedagógica representada pela invasão tradicionalista nas escolas, substituindo os preceitos do “saber”, do “estudar”, pelo “culto” e pelos “manuais” tradicionalistas.

Indicaram como elemento dessa distorção e atropelo obscurantista a transformação do próprio espaço escolar, com a criação de piquetes e internadas artísticas. O argumento é longo e pertinente: “Essa situação revela a falência pedagógica da escola, o abandono de sua natureza laica e republicana. Os alunos são induzidos a comportamentos e práticas dogmáticas, adestradoras, apressilhados a uma identidade questionável, originada em um mito fundante. Essa escola doutrinariamente cívica, *gentílica* e de *orgulho gaúcho* exercita a fé, a pertença alienada. Ela significa a falência da Educação. Por essa razão, reconhecemos como legítima a revolta daqueles professores que rejeitam a sua conversão em instrumentos de realização do calendário tradicionalista, como se fossem meros executores de seus manuais dentro dos educandários. Reconhecemos como legítima a resistência dos professores às pressões para serem transformados em pregadores pelas direções, pelo poder e por alguns círculos de pais e mestres, pois esse enquadramento significa a negação de suas funções constitucionais de educadores.”

A militância de tradicionalização de todos os espaços é mais suscetível nos órgãos públicos. Grande parte deles possui ambientes de piquetes, galpões etc., para onde os funcionários se transportam em seu “tempo livre”. Ou, invariavelmente, o tempo livre vai sendo estendido como prolongamento do trabalho. Têm-se aí dois problemas. O primeiro é legal; o segundo, político. As gestões estão minadas pelo passadismo, ausência de utopia, possuídas pelo *revir*, um imaginário que opera no presente como reposição do *ethos artificial*. Trata-se de uma espécie de sarandeio que anda em círculo; alimenta-se de sua própria pajada.

Nesse particular, o *Manifesto contra o Tradicionalismo* tem subsidiado políticas públicas para evitar a instrumentalização ou abuso da esfera pública. Seu texto republicano estabeleceu paradigmas para essa reflexão, insistindo que o “público” não é um lugar vago a ser ocupado pelas “representações”. No mínimo, coloca na mão do governante um aceno de legalidade para conter os intrusos, ou notadamente um semblante de estranhamento para os agalponamentos nos espaços públicos. O problema é quem “controla” legalmente o tradicionalista investido de poder...

Regional-universal

Desse modo, a polaridade entre Tradicionalismo e seu grupo opositor também se expressa na esfera das propostas. O *Manifesto* defende “o RS da inclusão, da convivência multicultural, de todas as indumentárias, de todos os ritmos, de todas as danças, de todas as emoções, de todos os trabalhos e ofícios, de poéticas de múltiplos espaços, e não da territorialidade simbólica exclusiva do pampa.” Postula “construir espaços poéticos que representem também a complexidade de nosso tempo”; “direitos elementares da liberdade, da igualdade e da fraternidade”.

Defende princípios de identidades regionais harmonizados com as culturas locais das demais regiões brasileiras. Posiciona-se contra a “mediocrização do Rio Grande do Sul em seus aspectos culturais”, sem inserção moderna e respeitosa no Brasil e na América, pois o controle *metegista* produz “uma incapacidade de leitura crítica da sociedade rio-grandense e do mundo.” Enfatiza que, “nas últimas décadas, os acontecimentos culturais populares importantes se constituíram na relação e na contradição com o Tradicionalismo. Na maioria dos casos, tiveram que superá-lo, ou negá-lo, para sobreviverem e afirmarem os seus espaços estéticos.”

No *Manifesto* ainda há uma lição de republicanismo. Defende “o MTG quanto ao seu direito privado, ao seu exclusivo espaço cultural, à noção de que ele é apenas um segmento interpretativo da história e da cultura do Rio Grande do Sul, sem que as suas convicções singulares tenham a ambição e a ação militante ilegítima de aculturação das demais esferas sociais e culturais do estado, sem que se coloque no topo de uma hierarquia dominante e exclusivamente gauchesca da identidade.” Nesse particular, é “contra o MTG, exclusivamente, no que tange à usurpação das esferas públicas e à coerção de nossos direitos civis, culturais e estéticos.” Identifica “nele a alimentação de uma sinergia cultural que atolou o Rio Grande do Sul no passadismo conservador, criando uma força de pertencimento que bloqueia o desenvolvimento de uma energia socialmente humana moderna, humanista, republicana,

respeitosa com os sentimentos historicamente multiculturais da população rio-grandense.”

Por último, o *Manifesto* coloca-se em defesa dos “reprimidos, cerceados e vitimados, cultural e profissionalmente”, identificando o MTG como uma força militantemente dogmática contra os direitos da cidadania; do Folclore representativo da multiplicidade étnica e das recriações da mestiçagem. E considera “as frações da Tradição que expressam as relações humanizadas e o espírito solidário do povo sul-rio-grandense, a Cultura Popular, os espaços efetivos para uma cultura que expresse nossa historicidade, desde o passado até a atualidade, e, principalmente, porque postulamos uma estética sem embretamentos, capaz de apreender a complexidade regional com suas particularidades e conexões universais.”

No aspecto da história da cultura, o *Manifesto* representa a conjuntura para onde se avolumaram as reflexões críticas, os trabalhos acadêmicos, mas especialmente o desaguadouro dos sentimentos de artistas e grupos culturais. Muitos deles oriundos ou com longa convivência nos espaços tradicionalistas. Essa realidade nos coloca numa espécie de gauchismo de fronteira entre diversas posições, cada um no entre-lugar de acontecimentos e vivências; de realidades e fantasias; de utopias e devaneios; de espelhos e rejeições. As nossas alteridades, sempre, em alguma situação, estão nas esferas dessa identidade impregnada de contradições. Não se sabe por quanto tempo ainda existirá como o espectro dos indivíduos do Sul. Já constituiu a sua historicidade.

Em uma sociedade tão polarizada, somente o contrato republicano pode mediar a convivência. Nela, tanto os governantes como segmentos particulares, precisam se despir dos adereços patronais, que reproduzem a pretensão de se colocar acima, de se considerar melhor, mesmo quando reconhece a diversidade. O tradicionalismo militante, por adquirir a força de criação de realidades e domínio sobre a representação simbólica, é bem mais que uma carnavalização pilhada, como imagina a intelectualidade pedante, cuja imobilidade colaboradora mantém a porteira aberta para o seu fortalecimento.



Plasticidade ritual: um estudo de caso das romarias de Passo Fundo

Camila Guidolin¹, Murillo Dias Winter², Gizele Zanotto³

PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS, COMO VETORES DA CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO de identidades, memórias e hierarquias de poder, são vislumbrados cotidianamente em vários objetos, materialidades, conhecimentos e práticas. Neste artigo nos deteremos a avaliar a importância de duas manifestações rituais aqui consideradas como representativas do patrimônio imaterial de Passo Fundo. Tratam-se das Romarias em honra a São Miguel Arcanjo (1871) e a Nossa Senhora Aparecida (1980), as duas maiores realizadas hodiernamente no município. Evidenciar o quanto esse patrimônio sociocultural e histórico é relevante para os fiéis que delas participam é também

¹ Graduanda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF); bolsista de Iniciação Científica do projeto Religiões e Religiosidades em Passo Fundo.

² Graduando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF); bolsista de Iniciação Científica do projeto Religiões e Religiosidades em Passo Fundo.

³ Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), onde coordena o Projeto de Pesquisa Religiões e Religiosidades: Possibilidades de pesquisa. Líder do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e atual coordenadora do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS).

evidenciar o quanto as práticas religiosas são eficazes enquanto sistemas simbólicos de explicação do mundo e fatores das ações realizadas sobre este mundo. Como objetos do crer e do agir, como símbolos de sistemas de crenças e práticas, como expressões dos valores e anseios dos fiéis, tais manifestações tornam-se lócus privilegiado para compreender a própria formação social e cultural da região Norte do Rio Grande do Sul – vislumbrada em sua historicidade, em sua dinâmica, em seu movimento de sentidos.

A caracterização de formas específicas de manifestações sociais como patrimônios imateriais ou intangíveis é recente. Alinhada essencialmente a essas codificações, abordam-se conceitos mais amplos que vão desde as concepções de propriedade até as de colecionamento ou acumulação e que foram trabalhadas principalmente por estudiosos da antropologia (GONÇALVES, 2003, p. 22). Quando tratamos de termos imateriais não tratamos de concepções vagas ou impercebíveis, mas, sim, de manifestações não-constituídas ou reproduzidas exclusivamente por “cal e pedra”.

Não pretendemos discutir aqui a existência ou não desses patrimônios⁴, em perspectivas teóricas ou em termos categóricos, tampouco estabelecer um trânsito entre as diferentes concepções em torno da definição de patrimônio imaterial e os diversos autores que as formularam. No entanto, orientamos nossa análise sobre a Romaria de Nossa Senhora Aparecida e a Romaria de São Miguel Arcaño tomando por interpretação a concepção de patrimônio imaterial como uma manifestação social, nesse caso de caráter religioso, dotada de tradição e expressão características, mantidas por determinado grupo de indivíduos e opondo-se às elaborações mais tradicionais de patrimônio, notadamente materiais, que pretendem-se tombados. Nesses aspectos, propõe-se ao patrimônio imaterial, não o seu tombamento como objeto físico e material, mas sim o registro de suas práticas e representações – músicas, danças, culinária, técnicas, festas, fazeres etc. – e por

⁴ Para uma discussão sobre a existência ou não de patrimônios, ver: ABREU; CHAGAS (2003).

meio disso, o acompanhamento de suas transformações ao longo do tempo.

Como bem comum dos grupos sociais – para além de seus patrimônios materiais e imateriais –, está a produção de sentidos coletivos/culturais que possibilitem a inserção social, a compreensão do mundo e de seu lugar neste mundo, sentido este construído/reconstruído historicamente. Como construção humana a cultura e a própria religiosidade expressam sentidos ímpares e basilares para os indivíduos. Para Geertz (2008, p. 66), o termo cultura

denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporando em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida⁵.

As religiões e religiosidades, como produtos da ação humana, derivam desta mesma compreensão de cultura. Nesse sentido, estaremos caracterizando as romarias e o conjunto expressivo de suas manifestações empíricas, além dos seus aspectos imateriais, como uma constituição ritual identificada na composição de atos, símbolos, linguagens, comportamentos e representações contemporâneos e específicos, fundamentados na experiência da continuidade (SEGALEN 2002, p. 31), na cultura como teia de significados e prática derivada de tais significados. Nas palavras de Segalen (Idem), o termo rito designaria

um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo.

⁵ Nesse sentido, filiamos-nos à proposta de Geertz que define a cultura – a partir de Weber – como uma teia de significados tecidos pelo próprio homem, valorizando tal definição de uma perspectiva semiótica (Ibidem, p. 4).

Ao utilizarmos a orientação conceitual do rito e sua visualização na contemporaneidade, não podemos negligenciar os diversos estudos já elaborados em inúmeros campos sociais desde o século XX. Embora não tenhamos a pretensão de discutir essa trajetória epistemológica – seus procedimentos e observações, tais como a multiplicidade de conceitos formulados a propósito do rito –, pontuamos a presença de algumas elaborações que consideramos essenciais. Desde as suas primeiras conceitualizações, os processos rituais estiveram associados ao campo religioso. Apesar de não ser uma visão elementar para os estudiosos – Mary Douglas, por exemplo, ao tratar de eficácia e ação simbólica, reconhece a existência de ritos fora do religioso – é o que prevalece em termos de abordagens. Assim, faz-se imperativo afirmar, dentro da nossa apreciação sobre as romarias objeto de análise, que as interpretamos como manifestações rituais. Todavia, mais importante do que essa formulação definitiva ou cabal, está a compreensão da capacidade que os ritos possuem de agregar novos elementos, de se transformarem com o passar do tempo adequando-se ao contexto em que são realizados e aos anseios, necessidades e interesses então em jogo. Como salienta Segalen (Ibidem, p. 15), *“Uma das principais características do rito é a sua ‘plasticidade’, a sua capacidade de ser polissêmico, de acomodar-se à mudança social”*.

Antes de analisarmos as romarias, especificamente, ainda destacamos naquelas manifestações religiosas foco do trabalho, o aspecto das massas como tendência aglutinadora dos fiéis, a hierarquia evidenciada na organização das procissões, o cuidado com a dispersão do corpo seguidor e a sua fluência lenta, como fatores fundamentais desses eventos. Tais aspectos já foram trabalhados por Elis Canetti (1983, p. 170-174). Para o autor, a ordenação das romarias pelo catolicismo relaciona-se à tentativa de sua domesticação. Nesse sentido, nos eventos em que a massa católica é aglutinada para venerar e para ser vista – romarias, procissões, encontros etc. – impera a lentidão e a calma como características essenciais para seu controle e disposição hierárquica. Como massa, a romaria deve ser vista pelo maior número

possível de espectadores; como massa lenta, deve frear impulsos incontroláveis e dissociativos; como massa em crescimento, pode ser agregada continuamente de novos membros; como massa conduzida, deve evidenciar as diferenciações de poder hierárquico consolidando tal configuração na prática ritual.

Na sequência – e pautados nas premissas já elencadas anteriormente –, analisaremos destacadas romarias passo-fundenses que homenageiam respectivamente São Miguel Arcanjo e Nossa Senhora Aparecida, sublinhando nelas a importância dos rituais religiosos, a plasticidade com que eles são elaborados/reelaborados e as variações de sentidos que tais manifestações podem produzir/reproduzir.

A devoção a São Miguel Arcanjo

O caráter que a Romaria de São Miguel Arcanjo adquiriu ao longo dos anos na cidade de Passo Fundo evidencia alguns desdobramentos aplicados ao que hoje, usualmente, classificamos como patrimônio imaterial ou intangível. Gonçalves (2003, p. 24), analisando patrimônios emergentes faz a seguinte colocação:

Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõem o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de registrar essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

Mas quanto de intocável possuiria essa categoria? Não a constituiria, antagonicamente, o que se pode ter de mais acessível e disponível em termos da religiosidade? Com os devotos, dificilmente averiguamos um desempenho em categorizar sua prática, no entanto, utilizamos-nos dessa categoria pela prerrogativa que mais a exprime: a condição para o seu registro e preservação do seu significado diante da comunidade a qual pertence. Vale

lembrar que essa imaterialidade não determina que todas suas manifestações, enquanto expressões humanas em sociedade sejam imaginárias ou puramente subjetivas. Elas também encontram formas de tornar manifesto suas singularidades pelas ações.

A construção da primeira capela em Pinheiro Torto (hoje distrito de Pulador) e a origem da devoção ao Arcanjo está situada no mesmo tempo/espço em que surgiam as mais acaloradas discussões sobre a condição do negro cativo no município. A tradição oral consagrou a história da construção ermida aos escravos Generoso e Isaías. Esses “pertenciam” a Bernardo Castanho da Rocha, morador da vila de Passo Fundo e grande fazendeiro, e teriam trazido a imagem quando da volta da Guerra do Paraguai (1864-1870) onde lutaram como praças do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional. O primeiro deles teria sido ferido e teve uma perna amputada em consequência da participação na Guerra. Ao regressarem ao norte do Estado, teriam passado pelas imediações das ruínas do povo jesuítico de São Miguel e encontrado uma estátua do Arcanjo de mesmo nome, trazendo-a para Passo Fundo. Na chegada a Pinheiro Torto, Generoso empreendeu a construção de uma capela para abrigar a imagem do Arcanjo. Essa primeira ermida foi posteriormente substituída por outra maior e logo teria sido realizada a primeira festa de São Miguel (OLIVEIRA, 1990, p. 221-223).

Reconhecemos na construção da capela e na realização da primeira festa elementos que caracterizam a importância que a Romaria foi adquirindo desde a construção da primeira ermida até os dias atuais, sabendo-se que 29 de setembro de 2011 chegará a sua 140ª comemoração. Os primeiros registros sobre a história da *Capela São Miguel Arcanjo* encontram-se nos escritos do historiador passo-fundense Antonino Xavier. Em seus *Annaes* encontramos a seguinte referência:

Tal a história da poética ermida em que, anualmente, no dia próprio, se repete a tradicional festa em referência, a qual atraindo, desta cidade e mais pontos vizinhos, romeiros de todas as classes, uns a pé, outros a cavalo e outros, o maior número talvez, em

veículos de toda a sorte, desde a lenta e velhíssima carreta de bois, até o veloz e moderno automóvel, desdobra em Pinheiro Torto um palpitante mostruário da nossa gente e dos nossos costumes (Ibidem, p. 223).

Nos escritos de Antonino Xavier, está exposta uma primeira versão da chegada da imagem na cidade, concorrendo com outras que, principalmente através da oralidade, perpassaram o tempo e chegaram à atualidade como relatos memorados de antigas histórias contadas por antepassados que teriam vivenciado os primeiros anos dessa devoção. Esses relatos declaram que a construção da capela e as primeiras festividades seriam uma demonstração de agradecimento relacionada com a libertação dos escravos. Nesses primórdios prevaleceria a ação de leigos na organização dos festejos e a participação de “rezadeiras” no cerimonial (BARTH, 2011).

O Arcanjo São Miguel, identificado na tradição católica como combatente e defensor, representa o príncipe protetor das almas. Sua existência está descrita desde a Bíblia, sendo cultuado ainda nos primeiros séculos de história do cristianismo. Sua consagração na grande batalha no céu é travada contra o Dragão e seus “anjos do mal”, descrita no livro do Apocalipse (BÍBLIA SAGRADA, 1991, cap. 12,7, p. 1602). Os primeiros devotos, escravos libertos como consta na tradição, reconheceram na imagem do Arcanjo um elemento de devoção, apesar de poder estar representando apenas uma simbolização proveniente de crenças ou elaborações bem mais complexas. Para que isso ocorra faz-se também necessário uma identificação com o símbolo sacro, que nesse caso passou a representar a imagem do combatente, santificado e eterno, oferecendo a mediação quando buscamos classificar e entender como ocorre esse intermédio entre os seres humanos e as suas divindades. Logo, esse patrimônio “*não se resume apenas ao que é herdado, mas é também aquilo com que um grupo significativo da população se identifica*” (POHL, 2005, p. 67).

Além disso, outro sinal de identificação com a imagem pode ser resgatado pela historicidade segundo o significado que ela detinha nas reduções missionárias jesuíticas, de onde provavelmente tenha sido recuperada, situação em que cumpria importante papel para a expressão e comunicação dos padres juntos à comunidade indígena. Como observa Jaqueline Ahlert (2010, p. 335), em seu estudo sobre o processo de restauro dessa mesma imagem de São Miguel de Passo Fundo:

Tomada individualmente e descontextualizada, a imagem do Arcanjo remanescente das Missões pouco pode revelar. Porém, quando analisada do prisma da historicidade, deixa transparecer o movimento emergencial de um período histórico rio-grandense, a fluidez das fronteiras culturais e as evidências do surgimento de uma cultura mestiça composta de ressignificações num universo cultural próprio.

Em Passo Fundo, a devoção ao Arcanjo São Miguel foi alterando-se em alguns aspectos. Se antigamente era a comunidade leiga que impulsionava essencialmente a realização das homenagens, hoje a organização da festa e da Romaria é realizada pela paróquia São Vicente de Paulo e está ligada à hierarquia oficial da Igreja Católica. De qualquer forma, quem garante a continuidade das celebrações permanece sendo a multidão romeira. E é exatamente sobre essa evidência que comenta Canetti: “*Os fiéis são reunidos em determinados espaços e em determinados momentos; mediante atividades sempre idênticas, eles adquirirão um estado semelhante ao da massa, que os impressiona sem no entanto chegar a ser perigoso, e ao qual eles se acostumam*” (CANETTI, 1983, p. 24).

A dinâmica ritualística compreende um conjunto de aspectos que cooperam associadamente, caracterizando o espectro religioso em composição abrangente e aglutinadora. Para Segalen (2002, p. 27) “*o rito situa-se definitivamente no ato de acreditar em seu efeito, através das práticas de simbolização*”. Essas práticas são visíveis na composição da Romaria e em suas diversas etapas: a apresentação do símbolo sagrado, representado aqui pela imagem

do Arcanjo, tornando possível a ligação com o elemento divino; a reunião da massa romeira seguindo em caminhada até a Capela; as dedicatórias como forma de afirmar a potencialidade da graça evocada e, por fim, pretensamente alcançada; as festividades que encerram as homenagens ao Arcanjo etc. No entanto, a convulsão dessa massa deve ser evitada, visto que “*a tendência à desintegração é muito grande – um perigo que deve ser enfrentado permanentemente*” (CANETT, 1983, p. 23). Isso se justifica nos rituais percebidos durante a trajetória que inicia na Capela São Vicente de Paulo – na Avenida Brasil – e encerra na capela São Miguel Arcanjo, localizada no Pinheiro Torto, num trajeto de cerca de 12 km. A caminhada lenta, os cânticos quase em tom de lamúria, a fala em mesma cadência do religioso que durante a Romaria evoca o conjunto litúrgico, as palavras de chamamento ditas pelo padre, instância maior na manifestação e normalmente posicionado em andar superior ao dos fiéis, em carros ou palcos erguidos são aspectos evidentes desta manifestação (Idem, p. 170-174).

Na Romaria, o êxtase é convertido em introspecção, oferecendo a quem dela participa um itinerário marcado por componentes rituais que fazem referência ao Arcanjo e demais entidades religiosas, como é o caso das orações que evocam Nossa Senhora. Depois de superado esse trajeto, o romeiro é recebido em cerimônias festivas, momento em que

chegam novos romeiros a pé, em grupos, para participarem dos festejos e novamente lotarem o espaço da festa. Claro, seguem as devoções e as bênçãos individuais da tarde. A festa se torna, também, popular com dança na grama e com arremate das comidas, dos doces e das lembranças. A música se torna mais animada pelas 17 horas. Depois, lentamente, o povo começa a voltar para suas casas (BARTH, 2007).

A introspecção despertada durante a caminhada e que confronta o indivíduo consigo mesmo e com seus questionamentos transforma-se em convulsão coletiva. Para Segalen (2002, p. 92), “*está claro que as festas apresentam características mistas, tendo*

sempre associado um viés sagrado ou sacralizante ao divertimento". Nesse sentido, a festa como representação de uma coletividade nos confere um registro da própria vida social através das ações simbólicas.

Segundo Isambert (apud SEGALEN, ibidem, p. 92), *"a festa assume formas rituais, obrigatórias, sem que o rito tenha aqui necessariamente caráter religioso nem obrigação de um valor moral"*, representando enfim um momento que poderíamos reconhecer como polissêmico e mesmo plástico, se considerarmos as formas rituais religiosas, pois *"existe sempre uma certa margem de manobra em todo o ritual, mesmo nos mais instituídos pelas autoridades superiores e externas aos indivíduos"* (SEGALEN, ibidem, p. 117). O elemento festivo caracteriza também a associação com a tradição e a sua manutenção na sociedade contemporânea, pois estaria ligado à Romaria desde seus primórdios. No entanto, essa elucidação não se apresenta como simples exercício de reconstituição, visto que *"não se trata de declarar o presente sobre o passado, mas de encontrar neste o esboço das soluções que consideramos justas hoje não porque foram pensadas ontem, mas porque nós as pensamos agora"* (POUILLON apud SEGALEN, ibidem, p. 119).

A questão essencial, referente aos patrimônios imateriais e principalmente a essas manifestações na contemporaneidade, sempre retorna e continua estimulando reflexões. Como tratar de um patrimônio imaterial que é essencialmente dinâmico? A importância da Romaria de São Miguel Arcanjo para a cidade de Passo Fundo, pelos seus aspectos históricos, sociais, religiosos, políticos e culturais, além de todo o conjunto ritualístico que o compõem, não é averiguada simplesmente pelo número de pessoas que dela participam anualmente ou mesmo pelo número de anos em que ela se afirma. De certa forma, esses dados ajudam a atestar a grandiosidade do evento e a sua representação para a história local como herança de um passado construído por ações humanas. Mas isso não seria o bastante. Se pensarmos, por exemplo, que muitas manifestações semelhantes a essas (ou diferentes em suas origens e razões), desapareceram por motivos

diversos e nunca sequer foram registradas ou sabidas, o sentido que devemos atribuir à Romaria multiplica efetivamente, pois se trata de uma manifestação viva.

Quando o escultor deu formas à imagem do Arcanjo Miguel, teria ele se questionado sobre o sentido do seu fazer artístico? Poderia ele imaginar que culturas diversas concederiam a essa mesma obra significações tão peculiares em tempos e espaços diversos? Em nível de iconologia sacra, a imagem do Arcanjo articula-se à interpretação de Burke (2004, p. 65), quando afirma que *“as novas formas de imagem sagrada também estão ligadas à disseminação de determinadas práticas de meditação religiosa”*. Diante disso, observamos que *“o patrimônio não se resume apenas ao que é herdado, mas é também aquilo com que um grupo significativo da população se identifica. É o valor que os seres humanos, tanto no plano individual como coletivamente, atribuem ao legado do passado, que vai determinar o que se tornará importante para ser lembrado”* (POHL, 2005, p. 67). Ao representar identidades sociais e estabelecer esse vínculo dinâmico com o passado, a Romaria assume um estágio onde a manifestação transcende seu caráter excepcionalmente abstrato, sendo causa e consequência de ações concretas, que refletem o fazer diário de uma sociedade.

Venerando Nossa Senhora Aparecida

Guaratinguetá, outubro de 1717. Os pescadores Domingos Martins Garcia, João Alves e Filipe Pedroso recebem a notificação de entregar todos os peixes que pudessem pescar ao governador de São Paulo e Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, que estava de passagem pela região em direção a Minas. Os pescadores lançaram suas redes no porto de José Corrêa Leite; sem pescar nada, seguiram até o distante porto de Itaguaçu, onde também não encontraram peixes. Nesse porto, João Alves lançou sua rede e retirou da água uma estatueta do corpo da Nossa Senhora. Sem entender como ali fora encontrada a imagem,

lançou a rede mais abaixo do rio - foi a vez da cabeça da estátua de Nossa Senhora ser encontrada. Depois de envolver as duas partes da imagem em um pano, continuou a até então frustrada empresa da pesca. Entretanto, *“dali por diante foi tão copiosa a pescaria em poucos lanços, que receoso, ele e os seus companheiros, de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, se retiraram para suas vivendas, admirados deste sucesso⁶”*.

A devoção à imagem teria iniciado imediatamente e ultrapassou fronteiras com certa rapidez. Os seguidores, dadas às circunstâncias em que a imagem foi encontrada, passaram a chamá-la de Nossa Senhora “Aparecida”, exatamente pela imagem ter “aparecido” no rio Paraíba. No Rio Grande do Sul, desde o final do século XVIII, em Viamão, encontrava-se uma Capela dedicada à Santa. Posteriormente, quando os bandeirantes paulistas se estabeleceram em Passo Fundo, foi construída *“uma capela em louvor de Nossa Senhora Aparecida, que deu origem àquela cidade, que hoje é sede episcopal com a catedral dedicada à Nossa Senhora Aparecida⁷”*. Informação também apresentada por Gehm (1978, p. 14) que afirma que *“em 1834, o requerimento de Joaquim Fagundes dos Reis e mais 8 ou 10 cidadãos, foi concedida, pela autoridade eclesiástica de Porto Alegre, licença para se levantar uma capela, com a denominação de N. S. da Conceição Aparecida do Passo Fundo.”* A autora ainda afirma que as casas foram construídas em torno da capela, mas mais próximas da estrada de passagem das tropas de mula (atual Avenida Brasil) e não exatamente no entorno da construção:

A capela foi construída no topo da coxilha mais alta, entretanto as primeiras casas erguidas, no seu perímetro, ocorreu a ocidente, no Boqueirão, ao longo da estrada geral das tropas. As casas eram de tipo rancho, ao estilo da época, umas de tábuas apenas

⁶ Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá. Apud WERLANG, 1996, p. 16.

⁷ BRUSTOLONI, Pe. Júlio J. A mensagem da Senhora Aparecida: nos 100 anos da Missão Redentorista, nos 250 anos da existência do Santuário. Aparecida/SP: Santuário, 1994, p. 225. Apud: WERLANG, 1996.

lascadas (costaneiras), e coberta de bicas, feitas da mesma madeira, outras de estuque, com reboco de barro e cobertas de capim.⁸

Chegando ao século XX, a devoção à Nossa Senhora Aparecida da mesma maneira que foi crescendo, sofreu modificações. No início do século, de 1904 a 1911, a festa em honraria à santa acontecia no primeiro domingo do mês de maio. No último ano mencionado, a celebração passou a ocorrer no dia 11 de maio, oficializando a data e a festividade anual em homenagem à Nossa Senhora Aparecida.

No ano de 1930, o Papa Pio XI (1922-1939) assinou o decreto que consagrou a Santa como padroeira oficial do Brasil. Buscando maior ligação entre a padroeira e o país, a festa de celebração passou então a ocorrer no feriado de 7 de setembro. Posteriormente, buscando uma data que dedicasse atenção exclusiva à padroeira, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fixou como data definitiva o dia 12 de outubro. O feriado nacional da data foi então instituído – durante a ditadura civil-militar – por meio de um decreto do então presidente do Brasil, Gel. João Batista Figueiredo (1979-1985), no ano de 1980. Nesse mesmo ano, foi criada em Passo Fundo a festa em honraria à Nossa Senhora Aparecida, padroeira também da diocese⁹ e da catedral da cidade.

A festa, realizada pela primeira vez em 12 de outubro de 1980 no Seminário Diocesano, iniciou com uma série de eventos que culminaram com uma grande missa. Como evento de preparação aos festejos, foi realizado um torneio de futebol de salão que teria sua grande final no dia da festa. A Rádio Planalto AM¹⁰ difundiu uma novena para homenagear a padroeira da ci-

⁸ Idem.

⁹ Neste ano de 2011, Passo Fundo foi elevado à categoria de Arquidiocese.

¹⁰ A Rádio Planalto – Sociedade de Radiodifusão Planalto Ltda - fundada por Dom Cláudio Colling (1951-1981), teve outorgada a sua concessão de funcionamento em 17 de março de 1965 e sua inauguração no dia 5 de abril de 1969. A criação da Rádio fazia parte de um projeto de Dom Cláudio Colling, então Bispo Diocesano, para “desenvolver a ideia de que a Diocese deveria possuir uma emissora de rádio para auxiliar na evangelização da população e transmitir boas notícias que alegrassem aos ouvintes e promovessem a sua dignidade”. In: REVISTA SOMANDO. *Fundação*

dade nos dias 3 a 9 de outubro. Entretanto, apesar das atividades diversificadas e da divulgação radiofônica e em outros meios, o público foi bastante reduzido e o evento não teve repercussão nos grandes veículos de comunicação da cidade. Os registros do *Livro de Crônicas do Seminário Nossa Senhora Aparecida* já indicavam as intenções de realizar uma romaria na cidade ainda neste ano quando destacam que “realizamos este ano a festa popular em honra à Nossa Senhora Aparecida. Não se trata ainda da romaria¹¹”. Os autores do Livro também apontaram que na cidade de Passo Fundo “há base popular para uma romaria em honra a Nossa Senhora Aparecida e que o povo quer a romaria¹²”.

A ideia se materializou no ano seguinte: em 1981 foi realizada a primeira Romaria Diocesana. Segundo seus idealizadores, Pe. Ercílio Simon e Pe. Dino Cotta, as motivações foram o fato de a santa ser a padroeira da cidade, mas principalmente a fé do povo em Nossa Senhora. A Romaria realiza-se no dia 12 de outubro partindo a um quilômetro e 500m de distância do Seminário. O público foi considerado acima das expectativas¹³, mas mais uma vez a imprensa não registra a Romaria. No ano de 1982, a manifestação assumiu proporções maiores: o trajeto foi ampliado, naquele então se iniciando no trevo de acesso à cidade, distante 3 km do Seminário. Ainda nesse ano, a imprensa passou a acompanhar e registrar o público presente. O periódico *O Nacional*¹⁴ em reportagem na contracapa da edição de 13 de outubro realçou que a Romaria “reuniu cerca de oito mil pessoas,

Cultural Planalto de Passo Fundo completa 40 anos. Passo Fundo: Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.rplanalto.com/site.php?acao=ler&menu=revista&codMateriaEdicao=255>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

¹¹ Livro de Crônicas do Seminário Nossa Senhora Aparecida. Apud: WERLANG, 1996, p. 30.

¹² Idem p. 31.

¹³ Salientamos que o número dos romeiros não é apresentado, embora sua menção seja esta, de superar expectativas. Idem.

¹⁴ *O Nacional* iniciou suas publicações em 19 de junho de 1925, sob a liderança de Americano de Araújo Bastos, Hiran de Araújo Bastos, Teófilo Guimarães, Armando Annes e Herculano Annes (então diretor). O jornal tem publicações diárias até nossos dias e se constitui num dos principais periódicos da cidade e região. Ver: FONSECA, 2007. p. 176.

numa demonstração que essa festa religiosa vai ganhando expressão¹⁵”. O crescimento dessa manifestação é evidenciado na edição do ano de 1983, quando no *Livro de Crônicas do Seminário Nossa Senhora Aparecida* foi citada a mudança do trajeto, que permanece igual até hoje:

Alegramo-nos pelo amplo sucesso da Romaria. Podemos considerá-la consolidada e fadada a ser uma das maiores Romarias do norte do Estado. [...]. O povo de Passo Fundo já assumiu [a Romaria] . [...]. A procissão em 1983 deverá partir da Catedral nem que inicie pequena. O pessoal vem mesmo a pé desde a cidade [...]. É o grande momento de unidade diocesana para o povo¹⁶.

O número de fiéis na Romaria de 1983, segundo o jornal *O Nacional*, chegou a 20 mil¹⁷, consolidando também para na imprensa a festividade. Ano após ano, a Romaria Diocesana foi crescendo e agregando fiéis de todas as regiões do Rio Grande do Sul, que continuamente passam a fazer parte do grupo de romeiros. Segundo Casagrande e Simon (2007, p. 186), “*Velas, flores, pessoas caminhando de pés descalços, crianças e adultos vestidos de Nossa Senhora Aparecida, são cenas comuns na procissão, que a cada ano que passa, reúne mais e mais pessoas de toda a região norte do Estado*”. Este crescimento do número de fiéis romeiros acaba por ressaltar uma característica encontrada nos ritos, sobretudo nos de massa, pois o “*ritual se reconhece como fruto de uma aprendizagem, implicando por conseguinte a continuidade das gerações, dos grupos etários ou dos grupos sociais dentro dos quais ele se produz*” (SEGALEN, 2002, p. 32).

Com o entendimento de que “*o rito é uma linguagem eficaz na medida em que atua sobre a realidade social*” (Idem), é importante destacar o estudo de Werlang (1996), que aponta os pedidos por

¹⁵ “Oito mil pessoas presentes à Romaria de Nossa Senhora Aparecida: Dom Urbano ressalta sentido da festa”. In: *O Nacional*, 13 out. 1982.

¹⁶ Livro de Crônicas do Seminário Nossa Senhora Aparecida. Apud: WERLANG, 1996. p. 33.

¹⁷ “Vinte mil pessoas participam da Romaria”. In: *O Nacional*, 13 out. 1983.

saúde ou os agradecimentos por curas dirigidas a Nossa Senhora – tais súplicas compõem a motivação da maioria dos participantes da Romaria. O autor aponta esse fator devido à descrença sobre a realidade social e a esperança que a fé em Nossa Senhora Aparecida possam ser a “salvação”. Atitude também realçada por Casagrande e Simon (2007, p. 187), quando escrevem que *“é muito comum ouvir da boca deste povo simples pedidos de dias melhores, emprego, paz e principalmente saúde para algum de seus familiares.”* Os autores também evidenciam que as promessas e os pedidos atuam sobre a realidade social dos fiéis, haja vista que as manifestações de fé na Romaria *“são expressões das necessidades mais elementares destas pessoas, que, na maioria da vezes, se apegam em Deus e à Nossa Senhora, já que não conseguem acesso aos recursos que deveriam estar disponíveis a toda população”* (Idem).

Muitos dos participantes da Romaria fazem seu trajeto descalços. Os fiéis vão recitando orações, carregando o terço, algumas vezes até uma cruz, alegando que o que os move é a fé (Idem). Tais ações e justificativas confirmam a existência do ritual contemporâneo, visto que *“para que exista rito é preciso que exista um certo número de operações, gestos, palavras e objetos, que exista a crença numa espécie de transcendência”* (SEGALEN, 2002, p. 33). É importante lembrar que uma das características principais do rito, segundo Segalen, é a polissemia, a sua *“lasticidade”*, sua facilidade de se acomodar a mudança. Na Romaria Diocesana de Nossa Senhora Aparecida, ao longo dos anos, as mudanças se tornaram evidentes: no trajeto, alterado duas vezes até seu traçado atual; nos fiéis, que não são mais apenas da região da Diocese de Passo Fundo; e na estrutura, que começou precária e que agora conta com um grande Santuário e tem condições de receber milhares de romeiros.

Tais características são corroboradas pelo depoimento de Alberto Antônio da Rocha, 80 anos, que salienta:

Desde o começo, sempre participei da Romaria de Nossa Senhora Aparecida, essa é uma festa muito grande, vem muita gente de fora, eu sempre acompanhei. É pela fé que a gente vai, eu sou católico, na minha família todos são. Ela mudou muito, por que quando iniciou a festa, não tinha o santuário que tem hoje, ela

mudou. Essa procissão, ela inicia aqui na catedral e vai até lá Nossa Senhora Aparecida, é uma caminhada que o pessoal todo faz, pedindo oração, alguma benção para melhorar na vida. A romaria inicia na igreja. Durante a romaria, é aquela fé. Pedidos de quem tem tropeços na vida. Eu sempre tive fé, a pessoa sem fé não tem valor, a pessoa tem que ter esperança de melhorar.¹⁸

Por fim, como mais um elemento agregado à proposta da Romaria inicial, vemos consolidar-se nesta manifestação religiosa e ritual o turismo religioso¹⁹. Tal consideração também ajuda a caracterizar e fortalecer a noção de “plasticidade ritual” que está nos orientando nesta análise sobre as romarias. Para Jeremy Boissevain (apud SEGALÉN, *ibidem*, p. 17), as festas religiosas “*experimentam uma ‘escalada ritual’ graças à presença dos turistas*” – o que vem ao encontro de nossas considerações. Acreditamos que o turismo religioso foi fundamental para o crescimento da Romaria Diocesana de Nossa Senhora Aparecida e para sua caracterização como um “rito plastificado”.

A 30ª edição da Romaria, evento ocorrido em 2010, contou com 200 mil fiéis, vindos de todas as partes do Brasil²⁰. O Seminário passou a oferecer a infraestrutura para os romeiros turistas: o local conta com “*capacidade de estacionamento para 300 ônibus e 2.000 veículos. Ainda dispõe de 120 leitos de hospedagem para o turismo religioso, inclusive com alimentação*”²¹. As melhorias foram feitas com recursos do Ministério do Turismo, o que a qualifica oficialmente como um evento de turismo religioso ante as agências dedicadas a esta questão. A Romaria faz parte dos eventos oficiais da cidade e está presente com destaque no calendário

¹⁸ Depoimento dado originalmente ao Museu Histórico Regional de Passo Fundo, como parte da pesquisa relacionada à 1ª Mostra Patrimônio Imaterial: Religiosidades, realizada no primeiro semestre de 2011.

¹⁹ Seguimos o conceito oficial de turismo religioso, que segundo diz a Conferência Mundial de Roma, realizada em 1960, é compreendido como uma atividade que movimenta peregrinos em viagens pela fé ou de devoção a algum santo.

²⁰ RÁDIO UIRAPURU. *Romaria reúne multidão de devotos de Nossa Senhora Aparecida*. Disponível em: <http://www.rduirapuru.com.br/?menu=noticia_aberta&id=2884>. Acesso em: 19 ago. 2011.

²¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Turismo religioso*. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secap.php?p=1725&a=2&pm=785>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

de eventos de Passo Fundo, organizado pela FUNZOCTUR (Fundação do Turismo), que destaca que *“Passo Fundo é um grande centro de devoção a Nossa Senhora Aparecida. A romaria é realizada anualmente no segundo domingo de outubro, sendo considerada uma das maiores festas religiosas do Rio Grande do Sul. O turismo religioso em nosso município recebe destaque devido ao fluxo de fiéis e à grande demonstração de religiosidade e fé”*.²²

A Romaria de Nossa Senhora Aparecida teve como marco inicial o ano de 1980, quando foi realizada a primeira festa em honra à Santa *“reunindo não mais que duzentas pessoas (CASAGRANDE; SIMON, 2007, p. 185)*. Já no ano seguinte, a Romaria – planejada por muito tempo, segundo os registros – tornou-se realidade, recebendo centenas de pessoas. Dois anos depois, a manifestação e os fiéis já eram noticiados na imprensa, evidenciando alguma consolidação e repercussão da homenagem. Foi nesse contexto que o trajeto sofreu nova mudança, tornando-se mais longo e sendo percorrido por um público cada vez maior. Em 1983, iniciou-se um processo que foi decisivo na história da Romaria, sendo instituído um *“percurso de 7 km, sendo que a romaria é precedida por uma novena e é introduzida a peregrinação da imagem da Mãe Aparecida, nas paróquias”* (Idem). A Romaria, que de sua segunda até a sua sétima edição era realizada no dia 12 de outubro, a partir da oitava realização passou a acontecer no segundo domingo daquele mesmo mês – beneficiando os romeiros que não poderiam participar com tanta facilidade quando de sua realização na data dedicada a Nossa Senhora.

O crescimento da Romaria do seu início até os dias atuais é evidente, transformando essa manifestação religiosa em um evento turístico-religioso. As mudanças fazem parte de um processo contínuo, como é possível observar no periódico *O Nacional*, durante a cobertura da última edição, que salienta no título da reportagem *“novidades marcam 30ª romaria”*²³, processo

²² FUNZOCTUR. *Calendário de Eventos – 2º semestre de 2011*. Passo Fundo, 2011. p. 29.

²³ REDAÇÃO ON. *Novidades marcam 30ª Romaria*. Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/noticias/cidade/8649>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

esse que é necessário para a existência e o sucesso da Romaria. Atualmente, as dimensões da Romaria ultrapassam a agora Arquidiocese de Passo Fundo e fazem parte de uma prática religiosa regional, “*com base nas representações e nos sistemas de significações*” (GEERTZ, 1997, p. 17) derivativos das crenças marianas – fato também observado pela nossa caracterização da Romaria como um patrimônio imaterial ou intangível do município, visto que esse patrimônio é constantemente recriado e sua interação com o passado e seu meio fornece a bases para a identidade e sua continuidade.

* * *

A discussão sobre os bens materiais e imateriais de uma comunidade estão cada vez mais prementes. Pela sua diversidade, dinamicidade e força simbólica, acreditamos na urgência de uma conscientização e mesmo de ações mais efetivas de conservação e valorização patrimonial para Passo Fundo. Nesse sentido, nossa contribuição refere-se a dar relevo a algumas manifestações do chamado patrimônio imaterial passo-fundense – sobretudo os objetos do crer que movem os fiéis a práticas religiosas específicas, neste texto, romarias. No entanto, outras formas de manifestação das religiões e religiosidades podem e devem ser articuladas a esta questão patrimonial, devido a seu significativo, valor coletivo e simbólico.

Romarias, como evidências de um patrimônio imaterial, também contemplam elementos rituais e plásticos. Como evidenciamos, tais práticas romeiras, enquanto rituais, modificam-se constantemente em articulação às demandas, anseios, compreensões e mesmo contextos diversos. Sua capacidade infinita de serem polissêmicos evidencia que ritos e rituais acomodam-se – embora haja a tendência de vê-los e vivenciá-los como imutáveis, como fórmulas fixas, porque eficazes. Tal plasticidade, tal acomodação, todavia, não abalam a estrutura ritual das manifestações romeiras pois não desestabilizam ou transformam repentinamente os elementos basilares de tais eventos, evitando justamente um estranhamento e mesmo um questionamento dessas práticas, o que poderia levar a uma destituição de sentidos em relação às mesmas.

Plasticidade e polissemia, portanto, são características próprias dos rituais, sobretudo os religiosos. Plasticidade e polissemia são elementos imprescindíveis para uma identificação constante da própria comunidade com seus patrimônios materiais e imateriais, pois, esses, devem ser suportes e vetores da construção/reconstrução de identidades – essas também mutáveis, fluidas, articuladoras, seletivas e continuamente dinâmicas.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AHLERT, Jacqueline. São Miguel Arcanjo: arte missioneira em Passo Fundo. In: *Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional*. Passo Fundo, 2010.

BARTH, Pe. Aldino Aloysio. Romaria de São Miguel. In: BENINCÁ, Elli (Org.). *A igreja católica na construção da cidadania passo-fundense*. Passo Fundo: Ifibe, 2007.

BARTH, Pe. Aldino Aloysio. *Capela São Miguel*. Disponível em: <http://www.capelasaomiguel.com.br/historia>. Acesso em: 19/agosto/2011.

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BENINCÁ, Elli (Org.). *A igreja católica na construção da cidadania passo-fundense*. Passo Fundo: Ifibe, 2007.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BIBLIA SAGRADA. *Bíblia Sagrada*. Capítulo 12,7. São Paulo: Paulus, 1991.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CANETTI, Elias. *Massa e poder: a domesticação das massas nas religiões universais*. São Paulo, Brasília: Melhoramentos, Editora da UnB, 1983.

COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. *Revista Brasileira de História das Religiões: Dossiê Identidades Religiosas e História*.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FUNZOCTUR. *Calendário de Eventos – 2º semestre de 2011*. Passo Fundo, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 -2019)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

Jornal O Nacional, Passo Fundo, 1980-2011.

LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê!* Passo Fundo: [s.e.], 1992.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto cultural*. Passo Fundo: EDIUPF, 1990.

PARIZZI, Marilda Kirst. *Passo Fundo: sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio artístico e as representações discursivas e estéticas do sagrado e do fantástico em obras sacras. *Revista Brasileira de História das Religiões: Dossiê Identidades Religiosas e História*.

POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação patrimonial: Perspectivas*. Santa Maria: UFSM/SEPA, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Turismo religioso*. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1725&a=2&pm=785>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

RÁDIO UIRAPURU. *Romaria reúne multidão de devotos de Nossa Senhora Aparecida*. Disponível em: <http://www.rduirapuru.com.br/?menu=noticia_aberta&id=2884>. Acesso em: 19 ago. 2011.

REVISTA SOMANDO. *Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo completa 40 anos*. Passo Fundo: Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.rplanalto.com/site.php?acao=ler&menu=revista&codMateriaEdicao=255>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. FAPERJ, 2003.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

WERLANG, Jorge. *A Romaria de Nossa Senhora Aparecida em Passo Fundo e a cultura brasileira: aspecto histórico*. Monografia apresentada no curso de Pós-graduação *lacto sensu* em história regional. UPF, 1996.

A Igreja Catedral de Passo Fundo: de semióforo a patrimônio

Gizele Zanotto¹

“A construção da Igreja Catedral como obra comunitária...”

“Se o Brasil nasceu à sombra duma cruz,
no momento de seu descobrimento, a cidade de
Passo Fundo, quando ainda povoado, vila,
nasce à sombra duma capelinha dedicada inicialmente
a Nossa Senhora Conceição Aparecida”.

(Mons. Darci Domingos Treviso)

NOVEMBRO DE 1889. UMA MOBILIZAÇÃO ESPECÍFICA, LIDERADA POR MILITARES, finda o governo imperial brasileiro e é instaurada a República dos Estados Unidos do

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Líder do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e atual coordenadora do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS). Agradeço o apoio inestimável e as discussões profícuas realizadas com os bolsistas vinculados ao projeto Religiões e Religiosidades em Passo Fundo: Alini Luza Moraes, Angélica Balzan, Camila Guidolin, Murillo Dias Winter e Renan Mattos de Souza. Em especial meu agradecimento a Murillo Dias Winter que realizou a coleta de fontes de periódicos no acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo e auxiliou na realização de entrevistas breves com transeuntes em frente à Catedral, e à Elisabete Becker Salomão, por me presentear com uma cópia da primeira edição do jornal *O Nacional*, além de um suplemento especial comemorativo aos 85 anos da publicação.

Brasil. Naquele contexto, uma aliança histórica foi desfeita com o fim do regime de padroado² e com a instituição constitucional da separação entre Igreja e Estado. Para a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), tal situação gerou, por um lado, o fim do *status* de religião oficial do Brasil e a consequente perda de apoio estatal para sua organização, manutenção e atuação, e por outro, a liberdade de ação que tanto a instituição ansiava para articular-se de fato ao movimento de restauração católica³ iniciado pela Igreja mundial ainda no século XIX e que fora até então barrado pelo governo imperial. Após um breve período de readaptações, a eclesialidade católica engrenou-se de vez à proposta de reação espiritual.

No país, os desafios à Igreja não eram poucos: falta de religiosos com formação doutrinária, “espírito de obediência” aos superiores e disciplina ascética; ausência de organizações regionais amplas que abarcassem das capitais aos rincões do interior (paróquias, dioceses, institutos de formação); falta de gestão financeira apropriada, entre outras questões. A situação não era diferente no Rio Grande do Sul, onde a organização eclesial e eclesiástica era incipiente. O Bispado de Porto Alegre fora criado somente em 1848 e seu desmembramento em outras Dioceses inicia em 1910 com a criação dos Bispados de Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria e a consequente elevação de Porto Alegre a Arcebispado. Além disto, no início do século XX a criação de paróquias e outras circunscrições menores também foi

² O padroado vigente no Brasil colocava a ICAR na dependência do tesouro real e das decisões, empreendimentos e nomeações dos líderes políticos. Esta aliança beneficiou Estado e Igreja por muito tempo, visto seus objetivos comuns e sua legitimação do *status quo* colonial e, mais tarde, imperial.

³ A restauração católica, também denominada “ultramontanismo” por muitos autores, pode ser definida como a política católica empreendida entre meados do século XIX a meados do século XX, assentada sobretudo nos seguintes fundamentos: condenação do mundo moderno, centralização política e doutrinária na Cúria Romana, uniformização das práticas e doutrinas, hierarquização das decisões, recatolização via conversão das elites – tornadas prosélitas do crer, investimento em imprensa, escolas e formação doutrinária. Rambo salienta: “A Restauração Católica fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado” (RAMBO, 2002, p, 287).

estimulada, buscando cobrir ao máximo o território rio-grandense com “braços eclesiais”⁴.

Esse movimento de difusão física, espiritual e formativa do catolicismo se deu, em grande parte, pela aplicação de três estratégias: formação sacerdotal nos moldes da restauração, utilização da imprensa e formação das elites (escolas católicas e variados grupos do laicato). Com tais vetores, a chamada reação católica não só obtém força e destaque na primeira metade do século XX, como também recupera seu poder de barganha junto ao Estado para, em momentos de crise e mudança – como no contexto da incipiente Primeira República e em 1930 –, colocar-se como um braço auxiliar do poder político, desde que esse referendasse um acordo informal de auxílio institucional à expansão do catolicismo. Coerente com o processo de difusão física e reconquista espiritual empreendido pelo catolicismo no país, no Rio Grande do Sul tal empresa esteve em vigor, sobretudo no período de Dom João Becker como Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre (1912-1946).

Foi nesse contexto de expansão do catolicismo, de articulação política com lideranças, de formação de um laicato prosélito e de centralização doutrinária e operativa que iniciaram as tratativas para a constituição de um Bispado em Passo Fundo – que só foi conquistado em 1951. A cidade teve iniciada sua configuração com a ocupação por indígenas, caboclos e luso-brasileiros. O marco da ocupação desses últimos refere-se à vinda do miliciano Manoel José das Neves, que recebera quatro léguas de campo, e aqui se instalou com sua família e escravos para iniciar a atividade pecuária entre 1827 e 1828. A partir de então, paulistas, migrantes e imigrantes de várias etnias agregaram-se ao pequeno povoado que foi paulatinamente crescendo. Em 1834, Passo Fundo foi

⁴ Para que tenhamos uma ideia do processo de expansão da ICAR entre 1890 e 1930 relacionamos a criação de 5 dioceses na região amazônica; 17 na região Nordeste; 27 no Sudeste; 9 no Sul e 6 no Centro-Oeste – além de 6 prelazias (Cf. MANOEL, 2008, p. 59). Outro dado interessante, agora mais vinculado ao Rio Grande do Sul, refere-se à instalação de ordens religiosas no estado entre meados do século XIX e a década de 1930, que somava 30 instituições, sobretudo implantadas após a proclamação da república (Cf. MEDEIROS 2007, p. 32-33).

elevada à categoria de distrito do recém-formado município de Cruz Alta. Na década seguinte, a população estimada era de 1.159 pessoas, quando foi então consolidada como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Passo Fundo. Pouco depois, em 7 de agosto de 1857, foi instaurado o município com a emancipação político-administrativa da localidade⁵. Tal ascensão foi consolidada com a implantação da Viação Férrea (1898) e o crescimento demográfico intermitente de Passo Fundo⁶ que, para reforçar simbolicamente sua posição política regional, ansiava por uma distinção circunscricional religiosa. Todavia, antes de um Bispado há que se ter uma Igreja Catedral!

Conforme os regulamentos institucionais em vigor, qualquer nova circunscrição eclesial deveria ser solicitada pela comunidade interessada à autoridade competente. Este procedimento, conforme nos indica Welci Nascimento (2000, p. 65), foi iniciado em 3 de setembro de 1926, quando foi realizada a primeira reunião dedicada à construção da Igreja Catedral – “*era a projeção do futuro Bispado de Passo Fundo*”⁷. Dessa reunião inicial e alguns encaminhamentos ali decididos, foi constituída, anos depois, a Comissão Pró-Construção da Igreja Catedral – que hoje tem ainda mais importância devido à elevação de Passo Fundo à arquidiocese neste ano de 2011. Durante visita do então arcebispo metropolitano Dom João Becker a Passo Fundo, em 29 de julho de 1930, a Comissão foi autorizada a chamar concorrência pública para orçar e iniciar as obras. Na ocasião o grupo foi constituído

⁵ Dados citados essencialmente em BATISTELLA; KNACK, 2007. p. 29-63.

⁶ Para se ter uma ideia desse crescimento progressivo e contínuo apresentamos alguns dados demográficos: 1858-8.208 hab.; 1873-17.545 hab.; 1890-19.000 hab.; 1900-21.254 hab.; 1920-65.526 hab.; 1940-80.138 hab.; 1970-93.850 hab.; 1980-121.156 hab.; 2000-168.458 hab.; e 2010-181.298 habitantes. Há que se ressaltar que durante esse período muitos desmembramentos territoriais e demográficos ocorreram, levando à criação de novos municípios, o que torna o crescimento populacional de Passo Fundo ainda mais expressivo (diminuição territorial e aumento demográfico). Dados extraídos de: PARIZZI (1983); SOARES, (2007) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

⁷ Em artigo publicado no jornal *O Nacional* (24 jan. 1950, p. 4), há a menção de que a Comissão Pró-Bispado (de 1950) “*tem a sua frente elementos de incontestável prestígio social e religioso*”. Tal assertiva pode com justeza ser expandida às demais Comissões.

por Henrique S. Ghezzi, Candido P. de Moraes, Emílio Stigler, Honório Carvalho, Otto Jacob Bade, Max Ávila, Eduardo Kurtz, Lacerda de Almira, Francisco Cúrio de Carvalho, Dinorvan Gomes, Luduvico Della Méa, Antônio L. Lima e pelos padres de Sede Teixeira, Getúlio Vargas e Boa Vista do Erechim (em razão da morosidade do processo várias foram as comissões formadas até o fim da empresa) (Idem, p. 29). Nessa visita, duas questões chamam logo a atenção: inicialmente a cobertura da imprensa local, em especial pelo jornal *O Nacional*⁸; e o envolvimento de autoridades passo-fundenses e de um número significativo de fiéis aos eventos públicos, segundo apontam os registros de época.

A “*igreja-mãe da Diocese*”, segundo denominação de Dom Urbano Allgayer (1982-1999), segundo Bispo de Passo Fundo, deve ser resultado de um empreendimento coletivo, de uma mobilização leiga que organiza, viabiliza e empreende a obra (ALLGAYER, 2007, p. 192). Este processo – que acaba envolvendo a comunidade, geralmente sob condução de um grupo integrado pelas elites política, social e econômica – evidenciaria, ante a ICAR, o desejo dos fiéis de uma presença mais efetiva em seu meio. Manoel explica-nos que o procedimento lógico de criação de dioceses ou paróquias previa que

A autoridade eclesiástica propunha a criação da diocese e se desenvolvia um trabalho junto às elites locais, a fim de angariar os recursos financeiros necessários à nova divisão eclesiástica. Esse

⁸ *O Nacional* iniciou suas publicações em 19 de junho de 1925, liderado por Americano de Araújo Bastos, Hiran de Araújo Bastos, Teófilo Guimarães, Armando Annes e Herculano Annes (diretor). O periódico tem publicações diárias ainda em nossos dias e se constitui num dos principais jornais da cidade e região. Na edição nº 1 do ano I, o editorial apresentava como proposta do então semanário ser independente: “*Independente é aquele que vive por si e se dirige por seu próprio arbítrio sem sucessões estranhas; independente é quem não se acha prezo em liames de partidatismo, é quem não está chumbado aos elos de uma fé nem coagido pelas necessidades de vida, ao amen eterno da subalteridade. Ser independente é ser livre. [...] Liberdade ao máximo dentro de uma máxima responsabilidade. Eis nosso lema*”. O NACIONAL. O Nacional. Edição 1, página 01, 19 de junho de 1925. Tal isenção e imparcialidade, todavia, é contestada por estudos sobre a publicação. Fonseca é explícito ao afirmar que o jornal tinha como objetivo informar e dar sustento político para o grupo liderado pela importante família Annes (até 1940, quando o periódico foi vendido para Múcio de Castro) (In: FONSECA, 2007, p. 176). Em todas as citações literais mantivemos a grafia tal qual publicada na época.

trabalho consistia, em geral, da organização de uma comissão, sob a presidência honorária e espiritual do Vigário e sob a presidência efetiva de algum representante das forças econômicas e sociais, cuja tarefa principal era angariar recursos financeiros (MANOEL, 2008, p. 58).

Na sequência, a autoridade eclesiástica comunicava tal intento ao Núncio Apostólico que se mobilizava para criar a circunscrição que, quando pronta, era referendada pela Bula Papal de sua criação. No caso de Passo Fundo, tal procedimento não foi diverso: elites e religiosos se uniram em prol da causa da elevação da Paróquia à Diocese, como já mencionamos.

Engrenado a este anseio, o periódico *O Nacional* noticiou, ainda no dia 29 de julho de 1930, não só a visita do prelado, mas também o que seria seu objetivo principal: criar o bispado local⁹. Populares marcaram presença na chegada do Arcebispo à estação de trem, no caminho em que o cortejo seguia e na celebração religiosa presidida pelo religioso. No dia seguinte, o jornal publicou na íntegra a fala do advogado João Junqueira Rocha, então responsável pelo discurso em nome da população – católica – de Passo Fundo. Esse reforçou ainda mais a tese de uma demanda coletiva, respaldada pelo desejo dos fiéis de uma menção distinta à cidade, por meio da criação de uma Catedral e, conseqüentemente, com a elevação à circunscrição eclesial. Em sua fala, Rocha inicia pontuando a fidelidade ao Evangelho dos cidadãos passo-fundenses, marcando a posição de voz legítima da comunidade de fiéis, derivada, sobretudo, da atuação precisa e profícua dos prelados que aqui teriam atuado desde o início do povoado. Segundo seus termos, eis uma “*sociedade onde viceja o Evangelho, floresce a Igreja e frutifica a doutrina de Cristo, graças ao esforço dedicado dos dirigentes e a virtuosa boa vontade dos dirigidos*”¹⁰. Nesse seio fidelíssimo, os munícipes estariam sendo agraciados com a visita de um dos “*mais ilustres príncipes da Igreja*”, destacado

⁹ A chegada de S. Excia. o arcebispo D. João Becker. In: *O Nacional*, 29 jul. 1930, p. 4.

¹⁰ A chegada de S. Excia. o arcebispo D. João Becker. In: *O Nacional*, 30 jul. 1930, p. 2.

pelo “*talento de escol e pelas virtudes aprimoradas pelo coração*”¹¹. O orador segue marcando a importância da visita, ressaltando publicamente o objetivo de se tomar as primeiras medidas para a criação da diocese local como “*antiga e justa aspiração dos católicos deste município*”¹², além de considerar esta medida como questão de honra e necessidade

mormente nesta época em que se propagam novas ideologias desequilibrando todas as inteligências e conspurcando todas as consciências, nesta época em que tudo está num fluxo contínuo sobre a terra; em que a instabilidade e o dismantelo se manifestam na política, na economia, na literatura, na ciência, nas artes, nas indústrias, ameaçando transformar tudo e deruir todas as instituições: o Estado, a Família, a Religião¹³.

A eminente visita do arcebispo metropolitano aguçou ainda mais os desejos de que Passo Fundo venha a ser, logo, a sede de uma nova diocese. Os discursos e o próprio evento estrategicamente aproximam interesses eclesiais, políticos, econômicos e culturais. A ICAR passava pelo processo de reação católica que tanto a beneficiou na primeira metade do século; as lideranças políticas envolvidas com o projeto da futura diocese se consagravam ainda mais ante a comunidade por estarem representando e estimulando uma pretensa demanda da população católica do município; as elites econômicas vislumbravam – além de marcar seu *status* de fiel – a consolidação cada vez maior de Passo Fundo como “*capital do planalto*”¹⁴, polo de atração de investimentos; as elites culturais evidenciam que sua luta em prol da cidade passaria por um reforço do catolicismo, não somente como doutrina e prática, mas como empresa institucional, condutora da ordem e moral, vetor de civilização e, porque não, do propalado progresso (material) vislumbrado nos imigrantes e migrantes, e não nos

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Sobre o imaginário de capital do planalto e do progresso e modernização em Passo Fundo, ver KNACK (2010). Ver também WICKERT (2007).

índigenas e caboclos que habitavam a região antes da dita colonização oficial. Tal postura reforça o discurso fundador de uma comunidade sempre religiosa, sempre defensora das benesses do catolicismo em plagas passo-fundenses.

Como aponta Eni Orlandi (2001, p. 11-13), os discursos fundadores visam a constituir enunciados unívocos que articulam o passado a um futuro idealizado a se construir. Como discursos, estão sempre sujeitos a reelaborações condizentes com as propostas então em voga pelos seus produtores e/ou difusores. Por criar uma tradição de sentidos, os discursos fundadores acabam por ocultar uma memória outra (dos vencidos/silenciados) e se tornará a produtora da memória social coletiva do lugar em que é produzida, ou seja, a memória que se constituiu e reforça silêncio sobre a atuação anterior de índios e caboclos para instaurar novos sentidos pautados nos ícones da civilização, modernidade (material) e progresso.

Esse discurso da articulação quase que simbiótica entre a ocupação da região e a religião é recorrente, e também apareceu no Prefácio da obra comemorativa à construção da Igreja Catedral, nos seguintes termos: “O autor [Welci Nascimento] nos mostra que a história de Passo Fundo se cruza com a vida religiosa do seu povo, dos seus primeiros moradores”¹⁵. Esse discurso fundador, assim como a ideia da constituição da Diocese de Passo Fundo e a construção de sua Igreja Catedral também são enfatizados em maio de 1931, no periódico *A Luta* que anunciava:

¹⁵ TREVISÓ, Mons. Darci Domingos. Prefácio de NASCIMENTO (2000, p. 5). O próprio Welci Nascimento (Ibidem, p. 6) apresenta sua obra nos seguintes termos: “Relatar a caminhada histórica da Igreja Catedral Nossa Senhora Aparecida de Passo Fundo, cuja trajetória nos faz remontar aos primórdios da colonização o imenso território, é preservar a memória dos passo-fundenses, que construíram a primeira Igreja Católica no primitivo município da vasta região norte do Rio Grande do Sul”. Dez anos depois, no contexto das comemorações dos 60 anos do templo, novamente vemos tal discurso sendo apresentado de forma sintética em título de artigo difundido como Informe Comercial: “Assim nasce uma capela e uma cidade”. CIDADE DE PASSO FUNDO: Informe comercial distribuído com a edição do jornal Zero Hora para Passo Fundo e região. Catedral de Nossa Senhora Aparecida. Passo Fundo: s.n., 6 de fevereiro de 2010.

A ideia é antiga, mas ainda perdura e permanecerá no coração do povo católico de Passo Fundo, é e será, até a sua vitória final, a da construção da Catedral desta cidade, cujo terreno à Praça Marechal Floriano aguarda tranquilo e sereno o agradável momento de receber em seu seio a pedra angular do grandioso edifício, que será a máxima obra de religião que a população do município de Passo Fundo terá, radiosa, para a perpetuação da grandiosa fé cristã¹⁶.

Embora o início do processo para a elevação de paróquia a diocese tenha sido promissor, com a legitimação da proposta pelo Arcebispo, com o lançamento e bênção da pedra fundamental da construção da catedral pelo então bispo diocesano de Santa Maria, Dom Antonio Reis (1931-1960), em 29 de abril de 1935, a construção foi vagarosa, assim como a criação da diocese local, só constituída em 1951 por Pio XII¹⁷. O prédio em si foi inaugurado ainda inacabado no Natal de 1965 por Dom Cláudio Colling (1951-1981), então como bispo diocesano de Passo Fundo; e os painéis que decoram o interior do edifício, produzidos pelo artista plástico polonês, radicado no Brasil, Arystarch Kasznrewicz, foram realizados em meados da década de 1970. Muito desta morosidade se deveu aos problemas financeiros que inviabilizaram em vários momentos o andamento da construção. Apesar do esforço de arrecadação de fundos ter sido intermitente, a situação econômica no país em todo este período não foi exatamente favorável ao expressivo investimento das famílias nesta obra que, todavia, nunca deixou de ser tida como comunitária, exemplo e orgulho dos passo-fundenses pela conquista de uma sede episcopal à altura do que a cidade e seus fiéis pretensamente mereceriam e ansiavam.

¹⁶ *A Luta* (apud NASCIMENTO, 2000, p. 46-47).

¹⁷ "A Diocese de Passo Fundo foi criada a 10/03/1951 pela Bula *Si qua dioecesis* do Papa Pio XII, desmembrada da Diocese de Santa Maria. 1º Bispo: D. João Cláudio Colling (1951-1981). 2º Bispo: D. Urbano José Allgayer (1982-1999)" (In: CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS, 2003, p. 496).

“A Igreja Catedral como semióforo...”

“A catedral ebúrnea do meu sonho,
Onde os meus olhos tão cansados ponho,
Recebe a benção de Jesus...”
(Alphonsus Guimaraens)

A estrutura arquitetônica da Igreja Catedral Nossa Senhora Aparecida de Passo Fundo é caracterizada como eclética; a estatuária que aorna frontalmente representa quatro evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João); os painéis internos retratam momentos da vida de Jesus Cristo. São marcantes em sua fachada os pórticos, as duas torres, o relógio e a estátua de Nossa Senhora Aparecida. Internamente, destacam-se o altar mor e os vitrais. Outro elemento evidente é sua localização na região central da cidade, encurralada entre prédios antigos e modernos que, no entanto, não parecem a ofuscar. Nessa leitura rápida, signos extremamente significativos saltam aos olhos. Apesar do aparente caos simbólico (pelo excesso de referências), ordenações sutis ou explícitas nos conduzem a uma “leitura” mais aprofundada de tudo o que a Catedral representa para além do visível, do material.

Em obra sobre o mito fundador e a configuração autoritária da sociedade brasileira, Marilena Chauí detém-se na questão da própria construção da nação como semióforo¹⁸. Sua argumentação, embora não deva ser estendida imediata e simplificada à temática da construção da Catedral de Passo Fundo, instiga-nos a estabelecer determinadas reflexões. Para a autora, alguns objetos, acontecimentos, personagens, instituições etc. podem ser designados como semióforos, ou seja, signos/sinais distintivos, cujo valor extrapola sua materialidade, pois abarca uma forte carga simbólica:

¹⁸ O termo deriva dos radicais *semeion* (sinal, signo) e *phoros* (trazer para frente, expor, carregar, brotar) (In: CHAUI, 2000, p. 11).

um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação (CHAUI, 2000, p. 12).

Nesse sentido, um semióforo seria algo retirado do circuito do uso ordinário, sem utilidade imediata no dia-a-dia, mas um objeto provido da capacidade de articular o visível e o invisível imbricando-se a outras noções de tempo e espaço e que, essencialmente, estão expostos ou são públicos, *“locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade”* (Idem). Tal conceituação e caracterizações abordadas por Chauí aproximam-se da proposta da construção da Catedral de várias formas: a Igreja Catedral é um símbolo distinto e distintivo sim, sobretudo em relação às demais cidades polo regionais que ficam subordinadas àquela obra que representa o poder diocesano circunscricional; a obra está alocada em um espaço extremamente significativo em termos de história local e de *status* político-social – o centro da cidade, no terreno da primeira capela construída no povoado (1834/35), em região elevada e, sobretudo, com maior destaque visual do que o próprio centro administrativo da antiga povoação; por fim, a Catedral congrega devotos à Nossa Senhora Aparecida – *“advogada dos pecadores, refúgio e consolação dos aflitos e atribulados”*¹⁹ –, como local de partida da Romaria Diocesana na tradicional caminhada realizada no mês de outubro.

A Igreja Catedral de Passo Fundo, como construção coletiva que foi e empreendimento eclesial que representa, carrega esta marca simbólica que a vincula ao social, ao político e ao religioso. Evidentemente que a força do poder religioso aqui se sobressai,

¹⁹ Excerto da Oração a Nossa Senhora Aparecida.

pois dele derivam não só a autorização para a construção física da obra, mas a legitimidade institucional para sua identificação como templo distinto dos demais (futura Catedral). Embora, como já apontamos, o empreendimento fora anunciado como derivativo do desejo dos passo-fundenses, como resultado da mobilização social em prol de fundos para a edificação, como projeto político defendido por lideranças geralmente presentes nos eventos marcantes do processo de ereção da atual arquidiocese, a palavra final derivava das altas autoridades eclesiásticas – eis aí explicitado o seu poder de tornar um simples edifício em um signo distintivo, em um semióforo forjado pelas tratativas, declarações, regulamentações, aceitações e consagrações dos príncipes da Igreja.

Em razão disso, há novamente que se ressaltar que semióforos são símbolos de prestígio e poder e, conseqüentemente, objetos de disputa pelo seu controle. Como destaca Chauí: *“Chefias religiosas ou igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado, e chefias político-militares, detentoras do saber sobre o profano, são os detentores iniciais dos semióforos”* e, no contexto contemporâneo marcado pelo capitalismo, *“a aquisição de semióforos se torna insígnia de riqueza e prestígio, pois o semióforo passa a ter nova determinação, qual seja, a de seu valor por seu preço em dinheiro”* (CHAUI, ibidem, p. 13). Embora, no caso aqui abordado, a questão monetária não se sobressaia – ainda –, o investimento pelo controle do signo Catedral está presente nas fontes e, justamente essa disputa, constitui o principal elemento da progressiva transição do templo de semióforo a patrimônio – que ainda consideramos inconcluso.

“A Igreja Catedral como patrimônio!”

“A velha catedral não tem culpa
De imponência calada
Padece tudo
Sem dor nem queixa
Nada...”
(Carlos Ricardo)

O município de Passo Fundo teve aprovada a figura do tombamento apenas em 1995, considerando-o como “*proteção legal dos bens de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural da cidade*”, como destaca Ana Paula Wickert (2007, p. 386). Tal medida acabou por consolidar uma postura oficial de tombamento dos ditos patrimônios cristalizando uma memória sobre o processo histórico de constituição da cidade que não tem nada de fortuito, visto que os patrimônios tombados derivam de escolhas que implicam simultaneamente seleção/proteção e esquecimento/abandono. Na lista de prédios já tombados em Passo Fundo²⁰ não consta a Igreja Catedral, o que implica que, até o momento, os poderes públicos não vislumbraram como necessária tal proteção legal ao prédio em questão. Todavia, acreditamos que o processo de encampação política e social da Catedral – mesmo sem o tombamento – já está em andamento há várias décadas, evidenciando que as políticas de proteção patrimonial (1) não alcançam todos os bens materiais e imateriais tidos como “seus” pela população; (2) que os meandros do processo de legitimação legal dos bens patrimoniais envolvem questões de poder; (3) que os patrimônios

²⁰ No rol de tombamentos do patrimônio histórico e cultural de Passo Fundo (muitos ainda sem tombamento definitivo), constam: Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis, Moinho, Ruína, Casa João Café, Silo, Casa Dipp, Estádio Wolmar Salton, Sede Social do Clube Caixaerial Campestre Tênis Clube, Conjunto Arquitetônico dos prédios da prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Academia Passo Fundense de Letras, Capela São Miguel, Igreja Metodista, Prédio Texas, Prédio do Banco Itaú, Cia. Cervejaria Brahma, Banco Popular, Casa Della Mèa, Caixa d’água, Escola Estadual de Ensino Medio Protásio Alves, Quartel do Exército, Casa Morsch, Igreja Nossa Senhora da Conceição.

legitimados são também vetores de construção de memórias e de identidade nada desprezíveis; e, sobretudo, (4) que a atribuição do rótulo “patrimônio” a algum bem não é fator incontestado para sua existência como tal, simbólica e materialmente.

Em sentido amplo – o que estamos mobilizando nesta análise –, patrimônio designa um conjunto de bens de valor histórico, artístico, material, cultural, natural etc., tidos como significativos para a comunidade local, regional ou mesmo mundial por seus atributos de constituição de identidade e de cultura. Nesse sentido, não estamos nos atendo às definições oficiais que vinculam o termo patrimônio às disposições legais de tombamento de determinados objetos, prédios, práticas etc., visando a sua legitimação, conservação e preservação. Com base em tais considerações, podemos atribuir com justeza à Igreja Catedral de Passo Fundo o epíteto de patrimônio material, histórico e, por que não, cultural. Todavia, tal atribuição não pode ser pensada de maneira a-histórica, pois o tornar-se patrimônio derivou e deriva de um processo complexo. Antes de tornar-se patrimônio, a Catedral, como vimos, constituiu-se em semióforo controlado pelas elites religiosas da ICAR, embora erigida pela comunidade religiosa da região e legitimada no contexto político-social pela presença ativa de expressivos membros da comunidade em seu processo de projeção até a construção. Foi com sua consolidação institucional e com o investimento simbólico e político em articular a comunidade regional com o templo que uma identificação mais subjetiva foi se constituindo entre as pessoas e o prédio diocesano. Aos poucos, portanto, a Igreja Catedral foi se constituindo em patrimônio coletivo, histórico e cultural.

Jean-Michel Leniaud (1998, p. 335), em interessante análise sobre a recuperação do patrimônio em contexto francês – mas que podemos articular à nossa discussão –, afirma: “*Não basta agir, pensar e criar para produzir patrimônio. É também necessário transmiti-lo. É sobretudo preciso que o herdeiro o aceite*”. Entretanto, ressalta o autor, tal aceitação é implícita, visto crer-se que será tácita por tratar-se de conservar as obras materiais e imateriais

como um legado. Assim, a definição legal dos patrimônios pelas autoridades significaria uma atribuição coletiva derivada dos representantes políticos aos seus representados (eleitores/comunidade em geral). Em nosso caso específico, entendemos que a Catedral já é um patrimônio, mesmo que ainda não referendado pela legislação. A articulação da comunidade com o prédio, com seu significado material e imaterial é evidenciada correntemente pela deferência dos transeuntes quando próximos ao templo e mesmo pelos depoimentos coletados através de uma pesquisa rápida²¹ com pessoas que passavam em frente à Catedral (para entrar ou não). As perguntas norteadoras da pesquisa relacionavam-se com o significado da Igreja Catedral para o entrevistado e, por fim, com sua resposta à questão: na sua opinião, a quem pertence a Igreja Catedral de Passo Fundo? Das vinte e duas fichas obtidas nesse levantamento de informações – que teve como objetivo muito mais verificar esta questão patrimonial para a população do que analisar profundamente a percepção comunitária sobre o prédio – sobressaíram algumas respostas recorrentes que consideram a Catedral de um ponto de vista religioso (“*lugar sagrado*” – ex. Paola, 14 anos), político (“*A Catedral é sinal de uma capital de progresso*” – Geraldo, 71 anos), social (“*ponto de encontro da cidade*” – Tania, 60 anos), cultural (“*Centro de religião em Passo Fundo*” – Lucas Grazziotin, 31 anos) e simbólico (“*Significa tudo*” – Leomar Duarte, 72 anos). Sobre tudo, fica evidente que, para os transeuntes que entrevistamos, a Igreja Catedral é um patrimônio sociocultural e histórico de Passo Fundo e região (dezessete respostas). Nesse sentido, a perspectiva que considera este prédio como patrimônio comunitário acaba sendo corroborada hodiernamente pela fala da própria popula-

²¹ O breve questionário foi aplicado entre os dias 26 e 28 de julho de 2011, por Gizele Zanotto e Murillo Dias Winter. A proposta era abordar transeuntes aleatoriamente, o que foi obtido pela diversidade da amostra em termos de profissão, idade e religião/crença. A faixa etária dos entrevistados variou de 14 a 78 anos de idade. Já as indicações de religião/crença apontaram: catolicismo = 16; espiritismo = 3; ateísmo, evangélico, deus e nenhuma = 1 menção cada. Salientamos que um dos transeuntes se declarou espírita/católico, o que duplica seus vínculos identitários religiosos nessa amostra. Um dos resultados desta breve pesquisa, e que não está articulado à proposta inicial, refere-se à aceitação da temática pelos entrevistados que, em geral, ficaram satisfeitos com a proposição do projeto.

ção – reforçamos, embora a análise destas posições subjetivas não tenha sido o foco deste texto, mas apenas um complemento a contrapor com as demais fontes.

Além desse vínculo simbólico da população com o prédio, verificamos que a eleição política da Igreja Catedral como signo da própria cidade é expressa há algum tempo. Tal investimento pode ser constatado nas publicações dedicadas à história da cidade, aos panfletos comemorativos dos aniversários do município, e mesmo às capas e ilustrações de artigos em periódicos dedicados a homenagear Passo Fundo (ver Figura 1).



Figura 1. Capas de jornais e encartes – Diário da Manhã (06-07/08/1995); Encartes SETUR (agosto de 1996 e 1997); Diário da Manhã (07/08/1997).

Acervo da autora.

Essa recorrência do uso da imagem da Catedral indica um investimento amplo e contínuo de constituição e manutenção de

memórias – articuladas à própria ocupação da região e ao papel da religião como ícones do discurso fundador – pois, como bem destaca Leniaud (Ibidem, p. 336), “*é uma atitude voluntarista a que preside à definição do património: ela exprime a essência do processo no termo do qual o herdeiro aceita a herança. Mas a vontade de aceitar deve ser reafirmada de tempos em tempos e, dado o caso, pode ser anulada, pois nenhuma geração compromete totalmente a seguinte*”. Na composição de ilustrações acima – escolhidas aleatoriamente em edições recentes das publicações – vemos claramente o quanto o templo religioso mor de Passo Fundo simboliza para além do vínculo religioso; nas edições comemorativas lançadas pela *Secretaria de Turismo de Passo Fundo* (SETUR) ou pelo jornal *Diário da Manhã*²² é feito uso de imagens do prédio como um dos ícones da própria cidade; um símbolo integrativo de toda a comunidade local. Tal discurso está sendo referendado pelos poderes públicos e pela elite cultural passo-fundenses em termos da semântica global dos discursos, abarcando várias materialidades (imagéticos, textuais, estéticos etc.) com as quais é veiculado. Recorrente também é a apresentação da Catedral como ponto turístico em panfletos distribuídos aos visitantes da cidade ou publicados nos jornais locais e da região.

Se o processo, que denominamos anteriormente de encampação, é tão nítido como defendemos, podemos novamente trazer as reflexões de Chauí para analisarmos a situação. Retomamos a ideia da consideração da Catedral como um semióforo, um símbolo distintivo, construído coletivamente e gerido institucionalmente. Desde o lançamento do projeto de elevação de Passo Fundo à diocese, a articulação entre poderes religiosos e político-sociais foi contínua e profícua a todos. A legitimação civil e religiosa dos poderes envolvidos foi um dos elementos decorrentes de todo o processo movido em prol da criação da circunscrição eclesial. A constatação de que o domínio deste símbolo material e imaterial se mantém sob a batuta da eclesialidade até aqui não deve dirimir nossa avaliação de que

²² O periódico *Diário da Manhã* passou a ser editado em 18 de novembro de 1935, sob coordenação de Túlio Fontoura. O diário é ainda publicado em nossos dias e constitui-se em importante veículo municipal e regional (In: DAL PAZ, 2007, p. 194).

também a disputa por tal semióforo é contínua – sobretudo nos seus aspectos simbólico e político. Chauí referenda esta consideração ao apontar que é da disputa pelos semióforos que nascem patrimônios histórico-culturais (em nossa compreensão, mesmo os não-tombados, reforçamos). Seguindo a autora,

Dessa disputa de poder e de prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação, isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico. Em outras palavras, os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional (CHAUÍ, *Ibidem*, p. 14).

Esta situação pode não ser totalmente lesiva aos poderes eclesiásticos que gerem o edifício até o momento, sobretudo se percebermos que tal peleia não é essencialmente pelo seu valor material, mas sim pelo seu valor simbólico: símbolo da cidade e símbolo mor da Igreja Católica regional. Para ambos os casos é relevante estabelecer e manter o *status* da Igreja Catedral, pois, assim como os demais patrimônios, é vetor de memória socio-histórica que funciona como âncora e plataforma, como destaca Angelo Pohl. Em suas considerações, o autor pontua:

Enquanto âncora, possibilita que, diante das situações incontroláveis de mudança social, a sociedade não se desmanche no ar. Sua função de plataforma permite a esses indivíduos que criem pela memória um laço comum, sintam-se estáveis e desenvolvam um espaço de vivência privilegiado por eles (POHL, 2005, p. 66).

Considerar que “*A Catedral é sinal de uma capital de progresso*” (Geraldo, 71 anos), como “*Principal igreja da cidade, lugar onde a gente vem rezar, vem se sentir bem. Principal referencia da cidade*” (Marcia, 67 anos), não diminui seu poder de atração simbólica; não apaga sua força política e social. Muito pelo contrário, todas as considerações sobre este prédio e seu significado coletivo e

individual consolidam ainda mais a tese de que este semióforo já se tornou patrimônio sim. Mas o mais importante, em nossa compreensão, é que este patrimônio ainda se mantém também como semióforo, como símbolo distintivo, pois a Igreja Catedral de Passo Fundo é tida sim como um “*Símbolo da cidade*” (Chico Campos, 52 anos) e pertenceria “*A nós, comunidade*” (Margarete de Fátima Ferraz, 53 anos).

Referências

ALLGAYER, Dom Urbano. A construção da Catedral de Nossa Senhora Aparecida. In: LECH, Osvaldo (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do Município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. *Anuário Católico do Brasil*. Rio de Janeiro: CERIS, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

GOMES, Edgar da Silva. A estadualização da hierarquia eclesiástica no Brasil: política e poder na relação Estado/Igreja durante a República Velha (1889-1930). *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 295-303, dez. 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Pedro Ari V. *Jornal O Nacional*. In: LECH, Osvaldo (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KLEIN, Otavio José; BOTH, Agostinho (Orgs.). *Diocese de Passo Fundo: 50 anos 1951-2001*. Erechim: São Cristóvão, 2001.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Relações entre patrimônio histórico e modernização em Passo Fundo. In: HEINSFELD, Adelar; BATISTELLA, Alessandro; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; MENDES, Jéferson (Orgs.). *Fazendo história regional: economia, espaço e sociedade*. Passo Fundo: Méritos, 2010, v. II.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla. Movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: UPF, 2001.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina. PEREZ, S. Patrimônio cultural imaterial da América Latina: as festas populares. In: *3o. Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina*, 2010, São Paulo: Celacc, 2010. v. 1.

LENIAUD, Jean-Michel. O patrimônio restaurado. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (Orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

MEDEIROS, Márcia Maria de. *Cara ou coroa: católicos e metodistas no planalto médio gaúcho (início do século XX)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2007.

MIRANDA, Fernando B. Severo de. MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê!* Passo Fundo: [s.n.], 1992.

NASCIMENTO, Welci. *De capela à catedral*. Passo Fundo: [s.n.], 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo os sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PARIZZI, Marilda Kirst. *Passo Fundo: sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio artístico e as representações discursivas e estéticas do sagrado e do fantástico em obras sacras. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. p. 11-17, maio/2008. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bessanezi. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo : Contexto, 2009.

POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDRE, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM/SEPA, 2005.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul – do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-1985). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4 – República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WICKERT, Ana Paula. A cultura da (não) preservação do patrimônio histórico em Passo Fundo (ou onde o novo é sempre melhor que o antigo). In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

Fontes em periódicos

CIDADE DE PASSO FUNDO: Informe Comercial distribuído com a edição do jornal Zero Hora para Passo Fundo e região. Catedral de Nossa Senhora Aparecida. Passo Fundo: s.n., 06 de fevereiro de 2010.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo 1935 (Acervo do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O NACIONAL. Passo Fundo 1925 (Acervo do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).



Patrimônio: história, cultura e educação

Ironita P. Machado¹

QUANDO NOS INDAGAMOS SOBRE QUEM SOMOS, PODEMOS CIRCUNSCREVER NOSSA REFLEXÃO a três dimensões da vida humana em sociedade, são elas: *história, cultura e educação*. Dessa forma, entendemos que a vida humana em sociedade constitui e constrói a história, a cultura e a educação de um povo. Portanto, quando nos indagamos sobre quem somos, estamos perguntando, de um determinado lugar, a respeito de nossas identidades.

Diante disso, entendemos que identidades não são dadas, são construídas e assimiladas por todos nós, pelas nossas ações cotidianas no trabalho, na escola, nas relações sociais e nas formas de lermos e concebermos o mundo. Assim, de forma específica, neste momento, é pertinente indagarmos sobre como temos construído, assimilado e/ou negado nossas identidades e, também, a respeito

¹ Doutora em História na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Graduação, Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. .

de que sociedade se quer, ou melhor, qual a opção e participação no *projeto de cidade*².

Antes de seguirmos adiante, na busca de aproximações positivas a essas questões, é pertinente outra interrogação: o que justifica e dá relevância à busca de reconhecimento de identidade? Tentaremos aproximar os elementos argumentativos, para uma possível resposta a essa questão, com os campos interpretativos da *história*, da *cultura* e da *educação*, tanto teóricos como práticos (estudo do meio como lugar de memória da sociedade), portanto, como patrimônio de uma sociedade.

Aqui tomamos como teórico o conjunto de conhecimentos/saberes acadêmicos que foram sistematizados na busca de explicações e compreensões dos eventos históricos e, também, história ensinada através do ensino formal e não-formal. E práticos a todas as possibilidades de estudo do *meio*. Tomando esse meio como lugar de memória da sociedade, ou seja, estudo da realidade presente, suas representações, expressões, conhecimentos que as comunidades, os grupos pretéritos construíram e no presente, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio. Portanto, o *meio material ou imaterial*, conceituado como patrimônio³ de alguma forma circunda as sociedades

² O termo *projeto de cidade* aqui é usado para referir a convivência e projeção de convívio de uma comunidade. Essa, a comunidade politicamente organizada e dinamizada nos princípios democráticos e representativos, que é participante ativa dos planejamentos e decisões políticas e culturais articulados numa rede de representações decisórias e numa totalidade social que dizem respeito a ela.

³ Tomamos como lugares de memória da sociedade, o patrimônio representa os laços comuns que os une atam-se pela memória histórica, a qual permite o desenvolvimento de um espaço de vivência privilegiado por estes, ao mesmo tempo em que os mantém indissolúveis frente às mudanças que ocorrem na sociedade. Não apenas o que se herda, mas as atribuições ao legado do passado é que irá determinar o que se torna importante para ser lembrado, é esta identidade que transita no passado que nos possibilita reconhecer-nos como coletivamente iguais, nos identificando com os demais componentes do grupo social do qual fazemos parte, e que de forma inversa, funciona como elemento que nos diferencia dos demais grupos sociais. Assim, essa capacidade de representar simbolicamente uma identidade social, faz de seus símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural. O patrimônio material, por exemplo, pode ser visualizados nas cidades históricas, prédios, monumentos, bustos, espaços naturais ambientais, ruas, topônimos etc., e, o imaterial, refere-se à imaterialidade manifesta de forma particular através das tradições e expressões orais – incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial - expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, também as técnicas artesanais tradicionais. Cf. GINZBURG (1989); GONÇALVES (2003); MIRANDA & MACHADO (2005); e POHL (2005).

presentes, as administrações públicas, as corporações industriais e comerciais, as associações de bairro, os institutos de ensino superior, os alunos e suas comunidades, todos corresponsáveis pelo reconhecimento, valorização e preservação dele. Ainda, constituindo-se em uma base metodológica ao estudo e ensino da história ou do patrimônio como conteúdo identitário.

Dito isso, é importante, primeiramente, reconhecermos o contexto em que estamos inseridos nestas últimas décadas. Ainda que não seja visível pela maioria da sociedade, estamos vivendo um momento de ruptura histórica. E, como diz Eric Hobsbawm: qual o lugar da história e dos historiadores nesse contexto? Podemos ainda indagar: qual o lugar da escola e do professor, nesse contexto, no *projeto de cidade*?

Estamos vivendo um momento histórico de profundas e aceleradas transformações: a globalização do mercado, firmando suas bases e contraditoriamente vivendo significativas instabilidades e indefinições; as explosões de confrontos nacionalistas, étnicos e religiosos; a crescente e gritante desigualdade social entre países e regiões, tanto em nível mundial quanto local; a revolução tecnológica em marcha, provocando resultados contraditórios nos processos de trabalho e na sua democratização; a revolução das comunicações contraditoriamente aproximando e distanciando; a pressão populacional sobre os países/regiões desenvolvidos e as áreas urbanas, movidos pelo desejo de homens e mulheres de fugirem da opressão e da fome, introduzindo novos problemas, como o desemprego, os cinturões de misérias no entorno das grandes cidades; a antiga e a nova configuração geopolítica mundial em pauta nas ações político-humanitárias nacionais internacionais; escritos e pensamentos da sociedade global-local, principalmente frente ao pânico instaurado pelos últimos acontecimentos relacionados ao terrorismo e aos confrontos no Norte da África, Oriente Médio, já intitulado de “Primavera Árabe” – fruto de fundamentalismos e xenofobismos de alguns grupos, e autoritarismo de outros e as ameaças de *retalhamento*, resultado do orgulho ferido e da intolerância ambiciosa de outros.

Essas são apenas algumas transformações, que configuram este momento de rupturas históricas, entre muitas. É importante salientar que elas não iniciaram nem vão terminar num período determinado, pois é resultado de um processo lento e gradativo que tomou atualmente ressonância acelerada, representa a própria dinamicidade da vida social do homem ao longo do tempo.

É fundamental que essas transformações sejam reconhecidas ou, melhor dizendo, o contexto sociocultural em que estamos inseridos deve ser o ponto de partida, de referência, para pensarmos. Poderíamos iniciar questionando: Quem sou eu? Quem são eles? Quem são vocês? Quem somos, afinal, todos nós? Que cidade é esta? Pensar um *projeto de cidade* e de *sociedade* significa primeiro, conhecê-los.

Diante desse quadro, sente-se que, cada vez mais, cresce a busca por uma identidade particular, a reivindicação pela autonomia, o desejo de afirmação da singularidade de cada região ou local. Nesse sentido, pensamos que os municípios que desejam um desenvolvimento sustentável, adequado a seus recursos e necessidades de seus munícipes, devam pensar num *projeto de cidade* baseado na realidade que os constitui inserido numa totalidade, na pluralidade cultural que constitui a sociedade local, produto de sua historicidade – daí a importância de uma revisão historiográfica, de novas pesquisas sobre a história regional e a local, do ensino de história local, da cidade, da educação patrimonial, inserindo-as nas escolas pela resignificação curricular.

Só assim poderemos responder às questões sobre quem se é e que sociedade se quer. Aí teremos justificativa para estabelecermos um plano de ação, visando ao desenvolvimento de nossas atividades e à conquista da cidadania, isso, significativamente, é construir e crescer com a cidade. Esse processo, necessariamente, perpassa pela implantação de políticas públicas em diversas áreas e setores, possibilitando a participação de todos os munícipes.

Aqui, destacamos as atividades de reconhecimento, socialização e educação patrimonial. Considerando as circunstâncias deste texto, faz-se necessário uma delimitação do debate. Portanto,

delimitamos a problemática em torno da história/ memória, da cultura e da educação como patrimônio, pensando num *projeto de cidade* incluyente. Assim, as noções de identidade, cidade e projeto perpassando nas palavras iniciais sobre as concepções de história/ memória, de cultura e de educação.

A história pode ser entendida sob três perspectivas. Primeiramente, a *história experiência*, correspondendo a todas as vivências sociais do homem no tempo, permanentemente, constituindo-se em memória, portanto em patrimônio. Dessa forma, as experiências do homem, em seus grupos socioculturais, não são homogêneas, uniformes e singulares, ao contrário, são plurais e particulares. Portanto, só poderemos reconhecer traços de experiências e de fragmentos de memória coletiva/nacional e local na diversidade, sob uma base dinâmica de tempo. Só assim poderemos pensar nas reais necessidades dos grupos sociais e, conseqüentemente, em projetos de cidade/modernização e emancipação.

Em segundo lugar, a *história disciplina* entendida como uma área das ditas ciências humanas e sociais, tem por objeto de estudo a memória, produto da história experiência. Portanto, se seguirmos a posição acima anunciada, podemos dizer que existem tantas histórias quantas memórias possam ser identificadas numa localidade, por exemplo, podemos dizer que não existe uma memória, uma narrativa, portanto uma história do grupo social dos imigrantes, nativos, confederados, caboclos, juizes, políticos, de Getúlio Vargas, de Passo Fundo, de Estação Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul e/ou do Brasil, ao contrário, existem diversas representações históricas sobre o passado do município, da região e do país, tudo depende de que memória e de que problemática – protocolo metodológico – orientadora o pesquisador irá se ocupar, sendo a escrita dessa história o que denominamos de historiografia.

E, em terceiro lugar, como transposição didática (todo processo de recepção do conhecimento elaborado pela história disciplina), a *história-ensinada*, aqui entendida como todo o conhecimento histórico divulgado e assimilado pelos grupos

socioculturais constituidores do município, seja pela escola, pelos meios de comunicações e/ou por atividades culturais que lhes são oferecidos, entre outros canais e outros recursos. Nessa perspectiva da história, transitam as duas anteriores. Portanto, sintetizamos nossa preocupação dizendo que o conteúdo histórico não pode ser autoritário, mas, sim, democrático, ou seja, que a memória invocada traga elementos de identificação dos diversos grupos socioculturais sob uma pluralidade de abordagens e escalas possibilitando, dessa forma, que os diversos lugares de memória e grupos-sujeitos se reconheçam pertencentes à cidade e, portanto, comprometido com ela. Como diz Marc Ferro (1997):

Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças [...] São tais marcas que convêm conhecer ou reencontrar, as nossas e as dos outros [...]. Esse passado não só é o mesmo para todos como, para cada um de nós, sua lembrança modifica-se com o tempo: essas imagens mudam à medida que se transformam o saber e as ideologias, e à medida que muda, na sociedade, a função da história.

Essa função sociocultural da história e de seu ensino pode ser pensada com base nos seguintes questionamentos: o projeto, ao qual estamos dispostos a nos debruçar e trabalhar, está sendo proposto de que lugar? Sob que valores, ideias e propósitos? Para quem ele está sendo pensado? À qual totalidade sociocultural, econômica e política podemos remetê-lo?

Aqui, as respostas poderiam ser quantitativa e qualitativamente diversas, porém, é necessário reconhecer a singularidade do desafio: distinguir a diferença das culturas, das memórias, das histórias e do contexto vivido dos sujeitos envolvidos no processo educativo. E, assim, portanto, o reconhecimento da pluralidade identitária de grupos e lugares, poderá promover a elaboração de um projeto que instaure o processo de modernização e humanização do local e, porque não, do global.

Em outras palavras, a convivência e projeção de convívio de uma comunidade politicamente organizada e dinamizada nos princípios democráticos e representativos, que é participante ativa dos planejamentos e decisões políticas e culturais articulados numa rede de representações decisórias e numa totalidade social que dizem respeito a ela. Essa, a comunidade, a participante ativa dos planejamentos e decisões políticas e culturais articulados numa rede implica o reconhecimento e respeito da cultura como vivência e prática.

Para tal, a concepção de cultura é apresentada sob dois significados e uma prática: o primeiro significado, a *cultura significando um processo vivido* – em oposição à natureza, concebe-se cultura como sendo o processo dinâmico de socialização nos *modos de vida* de uma população determinada. Nas palavras do antropólogo Clyde Kluckhohn (1949), a cultura “é a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou”. Portanto, a aquisição da cultura é um processo social e histórico, resultante da aprendizagem, de geração para geração pela educação.

O segundo significado circunscreve a *cultura representando os elementos de identificação*, reconhecendo que cada povo tem uma cultura própria; cada sociedade elabora sua própria cultura e recebe influência de outras culturas; todas as sociedades, desde as mais simples até as mais complexas, possuem cultura. Nessa perspectiva, numa sociedade, podemos encontrar diversas culturas. A cultura é um estilo de vida próprio – dialeto, alimentação, tradição, valores, normas, técnicas, instituições, construções materiais, arquitetura etc., de cada sociedade e/ou grupo com características próprias e particulares. Portanto, a cultura deve ser concebida no plural e sob uma base concreta – *história experiência* dos povos – para que possamos reconhecer os elementos constitutivos de identidade, tanto da sociedade local como da nacional, global, fugindo das formas que impõem as “culturas nacionais e locais imaginadas” e, num processo democrático e

ético, construir uma identidade coletiva, no reconhecimento e no respeito às diferenças. Lembremo-nos, todos os sujeitos e grupos sociais possuem cultura, que se origina de uma prática coletiva, refletida nas *formas de agir, sentir e pensar*.

Para desenvolver na prática estas proposições, a metodologia pode se constituir do princípio de que a *cultura é uma prática educativa*. Assim, concebemos *cultura como prática educativa* para referenciar o processo pelo qual, no geral, os indivíduos interagem com diversos e distintos grupos sociais, em tempos e lugares diferentes. No interior desse processo efetiva-se a transmissão de *elementos culturais* aos membros mais jovens dos respectivos grupos sociais, como forma, inclusive, de perpetuá-la. Esse processo, ao qual podemos referenciar de *Educação Patrimonial*, não se dá de forma exclusiva na escola, mesmo sendo esta uma instituição culturalmente construída para que certo repertório cultural seja transmitido.

Portanto, entre cultura e educação, há uma relação muito íntima, pois ambas tratam de perpetuar conhecimentos, crenças, hábitos, modos de vida, valores etc. Enfim, o reconhecimento do patrimônio histórico e cultural, seja arquitetônico, artístico, ambiental, literário etc., configurando-se desde os bens culturais materiais e imateriais que compõem, no conjunto, a memória social da cidade, da região ou do país.

Ambas, educação e cultura, fazem parte de um mesmo processo histórico; possuem um significado e uma prática de ensino, portanto são patrimônio intelectual e espiritual, uma herança coletiva, fruto da ação coletiva que se preservou e se preserva de diversas formas. Então, o que as distingue? A problematização desta questão é complexa e exaustiva para os limites deste texto, portanto, nos limitaremos em apontar indicativos à reflexão.

Assim, a cultura problematizada sob esses dois significados nos remete à cultura como prática. Portanto, a cultura e a educação encontram-se numa relação de ambivalência, porém devemos partir do entendimento de que, na prática, as instituições oficialmente concebidas como culturais, em seu *projeto de cidade*,

deveriam preocupar-se, entre outras tarefas, com a preservação patrimonial, com o reconhecimento da pluralidade cultural e com o diálogo multicultural, motivadores pelo desenvolvimento de uma dialética das identidades, com fomento a iniciativas de construção de espaços e atividades socioculturais, incluindo debates com os diversos segmentos comunitários sobre as aproximações e distanciamentos entre cultura-tradicionalismo-educação e história-memória-patrimônio.

Nesse contexto, a educação escolar é uma tarefa que exige um repertório teórico-prático e um projeto específico. Assim, ela deve começar discutindo as concepções e as práticas curriculares, que trazem princípios teórico-metodológicos e conteúdos de ensino, fruto de uma seleção efetuada em determinada cultura. Para tal, faz-se necessário conhecer as diversidades contextuais, donde advêm as necessidades de orientação dos grupos sociais e os projetos pedagógicos já iniciados historicamente pelas comunidades envolvidas.

Nesse sentido, e concluído o tripé reflexivo *história cultura e educação* como patrimônio, indicamos algumas reflexões em torno da educação, como protocolo mínimo à proposição de políticas públicas, à instalação de um processo de resignificação curricular.

A *educação* como processo dinâmico e permanente que uma sociedade efetiva histórica e cotidianamente, está presente em todas as ações que envolvem relações de sociabilização, das quais estamos falando desde o início deste texto e, aqui, sintetizamos dizendo que: a) atualmente temos uma oportunidade de gestarmos democraticamente a educação, pois desde a Conferência Mundial sobre Educação para todos – Tailândia/1990, o Plano Decenal da Educação para Todos, elaborado pelo Brasil/ 1993-2003 há necessidades políticas e socioculturais impulsionando e reclamando por mudanças reais nas políticas, sistemas e práticas educacionais, essas, podendo ser identificadas pelas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional – 1996, tanto em nível de Educação Superior quanto em nível de Educação Básica. Em muitos municípios, já se estão promovendo tais mudanças, pelos

planos de estudo que, por sua vez, constituem os currículos das escolas e das áreas específicas do conhecimento.

Nesse sentido, tanto na academia quanto na escola – pela formação de professores, a produção de conhecimento pela pesquisa e de sua recepção pela comunidade, da prática de ensino – está sendo posta uma política do conhecimento, corporificando-se no currículo, como campo cultural que produz identidades socioculturais e autonomia intelectual. Portanto, o currículo constitui-se em terreno central onde indivíduos tornam-se sujeitos e encontram significações e sentido à práxis da vida. Daí a importância das redes de ensino, dos gestores da educação brasileira e dos professores assumirem seu papel de sujeitos pesquisadores e dinamizadores de suas áreas de conhecimento e de atuação docente.

Segundo nosso entendimento, como professor-pesquisador, *a função social* dos conhecimentos e das práticas políticas deveria tornar-se preocupação comum às instituições culturais e às instituições educacionais, e ser questionada no momento de pensar um projeto de cidade. Mas, o que vemos é pouca clareza ou inexistência de um projeto próprio que diga respeito à história e à cultura para a sociedade que lhe é endereçado, mas, por outro lado, visualizamos muitas recepções de projetos curriculares, históricos e culturais pedagógicos que foram pensados para realidades exógenas.

Assim, considerando que o conhecimento é um princípio geral de organização da sociedade e, portanto, configurando a nossa realidade com base no nosso conhecimento, é importante reconhecermos alguns desafios colocados pela sociedade moderna, tais como:

- o surgimento e o revisionismo de profissões que exigem um trabalho assentado no conhecimento;
- o domínio racional da fascinação pela globalização e/ou, ao contrário, dos localismos/xenofobismos, o que, no mínimo, implica uma atitude de reconhecimento de que vivemos numa época multicultural e de interesses pluriorientadores;

- a crítica do caráter sagrado do conhecimento científico e da técnica, em rever o seu determinismo totalizador, que busca princípios e práticas homogeneizadoras e consensuais;
- a descentralização do controle social do papel sociocultural do conhecimento traz certa fragilidade frente à diversidade, colocando, assim, a necessidade de uma política do conhecimento.

Seguindo essa perspectiva, pensar os saberes e os fazeres das práticas educativas – no projeto de cidade frente aos desafios colocados pela sociedade moderna – pressupõe refletir sobre a relação entre *história*, *cultura* e *educação*, como tarefa da didática da história, pois pensamos que, conforme o seu desenvolvimento é possível teorizar e propor um currículo de história fundamentado numa dimensão social, política, técnica, cultural e prospectiva, resignificando e correspondendo às necessidades e desafios da *história experiência*. Isso implica uma escolha metodológica à *transposição didática* e à opção dos *espaços de aprendizagem*.

Essa questão nos conduz à reflexão de que história e ensino implicam pensar num currículo interativo, ou seja, possível de ser vivido considerando-se a história-experiência. Em outras palavras, significa dizer que a história ensinada deve ser proposta e vivenciada em *espaços de aprendizagem* e sob metodologias à *transposição didática* capazes de promover um processo de comunicação entre a realidade dos sujeitos envolvidos, o contexto e as especificidades dos conteúdos de ensino e a realidade sociocultural.

E, assim, considerando as situações de ensino de história e de educação patrimonial numa perspectiva plural de recursos, de espaços, de instrumentos e de estratégias, parece-nos que se agregam ao *espaço escolar* outras possibilidades de se aprender história. Porém, a escola precisa reconhecer que há outras opções de situações/ e recursos didáticos e *espaços de memória*, tais como: história oral; fontes iconográficas, estéticas, demográficas, eleitorais, religiosas, festivas e oficiais; excursões arqueológicas;

museus, teatros, arquivos, município – cidade, bairros, distritos, avenidas, ruas, parques/praças, pontes, monumentos, prédios “históricos”; cemitérios – imprensa, bibliotecas, centros culturais, festas religiosas, tradição, lendas etc..

Nesse processo, do ensino de história e da elaboração de história a ser ensinada, um dos pontos iniciais pode se circunscrever à demarcação da trajetória de situações didáticas. Assim, implicando metodologicamente uma situação didática, dois momentos, cada um com especificidades próprias e todos interligados entre si. O primeiro momento consiste em definir sobre que demarcação e concepção temporal, espacial e conceitual se pretende enfocar o conhecimento histórico e, como segundo momento, sob que problematização temática se efetivará a situação didática. Devemos considerar que a problematização temática só adquirirá significado pautado na *história experiência* e nas hipóteses postas pelos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, uma possibilidade seria a proposta de ensino de história por temas geradores, por projetos eixos temáticos⁴, como estrutura curricular ou como estratégia metodológica ao ensino da história local e regional dentro do tradicional currículo estrutura sob a história integrada.

Em síntese, as novas tendências teórico-metodológicas que podem orientar a resignificação curricular respeitando a diversidade histórica e cultural das sociedades receptoras da história ensinada está na reconstrução do conhecimento histórico regional e local. Dessa forma, como escreve Rüsen (1987, p. 14-40), “a função crítica que o saber histórico desempenha em sua constituição especificamente científica” fará oposição a uma produção de “conhecimento histórico” comprometido socialmente com grupos

⁴ Optamos pela denominação *eixo temático*, simplesmente, como uma estratégia de trabalho, não significando uma escola específica da ciência pedagógica contemporânea, como, por exemplo, a tendência pedagógica humanista baseada no pensamento, entre outros, de Paulo Freire e/ Moacir Gadotti, mas tendo por referencial uma concepção de dialética metodológica. Entendemos que no processo didático, o ponto de partida seja a história experiência presente, nas mais diversas escalas espaciais, sendo dela que devemos retirar os temas que vão articular (eixos articuladores) a história presente e imediata com o conhecimento histórico objeto de estudo, através da elaboração de problemas e de hipótese postas pelos próprios alunos. Entre, outras obras, ver: WACHOWICZ (1995); WORTMANN (1993); e HABERMAS (1982).

restritos/*elite cultural* e que demonstram uma “imposição” de poder (culturais, econômicos, político partidário) – *vocação política*.

A respeito da *questão regional*, no que se refere à história regional-local, quanto aos procedimentos metodológicos, orientações teóricas e função didática do conhecimento produzido, colocamos algumas proposições:

- a) é um método eficaz, que pode colocar em questão as grandes teorias (e abordagens macrossociais generalizantes e homogenizadoras), pois, a partir de seu objeto, que é sempre uma articulação complexa de relações em espaços e em tempos determinados, torna-se possível identificar as continuidades e descontinuidades nos processos de mudança (sócio-histórica), bem como pela sua capacidade de fazer aflorar o específico, o próprio, o particular;
- b) a região, percebida como procedimento metodológico no que se refere às estratégias de trabalho pela complementaridade, entre a analítica e a hermenêutica, potencializa a produção de um conhecimento histórico resultante do entrelaçamento entre os aspectos estruturais (econômico-político/físico-geográficos) e os aspectos subjetivos (crenças, valores, símbolos/socioculturais), capaz de caracterizar e definir uma região.

Assim, o recorte será estabelecido pelo próprio objeto de investigação através de sua problemática, com o que sua configuração será interna e não externa; conseqüentemente, também suas fronteiras, necessariamente, não coincidirão com as fronteiras físicas e político-administrativas.

Portanto, o estudo da região deve ter por suporte o espaço como questão central à conceituação de região e tempo, pois a região não é o espaço em si, mas, sim, a sua temporalidade. Nada há no espaço que não seja produto histórico das determinações sociais. Nesse sentido, a análise regional é vista numa relação entre espacialidade e uma dialética temporal contraditória, ou seja, um espaço sob cujos aspectos físicos revela-se uma circu-

laridade temporal, pois esse (espaço) incorpora várias dimensões (culturais, econômicas, políticas) de relações sociais, determinadas pela totalidade em que está inserido e pelas suas próprias, como também de influências recíprocas

A análise regional como prática baseada na redução permite uma abordagem mais aproximada da realidade direta, produzindo uma historiografia mais detalhada; aqui se insere a questão da totalidade, problemática e de vários matizes, sobre a qual colocamos uma proposição: com a diminuição da escala, busca-se a totalidade do objeto investigado, mas numa constante articulação com a totalidade da qual foi recortada, em direção às possíveis respostas à pergunta inicial/problema.

A análise do local com base nas perspectivas vistas até aqui conduz-nos a uma síntese sobre o campo de análise e da história ensinada, que se concentram em duas vertentes de estudo: a primeira é a própria localidade e/ ou cidade, vista num contexto (espaço delimitado de um território; espaço histórico) não como simples relato literário de sua historicidade, mas como um conjunto de articulações entre aquela coletividade e espaços diversificados de diferentes níveis, revelando as questões de poder e, dessa forma, abrindo um leque de possibilidades temáticas; a segunda vertente diz respeito ao local como ponto mínimo da redução da realidade (escala), que, a partir da problemática colocada pelo objeto de investigação, fará, progressivamente, a articulação com outros níveis espaciais, constituindo, assim, a configuração regional, bem como a educação patrimonial como metodologia de ensino.

A pesquisa histórica e a história ensinada, com base na análise historiográfica regional, operacionalizadas em princípios teórico-metodológicos aqui apresentados, como aquela de que nos ocupamos neste texto – história, cultura e educação como patrimônio das sociedades construídas temporalmente – permitem que repensemos questões de identidades sociais, culturais e políticas⁵.

⁵ Nesta perspectiva de abordagem metodológica, ver: MACHADO (1999); DIEHL & MACHADO (2001); BITTENCOURT (1998); CAIMI (2001); COLL, POZO, SARABIA (2000); FICHTNER (1997); GUAZZELLI, (2000); PERRENOUD (1999).

Por fim, reforçamos a concepção de que o conhecimento histórico, objeto de estudo e de ensino, pautado na transversalidade de temas que possibilitem conhecimentos multiculturais, humanísticos, éticos, atitudinais, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades sobre as diversas dimensões da vida sócio-cultural só será possível quando existirem práticas que reconheçam as perspectivas plurais de interpretação histórica e cultural da sociedade de convívio através de princípios teórico-metodológicos de abordagens, de espaços, de estratégias, recursos e situações de saberes e fazeres da prática educativa, pensadas num *projeto de cidade*. Visto que, neste *projeto de cidade*, é oportunizado que o mundo cotidiano dos sujeitos contextualizados social, cultural e temporalmente seja visto, interpretado e reconhecido de forma significativa. Frente a isso, todos os sujeitos e as instituições do presente precisam assumir suas responsabilidades com o patrimônio histórico e cultural para que no futuro não lhes sejam negados, apagados pela memória dos grupos sociais que lhe sucederem, as suas próprias memórias.

Referências

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

COLL, César; POZO, Juan Ignacio; SARABIA, Bernabé; VALLS, Enric. *Os conteúdos na reforma*. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DIEHL, Astor Antônio; MACHADO, Ironita P. *Apontamentos para uma didática da história*. Passo Fundo: Clio, 2001.

FERRO, Marc. Ensinar história através de projetos de pesquisa. *Presença Pedagógica*, v. 3, n. 18, nov./dez.97.

FICHTNER, Bernd. Ensinar e aprender um diálogo com o futuro: a abordagem de Vigotski. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. *Identidade social e a construção do conhecimento*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997, p. 146-175.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et. al. *Questões de teoria e metodologia da história*. História no final do milênio: para quê? Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 317-349.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KLUCKHOHN, Clyde. *Mirror for man. Nova Iorque: Whittlesev, 1949*.

MACHADO, Ironita P. O currículo de história. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo: Edupf, 1999, p. 111-227.

MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

POHL, Ângelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In: MILDNER, Saul Eduardo (Org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: Lepa, 2005.

RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.). *A nova historiografia alemã - Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe, 1987.

WACHOWICZ, Lilian Anna. *O método dialético na didática*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

WORTMANN, Maria Lúcia C. Posicionamento de Gramsci frente aos diferentes tipos de saber: buscando os elos entre a educação e a produção do conhecimento. *Educação e Realidade*, 18(2): 83/96, jul./dez. 1993.



Discursos e práticas patrimoniais no contexto escolar

Maria Beatriz Pinheiro Machado¹

Está na ordem do dia falar em patrimônio cultural e discutir a sua preservação. Nunca este assunto foi tão debatido por tantas pessoas nas mais diferentes esferas. Proliferam os mecanismos para abordar as pré-existências culturais, a história, a memória, a tradição. As reflexões são díspares: abrangem desde elementos e ou contextos isolados até a cultura de forma ampla e sua representação e materialização no espaço urbano e a relação desses aspectos com a qualidade de vida; tratam de políticas de preservação, de gestão de bens patrimonializados; discutem formas de financiamento etc. Estas questões em torno da preservação envolvem profissionais da mais variadas áreas do conhecimento – antropólogos, historiadores, sociólogos, arquitetos, arqueólogos – que, trabalhando isoladamente ou em conjunto, produzem análises diferenciadas sobre a lógica da preservação do patrimônio cultural e a sua importância na constituição dos sujeitos.

O patrimônio cultural, portanto, constitui-se atualmente num campo em rápida expansão e mudança. Sua expansão

¹ Professora do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul.

pode ser atestada pelo número crescente de dissertações, teses e monografias, pela quantidade de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)² e pela incorporação dessa temática em seminários, encontros e congressos, principalmente nos últimos dez anos. As manifestações coletivas em torno da temática da preservação do patrimônio ganham novos adeptos e tornam-se mais representativas.

Os indicadores dessa expansão surgem no bojo das mudanças conceituais e analíticas sobre patrimônio cultural. As antigas concepções e as formas de preservação ganham outro significado. Exemplo disto é a própria ideia de patrimônio cultural expressa na Constituição Federal de 1988, que substituiu a antiga conceituação³ ligada à excepcionalidade e monumentalidade por uma abordagem ampla de patrimônio. Essa ideia está expressa no art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No texto constitucional as identidades coletivas ganham força e a identidade nacional pauta-se na diversidade cultural dos diferentes segmentos sociais que constituem a sociedade brasileira. Assim, o critério para a avaliação de um bem cultural

² CNPq. 115 grupos de pesquisas cadastrados. Disponível em: <www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>. Acesso em: 17 ago. 2011.

³ Conceituação expressa no decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937.

passa a ser a referência cultural, ou seja, a representatividade e a significação do bem para a comunidade que o elegeu.

A mudança também é percebida nos mecanismos de preservação, que rompem com o exclusivismo do tombamento para incorporar nas práticas preservacionistas o inventário, o registro, a desapropriação e os planos de salvaguarda.

Refletindo tanto sobre a expansão quanto sobre as mudanças em torno das questões ligadas ao Patrimônio Cultural, questionamos como isso tem sido trabalhado nas escolas? Qual o caráter das ações educativas com o patrimônio dentro do contexto escolar? Qual o discurso que conseguimos identificar sobre a temática da patrimonialização nos currículos escolares?

A resposta a essas indagações não pode ser única, no entanto, na maioria das vezes, o trabalho com o Patrimônio Cultural constitui-se numa atividade esporádica, isolada dos demais temas/conteúdos que integram os programas de ensino dos componentes curriculares. Nesse texto, proponho refletir sobre esta questão considerando o trabalho educativo com o Patrimônio Cultural um componente significativo na formação de sujeitos críticos e comprometidos.

Patrimônio cultural e educação

Patrimônio e educação: estamos falando de dois conceitos complexos, cada um deles com aportes teóricos específicos, com implicações políticas e pedagógicas que não podem ser desconsiderados. Tratar a relação entre patrimônio cultural e educação implica pensar nos currículos escolares e como as questões culturais são tratadas nestes instrumentos.

No contexto escolar, o currículo constitui-se no instrumento que expressa conhecimentos, valores, crenças e hábitos que norteiam a organização das ações educativas que serão oportunizadas aos alunos do ensino fundamental e médio. Por isso mesmo,

organizar um currículo implica uma seleção. Sobre este aspecto, Tomaz Tadeu da Silva (1999, p. 16) salienta:

Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder.

Esse é um aspecto importante: os profissionais da educação têm o poder de selecionar o conjunto de conhecimentos, práticas e valores que contribuirão (ou não) na formação dos jovens. Na maioria das vezes, o currículo é pensado fora das relações de poder e, mais ainda, o conhecimento nele expresso é um simples reflexo (condensado) da realidade. A reprodução sistemática de conhecimentos consagrados não contempla uma reflexão sobre a sua importância e os valores nele implícitos, que são trabalhados na escola e reforçados por práticas excludentes. Essa postura fica bem marcada quando nos referimos ao conjunto de bens representativos de um grupo: quem os seleciona? Quais os critérios utilizados nesse processo? Quem participou /opinou na escolha e formulação dos critérios?

O mesmo ocorre com a cultura, apresentada com um conjunto pronto de saberes, como produto, estático, acabado, pronta para ser transmitida/ consumida. Normalmente trabalha-se com um repertório fetichizado de produtos culturais uniformizados, que passam a constituir a cultura brasileira. Na relação entre patrimônio e educação, que nos referimos, a concepção de currículo e cultura nele expresso tem outra forma de ser concebida: é uma concepção de currículo que trata a cultura como um processo essencialmente dinâmico. Tomaz Tadeu da Silva (2001, p. 18-19) compreende currículo e cultura como uma prática de significação:

A cultura é feita [...] de formas de compreender o mundo social, de torná-lo inteligível. Ela está centralmente envolvida nas formas de inteligibilidade. A cultura diz respeito, sobretudo

à produção de sentido. [...] Outra vez, da mesma forma que a cultura, também o currículo pode ser visto como uma prática de significação. Também o currículo pode ser visto como um texto, como uma trama de significados, pode ser analisado como um discurso e ser visto como uma prática discursiva.

As práticas de significação ocorrem no contexto das relações sociais de poder: os significados próprios de determinados grupos sociais sobrepõem-se aos significados de outros grupos. No trabalho com o patrimônio cultural, no contexto escolar, é importante analisar as condições de produção de significados, os conflitos e disputas daí decorrentes. O conhecimento sobre o conjunto de traços distintivos – espirituais, intelectuais, materiais e afetivos – que caracterizam um grupo dá ao sujeito a capacidade de refletir sobre si mesmo e pensar seu papel na sociedade: instrumentaliza-o para uma ação ética e comprometida. O importante é que o currículo expresse e reflita sobre as diferenças e a sua produção/ reprodução, ligando conhecimento, identidade e poder e trabalhando a questão da diferença como uma questão política e histórica. Assim, o enfoque sobre cultura pauta-se, também, no diálogo, no intercâmbio, na apreciação de outros valores e tradições culturais.

Se conseguirmos perceber o currículo como um campo de disputas políticas e de produção de identidades e de sentidos, o trabalho com o patrimônio cultural também toma outro rumo: explora a dinâmica da cultura e do espaço urbano em constante transformação, examinando como se processam as *escolhas* patrimoniais tanto na dimensão material quanto imaterial.

Esse talvez seja o grande desafio quando as escolas propõem ações educativas que envolvem o patrimônio cultural. Assim, urge uma abordagem que priorize contextos patrimoniais em detrimento de *artefatos* isolados e descontextualizados.

Trilhas, caminhos e outras rotas a desbravar

Na década de 80, toma-se contato com a expressão *educação patrimonial*, difundida no Seminário sobre o *uso educacional dos museus e monumentos*, no Rio de Janeiro. As discussões pautaram-se na problemática da incorporação do patrimônio cultural nas ações educativas dos museus enquanto veículos de consolidação da proteção do bem cultural através do conhecimento. A proposta apresentada pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, baseada nos estágios de desenvolvimento proposto por Piaget, foi, ao longo dos anos, sendo ampliada, agregando aportes teóricos de Paulo Freire e outros teóricos, passando a ser definida como:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A proposta de *educação patrimonial* foi inicialmente pensada para ser desenvolvida em instituições museais, mas logo chegou às instituições escolares sem que os aportes teóricos tivessem sido analisados de forma consistente. O resultado disso, tanto para os espaços museais como para as instituições escolares, foi uma preocupação exclusiva com roteiros de exploração de patrimônios culturais já consagrados, sem uma discussão do processo de patrimonialização e das implicações políticas do ato de patrimonializar.

Nas propostas desenvolvidas nas instituições escolares, predominam ações de divulgação, sem a preocupação com a atribuição de significado e o reconhecimento dos diferentes setores da sociedade. A ênfase está relacionada muito mais à transmissão de um conhecimento pronto e acabado, persistindo a ideia que o simples fato de apresentar o patrimônio contribui para a construção de laços identitários.

Outro aspecto a considerar, é a tendência a propostas de ações isoladas, descontextualizadas, como se as ações educativas com o patrimônio fossem uma tarefa *diferente*. Na definição, as autoras enfatizam a ideia de *processo* e agregam dois outros termos: *permanente* e *sistemático*. Esses dois adjetivos indicam justamente a importância de construir um processo de ensino e aprendizagem que considere os aspectos processuais da transformação de bens culturais em bens patrimoniais partindo do universo cultural dos educandos (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 25-37). Essa atividade não pode ser elaborada e aplicada esporadicamente, ou seja, inserida no programa como uma atividade alternativa, mas sim fazer parte da estrutura conceitual que vai ser trabalhada nos diferentes graus do ensino.

O trabalho educativo com o patrimônio cultural ganha outra dimensão, supera a simples transmissão quando as propostas de análise e interpretação partem dos processos culturais vivenciados pelo educando para chegar a contextos patrimoniais diferenciados. Nessa caminhada de investigação, a diferença, a diversidade, a alteridade são colocadas em discussão permanente, analisando os processos através dos quais elas são produzidas. Assim, trabalhar com bens culturais patrimonializados implica entender o processo de transformação desses bens e as disputas e negociações existentes nas práticas de significação e atribuição de valor.

Partindo do princípio de que os bens que os grupos selecionam como representativos da sua existência contribuem para a formação das identidades, isto é, estruturam o sistema de significação entre os sujeitos e o território, participar do processo de identificação e seleção desses bens é fundamental para a constituição da cidadania: é uma forma de nos situarmos nas narrativas do passado, ultrapassando a simples evocação das lembranças. Quando os grupos apropriam-se do seu passado de forma crítica, tornam-se capazes de ressignificar a leitura do mesmo, de entender a dinâmica cultural e suas transformações. Nesse processo, a memória desempenha um papel importante: por ela os indivíduos mobilizam fragmentos dispersos do passado

e lhe conferem um significado. Analisar este jogo de *lembrar e esquecer* é extremamente educativo: instrumentaliza os jovens para perceber as implicações do poder da memória na construção de um quadro cultural homogêneo que atenda a determinados interesses.

Certamente que trabalhar com bens patrimoniais já existentes é significativo e contribui para criar uma postura crítica sobre preservação, no entanto, o trabalho educativo com o patrimônio cultural necessita, principalmente, instrumentalizar as futuras gerações para participar de forma ativa do processo de patrimonialização, agindo na etapa da identificação, seleção, estabelecimento de critérios de valor, implantação de políticas de preservação e gestão do conjunto de bens patrimonializados.

Assim como o texto constitucional assinala para a *colaboração da comunidade*⁴ no processo de preservação, os instrumentos normativos internacionais produzidos pela UNESCO⁵, ICOMOS⁶, ICOM⁷ ou mesmo os produzidos pelo IPHAN⁸ também apontam nessa direção. Um exemplo claro é a Carta de Cabo Frio (1989)⁹:

O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com utilização dos

⁴ Constituição Federal de 1988, art. 216, §1 : O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, órgão da ONU, criado em novembro de 1945, tem por objetivo promover a paz por meio da solidariedade moral e intelectual da humanidade. Atua na identificação, proteção e preservação do patrimônio mundial, cultural e natural. <<http://whc.unesco.org>>.

⁶ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Organização fundada em 1965, atuando como conselheira da UNESCO em questões referentes à conservação e proteção de monumentos e sítios. <<http://icomos.org>>.

⁷ ICOM-Conselho Internacional de Museus, fundado em 1946, atua na promoção e desenvolvimento dos museus no âmbito internacional.

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em abril de 1936 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é um órgão integrante do Ministério da Cultura.

⁹ Recomendações semelhantes são encontradas na Declaração do México (1985), Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional Popular (1989), Carta de Lausanne (1990), entre outros.

meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais (CURY, 2000, p. 290).

Embora condicionando *o êxito* das políticas da preservação à participação da comunidade, nestes documentos persiste a ideia de apresentar o patrimônio, de divulgar, de informar. Temos inúmeros exemplos de que os mecanismos utilizados para envolver a comunidade resumem-se em propostas de divulgação. Assim, também, proliferam os exemplos de patrimônios destruídos ou mal preservados, sinal de que estamos longe de ficarmos em uma situação confortável a respeito da memória de grupos e comunidades. Há um caminho longo a trilhar no processo educativo para que a preservação do patrimônio cultural se efetive. Assumir o papel de sujeito no processo de patrimonialização (de usuário e produtor) implica o domínio da própria cultura e o estabelecimento de uma relação reflexiva sobre o passado e sobre o quadro de referências que queremos perpetuar.

Influenciada pela ideologia da modernidade, do consumismo, do novo, a paisagem urbana, os usos e costumes, os valores, os saberes transformam-se continuamente numa velocidade muito grande: estruturas antes duráveis, quase perenes, tornam-se cada vez mais voláteis. Nesse sentido, a questão do patrimônio deve ser pensada como uma ação problematizadora sobre presente, resultando disso a proposta do futuro que projetamos.

A educação do olhar: aprender a ver a arquitetura

O planejamento de ações educativas com o patrimônio cultural pode envolver tanto a dimensão material quanto a imaterial. Independente dessa escolha, contamos com uma variedade de enfoques que podem ser trabalhados, considerando o estágio de

desenvolvimento dos educandos e as propostas curriculares. Integrando a estrutura conceitual dos programas escolares o campo do patrimônio cultural possibilita uma educação que priorize a sensibilidade, a percepção e a cognição. Exemplificando essa afirmativa, podemos refletir sobre o patrimônio arquitetônico: conhecer a complexidade do fazer arquitetônico pressupõe analisar formas artísticas e culturais, técnicas e processos construtivos e os condicionantes históricos e sociais que configuraram as edificações em diferentes tempos e espaços.

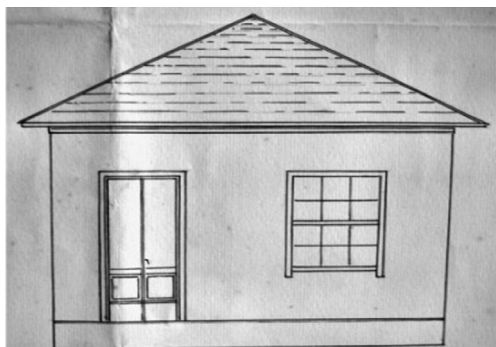


Figura 1. Residência Lourenço Cercatto. Caxias do Sul, década de 30.
Fonte: Costa et al., 2011.



Figura 2. Residência João Ceconello. Caxias do Sul, década de 40.
Fonte: Costa et al., 2011.



Figura 3. Residência Antônio Facchin. Caxias do Sul, década de 50.
Fonte: Costa et al., 2011.



Figura 4. Residência Leonel Caliari, década de 60.
Fonte: Costa et al., 2011.

Trata-se de compor um planejamento que contemple a dimensão contemporânea da produção do espaço e dos lugares de morar, a dimensão histórica dessas mesmas produções e a dimensão política, ou seja, o impacto do espaço construído e a sua relação com a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, nosso olhar estende-se não só sobre a edificação, mas expande-se

e percebe o edifício no contexto em que está inserido. Indo além: analisa também seus habitantes e as relações que estabelecem entre si e com o ambiente construído. As palavras de Castriota (2009, p. 89) dão a dimensão da análise que podemos construir a partir do patrimônio arquitetônico,

[...] não interessa mais, pura e simplesmente, o valor arquitetônico, histórico ou estético de uma dada edificação ou conjunto, mas em pensar como os *artefatos*, os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano. Em outras palavras: é importante perceber como eles se articulam em termos de qualidade ambiental.

Externamente, podemos detalhar os estilos arquitetônicos (neocolonial, *art déco*, moderno etc.) e mapear sua recorrência ou excepcionalidade, identificar exemplares únicos, perceber a verticalização ou não da cidade, analisar a volumetria das edificações. Todas essas possibilidades reportam a um contexto histórico, econômico e cultural.



Figura 5. Casas em estilo neocolonial.

Fonte: Wolff, 2001, p. 233.



Figura 6. Casas em estilo *art déco*, São Paulo.

Fonte: Segawa, 1998, p. 73.



Figura 7. Casa em estilo moderno. Mies van Der Rohe. Palm, Illinois, 1946-1950.

Fonte: GOSSEL; LEUTHAUSER, 2001, p. 173 e 226.

Ao analisar a harmonia dos diferentes setores no espaço interior, sua funcionalidade e uso, poderemos enfocar os conceitos relativos aos valores do *habitat* moderno: privacidade, casa como máquina de morar, espaço sanitário e santuário doméstico¹⁰. Na

¹⁰ Os valores da cultura de morar moderna podem ser analisados com maior profundidade em CORREA (2004).

análise interna, é possível perceber como a preocupação com a *privacidade* foi incorporada ao *habitat* moderno, tanto a privacidade de cada um dos moradores dentro da casa, como a privacidade dos habitantes em relação à cidade: quartos individuais, setorização de ambientes, adoção de recuos laterais em relação à rua, incorporação de jardins etc. Além disso, outros valores podem ser observados como a ideia de casa como *máquina de morar*, desenvolvido por Le Corbusier que

Articula três preocupações básicas: garantir a reposição de energias para o trabalho, em espaços calmos, bem-iluminados e ventilados; economizar na construção, usando materiais industrializados e edificando espaços reduzidos; e promover a economia de tempo nos afazeres domésticos, já que a mulher ingressava no mercado de trabalho e acumulava dupla jornada. Decorreu daí preocupações com o zoneamento eficiente, as circulações compactas e o dimensionamento adequado dos ambientes. A busca por dimensões mais compactas decorreu também, de motivações econômicas, dada a necessidade de reconstrução das cidades europeias após as duas Grandes Guerras Mundiais. Buscava-se eliminar áreas ociosas no interior das casas e dimensionar os espaços especificamente para os seus fins (COSTA et al., 2011).

O conceito de casa como *espaço sanitário* possibilita a análise de outra ordem de mudança na relação do ambiente edificado com os moradores, ocorrida no século XIX. A necessidade de promover a ventilação e iluminação nos ambientes, evitando a umidade denota a preocupação em promover a saúde e o culto ao corpo. Além disto, a casa também foi concebida como o espaço de fortalecimento dos laços familiares, através da criação de ambientes aprazíveis que permitissem a reunião dos moradores. Todas essas mudanças na cultura de morar são passíveis de investigação e, por meio dela, o desenvolvimento da capacidade de superar a simples imagem visual do espaço construído. Elementos internos e externos, as características das técnicas construtivas, os estilos, os materiais e as formas revelam um momento na história dos homens; denotam um tipo de saber e um saber-fazer e caracte-

rizam os valores da cultura de morar que foram incorporados na dinâmica das cidades e de seus habitantes. Mas não é só isso!

Toda a produção arquitetônica implica um projeto, elaborado a partir de um programa de necessidades que varia conforme as características do espaço, sua destinação e as condições sociais dos moradores. Quem utiliza quais materiais e por quê? Que fatores interferem no estabelecimento da sua dimensão? Que técnicas são empregadas na sua construção? Que profissionais atuam e quais saberes dominam para poder executar a obra? É possível analisar, também, o sistema de relações espaciais de uma dada edificação com outras: isolamento, contiguidade, proximidade, interpenetração. Toda produção arquitetônica é expressão da vida social e, como tal, também ela apresenta traços que denotam rupturas, permanências ou mudanças sutis, que são absorvidas gradativamente e que transformam a cultura de morar (COSTA et al., 2011, *Críticas*).

As possibilidades são inúmeras: os conceitos, que podem ser construídos a partir de um trabalho educativo desta natureza, envolvem vários componentes curriculares. Trata-se, portanto, de um trabalho interdisciplinar. Exige um planejamento detalhado, objetivos claros e opção por estratégias que priorizem a participação efetiva dos alunos.

Para finalizar

Ao analisar a paisagem urbana, deparamos-nos com uma narrativa, um texto a ser decifrado. Como registros da memória coletiva os elementos materializados no espaço contam histórias: formas, texturas, tamanhos e cheiros informam e seduzem. A função da escola é justamente essa, promover a sedução, ensinar a ler os múltiplos textos que a cidade encerra.

Utilizamos a arquitetura como condicionante estrutural deste exemplo, mas poderia ter sido outra categoria de patrimônio: arqueológico, artístico, museológico etc. O que insistimos em assinalar é a necessidade de um olhar abrangente, que supere

a simples descrição de bens patrimonializados. O processo de significação e atribuição de valor está diretamente relacionado com as formas como os sujeitos se inserem no contexto cultural, como decifram e interpretam os múltiplos discursos do texto urbano (Machado & Monteiro, 2010). Essa leitura crítica e reflexiva renova e enriquece os laços identitários e possibilita, portanto, criar outras tantas narrativas delineando um sentido para ser e estar na cidade.

Referências

- BRASIL. *Constituição* (1988). 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: ANNABLUME; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CORREA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil: 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004.
- COSTA, Ana Elísia; MACHADO, Maria Beatriz P.; STUMPP, Monika; RADÜNZ, Roberto. *Arquitetura moderna na Serra Gaúcha* (multimídia). Caxias do Sul: EDUNISC, 2011.
- CURY, Isabele (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- GOSEL, Peter; LEUTHAUSER, Gabriele. *Architectura no século XX*. Lisboa: Taschen, 2001.
- HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN. Museu Imperial, 1999.
- MACHADO, Maria Beatriz; MONTEIRO, Katani. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre educação patrimonial. In: Barroso, Vera Lucia. et al. (Orgs.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fétiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- WOLFF, Sílvia F. S. *Jardim América: primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: FAPESP, 2001.

Educação patrimonial

Maria de Lourdes P. Horta¹

“No principio, Deus deu um vaso a cada povo, um vaso de barro, e por este vaso bebiam a sua vida. Todos enchiam o seu vaso mergulhando-o na água, mas os vasos eram diferentes. O nosso se quebrou, desapareceu”
(BENEDICT, 1934, p. 34).

O RELATO DE UM ÍNDIO DIGGER, AUTÓCTONES DA GRANDE BACIA DA CALIFÓRNIA, citado por Ruth Benedict em sua obra *Padrões de cultura*, pode ser visto como um dos mais belos mitos criados pelo homem para representar a ideia de *cultura*, metaforizada como “o vaso da vida”. Configurada através do mito, na sua forma e substância, como continente e conteúdo, a cultura, ou o patrimônio cultural de um povo aparece como o instrumento fundamental através do qual uma sociedade “bebe a sua vida”. A água representa no mito a energia cultural que

¹ Doutora em Museologia e Comunicação pela Universidade de Leicester, Inglaterra, e pela UFRJ, Escola de Comunicação, com pós-doutorado pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC, UFRJ); servidora pública aposentada após mais de 40 anos de serviço nos museus federais. Atualmente, é proprietária da empresa Creative Heritage & Patrimônio Criativo Museologia e Produção Cultural Ltda., fundada em janeiro de 2009, atendendo a consultorias, diagnósticos, workshops e treinamentos no campo do Patrimônio, dos Museus e da Educação Patrimonial.

perpassa como um rio, no tempo e no espaço, toda a existência humana.

Como as diferentes culturas, os vasos são diferentes. Quando este vaso cultural se quebra, ou desaparece, não há perspectiva de sobrevivência para o grupo. O relato citado refere-se ao desaparecimento ou à destruição da cultura dos índios norte-americanos, com o advento da civilização europeia ocidental.

Os diferentes formatos dos vasos, aos quais se amolda a energia fluida da dinâmica cultural, apontam para os diferentes padrões e formas culturais expressos e modelados por um grupo, e cuja integridade é preciso preservar e cuidar, como garantia de sobrevivência. O tempo e o uso, a fricção dessa energia cultural sempre em movimento, darão à argila contornos próprios, suavidades e ângulos, marcas e cicatrizes provocados pela ação do contexto histórico e natural nos vasos da cultura, e cada um adquire formas sutis e únicas ao longo de sua existência.

São estas características peculiares que precisamos conhecer, se quisermos *configurar* uma determinada cultura, identificar sua história e seus valores, bem como o uso deste vaso ao longo da vida social. Se as transformações e mudanças são inevitáveis, o cuidado na preservação da sua integridade é uma constante necessária à sobrevivência de qualquer grupo cultural.

A própria *materialidade* destes vasos de vida, o barro de que são feitos, é claramente representada no mito, configurando a ideia de cultura não apenas, como muitos pensam, como uma ideia abstrata, mas como uma manifestação existente e tangível em todas as sociedades; estas manifestações são ditadas por padrões e modelos específicos que governam a vida social, os hábitos, costumes, valores e crenças expressos em comportamentos, relações e trocas, em atos e processos criativos, e que são cristalizados nos artefatos, instrumentos, ritos e construções de todos os tipos produzidos por uma cultura específica. A ideia do vaso é universal, as diferentes formas e usos são particulares em diferentes contextos históricos, sociais, culturais.

O mito também nos fala, entretanto, da possibilidade de este vaso se quebrar, desaparecer. As lições da história nos dizem que isto aconteceu muitas vezes, com grandes e pequenas civilizações, e como, nestes casos, a energia cultural secou, perdeu-se nas entranhas da terra, de onde hoje extraímos os testemunhos ressecados e fossilizados, em nossas escavações arqueológicas.

A analogia com o processo biológico é inevitável. Sem água, morreremos, e não apenas nós, humanos, mas toda a natureza.

A questão que nos é colocada hoje, impregnada de uma angústia primordial, já que este temor e esta ameaça sempre acompanharam o homem ao longo de sua história, é a de como preservar estes vasos que chamamos “cultura”, sem os quais não poderemos beber a água fundamental e energizante que nos garante a sobrevivência como povos e sociedades específicas, e vivas.

A angústia da preservação pode nos levar a uma ideia extrema. Se enterrarmos os vasos em urnas de cristal, em um lugar remoto das entranhas da terra, quem sabe assim garantiremos a sua permanência. Alguns acreditam mesmo que não é preciso chegar a soluções tão drásticas, e que é suficiente encerrar os nossos vasos em vitrines de museus, climatizados e com controles de segurança, solidificar alguns deles com vigas de concreto ou gaiolas de ferro, mumificar alguns elementos orgânicos que insistem em proliferar na sua superfície e, assim, seguramente, poderemos estar certos da perpetuidade dos nossos valores culturais.

Esquecem-se, porém, estas pessoas que, sem uso, de nada nos servem os vasos. Se os enterramos, não há como beber, por meio deles, a água da vida cultural. É possível até que esqueçamos onde os escondemos, na ânsia de sua conservação. E o que pode ocorrer com uma cultura que enterrou seus vasos é vê-la lamentar-se e olhar para o céu, de boca aberta, na esperança de que chova, e de que, por um milagre, num instante, os campos reverdesçam e as fontes da criação voltem a jorrar.

No princípio, Deus deu um vaso a cada povo, feito da argila e da água, que criara no dia anterior. Este teria sido o primeiro ato de educação explícita, configurado no mito, de como utilizar

a energia das moléculas e da matéria para a continuidade da vida. O que a lenda não diz, e nem a Bíblia, mas que se pode deduzir pelo que sucedeu, é que Deus não encerrou seu expediente no sétimo dia. No oitavo, ao verificar que a proliferação dos vasos implicaria o esgotamento total do espaço terreno em algum tempo, baixou um decreto abolindo a eternidade da matéria, e instituiu o mofo e a ferrugem como agentes fiscalizadores do processo. E para mitigar o sofrimento do homem com a consciência de sua temporalidade, instituiu o esquecimento. O tempo e a memória, já criados, não gostaram da limitação de seus poderes, e desde então se empenham em controlar o processo da vida, mesmo sabendo que no final perderão a batalha. Este conflito primordial entre a temporalidade e a continuidade, entre memória e esquecimento, entre matéria e desagregação, entre a vida e a morte angustia o ser humano desde o seu aparecimento. Este conflito está na base da vida social, e é a pedra fundamental da questão do patrimônio cultural, da preservação e da educação social.

A necessidade de preservar o patrimônio cultural vive em constante batalha com os inúmeros obstáculos que se lhe opõem, nesta época em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, como afirmou Marshall Berman (1987). Precisamos preservar o nosso Patrimônio, é uma frase que se ouve há muito tempo no círculo dos agentes responsáveis pela guarda e manutenção dos bens culturais. Do mesmo modo que essa ideia (ou essa frase), a necessidade da Educação é afirmada, em muitos casos, como um fim em si mesmo. Precisamos educar o nosso povo, as nossas crianças. A repetição constante nos torna cada vez mais convencidos de que essas afirmações, como água na pedra, acabarão surtindo algum efeito (quase um milagre, considerando a situação quase incontrolável do conflito, e a dimensão das dificuldades). E nessa ladainha inócua que serve apenas para acalmar a nossa consciência de que estamos tentando fazer “alguma coisa”, acabamos por perder a perspectiva do problema, em suas origens e natureza. E, principalmente, acabamos por esquecer de perguntar *por que* devemos preservar o Patrimônio,

e por que é preciso desenvolver ações educacionais neste sentido, e no mais amplo. Preocupados em descobrir a fórmula mágica dos “*comos?*”, sentimos-nos às vezes esmagados sob o peso desta responsabilidade ou deste compromisso que assumimos, como agentes patrimoniais ou educacionais, perante a nossa sociedade.

Não podemos falar em preservar o patrimônio se não conhecemos a sua natureza, a sua matéria e a sua dinâmica. Não podemos acreditar que a sociedade vai preservá-lo e valorizá-lo, como indispensável a sua vida, se essa sociedade não tem consciência da função dos seus vasos culturais, tampouco, talvez, tenha ideia de que eles existem e que são fundamentais para a sua estrutura, a sua identidade, a sua estabilidade. Não podemos pensar que conseguiremos conscientizar a sociedade e informá-la a respeito dos vasos se nos mesmos não os conhecemos devidamente e se nos mesmos não estamos conscientes do *porquê preservar o patrimônio*.

Não podemos falar em *educação patrimonial* (o que é isto, afinal?) se não temos uma ideia clara do que é a Educação, enquanto processo cultural, quais os seus mecanismos, quais os seus objetivos, ou melhor, os nossos objetivos? Não podemos nos engajar em campanhas educativas sobre o patrimônio ou em qualquer outro campo do conhecimento se não sabemos responder *por que educar?*

As respostas aos *porquês* nos levarão aos *comos*, às estratégias e aos métodos que propiciam a transformação da situação como a vemos hoje, e que tanto nos aflige e angustia.

Vamos, assim, abordar alguns pontos que consideramos necessários a uma visão mais nítida do que é o patrimônio, e da função destes vasos de vida, para depois discutir algumas premissas embutidas no conceito e nos métodos da educação. Desse modo, quem sabe, poderemos sugerir algumas ideias concretas para o enfrentamento do dilema que tanto nos preocupa, hoje.

Acredito que é preciso sair deste círculo de giz, quase vicioso, em que caímos e que nos limita nas discussões infundáveis sobre o patrimônio e a educação. É preciso não fazer como os

sábios chineses do provérbio, que apontavam para a lua enquanto olhavam para seus próprios dedos.

Quando falamos em patrimônio, a primeira ideia embutida na consciência coletiva, e na nossa mente individual, é a de que estamos nos referindo a coisas do passado. O passado, como tudo o que aconteceu até ontem, e que acumulamos ao longo de nossa vida individual e social, preenche a ideia de patrimônio, material ou imaterial e nos dá uma impressão de *segurança e estabilidade*. No passado ninguém mexe mais. O passado é algo que controlamos e manipulamos à vontade (com os instrumentos da memória e do esquecimento), e de que fazemos uso de acordo com as nossas necessidades. Alguma coisa como uma caderneta de poupança, da qual sacamos dinheiro quando precisamos, ou cujo montante esquecemos para não sermos tentados a gastar. Quando não temos mais as nossas reservas – financeiras, afetivas, emocionais, físicas, profissionais, territoriais – sentimo-nos inseguros e temerosos. O nosso vasilhinho particular nos dá confiança, mas há sempre o temor de que hoje ele possa se quebrar, de que alguém possa roubá-lo, ou confiscá-lo. Munimo-nos de armas e artifícios de segurança para protegê-lo, e de tanto protegê-lo, não o usamos mais. Algumas pessoas que têm esta visão *conservacionista*, ou *protecionista* do passado, adotam a mesma atitude com relação aos bens patrimoniais. Não se mexe em nada, não se modifica nada, tudo deve ficar como sempre esteve, para que não se perca a segurança do que foi acumulado até hoje, e que nos dá uma falsa tranquilidade no presente. Olham horrorizadas para qualquer um que ouse falar na possibilidade de uma mudança, de uma adaptação. Isto se dá não somente no plano do passado monumental, configurado nas cidades e monumentos, ou nos museus, como também no plano coletivo das relações sociais, familiares ou institucionais, em que qualquer movimento é sinal de ruptura e de ameaça.

Por outro lado, o passado assim “monumentalizado”, ou “fossilizado”, confere autoridade àqueles que o detêm sob a forma de conhecimento, exploração, gestão, posse. Autoridade que gera

um poder, o poder garantido pelo *status quo* da tradição e das instituições. O passado, desse modo, pertence apenas a alguns.

A ameaça toma outra forma para aqueles que têm horror ao passado. O passado, as coisas velhas ou de antigamente, são inimigos do presente e da ideia de *modernidade*. Este conflito permanente, conhecido como o “conflito das gerações”, configura-se habitualmente nas relações de pais e filhos, nas quais, apesar de intimamente e inexoravelmente dependentes uns dos outros, os dois lados da relação querem se libertar dessa dependência, ou negá-la. A própria reação *iconoclasta* aos valores e fatos do passado revela em si mesma o reconhecimento de que este passado pesa, e existe embutido no presente. Os *transformacionistas*, os *revolucionários*, ou mesmo os *grafiteiros*, querem geralmente apagar os traços de um passado recente que os incomoda ou aprisiona. O que acontece nos países do leste europeu, no momento, com a destruição dos símbolos dos regimes autoritários que agora se desintegram, é um retrato desse fenômeno, em que se procura apagar da memória os traços do vivido. Traços que, entretanto, estão indelevelmente marcados na memória e na vivência coletiva daqueles povos e culturas.

A ideia de “progresso” aliada a tudo o que é recente e novo joga para os sótãos ou para os museus tudo o que é obsoleto, e na linguagem popular a expressão “coisa de museu” refere-se ao que não tem mais sentido ou função no meio social.

O sentido da “modernidade”, entretanto, já é um conceito do passado, de uma época de desafio aos padrões e modelos tradicionais das academias e das filosofias, e a “pós-modernidade” que se apresenta para nós hoje revela sem pudor a busca de antigos modelos, vocabulários, repertórios e gramáticas, retomados e reutilizados com a liberdade que a modernidade conquistou.

A relação com o passado, e com os signos desse passado, pode definir uma cultura, como propôs Iuri Lotman, um antropólogo soviético que desenvolveu uma análise da tipologia das culturas.

Alguns indivíduos desenvolvem uma relação doentia com o passado, que se conhece com o nome bastante familiar de “*nostalgia*”, que é uma “saudade” do passado, uma glorificação do tempo anterior, geralmente não muito remoto ao nostálgico, que se manifesta no sentimento daqueles “anos dourados”, ou na expressão “já não se fazem mais as coisas como antigamente”. Esta atitude revela uma insatisfação com o presente, ou uma incapacidade de lidar com ele, que provoca uma necessidade de escapismo das dificuldades da vida moderna. Por mais que o estresse do cotidiano nos leve a procurar momentos de calma e tranquilidade, de romantismo e de sonho, necessários ao nosso bem estar, a recusa sistemática do presente, a desvalorização do hoje em relação ao ontem é talvez a marca da imaturidade, da saudade do bem estar e da segurança da infância, no colo materno.

A rememoração dos fatos e sentimentos da nossa vida passada é um dos instrumentos descobertos pela psicanálise no processo de libertação das neuroses e dos traumas individuais. Esta rememoração pode ter uma função salutar e terapêutica em nível social, se a valorização e a compreensão do passado e da história de um grupo contribuírem para o seu amadurecimento e bem estar psicológico.

Entretanto, a supervalorização do passado bloqueia a nossa capacidade de experimentar o presente, de agir sobre ele, limita a nossa criatividade e nos incute um sentimento de inferioridade em relação aos nossos antecessores. Dessa maneira, o presente pode nos escapar e corremos o risco, como afirmou Nietzsche, em seu livro *Usos e abusos da história* (1957, p. 48-51), de nos tornarmos espectadores diletantes da realidade, de sucumbirmos a uma retrospectiva passiva, de filósofos enfraquecidos e inseguros. “O homem doente da febre histórica [...] só é capaz de agir nos momentos de amnésia”.

O antiquário, praticante da história das relíquias, vê tudo o que é antigo com a mesma reverência, indiscriminadamente. Assim, ele mumifica a vida, com sua insaciável curiosidade por tudo que é velho; capaz unicamente de preservar, ele reprime

o impulso poderoso das novas ações e paralisa aquele que age (Ibidem, p. 17-20).

A indústria da nostalgia alimenta hoje em dia a indústria turística e cultural, por meio da qual se propõem viagens fantásticas pelo passado de cidades e lugares históricos ou exóticos, ou primitivos, dos quais se podem trazer, ou surruiar lembranças e souvenirs que acabarão em cima da estante da sala de visitas. O delírio fotográfico assegura a alimentação destas lembranças de papel, que acabam empalidecendo nos álbuns, mas que garantem ao turista a satisfação de dizer “eu estive lá!”. E esta afirmação documentada fotograficamente passa a fazer parte do passado do indivíduo, de seu memorial ou museu pessoal de heranças e lembranças, visto apenas pelas lentes de uma objetiva (material que ajudará os historiadores e sociólogos do futuro a emitirem hipóteses sobre o comportamento dos seus antepassados).

A literatura e o cinema de ficção científica são pródigios em formular viagens na máquina do tempo, ao passado ou de “volta para o futuro”, atendendo a uma necessidade constante do ser humano de sair do presente, por inúmeros motivos, entre os quais podemos citar o desejo de poder olhar a realidade a uma certa distância. Mergulhados no presente até o pescoço, sentimos a angústia e a perplexidade de não poder explicá-lo tão facilmente como explicamos o passado, ou como projetamos o futuro. O presente não é totalmente manipulável, como gostaríamos.

O passado é um país estrangeiro, como diz David Lowenthal (1990), e o futuro também, podemos repetir. Países inalcançáveis, separados do presente pelo mar do tempo. Mesmo os que estão mais próximos de nós, os reinos encantados da nossa infância, ou os mundos misteriosos onde presumimos chegar, nunca poderão ser visitados na realidade. Porque o que resta do passado de nossa primeira idade é o que está hoje presente, na nossa memória, como um reflexo ou sombra do que foi. O passado e o futuro só existem no presente da nossa mente. A eles só podemos chegar, atravessando o rio do tempo, com os barquinhos que construímos hoje, com a nossa inteligência ou imaginação, e com a ajuda dos

resíduos que chegaram à nossa praia - os documentos, os objetos, as evidências remanescentes de outro tempo. E se pudéssemos realmente chegar a estes reinos, talvez tivéssemos muitas decepções. O encontro com personalidades históricas e heróis, vistos na crua luz de sua realidade, poderia nos desiludir, ou até nos surpreender. Se pudéssemos dizer a D. Pedro II por que gostamos tanto de sua época, provavelmente estaríamos falando de muitas coisas de que ele, na verdade, não gostava. Murilo Mendes, o poeta, na sua *História do Brasil* (1990, p. 25), pergunta: “Como é que poderia aquele almirante holandês, na atrapalhão da hora da morte, gritar abraçado com as ondas. E pior, alguém ouvir: ‘O oceano é a única sepultura digna de um almirante batavo’”. De heróis e de frases, a nossa imaginação, às vezes poética, constrói uma história de papel.

O que nos fica então dessas elucubrações, físicas e metafísicas, além das rugas em nossa testa? O que é o patrimônio, do passado ou do futuro, que acumulamos, preservamos e coletamos? Qual a sua função? Que benefício ele nos traz, na solução do paradoxo do Tempo que passa e que permanece?

Os paradoxos sempre foram úteis aos filósofos para tentar desafiar as charadas da realidade. Um destes filósofos da Antiguidade, Zeno, propôs um famoso paradoxo que tenta explicar o nosso conhecimento da realidade, com a imagem do voo de uma flecha. A ideia de “movimento” no voo da flecha nos parece um conceito claro e transparente, mas se consideramos este movimento como uma sucessão de fases, em que, a cada momento, a flecha se encontra num ponto diferente do espaço, a ideia do movimento se desintegra e caímos no paradoxo. Quando focalizamos estes diferentes pontos, o movimento da flecha não existe. O conceito de movimento requer a conscientização de que a flecha passa de um ponto a outro, sucessivamente, durante sua trajetória, e que cada ponto nesta linha depende de um ponto anterior e de um ponto posterior para onde ela se desloca.

Todo momento presente está marcado pelos traços do passado e do futuro. O não-presente, o ausente, o que virá, estão

contidos e são parte do presente. Talvez isto explique, em parte, a fascinação que nos provoca um objeto antigo – alguma coisa que foi e que já não é mais na sua totalidade, mas que podemos tocar e experimentar de outra maneira.

Qualquer referência a um fato que acontece em um momento dado requer a consideração e a referência a outros momentos que não estão presentes. O movimento da flecha é uma sucessão de estados acumulados num só processo de deslocamento, no tempo e no espaço.

A ideia do patrimônio cultural pode ser melhor configurada e compreendida por esta metáfora. Os objetos culturais que constituem o nosso Patrimônio de hoje, produzidos no passado ou na atualidade, trazem em si uma trajetória implícita, e muitas vezes explícita, das sucessivas fases da vida cultural.

Pela força da familiaridade com certas formas, não enxergamos os traços anteriores ou arcaicos ainda presentes nas coisas que produzimos hoje. Um automóvel, por exemplo, ainda retém os traços das antigas carroças. Podem até ser chamados de carroças, em circunstâncias especiais. Os computadores ainda detêm traços das máquinas de escrever, e os originais de um livro, batido a máquina pelo autor, ainda são chamados de “manuscritos” pelos editores. As igrejas modernas ainda apresentam comumente uma torre sineira, apesar de que hoje estão rodeadas de modernos edifícios, mais altos e importantes no relevo urbano, e de que os fiéis podem ser chamados ao serviço litúrgico pelo telefone ou por um anúncio no jornal. O traçado de uma cidade, a praça principal, onde hoje se reúnem os jovens e os velhos, guardam as marcas dos velhos caminhos e do antigo mercado, hoje revestidos de novas roupagens, circulando novas mercadorias. O esqueleto de sua estrutura orgânica, marcado por transformações sucessivas, ainda pode ser reconhecido por olhares menos superficiais.

A Volkswagen hoje anuncia que “o futuro chegou” com um modelo aerodinâmico que evoca os carros dos filmes de Batman ou de Spielberg. A caneta de pena (tinteiro), os Beatles, a música de Elvis Presley ainda estão na moda, e a cada ano ficamos

sabendo que a moda no vestuário feminino recupera tal ou tal década ou estilo. Qualquer antropólogo sabe que as máscaras e os desfiles carnavalescos trazem em si os resíduos de rituais e de significados perdidos no tempo.

O olhar sobre o patrimônio cultural não pode, assim, sob pena de fossilização, permitir-se as atitudes de nostalgia, de saudades ou de supervalorização do passado. As consequências deste tipo de conservacionismo ou preservacionismo podem ser nefastas para o presente, negando-o e esmagando-o sob o peso destas relíquias ou ruínas.

O vaso da cultura só tem sentido quando por ele passa o fluxo sempre novo da energia cultural, que como a água de um rio, na imagem de outro filósofo da antiguidade, não é nunca a mesma. A história esta irremediavelmente perdida, e o que pensamos saber dela é aquilo que nós próprios escrevemos, documentamos, e transmitimos aos nossos filhos. A história está sempre sendo reescrita, e para que ela seja “história”, “narração”, é preciso que identifiquemos os narradores, os autores destes relatos, no passado e no presente.

Os remanescentes do passado que chegaram até nós são documentos ou testemunhos dos sucessivos instantes do movimento histórico-cultural. É preciso que saibamos olhá-los como vemos o voo da flecha, e não como momentos fixos no tempo e no espaço. A falta da perspectiva histórica e da noção do movimento, do processo, dificulta-nos comumente este olhar; além disso, é preciso olhá-los com os nossos olhos, e reconhecer que a visão que temos deles hoje é a *nossa* visão, a nossa perspectiva. Nada garante que os nossos antepassados os vissem ou percebessem da mesma maneira do que nós. Não podemos pretender que estamos “vendo” ou “explicando” o passado, pois estas visões e explicações não são mais que *interpretações* de uma realidade que já não existe, pelos remanescentes que chegaram até nós.

Quando escolhemos o que preservar (e as polêmicas na área da conservação e restauração são constantes), devemos saber que escolhemos com os valores e com o olhar do presente. Que pre-

servamos o que nos parece significativo e importante, de acordo com os critérios do presente. Precisamos ter consciência destes critérios e julgamentos e justificá-los perante a sociedade. De alguma forma, com a nossa escolha, estamos construindo um passado para os nossos contemporâneos e para a nossa posteridade.

Do mesmo modo, a conservação do presente, que configura na verdade a forma e o conteúdo do nosso vaso cultural, e que amanhã já será passado, deve considerar uma visão em perspectiva em direção ao futuro que projetamos e sonhamos, com a mesma consciência de que as nossas escolhas são determinadas pelo nosso modo de ver o mundo, ou de sonhá-lo.

Como então escolher e com que critérios, se muitos são possíveis? Se existem muitos olhares e muitas perspectivas?

Isto depende dos nossos objetivos e de nossa atitude em relação ao nosso vaso cultural. Se olharmos o passado com nostalgia, projetaremos nele as nossas próprias vivências e lembranças, os livros que lemos, o cenário da casa dos nossos avós, o nosso tempo perdido. Se olharmos o passado com o purismo científico das academias, imporemos aos seus remanescentes o critério implacável das leis e das normas imexíveis da tradição. Detectaremos e hierarquizaremos os valores de acordo com modelos que não foram escolhidos por nós, mas que nos foram transmitidos por uma escola, ou por uma outra época. Dessa maneira, estaremos rejeitando o nosso próprio tempo, o nosso próprio olhar, a nossa própria capacidade de inovar e de criar uma nova maneira de ver o mundo.

Se olharmos o passado e o presente com o olhar de Zeno, procuraremos as diferentes fases do movimento da cultura, em sucessivas etapas. Procuraremos os traços da continuidade e da temporalidade, presentes em cada esquina ou em cada gaveta de armário.

Cada um preserva o que quer e o que escolhe, de acordo com sua experiência pessoal. Em nível da coletividade, da preservação do vaso comum do patrimônio cultural de uma sociedade, e preciso evitar o risco de preservarmos e valorizarmos apenas

fragmentos do vaso, que podem parecer importantes para certos grupos do tecido social, normalmente aqueles que detêm o poder da escolha. As particularidades, as nuances, a curvatura da forma têm que ser percebidas e compreendidas, identificadas e reconhecidas, para que a integridade do vaso se preserve.

A vida cultural não é um monólogo, mas se baseia num processo de comunicação entre os membros de um grupo. Na verdade, este processo é um coro de muitas vozes que ressoam no bojo do vaso cultural. É preciso saber ouvi-las, registrá-las, entendê-las, para que esse vaso ecoe a sua integralidade. A caixa de um violão, como todos sabem, quando rachada, não emite mais melodias, salvo ruídos desagradáveis.

Jurgen Habermas (1989), o filósofo contemporâneo, fala das “ações comunicativas” necessárias ao processo de emancipação das sociedades modernas, que se contrapõe ao domínio da Tradição e da Autoridade, nas sociedades pré-modernas; a modernidade abriu o espaço em que essas “ações comunicativas”, baseadas no *consenso*, podem levar o homem a dialogar e a construir livremente o seu próprio destino. E a partir desta proposta que pretendo discutir o problema da Educação, de um modo geral, e de sua prática no desenvolvimento de uma consciência social sobre os valores e os usos do patrimônio cultural.

A educação pode ser vista como um processo permanente, ao longo da vida de um indivíduo, que lhe permite crescer e desenvolver-se até atingir suas capacidades plenas de maturidade, autoconsciência e autodeterminação, como base necessária para a sua liberdade e bem-estar. Não podemos abordar aqui as inúmeras teorias e metodologias propostas para a definição e a prática da educação ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo. Entretanto, todos os estudos de teoria da educação, aliados aos de disciplinas afins, como a teoria do conhecimento, a psicologia e a própria psicanálise, os estudos do comportamento e da memória, da percepção e da inteligência, possibilitaram-nos muitos dados para a compreensão deste processo.

Optamos, entretanto, aqui, por citar apenas uma célebre frase de um psicólogo norte-americano, B. F. Skinner, que nos parece sintetizar a discussão: “A educação é aquilo que resta, quando tudo aquilo que foi aprendido foi esquecido”.

Malcom Knowles (1984), um especialista na educação de adultos, refere-se a dois tipos de inteligência, que podem nos explicar o sentido desta afirmação; ele fala de uma “inteligência fluida”, que é a capacidade que temos para descobrir novas coisas e ideias, dominante na primeira infância e atingindo uma estabilização na adolescência. Em contraposição a este tipo de inteligência, Knowles propõe a ideia de uma “inteligência cristalizada”, que é a capacidade de usar aquilo que já sabemos, e de construir sobre isso. Esta capacidade aumenta com a idade, atingindo o seu pleno potencial na idade adulta. A inteligência “cristalizada” é cumulativa, resultando do processo de aprendizagem e das experiências vividas, e sustentando o processo de desenvolvimento do indivíduo até o limite da morte.

Ao diferenciar o processo de aprendizagem dos adultos e das crianças, Knowles propõe ainda a revisão do conceito de *pedagogia*, tradicionalmente visto como a arte e a ciência da educação, contrapondo-o com o conceito de *andragogia*. A pedagogia, das raízes gregas *paid* – criança – e *agogos* – líder –, referia-se inicialmente ao processo de ensinar e formar crianças, através do ensino de habilidades básicas, como ler, escrever e contar. Com a formalização do ensino, este termo e métodos, passam a ser aplicados nas primeiras universidades, e estendem-se a qualquer tipo de ensino e aprendizado.

Entretanto, os primeiros educadores da humanidade ensinavam aos adultos: Lao-Tse, Confúcio, Buda, Jesus Cristo, Sócrates, Platão e Aristóteles, entre muitos outros, dedicavam-se à educação de adultos através de métodos muito diferentes daqueles propostos pelo que se conhece como o método “pedagógico”, baseado em conteúdos pré-determinados e em objetivos pré-estabelecidos. Os métodos desses primeiros mestres baseavam-se no diálogo e na indagação ativa, no questionamento de paradoxos e no exame

de parábolas e metáforas que levavam os alunos a compreender, a aprender e a discutir os mais diversos assuntos.

A *andragogia*, da raiz grega *aner* – que significa “adulto”, ou mais exatamente “homem” –, seria a arte ou a ciência de educar os adultos. A grande diferença entre a pedagogia e a andragogia está em que a primeira enfocava tradicionalmente o processo de *transmissão* de conhecimentos, e a segunda, o processo de *aquisição* de conhecimentos.

A extensão e a absorção do método pedagógico pelas universidades fez com que os adultos passassem a ser ensinados como se fossem crianças, ou seja, como seres dependentes do professor, que é a autoridade máxima, que lhes dá a conhecer as coisas e as ideias. Este processo, adotado na educação escolar de base, vê o objetivo da educação como a aquisição de um número determinado de conceitos e conhecimentos, em um determinado período de tempo.

A diferença entre o processo e as necessidades de aprendizado entre adultos e crianças é cada vez melhor compreendida e estudada. De acordo com estes estudos, os adultos aprendem naturalmente, com base em suas experiências e muitas vezes não têm consciência desse processo. A motivação e o interesse da criança em aprender sobre as coisas, baseada em sua “inteligência fluida”, deriva de sua disponibilidade e curiosidade inata em saber sobre as coisas, em descobrir o mundo. A motivação do adulto para aprender algo, com base na sua “inteligência cristalizada”, passa necessariamente pela *necessidade de saber* sobre as coisas, para poder lidar com os problemas de sua vida prática, em primeiro lugar. A porcentagem de adultos que estudam pelo “prazer de estudar” é mínima, como demonstram as pesquisas.

O adulto tem necessidade de saber *porque vale a pena saber* sobre alguma coisa. E quando a necessidade se impõe, ele em geral pede ajuda a alguém para superar os obstáculos do seu não-saber. Um adulto aprende a ler, por exemplo, porque precisa saber ler os anúncios de emprego no jornal e aprende a escrever

e a contar para poder preencher os formulários de emprego, ou para fazer os cálculos de seu salário e de sua despesa.

Constata-se também que o adulto aprende melhor com um outro colega ou parceiro do que com um mestre. Os professores de adultos, conscientes disto, passam a se colocar como “auxiliares” no processo de aprendizagem e não mais como “professores”.

Outra necessidade do adulto é a de *conectar* aquilo que já sabe com as novas ideias que lhe são transmitidas. A inteligência cristalizada, elabora, compara, confere o já sabido com os novos conteúdos, avaliando-os de acordo com o grau de interesse que estes conhecimentos podem ter para sua vida prática e absorve-os na medida em que eles lhe podem ser úteis.

A andragogia passou assim a ser vista como a arte e a ciência de ensinar as pessoas a aprender, a utilizar a sua “inteligência fluida” em benefício da sua “cristalizada”, e no enriquecimento de suas capacidades de agir, de conhecer, de compreender, de deduzir e de decidir sobre os fatos de sua realidade.

A educação formal desenvolvida nas escolas, de acordo com os métodos tradicionais do ensino “pedagógico”, ou “didático”, além de limitar o desenvolvimento destas capacidades de aprendizado independente e de determinação dos próprios objetivos, sempre privilegiou a linguagem verbal como a principal fonte de aquisição de conhecimentos e de elaboração de ideias. Inundados de palavras e de discursos abstratos, perdemos a capacidade de exercitar outras formas alternativas de aprendizado e de raciocínio, essenciais no cotidiano do trabalho e da inter-relação social. Entretanto, para bom entendedor, meia palavra basta, diz o ditado. E o marceneiro, ou o mecânico, o fotógrafo ou o artista não precisam escrever ou saber ler para desempenhar com maestria a arte que dominam.

A nossa capacidade de percepção visual e concreta, aliada à percepção por outros sentidos, como o olfato, o paladar, o tato, por exemplo, ficou extremamente reduzida sob o reinado das letras. São estas, entretanto, as primeiras capacidades que

utilizamos ao descobrir o mundo ao nosso redor, muito antes do aprendizado da linguagem verbal. Esta capacidade de percepção sensorial, sintetizada na visão, o mais poderoso dos sentidos, é que nos permite a identificação do espaço que nos rodeia, e a nossa interação com ele e com os outros. É ela que transmite ao cérebro e à memória, os dados percebidos da realidade que serão elaborados pelos processos mais abstratos do pensamento. E quando esta capacidade sofre uma pane, ou não é desenvolvida adequadamente, a nossa capacidade de agir e de conhecer a realidade fica deficiente.

Há um famoso caso, que vem sendo estudado pela psiquiatria e pela psicologia, do homem que confundiu sua mulher com um chapéu. Após um acidente, John, um homem de 50 anos aproximadamente, ficou incapacitado de reconhecer as coisas que via, apesar de se lembrar delas. Ao ser perguntado onde estava sua mulher, apontou para o seu chapéu. A doença de John foi classificada como “agnosia visual”, ou seja, uma incapacidade de reconhecer, ou de conhecer aquilo que via.

Apesar de este ser um distúrbio muito raro, uma disfunção cerebral, podemos chegar à conclusão que muitas pessoas normais, em nossa sociedade sofrem desta mesma doença em relação a sua cultura, ou ao seu patrimônio cultural, para não falar de suas próprias vidas. Limitada pela deformação do ensino tradicional da história e da ciência, baseado em fatos e dados, cifras e livros, a grande maioria da população não é capaz de ver ou de compreender as informações e os conceitos cristalizados nos objetos e nos processos culturais que nos rodeiam. Não é capaz de reconhecer o seu próprio vaso de cultura e, assim, não é capaz de utilizá-lo em seu próprio benefício. Os próprios historiadores, na maioria dos casos, têm uma grande dificuldade em “ler” as mensagens contidas nas evidências materiais da cultura e da história, contentando-se com outros textos e documentos verbais para formular suas hipóteses sobre o passado ou o presente. Os economistas fazem cálculos infundáveis para acabar com a infla-

ção e parecem não perceber, que o pãozinho está diminuindo de tamanho, ou que a moeda corrente está mais leve que uma pena.

O processo de percepção visual baseia-se fundamentalmente na identificação de formas como distintas em relação a outras formas e ao fundo contra o qual elas são vistas. A noção de perspectiva que Leonardo da Vinci introduziu na pintura nada mais vem a ser do que a identificação de diferentes planos que situam as imagens no espaço tridimensional em relação a um horizonte.

Quando não há perspectiva, geométrica ou intelectual, as figuras confundem-se facilmente, perdem a nitidez e os contornos e provocam um efeito de ambiguidade. Este fenômeno da percepção é exemplificado pelo conhecido paradoxo visual, utilizado para demonstrar os mecanismos deste processo – o problema da relação figura/fundo torna-se evidente quando observamos o desenho dos perfis confrontados, que também podem ser vistos como um vaso, de acordo com o tipo de fundo que focalizamos, o preto ou o branco. Só conseguimos ver uma ou outra forma no momento em que escolhemos ou optamos por um fundo, mas a falta de qualquer perspectiva privilegiada faz com que seja difícil fazermos esta opção. Algumas pessoas, ao identificar a figura do vaso, têm grande dificuldade em focalizar a imagem dos dois perfis.

Esse paradoxo pode ser aplicado, por analogia, ao problema da identificação do indivíduo no seu meio social, contra o pano de fundo do contexto histórico-cultural em que se desenvolve. O conceito e a definição de si mesmo são conquistados a partir da capacidade do indivíduo em distinguir a própria figura, a sua individualidade, de um fundo comum do qual participa inevitavelmente, como uma peça de um quebra-cabeça, com contornos próprios, mas participando como um elemento indispensável ao conjunto. Este fundo comum é o tecido cultural e a trama histórica em que nos inserimos, e que são indispensáveis para que neles possamos recortar o nosso perfil. O desconhecimento, ou o não-reconhecimento deste fundo impedem o auto-reconhecimento do indivíduo, a consciência das características que lhe são próprias

em relação àquilo que é herdado ou recebido da configuração cultural que lhe serve de fundo. Gera-se, assim, o fenômeno da ambiguidade no plano individual e no plano social, causa do mal-estar e da angústia resultantes desta dificuldade de sabermos, ou de decidirmos, de fato, quem realmente somos. Que figuras, sobre que fundos?

Chegamos, assim, a uma possível definição do que vem a ser a proposta da educação patrimonial: o desenvolvimento de ações que possibilitem o processo de conhecimento da herança que recebemos e sobre a qual construímos o nosso presente e o nosso futuro, do patrimônio cultural visto como o fundo contra o qual podemos traçar o perfil de nossa identidade, individual e coletiva e reconhecer a forma e o conteúdo do nosso vaso da cultura – um conhecimento que leve a sua apreciação e valorização, e principalmente a sua utilização por todos os indivíduos.

O conceito da andragogia – do aprender a aprender, para se chegar ao conhecimento, parece o mais indicado como proposta metodológica. O trabalho e as ações da educação patrimonial partem das premissas que acabamos de expor, e objetivam:

- a) estimular o desenvolvimento da “inteligência fluída”, e da percepção visual e sensorial do indivíduo, adulto ou criança, de uma forma dialógica e interativa, através da interação com outros indivíduos e com os bens patrimoniais que nos rodeiam.
- b) auxiliar a elaboração das percepções e conhecimentos aprendidos através deste processo e sua internalização na “inteligência cristalizada” das experiências vividas e dos conceitos já adquiridos, que possibilitem novas elaborações no processo cultural.
- c) possibilitar a identificação e o reconhecimento das formas culturais em constante mudança, em relação ao pano de fundo do contexto histórico-cultural em que elas se situam, sob diferentes ângulos e perspectivas, privilegiando a pluralidade e a diversidade em detrimento de modelos predeterminados.

- d) provocar um olhar ativo sobre o passado, sob a perspectiva do presente, e visando a sua melhor compreensão, desmistificando o sentimento nostálgico e paralisador da supervalorização do passado.
- e) contribuir para que o indivíduo, ou a criança, compreenda *por que vale a pena saber sobre a herança e o processo cultural* em que estão inseridos, e quais os benefícios decorrentes deste conhecimento para a sua vida prática.

As estratégias para o desenvolvimento das ações de Educação Patrimonial são inúmeras, de acordo com o contexto e a natureza do campo de trabalho. Metodologicamente, poderíamos citar algumas premissas fundamentais que devem necessariamente norteá-las:

- O enfoque dos objetos, artefatos e manifestações culturais baseia-se numa visão mais humanística, e menos “científica” dos bens culturais, procurando a descoberta de sua *função e do seu significado* na sociedade que os produziu e que os utiliza (as diferentes gramáticas e a proxêmica – as relações de distância e intimidade – que se podem descobrir nas construções modernas e nas antigas, com a dimensão e a distribuição dos espaços, ajudam-nos a compreender melhor as relações e as dificuldades dos seus habitantes).
- Este enfoque deve sempre partir do presente e das manifestações locais e particulares do grupo cultural, contribuindo para a sua identificação e o seu recorte específico no contexto mais amplo da nação (a construção de um supermercado no lugar de uma antiga fábrica pode ser analisada contra o pano de fundo da história econômica de uma comunidade, e dos problemas ou vantagens advindas destas transformações, que podem ou não ter relação com as mudanças em um nível nacional).
- A consideração do patrimônio cultural a ser trabalhado deve manter uma visão ampla, e não sacralizada, reconhecendo como objetos culturais não apenas os acervos

dos museus ou as peças históricas e os monumentos, mas qualquer artefato produzido pelo homem, entre os quais se incluem as cidades e os campos, os modos de fazer e de utilizar esses bens, cristalizados nos objetos do cotidiano (as transformações na vida social provocadas pelo aparecimento da lâmpada elétrica podem ser analisadas em contraste com o modo de vida à luz de velas, ou a querosene).

- O enfoque dos processos, mais do que dos produtos, das formas ou dos modelos, identificando a ação humana que determina e possibilita a criação cultural. O processo de transformação e de movimento dos bens culturais será melhor compreendido em sua dinâmica ao longo do tempo (a modificação na forma e na textura do mobiliário doméstico, bem como o surgimento de novos elementos e a obsolescência de outros – como a redução do tamanho das mesas e das cadeiras, e o desaparecimento das *chaises-percees* – podem nos relevar as consequências da fabricação em série e da modificação de hábitos sociais ao longo do tempo).
- A linguagem verbal deve ceder à primazia as linguagens não verbais das imagens, das formas, das texturas, dos cheiros e dos sons, possibilitando outros modos de “leitura” acessíveis àqueles que não dominam a leitura e a escrita (o uso de fotografias tiradas de um mesmo ângulo, em determinado ponto da cidade, em épocas diferentes, pode ser mais eloquente do que um texto inteiro que descreva as modificações ocorridas. O registro de depoimentos em gravação sonora, o filme, o vídeo, a maquete podem falar mais do que uma aula, e uma etiqueta com os dizeres: “Por favor, toque”, ou “Deite-se na grama” podem induzir uma pessoa a estabelecer uma nova relação com o que se quer dar a conhecer a ela).
- O desenvolvimento de processos ativos de conhecimento, partindo da indagação e da curiosidade natural, e

conduzindo a uma apreciação menos superficial do bem cultural (os jogos de detetive, as gincanas de descoberta de elementos arquitetônicos ou de objetos especiais, as mil-e-uma perguntas que se podem fazer sobre uma embalagem do Mac Donald's, a comparação, a dedução e a inferência por meios sensoriais podem envolver o adulto ou a criança neste processo de conhecimento ativo; a formulação de hipóteses ou de alternativas para uma dada forma ou construção, a indagação dos motivos e razões para que elas sejam como são, são outras maneiras de induzir processos de elaboração mental e de compreensão sobre os fatos culturais).

- O estímulo aos processos afetivos de conhecimento, pela interação com os objetos, da sua manipulação e experimentação, de representações dramáticas ou de encenações que permitam a adultos e crianças uma apropriação emocional e intelectual dos bens e processos culturais (quando foram convidadas a vestir uma peça de vestuário feminino das coleções do Museu Imperial, as estagiárias do setor educativo descobriram que mesmo a mais franzina de todas não caberia nela. A constatação da diferença provocada por mais de um século de melhor nutrição propiciou a estas professoras a consciência da distância que as separava das baronesas do Império, e a um sentimento de superioridade em relação as nossas tataravós, que seria impossível somente na leitura de vários livros sobre a alimentação e a vida social no Segundo Reinado).

O trabalho da Educação Patrimonial é o de possibilitar a investigação das relações e das emoções humanas cristalizadas ou vivas nos bens culturais, e de ensinar às pessoas a aprender como fazer o mesmo. Pelo questionamento ativo dessas evidências podemos conhecer melhor as relações do homem com o seu meio ambiente e com os seus semelhantes, as relações entre o cultural e o natural, a interação entre os indivíduos e os seus locais e

circunstâncias de vida. O passado, assim desmistificado, ilumina o presente, de maneira positiva ou às vezes cruel.

Compreender as coisas que fazemos é uma maneira de nos conhecermos melhor, e o princípio é válido para o passado, assim como para o presente e para o futuro que queremos construir. Esta é a única garantia que podemos ter para a preservação do nosso Patrimônio Cultural. O trabalho fundamental que nos desafia é o de fazer com que as pessoas – adultos ou crianças – despertem para a consciência de que por trás dos espelhos do passado estamos nós mesmos, e de que vale a pena nos reconhecermos neles. E, ainda, que este reconhecimento, no passado e no tempo, tem consequências na nossa vida presente, e é importante para a nossa sobrevivência em algum lugar do futuro.

Parafraseando Skinner, poderíamos assim dizer que o patrimônio cultural de um povo é aquilo que lhe restara quando tudo o que foi construído se desmanchar no ar. Esse patrimônio, na verdade, é simplesmente aquela qualidade humana que nos faz sempre recomeçar e reconstruir, por pior que as coisas estejam.

Referências

BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, 1934.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Moral consciousness and communicative action*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KNOWLES, Malcom. *Andragogy em museums, adults and the humanities*. Washington D. C.: Z. Collins, 1984.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Univ. Press, 1990.

MENDES, Murilo. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. *The use and abuse of history*. Indianápolis: Bobbs-Merrill, 1957.



Educação patrimonial: pensando sobre Passo Fundo

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

O PRINCIPAL OBJETIVO DESSE ENSAIO É PENSAR EM TEMAS E PROBLEMAS PARA ELABORAR propostas de educação patrimonial² que possam ser desenvolvidas com turmas de ensino fundamental e médio em Passo Fundo. O primeiro passo é pensar em uma educação que tenha significado para os alunos. Trabalhos escolares que envolvem a memória patrimonial de uma cidade não devem se limitar a uma simples apresentação e/ou descrição dos objetos, também não podem servir apenas para ilustrar o desenvolvimento de um conteúdo em sala de aula ou mesmo ser apenas um “passeio” em um museu ou visitas a prédios e lugares “antigos”.

A escola hoje, bem como o próprio papel do professor, encontra-se em um momento delicado. A função da educação escolar é amplamente debatida por diferentes segmentos da sociedade, mesmo assim podemos definir um ponto em comum

¹ Graduado e Mestre em história pela Universidade de Passo Fundo.

² “De forma conceitual, a **Educação patrimonial** tem como fonte de estudo o patrimônio, seja ele material ou imaterial, histórico ou natural, combinado com todos os saberes, sejam eles familiares, escolares e comunitários, empíricos ou técnicos. Logo se caracteriza por ser um processo permanente, que parte da compreensão do patrimônio histórico-cultural de uma determinada realidade” (ROSA, 2004, p. 41).

neste debate sobre o caminho que os profissionais da área devem seguir para um desenvolvimento de um processo educativo que proporcione experiências significativas de aprendizagem. Valter Guimarães (2001, p. 102) define a encruzilhada em que os professores se encontram:

Assim, o professor hoje é muito colocado em xeque principalmente pela sua condição de fragilidade em trabalhar com os desafios da época, com as novas tecnologias, com a avalanche de informações e suas consequências nas disposições de aprendizagem dos alunos.

Esse contexto cria toda uma expectativa em torno do trabalho dos professores, vive-se um momento de redefinição do papel da escola e da própria ideia de aula, pois é imprescindível que a educação escolar supere a exclusividade do uso da linguagem falada e escrita como principal instrumento pedagógico. É preciso ir além e compreender as especificidades das novas linguagens que caminham com as transformações que ocorrem na sociedade³. Trabalhos com educação patrimonial devem seguir esta perspectiva, pois as diferentes categorias de patrimônio (cultural, artístico, histórico, natural, material e imaterial etc.) possuem linguagens diferentes, são formas de expressão humana que precisam ser aprendidas para proporcionar experiências educativas significativas para os alunos.

Como Borne (1998, p. 139) aponta, “ensinar a história é, em primeiro lugar, levar os alunos a se apropriarem de uma linguagem específica”. O ensino de diferentes matérias na escola requer a apreensão de diferentes linguagens.⁴ O mesmo ocorre

³ Comentando sobre o trabalho com diferentes linguagens, Guimarães aponta que a atividade profissional do professor “se caracteriza pela função de ensinar um corpo de conhecimento e, por outro, que se utiliza predominantemente da linguagem falada e escrita, embora haja outros meios imprescindíveis que caracterizam um perfil básico de profissionalidade e de atuação” (GUIMARÃES, 2001, p. 102).

⁴ “Objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças de nossos antepassados. Essas informações ou mensagens são obtidas mediante uma ‘leitura’ dos objetos, transformando-os em documentos” (BITTENCOURT, 2009, p. 353). Bittencourt, escrevendo sobre o trabalho com documentos não escritos na sala de

com a educação patrimonial, para isso é necessário romper com uma visão conservadora de aula, que se limita à memorização e cópia de conteúdos em um espaço formal de ensino. Para buscar novas linguagens, é preciso buscar novos métodos, novos temas de trabalho, novos espaços onde a relação ensino/aprendizagem se desenvolva. Enfim, é preciso (re)pensar a educação.

O próprio conceito de aula precisa ser (re)definido quando pensamos em trabalhar com educação patrimonial. Concordando com Rays (2002, p. 85), “é preciso ir além da etimologia do conceito de aula que predomina atualmente na instituição escolar: aula é igual à lição; aula é o lugar onde se ensina”. A aula não pode ser apenas uma reprodução de conhecimentos, orientadas pela exposição e cópias de conteúdos. É preciso desenvolver a reflexão dos alunos sobre o mundo em que vivem. Buscar qualidade de ensino não é buscar “quantidade” (entendida pela maior nota do aluno). A aula deve ser encarada como um momento de produção de saber que deve ser confrontado com a realidade cotidiana, assim as experiências educativas terão significado para os alunos.

Esse modo de trabalhar as atividades de aprendizagem requer do educador a habilidade de planejar aulas reais, onde sejam previstas, com certo nível de flexibilidade, situações de comunicação relacional, situações-problema desafiantes e desequilibradoras, para que o educando, através do processo de abstração, entre em contato direto com o conhecimento sistematizado, assimilando-o e reorganizando-o, fazendo uso de seu conhecimento anterior, de sua imaginação, criatividade e criticidade. Somente assim, o educando atinge a produção, a elaboração consciente do saber (RAYS, *ibidem*, p. 93).

A educação patrimonial atende a todos os requerimentos citados por Rays. Quando trabalhamos com o patrimônio histó-

aula, indica a necessidade de compreender as especificidades da leitura desses objetos enquanto fontes de pesquisa. Portanto, quando se fala em educação patrimonial em história, é preciso estar atento a concepções de pesquisa histórica, como a heurística e crítica das fontes, pois esta é uma linguagem que cria condições para os sujeitos entenderem o patrimônio histórico e conseguirem direcionar questionamentos aos objetos característicos da cultura material.

rico de determinada localidade, estamos preparando aulas que envolvem a realidade próxima do aluno. Qualquer atividade de educação deve promover situações em que os alunos usem seus conhecimentos para resolver problemas ou desafios⁵. Para realizar atividades com o patrimônio, é preciso conhecê-lo, bem como a história local e o que ele representa para os diferentes grupos da sociedade. O trabalho com patrimônio histórico envolve a investigação de um documento, uma fonte de pesquisa dos historiadores, o educando precisa estar ciente desse aspecto do patrimônio para pensar criticamente sobre as funções da memória patrimonial investigada.

Para efetivar uma proposta de educação e de ensino de história que tenha significado para o aluno e esteja vinculada à realidade social, é fundamental que o educando pense criticamente para formar seu próprio ponto de vista sobre os temas e problemas a serem debatidos. Ruiz (2007, p. 77-78) comenta sobre o que significa levar o aluno a construir suas próprias ideias indo ao encontro da perspectiva de educação patrimonial que o presente ensaio procura estabelecer:

Ensinar a edificar o próprio ponto de vista histórico significa ensinar a construir conceitos e aplicá-los diante das variadas situações e problemas; significa ensinar a selecionar, relacionar e interpretar dados e informações de maneira a ter uma maior compreensão da realidade que estiver sendo estudada.

Uma proposta de educação patrimonial que possibilite ao aluno construir um ponto de vista autônomo e crítico precisa

⁵ Moreno afirma que não é finalidade de nenhuma matéria (história, língua, matemática etc.) do ensino fundamental ou médio formar pesquisadores ou profissionais atuantes nas diferentes áreas, “isto é, nenhuma destas matérias constitui, no ensino obrigatório, uma finalidade em si mesma: todas elas são meios para atingir outras finalidades” (MORENO, 1998, p. 38). Moreno propõe a superação de um ensino em que os conteúdos sejam fins em si mesmo. As matérias escolares e seus conteúdos devem ser meios para resolver problemas e situações que tenham significado e estejam relacionadas com a realidade dos educandos. Nesse sentido a educação patrimonial deve proporcionar uma experiência educativa que leve o aluno a refletir, a pensar sobre a sociedade em que está inserido, sua história e seu papel enquanto sujeito histórico.

esclarecer os conceitos que vão nortear a atividade. É preciso ter clareza sobre o que são documentos históricos, qual o tipo de patrimônio que se está estudando, o que é memória patrimonial e qual a sua função para a sociedade bem como para a história dos sujeitos – incluindo o próprio aluno. Professor e aluno necessitam compreender a linguagem própria do patrimônio a ser estudado, estabelecer um método eficaz para esse tipo de trabalho. Citando Ruiz (Ibidem, p. 78), “o nosso desafio, portanto, consiste não em saber se é possível fazer isso ensinando história, mas em responder positivamente, com um método adequado, à pergunta sobre como é possível fazer isso, ensinando história”.

Na aprendizagem, como em toda viagem, deve-se conhecer o local de partida e o lugar para onde se quer ir; o processo são os passos do caminho, cada um dos marcos que se atravessa conduzem a uma mudança paulatina na qual o tempo representa um papel importantíssimo [...] O pensamento transforma-se com a aprendizagem, e toda transformação pressupõe um processo que requer determinado tempo (MORENO, 1998. p. 41-42).

É preciso estabelecer os passos do caminho a se seguir durante uma atividade voltada à educação patrimonial. Essa caminhada, “os passos do caminho”, deve ser constantemente questionada, pois o patrimônio histórico, entendido como um documento, uma representação de determinado grupo social, não deve ser trabalhado com os alunos sob uma perspectiva ufanista, para mostrar a grandeza e beleza dos monumentos, prédios, praças etc. que representam determinada figura política ou outro sujeito da história de uma cidade ou mesmo de um país.

O significado desse patrimônio para a sociedade deve ser questionado em aula. Pensar sobre a função da memória patrimonial e seu uso político pode ser entendido como os passos iniciais da pesquisa com o patrimônio histórico e a busca pelos procedimentos de leitura do patrimônio. Esclarecendo os conceitos, iniciamos o educando na compreensão de uma linguagem específica para travar um diálogo com a memória de uma cidade e dar seus primeiros passos em direção à pesquisa histórica.

Caimi (2001, p. 141) comenta a relação entre pesquisa e ensino: “as propostas de desenvolver a pesquisa associada ao ensino em todos os níveis têm o sentido de superar a transmissão de conteúdos, vencer a rotina do ensino livresco e possibilitar o contato direto de alunos e professores com as fontes de pesquisa histórica”. A intenção com um processo de educação patrimonial não é formar pesquisadores da área, mas fornecer ao aluno a capacidade de pensar seu cotidiano, suas experiências dentro da cidade sob uma perspectiva histórica, além de disponibilizar o contato com fontes de pesquisa, estimulando sua imaginação e criatividade.

Pensando sobre a realidade de Passo Fundo – possibilidades de estudo

Como já afirmado, o primeiro passo para desenvolver atividades de educação patrimonial é definir o objeto de estudo, no caso, o patrimônio. Mas é preciso ter clareza de outros conceitos relacionados ao tema, como memória patrimonial, documentos, monumentos e a ideia de cultura. Choay, estudando os significados e a valorização da noção de patrimônio na sociedade contemporânea faz um alerta que devemos considerar com cuidado:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra (CHOAY, 2001, p. 12).

Trabalhar com educação patrimonial não significa apenas valorizar a preservação e a memória histórica que o patrimônio representa, mas questioná-lo, procurar perceber o que ele pode revelar sobre a sociedade em que está inserido, quem e o que ele representa e por que sobreviveu às transformações urbanas (e por que outros documentos não sobreviveram às mesmas). Portanto, não podemos apenas admirar o patrimônio histórico como um objeto de “culto”, mas problematizar a sua existência.

Le Goff (2003, p. 525), definindo os conceitos de documento e monumento, mostra como podemos problematizar o patrimônio histórico. Vinculando os dois conceitos à chamada “memória coletiva”, considera os documentos como monumentos de uma sociedade, inseridos em conjuntos mais amplos como a “cultura material”. Tratando-os como instrumentos de poder, ele indica que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

Esse pode ser o primeiro passo para uma educação patrimonial que coloque um problema a ser pensado pelos sujeitos envolvidos – o que o patrimônio histórico, entendido como um documento/monumento, está legitimando? Perguntando-se por que e como ele foi preservado, é possível questionar também que poder ele representa/legítima ou mesmo procura derrubar. Essa pergunta torna-se mais pertinente quando colocamos na discussão a noção de cultura. A aproximação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia contribuiu para ampliar a noção de cultura, como Bezerra (2007, p. 46) indica:

Cultura não é apenas o conjunto de manifestações artísticas. Envolve as formas de organização do trabalho, da casa, da família, do cotidiano das pessoas, dos ritos, das religiões, das festas etc. Assim, o estudo das identidades sociais, no âmbito das representações culturais, adquire significado e importância para a caracterização de grupos sociais e de povos.

Nesse sentido, a própria prática de preservação de edificações pode ser problematizada, pois é uma forma de manifestação cultural, o conceito de memória patrimonial pode servir como um problema a ser debatido com os alunos, assim é possível refletir sobre os “artesãos do passado”, os “construtores do antigo”, os sujeitos ou grupos que escolhem o que deve ser considerado patrimônio. A sugestão não é criticar as edificações consideradas

históricas ou desvalorizar sua existência, mas questionar o motivo desse patrimônio ter-se transformado em histórico.

A memória patrimonial pode ser entendida como coletiva quando é compreendida dentro de um “conjunto das representações de formas de vividos temporais que cada grupo social produz institucionaliza, pratica e transmite por meio de formas variadas de socialização [...]” (TEDESCO, 2004, p. 74). O patrimônio histórico é um dos elementos que compõe a memória patrimonial de uma comunidade. O campo da memória coletiva pode ser palco de conflitos entre grupos sociais.

Esses conflitos não devem ser ignorados quando trabalhamos com educação patrimonial, pelo contrário, podem constituir um ponto de partida. Até aquilo que não é considerado pelo poder político um “patrimônio” pode ser um ponto inicial de uma atividade, mesmo edificações que sucumbiram frente às transformações urbanas constituem questões importantes para compreensão dos conflitos e da memória patrimonial de uma cidade.

Os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapareço, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados. A destruição deliberada e combinada também os ameaça, inspirada seja pela vontade de destruir, seja, ao contrário, pelo desejo de escapar à ação do tempo ou pelo anseio de aperfeiçoamento (CHOAY, 2001, p. 26).

Choay destaca que os motivos para a destruição de monumentos podem ser diversos. Mas o esquecimento, o desapareço a uma edificação apontada como patrimônio histórico não é resultado apenas do passar do tempo, é resultado de uma cultura baseada em ideias de progresso que se configuram em uma modernização urbana onde a verticalização torna-se um símbolo de crescimento econômico. A destruição de um bem patrimonial em Passo Fundo exemplifica os problemas gerados por essa busca desenfreada pela modernidade: além das “afrontas do tempo”, a

Casa Gabriel Bastos foi “deixada de lado” em prol da valorização imobiliária da área central.

A destruição da Casa Gabriel Bastos é um exemplo que pode ser trabalhado em aula para introduzir questões relativas aos conflitos e relações de poder em torno da preservação da memória patrimonial. Sua destruição é resultado de um agressivo processo de verticalização da área central de Passo Fundo. As relações entre a modernização, o crescimento e as alterações do espaço urbano são pontos que devem ser abordados com uma prática de educação patrimonial.



Figura 1. Prédio construído onde existia a Casa Gabriel Bastos.

A esquina em que existia a Casa Gabriel Bastos faz parte da realidade dos munícipes. Para demonstrar como a alteração desse espaço representa uma mudança para a sociedade, é preciso estudar a história daquela esquina. Quem era Gabriel Bastos, sua atuação política, por que existia uma lei que indicava sua casa para o tombamento? Qual a importância da sua residência para a cidade, além de ser residência de um prócer da política regional, que outras funções a edificação já teve, bem como os sujeitos e grupos envolvidos na sua indicação para o tombamento⁶?

Depois de realizar essas reflexões, a leitura daquela esquina vai ser outra, o que pode vir a proporcionar a apropriação de uma percepção da historicidade dos espaços urbanos. Com essas questões devidamente debatidas, é interessante levar os alunos para realizar uma visita ao local, observando as lojas ali instaladas, o imenso arranha-céu com seu largo estacionamento e questionar sobre as transformações sociais, políticas e econômicas do município, bem como estudar a história do Estado e do país a partir da história local. Questões contemporâneas podem ser trabalhadas, como a prioridade conferida ao uso dos automóveis, implicando a afirmação de um modelo econômico para o país e os efeitos que isso causa em Passo Fundo.

A destruição do patrimônio histórico arquitetônico deve ser abordada em aula. Passo Fundo não é uma exceção no quadro nacional. Em todo Brasil, ocorrem casos semelhantes, a história das cidades, expressa em diversas edificações acabam cedendo à pressão de transformações urbanas que não são recentes. Símbolos de uma busca desmedida pelo progresso econômico e encarados como “modernos” frente às velhas casas construídas no século XIX ou no início do XX, os edifícios verticais marcam os espaços urbanos brasileiros. Maestri se refere à fundação de Brasília como referência para esse processo, pois a capital nacional é a representação de uma proposta de desenvolvimento que se consolidou durante o século passado:

⁶ É imprescindível o trabalho com documentos visuais para que o aluno perceba a mudança no espaço urbano. O Museu Histórico Regional de Passo Fundo possui um rico acervo fotográfico da cidade, incluindo fotos da Casa Gabriel Bastos em diferentes épocas. Existem também álbuns fotográficos, como o livro de LECH e CZAMANSKI (1999).

Sobretudo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, nas grandes cidades, era como se cada vetusto casarão dos centros urbanos, abatido para dar lugar a um moderníssimo arranha-céu racional-funcionalista, prefigurasse o futuro radioso do qual o Brasil se aproximava, a passos de gigante, acreditava-se. Nesses anos, as elites dos pequenos centros urbanos do interior sentiam-se à margem do progresso enquanto não cravassem um elevado prédio de apartamentos junto à tradicional praça da igreja (MAESTRI, 2001, p. 24).

Os apontamentos de Maestri sobre a busca do progresso ameaçando “cada vetusto casarão” exemplifica perfeitamente a realidade de Passo Fundo, que dirigida pelas elites econômicas e políticas entra em um acelerado processo de modernização urbana, buscando o progresso econômico e sua afirmação como uma capital do Planalto. A derrubada de inúmeras edificações com valor arquitetônico inestimável, a perda de parte da memória patrimonial representada por essas construções podem ser perfeitamente aplicadas para uma leitura da derrubada da Casa Gabriel Bastos, entre outros prédios, que embora não fossem tombados pelo município, constituíam importante representação da história passo-fundense e da memória coletiva dos munícipes.

Existem outros problemas além da destruição do patrimônio que podem ser abordados em práticas de educação patrimonial. Os monumentos e as praças de uma cidade também são importantes características da memória coletiva de uma comunidade e devem ser explorados. A praça Marechal Floriano, localizada no centro de Passo Fundo, é um espaço que pode proporcionar diferentes atividades e questionamentos, possibilitando o trabalho com a história local (articulada com a história do Estado e do Brasil) e sobre a construção da identidade da cidade. A questão da preservação dos monumentos também pode ser um elemento revelador, suas condições físicas podem demonstrar a relação afetiva da comunidade com esses espaços.

O péssimo estado dos monumentos demonstra o pouco interesse do poder público em sua preservação. Enquanto os

habitantes não se identificarem com a memória patrimonial ela vai ser alvo de depredação, chegando até a ser destruída, vítima de transformações do espaço urbano. No caso da Cuia, presente no coração da praça Marechal Floriano, seu péssimo estado de conservação, somado às pichações constantes mostram a necessidade de um processo de educação patrimonial para a cidade. É preciso criar condições para que a comunidade tenha experiências junto ao patrimônio para que ele seja valorizado.



Figura 2. Monumento “A Cuia”, na praça Marechal Floriano.



Figura 3. Pichações no monumento “A Cuia”.

É importante levar a comunidade a refletir sobre o que significa esse monumento para a cidade, a relação com o seu cotidiano e sua história para tentar entender seu estado crítico de conservação, pois a Cuia consiste em um símbolo, um marco espacial de referência para os moradores de Passo Fundo. De acordo com o site da Prefeitura Municipal:

A Cuia foi doada em 7 de agosto de 1957, pelo Governador de São Paulo como presente pela passagem do centenário de Passo Fundo. Este monumento mostra uma das tradições gauchescas, o chimarrão, que representa a cordialidade, a intimidade entre as pessoas. A hospitalidade é um valor constante da vida do gaúcho e o chimarrão é um fato agregador que reúne e harmoniza através do ritual do mate o relacionamento entre as pessoas. Ao se formar uma roda de chimarrão, todas as pessoas se tornam amigas, já que o mate é servido numa só cuia, que passa de mão em mão. Ao oferecer uma cuia de chimarrão para alguém, este é considerado um amigo. O mate é uma cuia, que é preenchida com erva-mate, onde se coloca uma bomba e acrescenta-se água quente. A cuia é feita de porongo e a bomba do mate, por onde se sorve o chimarrão, é de metal (normalmente de prata). A Cuia

está localizada na Praça Marechal Floriano no “coração” da cidade de Passo Fundo.⁷

O significado da Cuia para a cidade, segundo o poder público municipal, é uma referência às tradições gauchescas, símbolo da harmonia e união entre as pessoas e também constitui um marco ao centenário de Passo Fundo. No entanto, as péssimas condições do monumento mostram que parte dos munícipes não percebe a historicidade desse monumento e não se identifica com as experiências que ele representa. Outra possibilidade de estudo em relação à praça Marechal Floriano é refletir sobre os monumentos dedicados a personalidades políticas da cidade e ao próprio nome, apontando um caminho que pode inclusive revelar a falta de identificação de parte da população com esse espaço: uma espécie de memória preservada que representa uma elite política.

Outra questão que pode ser explorada com trabalhos e atividades de educação patrimonial é a estação férrea da Gare. O trabalho de Desire Ribas e Zélia Guareschi Fioreze: “A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passo-fundense” (2004), levanta questões relacionadas à modernização da cidade, em especial no local onde duas das principais avenidas se encontram, a Sete de Setembro com a Avenida Brasil, que apontam caminhos a serem seguidos. O tema do artigo é a instalação da viação férrea em 1898, acontecimento que, de acordo com as autoras, teria impulsionado o desenvolvimento dos antigos caminhos das tropas de gado que iniciaram o povoamento na região.

⁷ Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1036&a=2&pm=75>>.



Figura 4. Esquina da Avenida 7 de Setembro com a Avenida Brasil.

Além de levantar os motivos políticos e econômicos da passagem da ferrovia na região, Ribas e Fioreze (2004, p. 101) também apontam transformações proporcionadas pela estação férrea: “[...] o trem modificou o eixo de expansão urbana, atraindo colonizadores e comerciantes, que passaram a se instalar ao longo da via férrea”, dessa forma, a Avenida Sete de Setembro, comportando a viação férrea, alterou profundamente o espaço urbano, que antes tinha suas rotas de comércio e comunicação ligadas às antigas rotas de tropeiros.

A estação férrea da Gare em Passo Fundo é a primeira grande transformação urbana que marca a projeção de um imaginário de progresso no município. A partir desse momento, o início do século XX marca a construção de prédios verticais, com dois ou mais andares que eram extremamente raros. São sinais, representações do desenvolvimento econômico e político da cidade que começam a germinar o símbolo de centro regional, de capital do Planalto.

Luiz Roberto Medeiros Gosch, em seu estudo intitulado *Evolução Urbana de Passo Fundo* (2005), aponta claramente as transformações urbanas proporcionadas pela passagem do trem na cidade. Descrevendo a organização da cidade em 1888 até o início do século XX, Gosch indica como os espaços e consequentemente as sociabilidades dentro da área central foram afetadas:

A região periférica à estação ferroviária passou a concentrar toda a atividade urbana – serviços, comércio e lazer – e fez surgir um novo polo de atração entre ela e a Rua do Comércio (atual avenida Brasil), dinamizado pela igreja matriz. A estação ferroviária deslocou o antigo centro, que se desenvolvia ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual praça Marechal Floriano onde se desenvolveu o centro comercial e financeiro da cidade. Essa inversão na estrutura de urbanização da cidade valorizou a área próxima à estação férrea e proporcionou o surgimento de bairros residenciais de classe operária que passaram a se desenvolver no seu entorno (GOSCH, *ibidem*, p. 77).

Quando Gosch se refere à “região periférica à estação férrea”, está falando em uma região que concentrava bairros, casas e uma população que vivia na periferia do antigo centro da cidade. Esse espaço urbano foi substituído pela estação férrea e as transformações que ela proporcionou. O novo centro comercial não podia ser construído em meio a casas de uma população que não condizia com a nova aparência da cidade. Da mesma forma, o surgimento dos “bairros-residências de classe operária” não existem mais hoje, pois a partir do início da passagem do trem e do desenvolvimento da área central da cidade, que passou a crescer cada vez mais, houve a promoção da valorização daqueles espaços, e as edificações que ficavam próximas à estação foram engolidas.



Figura 5. Estação Férrea da Gare.

Outro momento destacado por Ribas e Fioreze foi a retirada dos trilhos da avenida Sete de Setembro na década de 1980. Essa mudança representou uma transformação no cenário econômico da cidade e uma resposta aos problemas gerados pelo crescimento urbano desencadeado por ações em busca da modernização e industrialização da área central, mas também resultou no abandono da viação férrea em nível nacional e estadual. De acordo com a ideia colocada pelas autoras, a substituição dos trilhos do trem visou a solucionar um dos problemas causados pela modernização da cidade:

[...] substituir os trilhos do trem por uma via asfáltica que desafogasse o trânsito do centro da cidade de Passo Fundo foi a solução encontrada para atender a sua crescente modernização, fato que levou o poder público municipal a tomar posição quanto à desativação da via férrea e à (re)construção da área por ela ocupada (RIBAS; FIOREZE, 2004, p. 103).

No artigo, Ribas e Fioreze percebem alguns problemas gerados pela modernização urbana e a instalação de indústrias próximas às regiões afetadas pela instalação e retirada dos trilhos da avenida. Além dessa possibilidade de abordar a estação férrea, também é possível levantar sua importância simbólica para as elites municipais, que tinham a necessidade de justificar e legitimar simbolicamente a cidade como “capital do Planalto”. Essa cultura progressista é tão forte na região que grande parte dos bens patrimoniais do município remetem à afirmação política e ao progresso econômico, incluindo a Gare.

A instalação da estação férrea representa um momento crucial para a urbanização da cidade. Uma atividade significativa para a compreensão da história local é pensar em passeios escolares estruturados basicamente em dois pontos, primeiro a Praça Tamandaré, local onde se estabelece o primeiro povoado que viria a ser Passo Fundo, próximo a uma fonte de água, o atual Chafariz da Mãe Preta, e depois a estação férrea, momento em que a cidade encontra a modernidade. A partir da estação do trem, podem-se visitar os prédios do moinho e dos hotéis Glória e Nacional, como exemplos das transformações urbanas desencadeadas pela sua presença. É importante trabalhar com os alunos uma introdução à história da cidade, articulada com o a do Estado e a do país, mostrando fotos antigas de Passo Fundo. Assim, o professor pode construir com suas turmas questões a serem respondidas durante o passeio, relacionando presente e passado. É importante que o professor assuma um papel de guia, comentando um pouco da história dos prédios, da cidade e de seu desenvolvimento urbano durante a observação dos locais a serem visitados.⁸

O Chafariz da Mãe Preta é um espaço que também revela possibilidades para um trabalho de educação patrimonial. As mesmas considerações realizadas sobre A Cuia também cabem ao Chafariz, pois seu estado de conservação também não é nada

⁸ Alguns livros que podem ajudar a pensar em um roteiro para passeios históricos pela cidade: DIEHL (1998); KRAMER e WAIHRICH (2007); MACHADO e MIRANDA (2005).

bom. Alvo constante de pichações e depredações, pode mostrar um indicativo de que parte da população não construiu laços afetivos com as experiências representadas pela praça.



Figura 6. Chafariz da Mãe Preta.

A primeira construção do chafariz data do século XIX, praticamente junto com a instalação do primeiro povoado de Passo Fundo, e passou por consecutivas reformas. Um dos poucos monumentos que se refere à escravidão na cidade, associa a presença dos escravos a uma lenda, uma linguagem fantasiosa, pois a água que corre da fonte seriam as lágrimas de uma escrava que chorava a perda de seu filho. O fato de a memória do trabalho escravo estar associada a um espaço que representa uma lenda deve ser questionado e confrontado com os outros monumentos da cidade, ressaltando que a memória patrimonial edificada cristaliza

as experiências históricas de uma elite política e econômica, uma cultura progressista que procurou negar seu passado escravista.

Também é interessante notar a relação desse monumento com o progresso urbano desmedido. Reza a lenda que quem beber a água daquela fonte jamais deixaria Passo Fundo. Pablo Morenno (2007, p. 99) chama atenção para a ironia existente:

Se é verdade ou não que quem bebe da água da Mãe Preta sempre volta a Passo Fundo, nesses últimos tempos, está difícil de provar. Ontem à tarde, quando fui até a Praça para ler a lenda acima contada, pude ler uma placa muito clara escrita pela prefeitura: “Cuidado! Água contaminada, imprópria para o consumo”.



Figura 7. Chafariz da Mãe Preta. Destaque para a placa “Cuidado”.

Foto do autor.

Tal ironia não deve passar despercebida. Visitando o local com uma turma de alunos do ensino fundamental, não pude deixar de notar o comentário das crianças: “mas é claro que a pessoa sempre volta, se ela beber morre e fica aqui para sempre”. A expansão urbana que Passo Fundo enfrentou desde sua fun-

dação, que remonta aquele local, acabou interferindo na própria lenda da Mãe Preta. Tais situações devem ser aproveitadas para a formação de uma cultura de preservação da memória patrimonial da cidade. O mau estado de conservação deve ser contestado pelo professor fundamentado na relevância desses espaços enquanto vestígios históricos das sociedades do passado e pela sua importância relacionada às sociabilidades desses locais.

Um espaço que deve ser aproveitado como importante instrumento de educação patrimonial são os museus. Em relação ao trabalho com patrimônio histórico, Passo Fundo conta com o Museu Histórico Regional (MHR), localizado no mesmo prédio (a edificação onde se localiza é patrimônio histórico do município) que a antiga Intendência Municipal. É importante não compreender qualquer museu apenas como um local onde coisas antigas são guardadas. Os museus hoje são compreendidos como espaço de educação, de reflexão e problematização das sociedades em que estão inseridos. Machado (2003, p. 60-61) apresenta a concepção assumida pelo Museu Histórico Regional de Passo Fundo:

Quando indagamos sobre como pensar um museu fora dos padrões tradicionais, concebidos como lugares de guarda e conservação de memórias saudosistas e acervos que lembram e priorizam apenas alguns segmentos da sociedade, podemos colocar nossa reflexão em três dimensões da vida humana em sociedade: história, cultura e educação. Esses elementos formam a base de um museu vinculado à comunidade e a um projeto de cidade incluyente, onde todos passam a ter acesso ao conhecimento produzido dentro deste espaço, que, por sua vez, contempla a memória no plural.

Não basta o MHR assumir uma concepção de museu “fora dos padrões tradicionais”. É preciso que a comunidade compreenda esse espaço como um local de produção de conhecimento que, entre outras funções, traz reflexões sobre temas e problemas vinculados à realidade da cidade. Portanto, especialmente

quando pensamos em levar turmas de ensino básico para visitar um museu, é necessário preparar os alunos em aula, trabalhar de antemão com os temas das exposições apresentadas.



Figura 8. Visita da Escola St. Patrick ao Museu Histórico Regional de Passo Fundo.

Foto do MHR.

Os museus oferecem excelentes possibilidades para articular vários conteúdos, de diferentes disciplinas, com a história local. Os diferentes tipos de documentos, bem como a noção de memória coletiva podem ser trabalhadas em aulas, com exemplos do acervo, como fotos, obras de arte, objetos etc. Independente do tema a ser trabalhado, é importante motivar os alunos, colocar questões para que eles próprios resolvam, relacionando o conteúdo trabalhado em aula com as diferentes exposições que podem ser visitadas durante o ano.

Considerações finais

É preciso considerar que os valores atribuídos aos bens que compõem a memória patrimonial de uma cidade não existem “a priori”. Seu valor histórico ou arquitetônico é conferido pelas sociedades do presente, são as ações dos grupos sociais que impedem os espaços urbanos de serem esquecidos. Nesse sentido, o trabalho com o patrimônio histórico deve abranger um processo crítico sobre as edificações. O intuito não é criticar o fato de fazerem parte da memória patrimonial, mas refletir sobre quem e por que determinado bem foi considerado um patrimônio ou mesmo foi lembrado em praças e monumentos. Os conflitos envolvendo a memória também devem ser explicitados, como Oliveira (2008, p. 21) aponta “[...] destruir estes suportes constitui-se em forma eficaz de dominação, por vezes coercitiva, mas, muitas vezes, também negociada, exercida pelos setores vencedores das relações de disputa, nas relações de poder”.

Os “suportes” que Oliveira se refere são os bens que compõem a memória patrimonial do município. Passo Fundo enfrenta casos em que a própria destruição do patrimônio demonstra um conflito e uma negociação entre elites econômicas e poder público. O caso da destruição da Casa Gabriel Bastos é exemplar na região. As ideias de modernização e progresso, bem como os interesses econômicos saíram vitoriosos nesta relação de poder. Não apenas a destruição, mas o descaso e abandono de espaços que marcam a cidade, constituindo pontos de referência, também são elementos que devem ser abordados em propostas de educação patrimonial.

A história local, ao ser estudada quando trabalhamos com o patrimônio histórico, introduzindo questões e problemas para reflexão dos munícipes, constitui formas de valorizar não apenas a memória de uma cidade, mas valorizar e perceber a importância do espaço em que habitamos para a formação de identidades coletivas e individuais. Estudar a história das cidades é compreender a historicidade que está presente em nosso cotidiano. Os temas e

problemas abordados são sugestões que podem servir como base para pensar em outras propostas. Passo Fundo apresenta inúmeras possibilidades que envolvem ensino e patrimônio, independente da atividade, das perspectivas teóricas e metodológicas, o que importa é pensar em projetos de educação patrimonial frente às constantes transformações urbanas que o município vem sofrendo nas últimas décadas.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BORNE, Dominique. Comunidade de memória e rigor crítico. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

DIEHL, Astor Atnônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: UPF, 1998.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula (Org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: UPF, 2005.

GUIMARÃES, Valter Soares. Ser professor atualmente: suscitando a discussão. In: LISITA, Verbena Moreira S.S.; PEIXOTO, Adão José (Orgs.). *Formação de professores: políticas, concepções e perspectivas*. Goiânia: Alternativa, 2001.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LECH, Osvandré; CZAMANSKI, Deoclides; CZAMANSKI, Ronaldo. *Passo Fundo: memória e fotografia*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1999.
- MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.
- MACHADO, Ironita P. Formação e prática: uma experiência em museu. In: *Semina: cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- MORENO, Montserrat. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, Maria Dolors (et. al.). *Temas transversais em Educação: bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática, 1998.
- MORENNO, Pablo. Chafariz da Mãe Preta. In: LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- OLIVEIRA, Almir Ferreira. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. In: *Cadernos do CEOM Bens culturais e ambientais*. Chapecó: Argos, 2008.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. O ensino de história com base na educação patrimonial e no estudo do meio. In: *Cadernos do CEOM Espaço de memória: abordagens e práticas*. Chapecó: Argos, 2009.
- RAYS, Oswaldo Alonso (Org.). *Educação: ensaios reflexivos*. Santa Maria: Pallotti, 2002.
- RIBAS, Desire; FIOREZE, Zélia Guareschi. A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passo-fundense. In: SILVA, Ana Maria Radelli. et. al. (Orgs.). *Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o urbano na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- ROSA, Angelita da. Educação patrimonial: uma nova proposta. In: *Anais do I e II Encontro Estadual sobre Museu, Preservação de Patrimônio, Memória e Identidade*, de 11 de julho de 2003 e 18 de julho de 2004. Lajeado: UNIVATES, 2004.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, 2004.

Ser humano é ser gregário. É fazer parte de um time, de uma tribo, de um partido. Ser cidade é ser espaço para tudo isso. Os conjuntos de prédios, casas, estátuas, lugares, utensílios e também de costumes (hábitos, religiosidades, experiências) típicos de uma comunidade são a transcendência dos grupos sobre as cidades e suas culturas no tempo, não necessariamente aquiescentes à continuidade sócio-histórica. Isso porque muitas cidades têm tido suas identidades gradualmente untadas à milanesa *fast*-contemporânea.

Como selecionar o que deve ser preservado? Quem faz isso? O município de Passo Fundo, por exemplo, sofreu cíclicas transformações materiais e imateriais, sobretudo nas últimas décadas, pelas fermentações da urbe e da psique do instante social, que acabaram tragando muito do que poderia ser representativo para o município.

Qualquer semelhança regional não é mera coincidência com o nacional. Daí vem a importância deste primeiro volume, onde doze autores atuantes das ciências humanas e da arquitetura conformam este rico temário, debatendo o patrimônio histórico-cultural em nosso país e, especialmente, em Passo Fundo. São os seguintes assuntos: transformações sociais, patrimônio industrial (a Viação Férrea), educação patrimonial e políticas de preservação, memórias em disputa, monumentos, hegemonia gauchesca, romarias de São Miguel e de Nossa Senhora Aparecida, Igreja Catedral, patrimônio no âmbito escolar e possibilidades futuras de estudo neste campo.

Não é possível que o moderno seja implodir memórias para otimizar preços; erguer estéreis blocos de concreto para ganhar espaço; emaranhar cabos e fios em quantos postes forem possíveis para se ter televisão, câmeras, telefones, *internet*; limitar espaços públicos, não se importar com ruídos, buracos, falta de lixeiras, banheiros, postos de saúde, segurança. Tudo isso também está em jogo quando se discute o patrimônio histórico-cultural, porque, ao perder identidade, civilidade e cidadania, a cidade também se traveste de significados que não a pertencem, muros cada vez mais altos são erguidos, tornando-a mais individual e desumana, enfim.

Esta obra é direcionada a qualquer pessoa que queira aumentar sua cultura geral, entender um pouco mais da formação de sua gente, da situação social em que vive, de como se antecipar aos eventos futuros. Sim, para isso também serve uma leitura interdisciplinar como esta.

Charles Pimentel da Silva,
editor de livros

